

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO",
FCL/ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR

ANTONIO LOPES

**GESTÃO ESCOLAR E PARCERIAS EM EDUCAÇÃO
NO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA**

ARARAQUARA/SP

2006

ANTONIO LOPES

**GESTÃO ESCOLAR E PARCERIAS EM EDUCAÇÃO
NO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Araraquara, para a obtenção do título de Doutor em Educação Escolar (Área de Concentração: Política e Gestão Educacional).

ORIENTADOR: PROF. DR. IRIS BARBIERI

ARARAQUARA/SP
2006

Lopes, Antonio

Gestão escolar e parcerias em educação no município
de Votuporanga – 2006
205 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade
Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de
Araraquara.

Orientador: Iris Barbieri

1. Educação escolar. 2. Gestão escolar.
3. Educação – Parcerias. I. Título.

ANTONIO LOPES

**GESTÃO ESCOLAR E PARCERIAS EM EDUCAÇÃO
NO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Araraquara, para a obtenção do título de Doutor em Educação Escolar (Área de Concentração: Política e Gestão Educacional).

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador.

2º Examinador.

3º Examinador.

4º Examinador.

5º Examinador.

Araraquara, de de 200

DEDICATÓRIA

Dedico à minha esposa Nirce e meus filhos Adler e Ayla por serem pessoas especiais.

Ao Prof. Dr. Iris Barbieri, grande defensor da escola pública brasileira e que sempre acreditou que todo ser humano é capaz de vôos sublimes.

AGRADECIMENTOS

Os nossos agradecimentos a todos pela colaboração que, direta ou indiretamente, recebemos ao realizar este trabalho, mas, em particular, a nossa gratidão:

À Diretoria da Fundação Educacional de Votuporanga por incentivar a realização de pesquisas e acreditar que o maior investimento é no ser humano;

Ao Dirigente Regional de Ensino de Votuporanga, Prof. Edécio Roosevelt Martins, pela autorização e agilidade para a obtenção de informações sobre as escolas estaduais necessárias à pesquisa.

Aos diretores e funcionários das escolas estaduais de Votuporanga, pela presteza em colaborar com os nossos pedidos de informações, além da participação em nossa pesquisa. Em especial, à Prof.^a Helena Márcia de Souza Fava Pinto, diretora da EE. “Dr. José Manoel Lobo” e aos funcionários da escola, por facilitar a realização da pesquisa escolar.

Ao Prof. Dr. Valdomiro Ribeiro Malta, pela criteriosa leitura, revisão ortográfica e gramatical e sugestões a este trabalho e à Prof.^a MSc. Adriana Naime Pontes Passoni e ao Prof. Dr. Fernando Júlio Cabrera pela colaboração e tradução do resumo do trabalho nas línguas inglesa e espanhola do resumo do trabalho.

Aos alunos do Curso de Pedagogia do Centro Universitário de Votuporanga pela aplicação dos questionários aos alunos do Ensino Fundamental na escola pesquisada.

À Prof.^a Dr.^a. Encarnação Manzano, do Centro Universitário de Votuporanga, pela análise e sugestões ao trabalho de pesquisa e aos Professores Doutores João Augusto Gentilini e Sebastião de Souza Lemes pelas valiosas sugestões e que contribuíram para enriquecimento do trabalho.

Ao Prof. Dr. Iris Barbieri, em especial, pelas valiosas contribuições que nortearam nossas ações na realização desta pesquisa.

EPIGRAFE

[...] Mais uma prova, se isso ainda fosse necessário, de que os direitos não nascem todos de uma vez. Nascem quando devem ou podem nascer. Nascem quando aumenta o poder do homem sobre o homem - que acompanha inevitavelmente o progresso técnico, isto é, o progresso da capacidade do homem de dominar a natureza e os outros homens - ou cria novas ameaças à liberdade do indivíduo, ou permite novos remédios para as suas indigências: ameaças que são enfrentadas através de demandas de limitações do poder; remédios que são providenciados através da exigência que o mesmo poder intervenha de modo protetor. (BOBBIO, 1992, p. 6).

RESUMO

Levando-se em conta a multiplicidade de organizações sociais que compõem a sociedade, diante de um quadro amplificado da diversidade cultural, do pluralismo de idéias que nela está presente e considerando o processo de transformações sofridas pelas organizações que compõem o Estado e o Mercado, este trabalho objetiva investigar a escola, as organizações sociais e as parcerias educativas no Município de Votuporanga. Para realizá-lo, fez-se um estudo sobre a função social da escola, cuja atuação não se restringe somente ao seu ambiente interno, mas que, diante de um cenário mais sistêmico, a escola precisa manter uma inter-relação com as demais organizações sociais e, juntamente com elas, compor, quando se tratam de objetivos comuns, novas formas de colaboração, entre elas, as parcerias educativas. Foram aprofundados os conceitos de educação e suas variáveis, de organizações sociais, sua tipologia e classificação, e dando destaque às organizações que compõem o terceiro setor. O tema parcerias foi estudado, focalizando as parcerias públicas, as individuais e as realizadas por Organizações do Terceiro Setor. Para reforçar a importância das parcerias educativas, procurou-se conhecer algumas organizações sociais comunitárias que prestam trabalho educativo. Para completar, fez-se uma pesquisa numa das escolas estaduais, conhecendo a sua história e analisando os resultados de um questionário, aplicado nos alunos, quanto a dados pessoais e o envolvimento e aproveitamento nas atividades escolares, sobre o relacionamento do pessoal da escola, e dados sobre a família na instituição. No final, foram extraídas as conclusões sobre o assunto estudado.

Palavras-chave: Convênio. Escola. Gestão. Organização social. Parceria. Participação.

ABSTRACT

Taking in account the multiplicity of social organizations that compose the society, ahead of an amplified picture of the cultural diversity, the pluralism of ideas that is present and considering the process of transformations suffered for the organizations that they compose the State and the Market, the objective of this work is to investigate the school, the social organizations and the educative partnerships in the City of Votuporanga. To develop this function was made a study on social school, whose performance does not restrict only in the environment of its internal, but that ahead of a systemic scene, the necessary of school to keep an interrelation with several social organizations and, together with them, to compose, when they are about common objectives, new forms of contribution, between them the educative partnerships. The concepts of education and its variable had been deepened, of social organizations, its typology and classification, and giving it has detached to the organizations that compose the third sector. The subject partnerships was studied, focusing the public partnerships, individual and the carried through ones for Organizations of the Third Sector. To strengthen the importance of the educative partnerships it was looked to know some communitarian social organizations that give educative work. To complete, a research in one of the state schools was made, knowing its history and analyzing the results of a questionnaire that was applied in the pupils, how much the personal data and the involvement and exploitation in the pertaining to school activities, on the relationship of the staff of the school and data on the family in the institution. In the end, the conclusions on the studied subject had been extracted.

Key words: Accord. School. Management social. Organization. Partnership. Participation.

RESUMEN

Teniendo en cuenta la multiplicidad de organizaciones sociales que componen la sociedad, frente al cuadro amplificado de la diversidad cultural, del pluralismo de ideas que en ella está presente y considerando el proceso de transformaciones sufridas por las organizaciones que componen el Estado y el Mercado, este trabajo objetiva investigar la escuela, las organizaciones sociales y los trabajos conjuntos educativos en el Municipio de Votuporanga. Para realizarlo se hizo un estudio sobre la función social de la escuela, cuya actuación no se restringe solamente a su ambiente interno sino que, frente a un escenario más sistémico, la escuela precisa mantener una interrelación con las otras organizaciones sociales, con su tipología y clasificación, y destacando a las organizaciones que componen el tercer sector. El tema del trabajo conjunto fue estudiado, enfocando el trabajo conjunto del sector público, el trabajo conjunto de sectores individuales y el trabajo conjunto realizado por Organizaciones del Tercer Sector. Para reforzar la importancia de los trabajos conjuntos educativos se buscó conocer algunas organizaciones sociales comunitarias que ofrecen trabajo educativo. Para completar, se hizo una investigación en una de las escuelas estatales, conociendo su historia y analizando los resultados de un cuestionario, aplicado a los alumnos, relacionado a datos personales, a participación y aprovechamiento en las actividades escolares, a la relación del personal de la escuela y a datos sobre la familia en la institución. Finalmente, fueron extraídas las conclusiones sobre el asunto estudiado.

Palabras-clave: Convenio. Comunitaria. Gestión. Organización social. Trabajo conjunto. Participación.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES - FOTOGRAFIAS

Foto 1 -	Atividades com crianças em Educação Artística na Associação Beneficente “Irmão Mariano Dias”	177
Foto 2 -	Atividades com crianças da Pré-escola na Associação Beneficente “Irmão Mariano Dias”	177
Foto 3 -	Campo de Futebol do Lar Beneficente Celina.	178
Foto 4 -	Sala de aula de alunos da pré-escola do Lar Beneficente Celina	178
Foto 5 -	Piscina Infantil para as crianças do jardim e da pré-escola.	179
Foto 6 -	Local de instalação da Farmácia do Lar Beneficente Celina.	179
Foto 7 -	Brinquedos e utilidades confeccionados na Escola Artesanal e Casa da Criança – 2006.	180
Foto 8 -	Pátio da Escola (Quadra de Esportes) e local onde se encontra instalado o Centro de Estudos de Línguas	180
Foto 9 -	Pátio da EE “Dr. José M. Lobo” - Local do antigo Curso Primário – aproveitado como 2 Quadras de Esportes	181
Foto 10-	Muro da Escola – Parte externa do local onde está o pátio da Escola visto pela Foto 9	181
Foto 11-	Sociedade Beneficente Irmã Elvira - Votuporanga – 1ª Turma da Creche	182
Foto 12-	Sociedade Beneficente Irmã Elvira - Votuporanga –Turma da Pré-escola.	182
Foto 13	Ginásio Estadual de Votuporanga – 1948	102
Foto 14	Prefeitura do Município de Votuporanga – 2006	102
Foto 15	EE “Dr. José Manoel Lobo” – 1951	102
Foto 16	Centro Universitário de Votuporanga – 2006	102
Foto 17	EE “Dr. José Manoel Lobo” – 1963	102
Foto 18	EE “Dr. José Manoel Lobo” – 2006	102

LISTA DE ILUSTRAÇÕES - FIGURAS

Figura 1 -	O entorno da EE “Dr. José Manoel Lobo” – Votuporanga.	103
------------	---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Matrículas iniciais do Ensino Fundamental por vinculação administrativa e Porcentagem de Matrículas - Ano 1996.	67
Gráfico 2 -	Matrículas do Ensino Fundamental no Estado de São Paulo - 1996 e 2005.	69
Gráfico 3 -	Meios de locomoção dos alunos para chegar à escola.	113
Gráfico 4 -	Nº de Alunos ou Familiares assinantes de jornais.	114
Gráfico 5 -	Nº de participações em atividades programadas para a Escola da Família aos sábados.	118
Gráfico 6 -	Nº de participações em atividades programadas para a Escola da Família aos domingos.	119
Gráfico 7 -	Grau de Afetividade dos alunos ao Corpo Docente do Ensino Fundamental.	121
Gráfico 8 -	Grau de importância de conceitos éticos e de cidadania dos alunos.	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	TABELA MATRICIAL - Resultados da Coleta de Dados – Aplicação de Questionários com alunos do Ensino Fundamental (em APÊNDICE A)	144
Tabela 2 -	Matrículas iniciais do Ensino Fundamental no Município de Votuporanga.	71
Tabela 3 -	Matrícula inicial da Educação Infantil por dependência administrativa – Período 1987/97. .	72
Tabela 4 -	Relação de Escolas de Ensino Fundamental cujos alunos freqüentam o Programa DASE do Centro Social de Votuporanga.	90
Tabela 5 -	Relação das Escolas de Ensino Fundamental e Médio cujos alunos/adolescentes freqüentam o Programa DASE do Centro Social de Votuporanga.	91
Tabela 6 -	Nº de crianças e adolescentes atendidos na Associação Beneficente “Irmão Mariano Dias”. .	95
Tabela 7 -	Matrículas dos alunos da Escola Pesquisada - no Mês de Setembro/2003.	108
Tabela 8 -	Quadro de Profissionais da Escola por núcleos de atividades.	110
Tabela 9 -	Matrícula Inicial da Educação Básica – Ano 2005.	111
Tabela 10 -	Matrícula dos alunos da Educação Básica do Município de Votuporanga.	111
Tabela 11 -	Grau de parentesco das pessoas com quem os alunos moram.	112
Tabela 12 -	Distância das moradias dos alunos em relação à escola.	113
Tabela 13 -	Participação dos familiares nas atividades programadas para a Escola da Família.	119
Tabela 14 -	Nº de alunos que atrapalham as aulas por indisciplina.	120
Tabela 15 -	Nº de alunos que atrapalham as aulas, por serem atrasados.	120

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Campos ou dimensões da educação não-formal conforme Maria da Glória Gohn.	23
Quadro 2 -	A organização burocrática entre os sistemas sociais.	32
Quadro 3 -	Tipologia das organizações formais – critério “cui-bonum” – conforme Blau e Scott.	40
Quadro 4 -	Classificação dos tipos de objetivos, segundo Etzioni.	41
Quadro 5 -	Relação de entidades assistenciais vinculadas ao FISAV.	55
Quadro 6 -	Relação de entidades assistenciais do Município de Votuporanga em 2005.	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Nome das Abreviaturas e Siglas

ADCT -	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
APM -	Associação de Pais e Mestres
CEM -	Centros de Educação Municipal
CF/88 -	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CSU -	Centro Social Urbano
DAFA -	Departamento de Apoio à Família
DAFIC -	Departamento de Apoio, Formação e Integração na Comunidade
DASE -	Departamento de Apoio Sócio-Educativo
EC -	Emenda Constitucional
ECA -	Estatuto da Criança e do Adolescente
FDE -	Fundação para o Desenvolvimento da Educação
FISAV -	Fundo das Instituições Sociais Associadas de Votuporanga
FUNDAP -	Fundação do Desenvolvimento Administrativo
FUNDEF -	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IBTS -	Instituto Brasileiro do Terceiro Setor
LDBEN -	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONG	Organização Não-Governamental
ONGs	Organizações Não-Governamentais
OSCIPs -	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC -	Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares
PROFIC -	Programa de Formação Integral da Criança
PROMDEPAR -	Programa de Municipalização e Descentralização do Pessoal de Apoio Administrativo das Escolas da Rede Pública Estadual
REM -	Responsáveis pela Educação no Município
SEE -	Secretaria de Estado da Educação
SENAC -	Serviço Nacional do Comércio

SUMÁRIO

RESUMO.	7
ABSTRACT.	8
RESUMEN.	9
LISTA DE FOTOGRAFIAS, FIGURAS E GRÁFICOS.	10
LISTA DE TABELAS E QUADROS.	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.	12
INTRODUÇÃO.	14
1 AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E AS ESCOLAS.	18
1.1 A função social da escola.	18
1.2 Caracterização das organizações sociais.	32
1.3 As organizações do terceiro setor.	44
2 AS PARCERIAS E AS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR.	61
2.1 Conceituação.	61
2.2 As parcerias individuais.	62
2.3 As parcerias do Poder Público.	65
3 AS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS.	84
4 A PESQUISA NA ESCOLA.	101
4.1 Análise das pesquisas.	112
5 CONCLUSÃO.	129
6 REFERÊNCIAS.	137
7 APÊNDICES.	143
8 ANEXOS.	184

INTRODUÇÃO

A escola pública, universal e gratuita, sempre foi um tema palpitante que continua sendo discutido e analisado por educadores, pesquisadores e políticos. Desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, reivindica-se a universalização da educação que era proposta para “servir [...] aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social, tem o seu ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano de solidariedade, de serviço social e de cooperação¹” (GHIRALDELI JR, 1990, p. 59). Além do Manifesto, outros movimentos políticos e educacionais surgiram, reivindicando a transferência de competências sobre a educação básica aos estados e municípios, que são as instâncias mais próximas da população escolar. Por fim, delegar incumbências aos estabelecimentos de ensino, para que eles ganhem mais autonomia no processo de escolarização.

Tendo por tema de estudo a gestão escolar e as parcerias em educação, realizadas no município de Votuporanga, sentiu-se a necessidade de ampliá-las, diante da necessidade de compreender as mudanças ocorridas nos setores, que compõem a sociedade, bem como das instituições a que elas pertencem, que se (re)organizam para atender as suas finalidades, entre as quais, as de exercerem funções educativas; complementando a ação que é específica das escolas. Neste cenário, deve-se dar destaque ao processo de colaboração, prestado pelas organizações do terceiro setor, e que poderiam ser úteis às escolas, se realizadas num processo de colaboração entre elas, propiciando práticas mais democráticas e participativas. Por outro lado, examinar a expansão da área de atuação das escolas, não mais presa às suas funções educativas racionalmente determinadas pelos sistemas a que pertencem, mas com uma preocupação multicultural, dando mais atenção às formas de aprendizagem que as comunidades a que pertencem seus alunos possuem, para a transmissão de seus valores sociais. Essa ausência de interação entre a escola e as demais instituições, pertencentes a seu entorno pode ser a causa do sucesso ou fracasso da escola no cumprimento da sua função social.

¹ A citação refere-se ao texto O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – Publicado sob forma de Apêndice em GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da educação. São Paulo: Cortez, 1990. (Coleção Magistério – 2º Grau. Série formação do professor) (p. 54-78).

Diante dessas preocupações, e considerando a natureza da pesquisa, é que foi construído este trabalho. Para concretizá-lo, foi necessário proceder a uma revisão bibliográfica, ancorada nos estudos realizados por conceituados cientistas sociais e educadores, examinar, na legislação da educação básica do Estado de São Paulo, os atos legais que tratavam sobre as parcerias governamentais e realizar uma pesquisa empírica numa das escolas estaduais. O trabalho elaborado possui três óticas diferentes, mas direcionadas a um mesmo objetivo. A revisão bibliográfica foi realizada dentro de uma visão mais ampla, para se compreender a função da educação, das escolas, das organizações sociais, isto é, quais são seus objetivos; encontrar as ligações sobre as mudanças que nelas ocorrem, acentuadas pelo processo de globalização, que provocam a reconstrução do Estado com a ampliação do papel do mercado e o avanço das organizações do terceiro setor. Numa ótica intermediária foram realizados estudos sobre as parcerias, tanto as individuais como as realizadas pelo Poder Público Estadual. Numa visão mais local ou próxima, dois estudos foram realizados. O primeiro, sobre as parcerias comunitárias, realizado em algumas das organizações que cuidam de educação e promoção social e obtendo informações adicionais sobre outras associações. No segundo estudo, a pesquisa foi realizada numa escola estadual de ensino fundamental e médio, através do levantamento de informações sobre o seu funcionamento, sua história e em especial, aplicando um questionário aos alunos do ensino fundamental, conhecendo mais detalhadamente fatos importantes, que podem interferir em seu processo educativo.

Trata-se de trabalho, ancorado em pesquisa bibliográfica e em pesquisa do tipo etnográfico, uma vez que esta, de acordo com as conclusões de André (2000, p. 28,29), se utiliza de técnicas etnográficas, como “[...], a entrevista intensiva e a análise de documentos”. A pesquisa empírica foi realizada no último semestre de 2003. Inicialmente, foram examinados na secretaria da escola documentos como, livros de ponto, idade dos alunos, folhas de pagamento, plano escolar, consubstanciando-se as informações obtidas através da aplicação de um questionário² que foi aplicado a uma população escolar composta pela maioria de alunos do ensino fundamental. Esse questionário tinha por objetivo obter informações sobre o local de moradia e o bairro, os meios de locomoção para se chegar à escola, práticas esportivas, leituras de jornais, informações sobre o bairro, sobre o comportamento e a disciplina individual e grupal, consultas na biblioteca, grau de afetividade que nutrem em relação aos funcionários da escola, dados sobre a participação dos familiares nos programas das escolas. Do universo de informações obtidas foram retirados 108

² O questionário está registrado na íntegra na parte destinada aos Apêndices (Apêndice B).

questionários que comporiam a amostra para a elaboração de uma Tabela Matricial, que seria utilizada para análise dos dados obtidos. A Tabela Matricial e o modelo de questionário usado junto aos alunos encontram-se registrados em APÊNDICE (A e B, respectivamente). A Tabela Matricial representa, nesta pesquisa, um conjunto de dados, separados por assuntos e que se encontram apresentados em tabelas de acordo com as normas ditadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Fundação IBGE.

Nos anos de 2004 e 2005 foram realizadas visitas a algumas das Organizações Sociais para se conhecer o seu funcionamento, como se organizam, como prestam serviços e que trabalhos educativos exercem. Algumas delas buscando, permanentemente, a realização de parcerias com outras organizações sociais, com os poderes constituídos e promovendo intercâmbios com as empresas, indústrias que compõem o mercado e participando dos eventos culturais, muitos deles que garantiriam recursos necessários para a respectiva sustentabilidade.

Foram realizadas, em 2005, entrevistas com cinco diretores de escola estaduais. Essas entrevistas ajudaram e foram fatores importantes para se analisar os resultados obtidos com a pesquisa realizada com os alunos e que se encontram na Tabela Matricial.

O presente trabalho constitui-se de uma pesquisa etnográfica, pois, “o pesquisador é o instrumento principal na coleta e na análise dos dados (ANDRÉ, 2000, p. 29)” e envolve um trabalho de campo. Por fim, este trabalho realiza estudo descritivo da escola pesquisada e utiliza-se das informações oferecidas em questionário preenchido pelos sujeitos.

No primeiro capítulo, é discutido o conceito sobre educação, educação informal, educação não-formal e educação formal, que são as formas utilizadas pela sociedade no seu processo de transmissão cultural. A escola é, também, analisada como uma organização que tem por objetivo proporcionar educação de caráter intencional e sistemático; que pertence aos sistemas socioculturais da sociedade. Como sistema aberto, ela interage com outros sistemas sociais estabelecendo um processo participativo de colaboração, sem perder a sua individualidade e sem deixar de participar da construção de ações mais amplas do metassistema a que pertence.

No capítulo 1, a Escola é analisada sob três modalidades: a forma escolar, a dimensão organizacional e como instituição; além da perspectiva *diacrônica*, que identificam três períodos vivenciados pela escola e a sua relação com o contexto externo.

Ainda consta do Capítulo um estudo sobre as organizações e sistema social, culminando com os setores da sociedade e o crescimento das organizações do terceiro setor,

uma vez que elas exercem um papel educativo ao desempenhar funções direcionadas para as finalidades da educação, preconizadas pela Constituição Federal de 1988.

No segundo capítulo, são conceituadas as parcerias individuais e as do poder público, especialmente as realizadas, no Estado de São Paulo, pela Secretaria de Educação. Apesar das diferenças existentes entre elas, e considerando os aspectos formais, numa visão weberiana, ambas são destinadas a atender a objetivos acordados entre as partes. As parcerias do poder público, exemplificadas no capítulo, são instrumentos utilizados, visando a distribuição mais adequada de responsabilidades entre Estado e Municípios, além de fortalecer a autonomia do Poder Municipal e o controle das atividades escolares pelas comunidades locais, assim como a necessidade de descentralização da gestão educacional com base no princípio da responsabilização.

No terceiro capítulo, é feita a abordagem sobre as organizações comunitárias, sua origem, mais como instituição beneficente, seu programa social e as contribuições que oferecem à comunidade e, especialmente, à educação escolar.

No quarto capítulo, é descrita a pesquisa qualitativa, realizada numa das escolas do município, estabelecendo, na metodologia adotada, a utilização de dados constantes de questionário aplicado aos alunos matriculados, em 2003; e que, para fins de análise, adotou uma amostra de 17,1% dos questionários respondidos. Como resultado da aplicação dos questionários, foi elaborada uma tabela matricial que está registrada em forma de apêndice do trabalho. Foram destacados os momentos importantes vivenciados pela escola, desde a sua criação como um simples ginásio, sua fase áurea como Instituto de Educação e as mudanças decorrentes da implantação de políticas educacionais do Estado.

Cada escola deveria estabelecer um processo de comunicação com as outras agências ou instituições sociais para, com a cooperação delas, realizar uma gestão produtiva e atender aos objetivos assumidos perante seus alunos e a comunidade a que ela serve. Esse será um dos eixos que deverá ser discutido e que norteará este trabalho.

No capítulo final, seguem-se as conclusões.

1 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E AS ESCOLAS

As escolas são organizações sociais que tem por finalidade promover o processo de escolarização aos integrantes da sociedade. Esse processo ganha uma dimensão maior se discutido o papel exercido pela escola ao compor com outras organizações sociais um trabalho cooperativo. Para melhor entendê-lo serão discutidas a função social da escola, a caracterização das organizações sociais e as organizações do terceiro setor.

1.1 A função social da escola

A escola é a instituição que tem por objetivo proporcionar educação de caráter intencional e sistemático. A educação é intencional porque tem a função de transmitir e analisar a herança cultural da humanidade, acumulada ao longo de sua existência e oferecer condições para que as novas gerações reconstruam e modifiquem os conhecimentos adquiridos para tornar sua existência mais plena. Para realizar suas finalidades e objetivos, a educação se sistematiza e se organiza através de critérios, regulamentos, finalidades e princípios norteadores, razão pela qual é chamada de educação escolar, no contexto de um sistema.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), instituída em 1996, lê-se que *a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais*³. Nesta conceituação, a educação é um processo formativo, desenvolvido por diversas instituições que compõem a sociedade e que atenderiam melhor suas finalidades se, entre elas, houvesse um compartilhamento de ações educativas e que não exercessem suas atividades, isoladamente, sem qualquer colaboração entre si. A participação ou ação familiar se reveste de grande importância neste contexto em que a educação é exercida. A família é o ponto de convergência e sustentação para as demais instituições.

“A família, em geral, é considerada o fundamento básico e universal das sociedades, por se encontrar em todos os agrupamentos humanos, embora variem as estruturas

³ Caput do Art. 1º da Lei Nº 9.394 de 20 DE DEZEMBRO de 1996 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

e o funcionamento” (LAKATOS; MARCONI, 1999, p. 171). Ela é o ponto de sustentação para as demais ações do homem, especificamente em seus períodos formativos.

Quando se fala em educação, além da família, há outras instituições consideradas importantes na estruturação humana, sendo que na escola ela adquire objetividade, cientificidade, direção e encaminhamento. No entanto, tudo indica que haja ainda uma lacuna muito grande no inter-relacionamento que deveria existir entre essas instituições responsáveis pela formação humana, e que estaria comprometendo o processo formativo.

Para definir educação, Durkheim (1973, p. 38) recomenda que “será preciso considerar os sistemas educativos que ora existem, ou tenham existido, compará-los e apreender deles os caracteres comuns”. Ele destaca dois desses caracteres: inicialmente a existência de uma geração de adultos e uma geração de indivíduos (jovens, crianças e adolescentes) e uma ação que deve ser exercida da geração adulta sobre a outra e até que ponto essa influência, muitas vezes específica, age sobre a outra geração. A essa ação, ele considera educação, cujo conceito é especificado abaixo:

A educação é ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine (DURKHEIM, 1973, 41).

Decorrente dessa conceituação, a educação consistiria na socialização metódica de cada integrante das novas gerações, considerando as dimensões do ser individual (natureza biopsíquica) que existe em cada um deles; e, ser social (sistema de idéias, sentimentos, hábitos dos grupos), levando em conta o seu conjunto. Durkheim considera produtiva a ação dos grupos, que compõem a sociedade, influenciando na formação das novas gerações, mesmo conhecendo as diferenças existentes entre cada um deles.

Casassus (1995, p. 22), levando em conta a importância que a educação tem para a sociedade e para as pessoas, individualmente, ele questiona se a oferta da educação para a população, dada, muitas vezes, à carência de recursos a ela destinada, seria uma responsabilidade do Estado, da sociedade organizada ou, se entre eles se deveria desenvolver responsabilidades contrapartidas. Entretanto ele realça a importância da educação para a vida das pessoas, uma vez que, quando recebem os códigos sociais e os conhecimentos adequados, elas adquirem um novo poder, em razão da valorização que lhes atribui a sociedade.

Acrescenta que a “educação tem a ver com a gestação do tipo individual e social, com a pessoa e o cidadão”.

Della Torre (1989, p. 228-230) ao fazer a análise do conceito de educação de Durkheim, considera a geração adulta como o conjunto de indivíduos integrados na sociedade, enquanto que o imaturo ou, se quiser, as novas gerações seriam constituídas por aqueles que, na sociedade, estariam se integrando. Em sua visão, esse processo é dinâmico uma vez que a nova geração diante, muitas vezes, de pressões e reações, recebe a herança cultural, modifica-a e a inova para adequar-se aos novos padrões necessários para o prosseguimento da vida.

Para que a educação se realize, ela não pode ocorrer isoladamente, tem de atender às necessidades da sociedade em sua função homogeneizadora, quando propicia a formação das idéias e sentimentos comuns, base do espírito nacional e, também, em sua função diferenciadora, de respeitar as diferenças culturais, de idade e as características e necessidades específicas de cada integrante da nova geração. Para Mannheim “a educação só pode provir de uma situação social (1962, p. 39)” e que ela “é dinâmica de ambos os lados, a saber, lida igualmente com o desenvolvimento adaptável de indivíduos e com uma sociedade que se modifica e desenvolve” (MANNHEIM, 1962, p. 40). Para ele, ainda, as pessoas pertencem a grupos que se diferem entre si, mas, apesar das divergências, são educadas “em nome dos padrões e idéias que prevalecem no interior da comunidade” (op. cit. p. 41).

A educação, considerada em seu conjunto, conforme Della Torre (1989, p. 231) apresenta-se sob duas formas:

- 1- Educação não-intencional – São as situações em que o indivíduo, como mero espectador ou participante, aprende as idéias, atitudes, sentimentos da sociedade ou grupo pela simples vivência ou observação dos adultos [...].
- 2- Educação intencional – São as situações em que o grupo para o qual o indivíduo se educa prepara as condições para transmitir-lhe suas idéias, sentimentos e comportamentos. [...] compreende duas subformas: a) educação difusa, informal ou assistemática e b) educação organizada, formal ou sistemática.

Quanto à educação assistemática, a autora acrescenta que não é uma tarefa a ser ministrada por órgão especializado, mas é “a quantidade de informação (nem sempre qualitativamente significativa) que a pessoa recebe em seu dia-a-dia”, oferecida pela “família, pela igreja, pela televisão, pelo cinema, pelos jornais etc.”, que, apesar do caráter intencional de que se reveste esta forma educativa, não se caracteriza pela organizacidae e formalidade.

Com as mesmas características que a educação assistemática encontra-se a educação informal que, conforme Aranha (1996, p. 56), é “assim chamada por não ser organizada, mas casual e empírica, exercida a partir das vivências e com base no bem comum”.

A educação sistemática é a fornecida por agências especializadas em educar, ou seja, é a educação recebida na escola. A escola é local mediador da ação de propiciar experiências para a inserção do educando no acervo ou herança histórica da humanidade, de sua inserção na sociedade, bem como propiciar-lhe condição para usufruir o desenvolvimento tecnológico necessário para a sua participação na construção do bem comum. Essa não é tarefa a ser realizada somente pela escola.

Anísio Teixeira (1997, p. 41), defensor da escola pública, apresentava a educação como uma função natural “pela qual a sociedade transmite a sua herança de costumes, hábitos, capacidades e aspirações aos que nela ingressam, para a continuarem. A educação escolar é um dos modos por que se exerce tal função. Na escola, ela se faz dirigida e intencional”. Afirma Teixeira (1976, p. 35,36) que a educação, como função social, é uma decorrência da vida em comunidade e participa do nível e da qualidade da própria vida em comum; e como elementos formadores da cultura e qualidades consideradas fundamentais para a nossa vivência em sociedade, contam com a família, a classe, a religião que ele considera como “instituições educativas e transmissoras dos traços fundamentais de nossa cultura, juntando a estas a vida social em geral e os grupos de trabalho e de recreio”. A escola aparece num estágio mais avançado e complexo da cultura e vai juntar-se às outras instituições e como instituição especializada, destinada mais à formação de intelectuais, de pessoas eruditas que destinadas às camadas mais populares. A escola que se conhece nos dias atuais começa a ser pensada somente nos fins do século XIX.

Simson, Park e Fernandes (2001, p. 9), ao discutirem sobre a abrangência do termo educação, consideram que ela extrapola os muros da escola e que as especificidades da educação são várias. Entre as especificadas, a educação não-formal corresponderia a uma modalidade que vem ocupando um espaço significativo no cenário nacional, merecendo atenção por parte de diferentes segmentos da sociedade. Os autores valem-se de estudos realizados por Almerindo Janela Afonso, em que este distingue educação formal de educação não-formal e de informal. Assim

Por educação formal, entende-se o tipo de educação organizada com uma determinada seqüência e proporcionada pelas escolas enquanto que a educação informal abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado.

Por último, a educação não-formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolas) e possa levar a uma certificação [...], diverge ainda da educação formal no que respeita à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto (AFONSO, 1989, p. 78 apud SIMSON; PARK; FERNANDES, 2001, p. 9).

Acrescentam, ainda, os autores acima, em relação à educação não-formal, que

a transmissão do conhecimento acontece de forma não obrigatória e sem a existência de mecanismos de repreensão em caso de não aprendizado, pois as pessoas estão envolvidas no e pelo processo ensino-aprendizagem e têm uma relação prazerosa com o aprender. [...] A princípio, é importante que essa proposta de educação não-formal funcione como espaço e prática de vivência social, que reforce o contato com o coletivo e estabeleça laços de afetividade com esses sujeitos (SIMSON; PARK; FERNANDES, 2001, p.10).

Gohn (1999, p. 99,100) também diferencia a educação informal da não-formal. Na educação não-formal, segundo ela, existe a intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos como as ações e práticas coletivas realizadas pelas organizações não-governamentais, organizações do terceiro setor, associações e outras; enquanto que “A educação informal decorre de processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores e representações, como é o caso da educação familiar”. A autora exemplifica que são temas da educação informal, a educação transmitida pelos pais na família, no convívio com amigos, clubes, teatros, leituras de jornais, livros, revistas etc., e que ela ocorre nos espaços de possibilidades educativas no decurso da vida dos indivíduos, como a família, tendo, portanto, caráter permanente.

Gohn (1999, p.101,102) agrupa os campos da educação não-formal em dois tipos:

O primeiro, destinado a alfabetizar ou transmitir conhecimentos que historicamente têm sido sistematizados pelos homens e mulheres, planejados para as clientelas sujeitos das ações educativas, com uma estrutura e uma organização distinta das organizações escolares, abrangendo a área que se convencionou chamar de educação popular (conforme uso corrente nos anos 70/80) e educação de jovens e adultos (nos anos 90). O segundo, abrange a educação gerada no processo de participação social, em ações coletivas não voltadas para o aprendizado de conteúdos da educação formal.

Gohn (1999, p. 98-103) apresenta os campos ou áreas de abrangência da educação não-formal e que são especificadas no quadro abaixo:

Quadro1 – Campos ou dimensões da educação não-formal conforme Maria da Glória Gohn:

Nº	Campos ou dimensões	Área de abrangência/metodologia
01	Aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos.	Conscientização dos indivíduos para compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que o cerca.
02	Capacitação dos indivíduos para o trabalho.	Aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades voltadas para o trabalho. Inserção no mercado de trabalho.
03	A aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários	Direcionamento para solução de problemas coletivos cotidianos – educação para a civilidade. Vivência de certas situações-problema.
04	A aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados;	Transmissão dos conteúdos da escola formal, mas desenvolvidos em espaços alternativos, metodologias e seqüências diferenciadas, conteúdos flexíveis.
05	A educação desenvolvida na e pela mídia	Aprendizagem de informática, leituras.
06	O campo da educação para a vida ou para a arte de bem viver.	Como viver ou conviver com o <i>stress</i> ; cursos de autoconhecimento, técnicas de relaxamento, estratégias de resistência.

Para complementar, Simson, Park e Fernandes (2001, p. 11) apresentam os princípios que deveriam nortear as ações das organizações do terceiro setor ou de outras instituições quando estiverem ocupando os espaços da educação não-formal, a saber: “Apresentar caráter voluntário, proporcionar elementos para a socialização e a solidariedade, visar ao desenvolvimento social, evitar formalidades e hierarquias, favorecer a participação coletiva, proporcionar a participação dos membros do grupo de forma descentralizada”.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p. 170) reforçam os conceitos dos autores anteriores que abordaram a abrangência de educação, resumindo o assunto ao que eles chamaram de modalidades da educação:

- A educação informal, também chamada de não intencional, refere-se às influências do meio humano, social, ecológico, físico e cultural às quais o homem está exposto.
- A educação não formal é intencional, ocorre fora da escola, porém é pouco estruturada e sistematizada.
- A educação formal é também intencional e ocorre ou não em instâncias de educação escolar, apresentando objetivos educativos claramente explicitados. É claramente sistemática e organizada.

A educação como observa Aranha (2002, p. 52)

não pode ser compreendida à margem da história, mas apenas no contexto em que os homens estabelecem entre si as relações de produção da sua própria existência. Dessa forma é impossível separar a educação da questão do poder: a educação não é um processo neutro, mas se acha comprometida com a economia e a política de seu tempo.

A função do poder seria para Parson (apud LEBRUN 2004, p. 112) obter dos membros da coletividade o cumprimento de obrigações legítimas, em nome de fins coletivos, a que ele acrescenta que “O poder – normalmente, pelo menos – não é um instrumento manipulado por elites guiadas por seus interesses, mas uma função de que se desincumbem profissionais, apoiados por seus mandatários”. Vale-se, Lebrun (2004, p. 113), ainda, de Wright Mills, que define o poder como possibilidade conferida a um grupo – os detentores do poder – para conseguir o que deseja, impedindo outro grupo – os excluídos do poder – de obter o que deseja. Lebrun ameniza esta conceituação, ao considerar que a submissão a quem exerce o poder é vista como forma de colaboração, por acreditarem que eles estão a serviço dos fins coletivos. No entanto, pode-se ver esta função do poder como parte integrante de uma ideologia, uma vez que esta é um instrumento de dominação.

Gadotti (1989, p. 31) emprega o termo *ideologia* “para designar um pensamento teórico estruturado, exprimindo uma falsa visão da história, cuja finalidade é ocultar um projeto social, político e econômico da classe dominante”; enquanto que Chauí (2004, p. 108, 119) define ideologia como:

Um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção.

Chauí (2004, p. 105) ao estabelecer as características da organização, esta definida como administração racional eficaz do trabalho, decorrentes das mudanças no processo social do trabalho, examina a ideologia da competência, em que esta “oculta a divisão social das

classes ao afirmar que a divisão social se realiza entre os competentes (os especialistas que possuem conhecimentos científicos e tecnológicos) e os incompetentes (os que executam a tarefas comandadas pelos especialistas)”.

Essa divisão, que aparece na ideologia da competência a que se refere Chauí, é abordada por Brandão (2005, p. 102), quando descreve as categorias de tipos de sujeitos detentores ou não do saber.

Quando o fruto do trabalho acumula os bens que dividem o trabalho, a sociedade inventa a posse e o poder que separa os homens entre categorias de sujeitos socialmente desiguais. A posse e o poder dividem também o saber entre os que sabem e os que não sabem. Dividem o trabalho de ensinar tipos de saber a tipos de sujeitos e criam, para o seu uso, categorias de trabalhadores do saber-e-do-ensino.

É a partir daí que a educação aparece como *propriedade*, como *sistema* e como *escola*. O controle sobre o saber se faz em boa medida através do controle sobre *o quê* se ensina e *a quem* se ensina; de modo que, através da educação erudita, da educação de elites ou da educação “oficial”, o saber *oficialmente* transforma-se em instrumento político de poder.

Neste sentido, ele (saber) é instrumento utilizado pela escola, que reproduz as relações de produção através dos saberes contido na ideologia dominante que, para Althusser (1992, p. 78,79), se constitui em aparelho ideológico de Estado.

Voltando ao conceito de ideologia, Demo (1989, p.129-132) lembra a relação que ela tem com a ciência, ao predominar a qualidade de um trabalho pela sua cientificidade e pela dose ideológica que ela possui; considera uma manifestação política quando ela se refere às relações de desigualdade social.

Brandão (2005, 103-110) considera que esse controle formal sobre a educação ocorre nas escolas e é exercido sob o poder de decisão do Estado. Entretanto há, entre os não usuários dessa educação erudita e formal, meios de preservação dos tipos de saber comunitários e de meios comunitários de sua transferência de uma geração para outra. As classes populares possuem as suas formas próprias, tradicionais, de reprodução do saber. Essas formas, além das que lhes são próprias, são somadas às iniciativas de certas camadas da sociedade civil, através de ONGs, com o surgimento das escolas comunitárias, de interesse próximo da cultura popular.

O que é a escola realmente?

Toda escola consiste num grupo social, com uma composição definida, e uma organização e uma estrutura, ainda que rudimentares. Sua existência depende, antes de mais nada e essencialmente, das atividades

associadas de seus membros – professores e alunos (ZNANIECKI, 1966, p. 105,106).

A escola, como descreve Canário (2005, p. 61), antes de ser um grupo social, como é conhecida nos dias atuais, é

uma invenção histórica, contemporânea da dupla revolução industrial e liberal que baliza o início da modernidade e que introduziu, como novidades, o aparecimento de uma instância educativa especializada que separa o aprender do fazer; a criação de uma relação social inédita, a relação pedagógica no quadro da classe, superando a relação dual entre o mestre e o aluno; uma nova forma de socialização (escolar) que progressivamente viria a tornar-se hegemônica.

Em relação a este conjunto de novidades, Canário (2005, p. 62-88) apresenta três dimensões a que a escola pode corresponder: é uma forma, é uma organização e é uma instituição. Na primeira dimensão, a escola é uma forma escolar, que corresponde à dimensão pedagógica. Essa modalidade, que é baseada na *revelação*, na *continuidade* e na *exterioridade*, “possui autonomia própria e pode, portanto, existir independentemente da organização e da instituição escolar”. Ela está centrada nos métodos e constitui-se como a forma quase que única de conceber a educação, o que levou a desvalorizar os saberes adquiridos por vias não escolares, ou modificando-os, para adequar-se à sua imagem e semelhança. Essa forma “Baseando-se num princípio de revelação (o mestre que sabe ensina ao aluno ignorante) e num princípio de cumulatividade (aprende-se acumulando informações), [...] propõe processos de aprendizagem baseados na exterioridade relativamente aos sujeitos” (CANÁRIO, 2005, p. 69). A relação pedagógica aluno-professor, como forma de transmissão de conhecimentos, passa da forma individual, um professor e um aluno, para a coletiva, um professor que ensina a vários alunos. O processo de aprendizagem e avaliação é pensado com base nos conhecimentos adquiridos pelos alunos. Essa relação, levando-se em conta os fatores e os atores que compõem determinados cenários escolares, provoca diferenças significativas no processo educativo.

Nesta dimensão pedagógica, ainda, diante de práticas e investigações educativas sobre os processos de aprendizagem, as modalidades educativas não-escolares estão merecendo uma atenção especial, levando em conta os princípios de que 1) a aprendizagem corresponde a um trabalho que cada sujeito realiza sobre si próprio, 2) a aprendizagem coincide com o ciclo vital e 3) que a aprendizagem é um processo difuso, não-formal, que é coincidente com um processo largo e multiforme de socialização. Essa forma educativa está ganhando adeptos entre educadores, voluntários, especialmente os integrantes de organizações

não-governamentais, que contribuem para o estabelecimento de maior equidade entre as pessoas e educandos das instituições escolares.

Na segunda, a escola corresponde a uma dimensão organizacional, na qual, por um lado, historicamente, “corresponde a modos específicos de organizar os espaços, os tempos, os agrupamentos dos alunos e as modalidades de relação com o saber”; e, por outro, essa modalidade organizacional não provoca ardorosos debates, o que favorece a sua estabilidade. Barroso (apud CANARIO, 2005, p. 77) critica a organização escolar em que um professor leciona para muitos alunos como se fosse um só, uma vez que não privilegia as diferenças individuais; favorece a repetição de informações, tanto do professor como do aluno, contrariando a tese de (re)construção de experiências por parte dos educandos.

A terceira dimensão é aquela em que a escola é uma instituição que, através de um conjunto de valores estáveis e intrínsecos, funciona como uma fábrica de cidadãos e que desempenha o papel central na integração social e, “do ponto de vista histórico, um papel de unificação cultural, lingüística e política, afirmando-se como um instrumento da construção dos modernos estados-nação” (CANARIO, 2005, p. 63).

Outra maneira de analisar a escola e compreender suas mutações é adotada por Canário através da perspectiva *diacrónica*⁴, em que se identificam três períodos distintos: o período da *escola das certezas*, o período da *escola das promessas* e o período da *escola das incertezas*. O tempo das *certezas*, segundo ele, correspondeu, “por um lado, a um período de harmonia entre a escola e o seu contexto externo e, por outro, a um período de harmonia e coerência internas entre as suas diferentes dimensões” (ibid., p. 63,64). É um período marcado pela seletividade dos ingressantes na escola. Esse período caracterizou-se pela uniformidade e estabilidade das modalidades organizacionais e, principalmente, por um sistema baseado na repetição das informações. Esta forma de organização caracteriza-se pela reprodução da ideologia da classe dominante ao se tornar uma máquina que vigia, hierarquiza e recompensa a obediência.

O período das *promessas* é marcado pelo crescimento da oferta e procura pela escolarização e processo de democratização da escola, substituindo uma escola de elite por uma escola de massa e que levaria a promessas de desenvolvimento, de mobilidade social e de igualdade entre as pessoas. Foi um período de ufanismo marcado pela explosão escolar, pela ideologia desenvolvimentista e pelo papel regulador do Estado-providência.

⁴ Conforme redação em língua portuguesa (de Portugal) do autor.

Já a escola do tempo de *incertezas* é marcada pela imprevisibilidade, quando não é possível fazer planos para o futuro. Emerge neste contexto que recebe as influências dos setores econômico, político e social. Daí o diagnóstico sombrio que Canário (2005, p. 85-88) faz sobre a escola, no qual a considera obsoleta, pela ilegitimidade do trabalho em que nela é realizado, como reprodutora do saber cumulativo e revelado; com déficit de sentido entre professores e alunos, numa abordagem centrada na sala de aula; e, com déficit de legitimidade social, ao reproduzir e acentuar as desigualdades sociais. Diante deste quadro, Projeta (2005, p. 87) a construção de uma escola do futuro orientada por três finalidades: a) “*a de construir uma escola onde se aprenda pelo trabalho e não para o trabalho*”; b) “*a de fazer da escola um sítio onde se desenvolva e estimule o gosto pelo acto intelectual de aprender, cuja importância decorrerá do seu valor de uso para ler e intervir no mundo*”; e, c) “*a de transformar a escola num sítio em que se ganha gosto pela política*”. A essas três finalidades implicariam a transformação da escola em: pensar a escola a partir do não escolar; desalienar o trabalho escolar e pensar a escola a partir de um projeto da sociedade. Esta é uma das razões para a escola, além de cumprir os princípios, as finalidades, os objetivos, as diretrizes e as incumbências a ela atribuídos, buscar as parcerias com a comunidade, especialmente em suas organizações instituídas, para num processo de influências mútuas, poder construir uma sociedade justa, solidária e equitativamente constituída.

Silva (2004, p. 42-44) define a escola, ou unidade escolar, como o lugar onde se concretiza o objetivo máximo do sistema escolar, através do atendimento aos alunos nas relações ensino-aprendizagem. Acentua a função reprodutora da escola ao especificar que nela as metas governamentais e políticas educacionais são atingidas ou sofrem mutações. Encara a escola por três formas diferentes de abordagem e que levam a conclusões divergentes. A primeira é a relação professor-aluno, que se realiza na sala de aula; a outra é decorrente das formas de organização da sociedade e que refletirá na ação dos professores e alunos; e a terceira forma, o nível intermediário, que tem uma relação com o que acontece na unidade escolar como uma organização social.

A escola é um dos sistemas socioculturais. Estes são sistemas abertos que interagem com os demais integrantes dos sistemas sociais que compõem a sociedade, esta considerada como “o grupo dentro do qual os homens vivem uma vida comum total, que uma organização limitada a um propósito ou a propósitos específicos” (CHINOY, 1975, p. 55). Parsons, citado por Lakatos e Marconi (1999, p. 155,156), define sistema social como “uma pluralidade de indivíduos que desenvolvem interações segundo normas e significados culturais compartilhados”, ou

Um sistema social é composto por uma pluralidade de atores individuais, que desenvolvem interação em uma situação que tem pelo menos um aspecto físico ou ambiental; a motivação desses atores responde a uma tendência para a 'obtenção ótima da satisfação', e a relação que têm com suas situações, incluindo as de uns com os outros, se define e assenta em função de um sistema de símbolos culturalmente estruturados e compartilhados.

A cultura, por outro lado, representa o conjunto de conhecimentos acumulados pela humanidade, categorizados pelas instituições, idéias e os produtos ou artefatos materiais que precisam ser aprendidos e partilhados, discutidos, modificados e relacionados uns com os outros (CHINOY, 1975, p. 58,59). Todas essas ações, respeitadas os níveis de escolaridade e as aptidões dos escolares, deverão ser selecionadas e transformadas em atividades curriculares, que serão objeto do processo educativo.

Os sistemas abertos organizam-se através de parâmetros que possuem características próprias e funções definidas. Barbieri (2000, p. 203) alerta para o fato de que os sistemas socioculturais "podem isolar-se da sociedade em seu todo ou em alguns setores, em alguns locais ou em diferentes tempos e, assim, fecharem-se, tornando-se um quisto, um corpo estranho na sociedade. Isto ocorre quando os canais de comunicação estão obstruídos". Uma das principais tarefas da escola é proporcionar a inter-relação com os demais sistemas, oferecendo e recebendo contribuições, além de impedir que esses canais sejam obstruídos mesmo que parcialmente. Não se pode conceber a escola sem interação com os outros sistemas que compõem a sociedade.

A escola é parte integrante de um sistema. Os objetivos formulados deverão obedecer às finalidades, princípios do sistema de que faz parte e conciliá-los com os de outros sistemas. A escola pertenceria a um metassistema, este definido como "a transcendência de um conjunto de sistemas inter-relacionados que visam, sob parâmetros de controle, aos mesmos fins gerais" (BARBEIRI, 2000, p. 203). A gestão de escola será, portanto, uma tarefa mais complexa; pois, além da administração de seus núcleos de atividades, terá que conciliar com os regulamentos e determinações advindas do metassistema de que faz parte, e, portanto, manteria um processo de comunicação com outras instituições com quem a escola mantém interação.

O papel dos gestores educacionais seria o de atender às incumbências exigidas individualmente para cada escola, além de ajustar-se às constantes transformações que ocorrem nos demais sistemas que compõem a sociedade. Essa não é uma tarefa fácil uma vez

que eles, muitas vezes, terão que romper com normas instituídas pelos órgãos centrais do sistema escolar⁵ que definem a política educacional a ser cumprida.

Alonso (2003, p. 24-25) alerta:

A administração educacional tem se mostrado mais impermeável e mesmo resistente à mudança, o que se explica em grande parte pela dificuldade de romper com a subordinação das escolas ao sistema de ensino, uma vez que a definição das políticas públicas e as condições de funcionamento das escolas são definidas externamente e, muitas vezes, em desacordo com as necessidades decorrentes do cotidiano escolar.

As escolas, de acordo com as diretrizes e bases da educação nacional, organizadas em diferentes níveis de ensino, pertencem, na estrutura educacional, a um sistema de ensino e que de acordo com o modelo preconizado por Dias (1998, p.127-138), poderão ser classificadas como públicas (entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público) ou privadas (mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado). Públicas ou privadas, elas têm de cumprir uma função social, cujos objetivos são estabelecidos pelos órgãos próprios do ensino e que “devem ser a expressão dos anseios, das aspirações, dos valores e das tradições da própria sociedade” (Ibid., p. 131).

Neste trabalho, a ênfase será dada às escolas públicas, as quais são identificadas com as escolas estatais, que recebem do Estado ou dos Municípios, através de seus órgãos de educação específicos, insumos para o seu funcionamento: recursos financeiros para sua manutenção e pagamento de seu pessoal, assim como, orientações pedagógicas, dependências físicas, informações, dentre outros. Por outro lado, neste contexto organizacional, as escolas retribuirão com as informações necessárias para realimentar a macro instituição, para que esta possa planejar, controlar e avaliar seus objetivos, entre os quais, oferecimento de ensino de boa qualidade. Entretanto, apesar de cada escola fazer parte desta estrutura, ela possui finalidades próprias, que não podem ser estudadas sem que sejam observadas suas particularidades; particularidades essas que adquirem características de totalidade neste micro sistema.

Tomando o assunto da gestão, Libâneo (2004, p. 101) considera-a como “a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciais e técnico-administrativos. Neste sentido, é sinônimo de administração”. Acrescenta que “a direção é um princípio e

⁵ O termo sistema escolar será utilizado para definir o conjunto de escolas de uma mesma mantenedora, organizado para atender os objetivos educacionais para o qual ele foi instituído. Sistema de ensino será utilizado para designar o que foi instituído nos artigos de 16 a 18 da Lei Nº 9.394 de 20 DE DEZEMBRO de 1996.

atributo da gestão, mediante a qual é canalizado o trabalho conjunto das pessoas, orientando-as e integrando-as no rumo dos objetivos”. No entanto, para o desempenho de uma gestão escolar plena, há de se requerem outros atributos ou princípios.

A escola é considerada, ainda, por Libâneo (2001, p. 19), “como uma unidade básica e espaço de realização dos objetivos e metas do sistema educativo” e, quando assim encarada, a gestão centrada na escola poderá ser realizada de duas maneiras. Uma, em consonância com o ideário liberal, que coloca a escola como centro das políticas, liberando a responsabilidade do Estado para com a educação, que dentro da lógica do mercado, deixa “às comunidades e às escolas a iniciativa de planejar, organizar e avaliar os serviços educacionais (2001, p. 20)”. Já na perspectiva sócio-crítica, valorizam-se as ações dos profissionais na escola, considerando a participação deles nos serviços educacionais e obrigações que devem ser prestadas pelo Estado. Ainda, nesta perspectiva, a escola é considerada um espaço de formação, “lugar em que os profissionais podem decidir sobre seu trabalho e aprender mais sobre sua profissão (2001, p. 20)”.

A escola, conforme Saviani (2000, p.77), em sua análise sobre a noção de sistema, tem que ter a intencionalidade em suas ações, ela foi feita para exercer uma função social, de forma que as contradições existentes nem sempre são o sinal de que o ensino não está funcionando. Complementa a intencionalidade, a unidade, variedade, coerência interna e coerência externa. Essas categorias devem estar presentes na ação educativa e nas formas de gestão, inclusive nas parcerias que a escola deveria manter. Como afirma Saviani (2000, p. 77), “a unidade se contrapõe à variedade, mas também se compõe com ela para formar o conjunto”. Acrescenta que a “coerência interna, por sua vez, só pode se sustentar desde que articulada com a coerência externa”. Um mal que agrava a gestão escolar, para o autor, é quando a escola descuida do aspecto da coerência externa, com o perigo de “desvincular do plano concreto esvaziando-se em construções teóricas” (2000, p. 77).

Na mesma ótica que Saviani, Alonso (2003, p. 24, 25) recomenda, diante das mudanças rápidas que ocorrem na sociedade, que a organização mantenha uma relação dinâmica com o ambiente externo, e que, segundo a autora, “requer a existência de instrumentos de captação e elaboração de informações provenientes do meio exterior, que permitam proceder às alterações necessárias nos processos existentes de forma a adequá-los às novas demandas”.

Há em qualquer organização social, especialmente nas escolas, um processo de comunicação que pode facilitar ou dificultar o cumprimento dos objetivos pretendidos. Segundo Sergiovanni e Starratt (1978, p. 214-216) existem oito conceitos essenciais ao

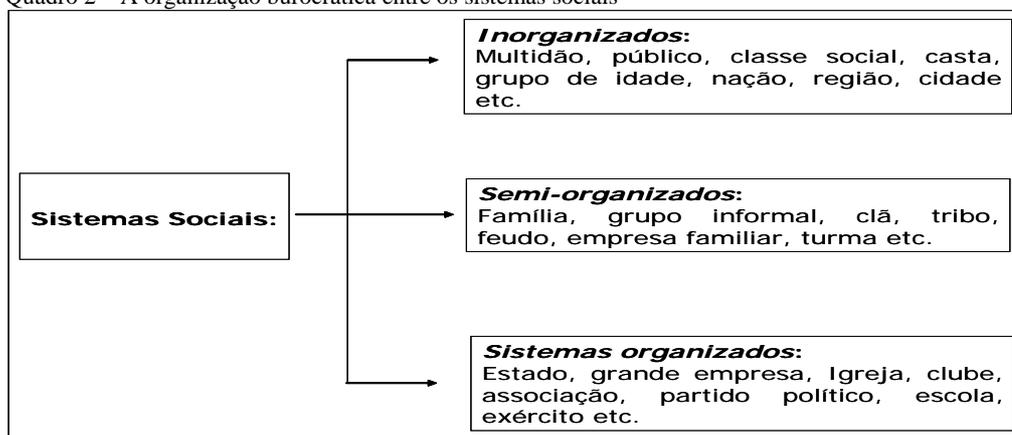
processo de comunicação: objetivo, comunicador, meio de comunicação, canal, conteúdo, receptor, frequência e negociações. Destaca-se o objetivo, pois é ele quem determinará os demais conceitos da comunicação, mas cada um deles é importante para a efetivação das finalidades da organização. As diferenças de posição numa estrutura burocratizada, como é a escola, podem criar dificuldades no cumprimento dos objetivos entre os profissionais da escola. Há os que exercem funções ou cargos de mando, que exigem o cumprimento dos objetivos definidos pelos órgãos superiores; mas, há aqueles que, numa escola, conseguem filtrar as informações ou ordens e, através de um diálogo organizacional, com os subordinados, e moldam, sem perder as finalidades próprias, definidas pelo sistema com as estabelecidas ou redefinidas na unidade escolar. Esse é um dos princípios da autonomia que deve ser exercitado na escola. Neste contexto, todos os integrantes da escola têm de saber o que é geral e o que é específico de suas funções.

A escola é uma instituição que se reveste de todas as características de uma organização social. Para se compreenderem melhor as organizações sociais, é preciso se recuperarem alguns estudos efetuados por renomados estudiosos.

1.2 Caracterização das organizações sociais

Mota e Bresser Pereira (1981, p. 20) ancorando-se em Georges Gurvitch, caracterizam organização como sistema social o que “adota como critério de uma de suas classificações o grau em que o sistema social é organizado”. Em sua classificação, que foi adaptada dos estudos apresentados por Gurvitch, os agrupamentos de pessoas ou grupos sociais, na medida em que são constituídos, poderiam ser classificados desde aqueles que se apresentassem desorganizados até os sistemas organizados.

Quadro 2 – A organização burocrática entre os sistemas sociais



Fonte: Quadro 1 - Introdução à organização burocrática, de Motta e Bresser Pereira (1981, p. 25).

Esses sistemas sociais, conforme Quadro 2, de Mota e Bresser Pereira (1981, p. 25), transcrito acima, estariam classificados, portanto, num continuum constituído por sistemas desorganizados, semi-organizados e os sistemas organizados.

A escola estaria entre os sistemas organizados e a sua complexidade e amplitude dependeriam dos objetivos, dos níveis de ensino atendidos e do público a que ela atende. Esses autores (1981, p. 23) conceituam a organização (burocrática) como:

sistema social em que a divisão do trabalho é sistemática e coerentemente realizada, tendo em vista os fins visados; é o sistema social em que há procura deliberada de economizar os meios para se atingir os objetivos.

Quando utiliza a palavra organização, Chiavenato (1993, p. 258) distingue dois significados: como *unidade* ou *entidade social* e como *função administrativa*. O primeiro refere-se a um empreendimento estruturado, para atingir determinados objetivos; o segundo, como função administrativa, “significa o ato de organizar, estruturar e integrar os recursos e os órgãos incumbidos de sua administração e estabelecer as relações entre eles e as atribuições de cada um”. Tanto como instituição, como função administrativa, ambas coexistem para atingir os fins para os quais foram instituídos. Neste trabalho, será utilizado o primeiro conceito de organização, pois as abordagens, especialmente, a serem feitas sobre a escola serão mais relacionadas a uma instituição.

Etzioni (1989, p. 3 e 7) define as organizações como unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídas e reconstruídas, a fim de atingir objetivos específicos, em que elas se caracterizam por divisões de trabalho, poder e responsabilidades de comunicação; pela presença de um ou mais centros de poder e que a substituição de seu pessoal não causaria interferência na realização e controle de seus objetivos. Cury (2000, p. 105) acrescenta que essas características têm sido deliberadamente planejadas para favorecer a realização de fins específicos, que revisam continuamente a atuação da organização e remodelam sua estrutura, que a mudança ou substituição de pessoal são necessárias quando não satisfazem aos objetivos da organização e que essas mudanças podem ocorrer através de transferências e promoções. Os objetivos das organizações possuem diversas funções: indicam orientações para uma situação futura; constituem fonte de legitimidade; parâmetros de avaliação do êxito da organização; e como unidade de medida para verificar sua produtividade.

Normalmente, para atingirem os objetivos específicos, as organizações sociais se apresentam conforme Blau e Scott (1970, p. 13) com finalidades diversas, tamanho e

complexidade variáveis e com diferentes características. Acrescentam-se a essas organizações os valores, representações e padrões de relações (SOUZA, 2001, p. 4) que podem ser observados quando se trata de um grupo social.

Blau e Scott (1970, p. 14, 15) ao esclarecerem que o conceito geral de organização social

refere-se às maneiras nas quais a conduta humana se organiza socialmente, isto é, às regularidades observadas no comportamento de pessoas, regularidades essas mais devidas às condições sociais, nas quais essas pessoas se encontram, do que às suas características fisiológicas ou psicológicas como indivíduo.

As condições sociais estão estruturadas por padrões de interação social, representadas pela frequência e duração dos contatos entre as pessoas, como se dão esses contatos, as influências que irão ocorrer e o grupo de cooperação que existe entre as pessoas. As relações sociais que ocorrem vão possibilitar o surgimento de sentimentos entre as pessoas e vão se ampliando através de relações entre grupos.

Surgem, portanto, duas dimensões da organização social, uma representada por uma rede das relações sociais entre indivíduos e grupos, que seria citada como estrutura social; e outra, por orientações compartilhadas, citadas como cultura. A primeira corresponderia à organização formal e a segunda à organização informal.

Acrescente-se a essas dimensões o que é chamado de cultura organizacional ou cultura corporativa, que Chiavenato (1999, p. 138) define como

o conjunto de hábitos e crenças estabelecidos através de normas, valores, atitudes e expectativas compartilhados por todos os membros da organização. Ela refere-se ao sistema de significados compartilhado por todos os membros e que distingue uma organização das demais. Constitui o modo institucionalizado de pensar e agir que existe em uma organização. [...] A cultura organizacional representa as percepções dos dirigentes e funcionários da organização e reflete a mentalidade que predomina na organização.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p. 318) consideram esta parte da organização como organização informal ou de cultura organizacional, que provocam forte impacto na organização formal quando “diz respeito aos comportamentos, às opiniões, às ações e às formas de relacionamento que surgem espontaneamente entre os membros do grupo”. Acrescentam, ainda, que,

além daquelas diretrizes, normas, procedimentos operacionais e rotinas administrativas que identificam as escolas, há aspectos de natureza cultural que as diferenciam uma das outras, não sendo a maior parte deles nem claramente perceptíveis nem explícitos. Esses aspectos têm sido denominados freqüentemente de currículo oculto, o qual, embora recôndito, atua de forma poderosa nos modos de funcionar das escolas e na prática dos professores (Ibid, 2003, p. 320).

Katz e Kahn consideram que “Toda organização cria sua cultura ou clima, com seus tabus, usos e costumes. O clima ou cultura do sistema reflete tanto as normas e valores do sistema formal como sua reinterpretação no sistema informal” (1978, p. 85).

É importante o pleno conhecimento das potencialidades que possuem diretores, professores, funcionários, alunos, ao lado dos familiares e pessoas, como parceiros, uma vez que elas podem ser colocadas a serviço das escolas e que saber utilizá-las seria o grande diferencial num processo de gestão.

Ao lado das organizações sociais representadas pelos agrupamentos de seres humanos que convivem em torno de certas afinidades, há organizações que existem e foram criadas para cumprir determinados fins.

Nesses casos as finalidades a serem atingidas, as regras a que os membros da organização devem obedecer e a estrutura de posição que define as relações entre eles (esquema organizacional) não surgiram espontaneamente durante o curso de interação social, mas foram designadas conscientemente, a priori, para antecipar e guiar a interação e as atividades. Como a característica distinta dessas organizações é a de que elas foram formalmente estabelecidas com o propósito explícito de conseguir certas finalidades, usa-se o termo “organizações formais” para designá-la (BLAU; SCOTT, 1970, p. 17).

Ao ampliar o conceito de organização formal, Souza (2001, p. 4) expressa que ela se caracteriza por finalidades, procedimentos, regras e relações explícitas e que, dependendo do grau de formalização que possui, pode possibilitar graus diferenciados de transformação da realidade uma vez que, detentora de recursos humanos e materiais, interage em um dado cenário para a produção de resultados compatíveis com suas finalidades.

As organizações, conforme Lenhard (1974, p. 41,42), são governadas pelos seus objetivos e em torno deles é que devem ser dirigidas as ações de seus membros. Os objetivos são considerados estados futuros que precisam ser concretizados ou transformados. “O objetivo de uma organização é a situação futura que a organização, como uma coletividade,

procura atingir” (ETIZIONI, 1989, p. 8). Assim, as situações futuras são representadas pelas intenções ou objetivos apresentados ou proclamados. As organizações devem ter o cuidado para estabelecer os seus objetivos ou intenções, pois se colocados em níveis ideais, sem vínculo com a realidade, poderiam ser inatingíveis; se colocados em nível muito imediato poderiam ser confundidos com a própria realidade e tornar-se-iam rotinas indesejáveis.

Os objetivos e suas metas, à medida que são realizados, incorporam-se na estrutura das organizações que estabelecem outros que deverão ser o alvo de suas atividades. Há objetivos que serão contínuos. Trata-se dos estabelecidos para o processo ensino-aprendizagem. O que muda no processo são: a aplicação de metodologias mais dinâmicas; a revisão, ampliação e atualização dos conteúdos curriculares; os recursos humanos que se renovam em decorrência de novos profissionais da educação que alimentam o quadro do magistério e o afastamento de outros em razão de aposentadorias ou por deixarem esse ramo da atividade humana. Muda a população que almeja uma escola mais dinâmica, que seja mais solidária, mais inclusiva, que busque a cooperação quando sozinha não conseguir resolver seus problemas através do estabelecimento de parcerias educativas com as organizações que são mais aptas em certas situações.

As organizações podem ser estudadas nos planos formal e informal. No plano formal, as organizações caracterizam-se por finalidades, procedimentos, regras e relações ou procedimentos explícitos e, no informal, quando os grupos, na medida em que vivem e interagem, desenvolvem “seus próprios hábitos, valores, normas e relações sociais” (BLAU; SCOTT, 1970, p. 18) ou quando “é constituído por valores, representações e padrões de relação que se estabelecem entre as pessoas que a integram” (SOUZA, 2001, p. 4). No entanto, apesar da existência dos planos formal e informal, Blau e Scott (1970, p. 19) consideram tão-somente uma organização, pois para eles “é impossível compreender a natureza de uma organização formal sem investigar as redes de relações informais e as normas extraoficiais, pois os padrões formalmente instituídos e aqueles que aparecem informalmente se entrelaçam inextricavelmente”. Diante da complexidade que, muitas vezes, envolve as relações extra-oficiais com as oficiais, das relações sociais e estruturas de posição informais com as formalmente estabelecidas, é importante conhecer toda a complexidade que envolve uma organização, especificamente a escola, que, por certo, determinará o cumprimento mais racional de seus objetivos, levando a alcançar a sua eficiência, uma vez que as organizações existem em comunidades e sociedades.

A organização, no plano formal, é conhecida como organização burocrática ou burocracia, conceituada por Motta e Bresser Pereira (1981, p. 29-33), numa visão weberiana,

como o sistema social em que a divisão do trabalho é sistemática e coerentemente realizada, tendo em vista os fins visados.

Weber (1973, p. 17-26) apresenta, em relação à organização burocrática, três tipos da autoridade ou tipos de dominação, que são: a autoridade carismática, a autoridade tradicional e a autoridade legal. Autoridade para ele é a probabilidade de que uma ordem seja obedecida. A autoridade representa o poder institucionalizado. O poder é o potencial que as pessoas possuem de impor a sua própria vontade sobre a conduta dos outros. Cada um desses tipos diferencia-se pela sua origem e pela sua legitimidade. A autoridade carismática é baseada no carisma, na qualidade extraordinária atribuída de uma pessoa. Ela está presente, quando os profetas, os heróis, os líderes são reconhecidos pelos seus feitos e qualidades pessoais. A autoridade carismática é exercida sem base racional. A autoridade tradicional é baseada nos usos, costumes e tradições existentes numa dada cultura. Nela está presente o domínio dos mais velhos, conhecido como patriarcalismo, onde há prevalência das normas tradicionais. Quando, no exercício da autoridade tradicional, aparece um quadro administrativo, ela se transforma em autoridade patrimonial, sendo o seu arbítrio maior que a existente no senhor patriarcal. As pessoas, no exercício da autoridade tradicional, têm dificuldades em aceitar inovações sociais e tenderia a desencorajar as mudanças e inovações necessárias para dar maior vitalidade a uma organização. É comum entre várias organizações atuais, principalmente as que cuidam de atividades filantrópicas, a perpetuação de seus membros fundadores, os quais por vários anos continuam nas funções de chefias dessas instituições ou, se mudam as decisões, em certas situações têm que ser por eles referendadas.

A autoridade racional-legal é aquela baseada nas normas legais racionalmente definidas. O aparato administrativo que corresponde à autoridade racional-legal é a burocracia. A racionalidade da burocracia numa organização se expressa através de três características básicas: são sistemas sociais formais, impessoais e dirigidos por administradores profissionais. O formalismo numa burocracia (sistema social) se expressa pela existência de uma hierarquia através de um sistema de normas racionais, que definem as relações de mando e de subordinação, existentes entre os ocupantes dos vários cargos de sua estrutura funcional, de acordo com os fins visados; há uma nítida divisão do trabalho, vertical e horizontalmente definidas, em que estão expressos os papéis a serem desempenhados por seus membros e cujo recrutamento é feito por regras previamente estabelecidas. Ainda com relação à formalidade, a remuneração deve ser igual para todos que exercem cargos e funções semelhantes. A autoridade deriva de normas racional-legais. A impessoalidade, existente nas organizações, expressa a racionalidade sem consideração a pessoas e não havendo lugar para

sentimentos, favoritismo e gratidão. O recrutamento, a promoção e o avanço na carreira devem ser regulados por normas previamente divulgadas e com base em critérios objetivos. O administrador profissional, em sua concepção burocrática, é um homem especialista, treinado para o exercício de sua função; que, na visão de Motta e Bresser Pereira (1981, p. 33), “deve ser imparcial e objetivo, que tem como missão cumprir as obrigações de seu cargo e contribuir para a consecução dos objetivos da organização”. Ao mesmo tempo em que a racionalidade da burocracia pode levar a organização a uma superioridade técnica, levando-a a maior eficiência, pode o seu excesso, ou disfunções, levar a organização à ineficiência e perda de qualidade em atingir seus objetivos.

Barbieri, ao considerar a possibilidade de coexistência de mais de uma organização em uma só entidade em razão da multifinalidade desta, prefere não utilizar as expressões organização formal (que indicaria a forma burocrática) e informal (a forma social do sistema) substituídas por *entidades jurídicas e não jurídicas*.

A *entidade jurídica* significaria a existência de uma organização sociocultural instituída com bases legal-burocráticas e como tal reconhecida. A *segunda* uma organização que se forma contingencialmente, no interior das jurídicas ou, independentemente destas, no meio social. Para economia de esforços será utilizada a expressão sociocultural na sua concepção geral, ficando entidade jurídica apenas para as oportunidades em que se der o seu confinamento. (2001, p. 108).

Considera, ainda, Barbieri, como nos estudos de Blau e Scott (1970, p. 18-20) que a organização:

se manifesta sob uma forma com pontos redundantes e harmônicos entre si, seja ela burocrática ou social, com ou sem estrutura física, mas certamente, com uma interdependência interativa das partes, com relevância às correntes de informação no processo de comunicação interpessoal, intermáquina ou pessoal/máquina, admitindo-se, assim, a informação como o elemento essencial da organização (2001, p. 108).

As organizações interagem em determinados cenários, levando em conta os seus recursos humanos e materiais, para a produção de transformações materiais, simbólicas, psicossociais cujos resultados deverão ser compatíveis com suas finalidades. Normalmente nos sistemas escolares, as transformações que mais ocorrem são as simbólicas e psicossociais, cuja principal finalidade é promover sua atividade-fim, que é o processo educativo. Para

atingir esta finalidade específica do sistema escolar, as transformações psicossociais requeridas ocorrem nas dimensões cognitivas, afetivas e psicomotoras dos educandos que é o objeto principal dessa ação provocada pelas escolas e seus agentes transformadores, representados, na maioria dos casos, pelos professores. Para que essas transformações ocorram, é necessário que as escolas disponham de um corpo de doutrinas, metodologias, idéias, hábitos, regras, atitudes, normas que através de um processo de comunicação provoquem transformações simbólicas, como as requeridas no “desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo” (Art. 32 - Inciso I, da LDBEN). Essas transformações ocorrem, de acordo com as finalidades da organização, através de um processo resultante de um conjunto de operações que provoca, conforme nos explica Souza (2001), a transformação de um estado real ou inicial observado no estado final, pretendido ou requerido, que, no caso do sistema escolar, seria a escolarização. Para a realização desse processo, os sistemas ou redes escolares, ou mesmo as escolas, quando consideradas individualmente, necessitam para a sua execução, tempo, recursos humanos e recursos materiais. Daí a importância de se ter uma estrutura de sustentação, que corresponde à estrutura administrativa do sistema escolar, constituída por normas bem elaboradas, metodologias de ensino adequadas aos objetivos e pertencerem a entidades mantenedoras solidamente constituídas (sejam elas mantidas pelo poder público federal, estadual ou municipal ou por entidades particulares, leigas ou confessionais) e uma rede escolar que seria a estrutura didática, em suas dimensões vertical (níveis de ensino) e horizontal (modalidades de ensino) como enfatiza Dias (1.998, p. 127-136) para que os sistemas escolares cumpram seu fim social.

As organizações, especificamente as formais, classificam-se, na maioria das vezes, de acordo com as suas finalidades, e que podem surgir segundo o tamanho; critério de aceitação pelo grupo; e para áreas institucionais grandes (econômica, política, religiosa, educacional).

Peter e Blau (1970, p. 54-74) ao analisarem as tipologias das organizações formais expõem várias classificações, mas destacam a baseada no critério “cui-bonum”, ou seja, quem é o beneficiado. Usando esse critério, eles distinguem quatro tipos de organizações: 1) associações de benefício mútuo; 2) firmas comerciais; 3) organizações de serviços; e, 4) organizações para o bem-estar público.

No Quadro 3, a seguir, estão especificados os tipos de organizações, quem são seus beneficiários e exemplos que se enquadram, respectivamente, na tipologia.

Quadro 3- Tipologia das organizações formais – critério “cui-bonum” – conforme Blau e Scott.

Nº	Tipos de organizações	Beneficiários	Exemplos
01	Associações de benefício mútuo	Sócios, acionistas.	Partidos políticos, sindicatos, associações fraternas, clubes, organizações de veteranos, associações de profissionais, seitas religiosas.
02	Firmas comerciais (elas foram feitas para darem lucros; buscam a eficiência nas operações).	Proprietários	Indústrias, firmas, firmas de reembolso postal, lojas de atacado e varejo, bancos, companhias de seguros e outras similares.
03	Organizações de serviços (principal preocupação: bem-estar dos clientes)	Clientes da organização	Agências de serviço social, hospitais, escolas, agências de auxílio legal, clínicas de saúde mental.
04	Organizações para o bem-estar público	Público-em-geral	Serviço militar, polícia, corpo de bombeiros, organizações de pesquisa, penitenciárias.

Numa organização formal, Etzioni (1974, p. 32) considera que “poder é a habilidade de um indivíduo para induzir ou influenciar outro a seguir suas diretrizes ou quaisquer outras normas por ele apoiadas”. Da mesma forma, expressa Alonso (1976, p. 61) que “o poder é a habilidade de uma pessoa conseguir que outras aceitem e executem as suas ordens”. Para que o poder seja realmente exercido haveria, portanto, a necessidade do consentimento. Etzioni (1974, p. 31) considera o consentimento como “elemento básico do relacionamento entre aqueles que têm poder e aqueles sobre quem se exerce o poder”. Ele “se refere tanto a uma relação em que um indivíduo se comporta de acordo com a diretriz apoiada pelo poder de outro indivíduo como à orientação do subordinado em face do poder empregado”.

Os recursos que são utilizados pelo poder podem ser identificados como, físicos (recompensas e sanções físicas), materiais ou simbólicos. Para que haja o exercício do poder, pode ser considerada a posição cujos ocupantes têm acesso aos meios do poder. Há as posições de poder de elites constituídas pelos representantes organizacionais e as posições de subordinação constituídas por participantes inferiores. Essa posição na organização não significa que uma delas, a do poder de elites, seja detentora de poder absoluto, mas que sempre será reservado parte do poder aos participantes inferiores quando no exercício de suas funções.

Dependendo da utilização dos meios (físicos, materiais e simbólicos) empregados pelos representantes organizacionais, para fazer os subordinados concordarem, o poder é classificado por Etzioni (1974, p. 33,34) em: a) **coercitivo**, que se utiliza de recursos físicos ou sanções físicas; b) **remunerativo**, que faz uso dos recursos materiais e recompensas como salários e gratificações, remuneração; e c) **normativo**, que utiliza o tipo simbólico, como

prestígio, estima e outras. Quanto ao poder normativo é subdividido, em primeiro lugar, em poder normativo puro, quando se baseia na manipulação da estima, do prestígio e símbolos ritualísticos e que ocorrem nas relações verticais, especialmente quando exercido de cima para baixo; em segundo, o poder social, que corresponde à distribuição e manipulação de concordância e resposta positiva que são encontrados nas relações horizontais.

Normalmente, a maioria das organizações utiliza os três tipos de poder, mas de acordo com os seus objetivos há preponderância de um deles. Há redes escolares que se valem dos três tipos; utilizam os castigos e punições nas irregularidades ou descumprimento de atividades programadas, tanto para funcionários como alunos; empregam o uso de premiação ou abono salarial para incentivar o comparecimento de seus integrantes, mas a preponderância é através do poder normativo, quando se cultuam o respeito e obediência às normas instituídas, a responsabilidade profissional, a ética e a solidariedade das quais devem ser portadores todos os integrantes da organização.

Os objetivos são orientações para situações futuras que devem seguir as organizações, bem como, definir as suas linhas gerais. Para o cumprimento de seus objetivos, as organizações estabelecem metas, definidas por Etzioni (1974, 105-124) com a mesma conceituação de objetivos, como a imagem de estados futuros para os quais elas são orientadas. Ao examinar o relacionamento entre o consentimento e as metas, ele distingue três tipos de metas organizacionais, que definem a atuação das organizações: 1) de ordem, 2) econômicos e 3) culturais.

Quadro 4 - Classificação dos tipos de metas ou objetivos organizacionais, segundo Etzioni.

Nº	Tipos	Conceito	Estrutura
01	De ordem	Correspondem às instituições que segregam as pessoas. O poder é exercido por coerção e por alienação dos participantes de nível mais baixo. (Ocorrem em campos de concentração, prisões, reformatórios tradicionais, hospitais de internamentos mentais e campos de prisioneiros de guerra).	Coercitiva
02	Econômicos	Correspondem às instituições que visam a produção de bens ou serviços. O poder é exercido por meio de recompensas materiais e ao consentimento dos membros de nível mais baixo. Ocorrem em organizações de operários (fábricas), organizações de funcionários (bancos, repartições públicas) e organizações militares (época de paz).	Utilitária
03	Culturais	Estabelecem condições para a criação e preservação de objetivos simbólicos. O poder é exercido por meios simbólicos e ao consentimento pelo engajamento dos participantes do nível mais baixo. (ocorrem em organizações religiosas, nas político-ideológicas, nas escolas superiores e universidades, nas associações voluntárias, nas escolas e nos hospitais terapêuticos de doenças mentais).	Normativa

Conforme o quadro acima, as organizações que têm **objetivos de ordem**, apresentam uma estrutura coercitiva, pois elas normalmente segregam pessoas para impedi-las de realizar comportamentos indesejáveis. Entre elas estão as prisões, as penitenciárias, os manicômios. Apesar de não ser a sua finalidade principal, algumas das instituições que segregam pessoas vêm adotando programas educacionais que possibilitam a recuperação dos segregados através de qualificação para o trabalho e programas de alfabetização ou complementação de níveis escolares. As que apresentam **objetivos econômicos** são as que produzem bens ou serviços, possuindo uma estrutura mais utilitária. Considerando a classificação de Blau e Scott, estas poderiam ser consideradas como as de firmas comerciais, que, além do lucro, exercem uma função social. As organizações de **objetivos culturais** possuem uma estrutura normativa que estabelecem as normas, regras e possibilitam o maior envolvimento de seus participantes, desde os superiores até os colocados em categorias inferiores. No caso específico das organizações como as prisões e penitenciárias, elas podem muitas vezes possuir um duplo objetivo de repressão, através da estrutura coercitiva e normativa, quando visam recuperar os detentos que lá se encontram.

A escola, de acordo com a classificação de Blau e Scott, baseada no critério *cui-bonum*, ou seja, quem é o beneficiado, é um tipo de organização que se preocupa com o processo ensino aprendizagem e cujos clientes são os alunos que fazem parte dos vários níveis de ensino. O beneficiário, conforme descrição de Dias (1998, p. 132), não ficaria restrito somente ao cliente que obteria aperfeiçoamento individual que o capacitaria para uma vida mais significativa e dinâmica e uma visão mais ampla do mundo, mas beneficiaria a sociedade como um todo; pois, quanto maior o conteúdo cultural dos egressos ou dos participantes do processo ensino-aprendizagem, maior seria o crescimento do nível de escolaridade da população. Haveria, portanto, a formação de recursos humanos, tão necessária para atender o desenvolvimento do país, além de propiciar o aumento do conhecimento científico, com importantes descobertas através de resultados de pesquisas, especialmente dentro das universidades.

Por outro lado, na classificação de Etzioni (1974, p. 107) a escola presta serviços de tipo cultural e possui uma estrutura normativa. O seu funcionamento depende da observância das normas que são estabelecidas e criadas para cumprimento de seus objetivos. Vincula-se, como organização, a uma mantenedora, dela recebendo energia para o seu funcionamento.

Barbieri (2000, p. 190-197) acrescenta mais um critério para classificar as organizações, a que ele chama de taxionomia segundo as mantenedoras, que se apresentam

em três níveis, estes disponibilizados numa pirâmide de conformidade com a especialização. O primeiro nível seria o da Organização Geral que identificaria o caráter geral existente entre as organizações. O segundo, no nível de semi-especialização, identificado pelos papéis exercidos entre as organizações, e subdividida em três ramos, que seriam: o primeiro, o da Organização Pública, que tem por objetivo a prestação de serviços e corresponderia às repartições públicas; o segundo, representando a Organização Confessional, que tem como objetivo a difusão de crenças religiosas a ser realizada nos templos religiosos; e o terceiro ramo, o da Organização Privada, utilizada por empresas que têm por objetivo a obtenção de lucros, ao produzir bens de consumo, bem duráveis ou serviços à comunidade.

No terceiro nível da pirâmide encontra-se o seu objeto - para o que são dirigidos os serviços:

- a) repartições para prestação de serviços ao próprio Estado: da Fazenda, da Economia, do Planejamento, da Administração e outras;
- b) repartições para prestação de serviços à população: da Educação, da Saúde, da Justiça, de Segurança, de Transportes etc.; e
- c) repartições para prestação de serviços aos setores da produtividade: da Agricultura, da Indústria e do Comércio.” (BARBIERI, 2000, p.191).

As pessoas, quaisquer que sejam as instituições ou sistemas sociais a que pertençam, adquirem, ao longo de sua existência, seus próprios hábitos, valores, normas e relações sociais (BLAU; SCOTT, 1970, p. 18) que as levam a incorporar ou influenciar as suas formas organizacionais, tanto nos planos formais, quanto nos informais. Isso leva a pensar que a quanto mais instituições ou sistemas sociais elas pertencerem, maior será sua participação ou influência. Essas aquisições são decorrentes dos papéis desempenhados, como membros de uma instituição ou das várias instituições a que pertencem. Na gestão educacional, saber valer-se das experiências, que as pessoas possuem, contribui para um crescimento do desempenho profissional entre os membros do corpo docente e aumento de conhecimentos na clientela escolar.

Conhecer um pouco sobre as organizações a que pertencem a uma dada comunidade e o que elas representam para o funcionamento das escolas é uma das tarefas deste trabalho acadêmico. O conceito que será atribuído à comunidade será o de local onde estão inseridas as organizações sociais, incluindo as escolas, as associações, o comércio, as indústrias e o produto gerado por elas, na dimensão tempo e espaço.

1.3 As organizações do terceiro setor

Podemos classificar as organizações pertencentes à sociedade em regiões de atividades ou três setores: Estado, Mercado e Terceiro Setor. A ênfase maior será dada às organizações que pertencem ao terceiro setor.

Entre as organizações sociais, cuja existência é anterior à denominação que vem recebendo atualmente, aparece na sociedade civil as chamadas organizações sem fins lucrativos, organizações voluntárias, terceiro setor ou organizações não governamentais. Essas organizações vêm ganhando notoriedade e espaço entre as demais organizações com as transformações que ocorrem no cenário internacional e nacional, nas instituições criadas pela sociedade: Estado (instituição política) e Mercado (instituição econômica).

A primeira, para regular ou coordenar a vida social inclusive estabelecendo as normas do mercado; a segunda, para coordenar a produção de bens e serviços realizada por indivíduos e empresas. Sendo instituições, Estado e Mercado são criações da sociedade, são extensões da vida social, que precisam, a cada instante, a cada momento histórico, ser revistas e reformadas (BRESSER PEREIRA, 1999, p. 71).

Em decorrência dessas transformações, especificamente as provocadas pelo ideário do neoliberalismo, que prevê uma diminuição grande do poder do Estado e aumento da influência da sociedade civil, foi ampliada, no decorrer do século XX, entre as organizações sociais, as conhecidas como do terceiro setor.

As organizações do terceiro setor, aquelas cujos objetivos principais são mais sociais que econômicos, segundo Hudson, englobam “instituições de caridade, organizações religiosas, entidades voltadas para as artes, organizações comunitárias, sindicatos, associações profissionais e outras organizações voluntárias” (1999, p. XI), as quais podem ser acrescentadas as Organizações Não-Governamentais (ONGs). Essas instituições são rotuladas pelo autor como *organizações orientadas por valores*, pois “são criadas e mantidas por pessoas que acreditam que mudanças são necessárias e que desejam, elas mesmas, tomar providências nesse sentido” (Ibid, p. XI). Elas divergem dos outros setores, pois não distribuem lucros ou dividendos a seus proprietários ou sócios como nas organizações do setor privado e não estão sujeitas ao controle político do setor público.

A existência das organizações com essas características é de longa data. Historicamente e com denominações diferentes, como caridade, filantropia, foram surgindo organizações, algumas delas mais ligadas ao crescimento das organizações religiosas. “Todas

as tradições religiosas ressaltavam o papel de instituições como a família, os amigos, os vizinhos e a Igreja como as primeiras instâncias às quais apelar em tempos de necessidade” (COELHO, 2.000, p. 31). Nasceram escolas, hospitais, “fundos de apoio às viúvas, órfãos, enfermos, pobres, deficientes e prisioneiros” (HUDSON, 1999, p. 2). Com o aumento dessas organizações, muitas delas, com os mesmos objetivos de atendimento, apresentaram problemas de administração, especialmente, como ocorre nos dias atuais, sobre o mau uso dos fundos ou verbas destinadas à caridade ou filantropia. Em alguns países da Europa, especialmente na Inglaterra, já nos anos finais do Século XVI, foram aprovadas leis que permitiam às paróquias imporem taxa de pobreza para a manutenção de suas instituições de caridade. Na Espanha, já havia a proposta de “um censo da população indigente, investigações detalhadas de casos individuais, a aplicação de medidas destinadas a reabilitações permanentes”, conforme citação de Hudson (1.999, p. 2), além da melhoria da coordenação de atividades caritativas.

Apesar das medidas adotadas em alguns países europeus, ocorriam conflitos de objetivos e atendimentos entre as várias organizações filantrópicas. Muitas delas desconheciam o que as outras faziam e quem eram os beneficiários, havendo duplicidade de atendimento como ocorre nos dias atuais.

Na segunda metade do Século XIX, em países como a Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos, aumenta a intervenção do Estado nos assuntos sociais, especialmente os da educação, incrementada, posteriormente, no período pós 2ª Guerra Mundial, pelos princípios do *welfare state*, responsável pela centralização das políticas públicas e a maior intervenção do Estado nas questões sociais. Permanecem, no entanto, por mais de um século, as organizações voluntárias e de caridade, como as maiores responsáveis ou provedoras de serviços diretos ligados à saúde e atendimento de crianças e deficientes.

Muitas das organizações voluntárias e de caridade, responsáveis por certas prestações de serviços, entre elas as voltadas para a educação ou de saúde à população, especialmente às camadas consideradas de mais necessidades, foram perdendo poder de aglutinamento pela concorrência com as organizações públicas similares, no período posterior à Segunda Guerra Mundial.

O Estado, assumindo muitas dessas funções, por força da pressão da opinião pública, passa a manter hospitais para cuidar da saúde da população, aumenta o número de escolas públicas para democratizar a educação, bem como cria programas de promoção sociais. O modelo de política de *Welfare State* é definido como a responsabilidade do governo pelo bem-estar dos cidadãos. Nessa concepção de Estado “[...] na qual se configuram

governos centralizados e burocratizados, com política social expressiva e serviços padronizados que têm por meta suprir as necessidades sociais da população” como enfatiza Coelho (2000, p. 29), e que para Azevedo e Andrade (1997, p. 55) “teriam criado um excesso de demandas para o sistema político, saturação da agenda governamental e um crescimento geométrico dos gastos sociais incompatíveis com a capacidade de arrecadação do Estado”.

No Brasil, um país com péssima política de distribuição de renda e de grande demanda de problemas sociais, não teria encontrado respostas satisfatórias às necessidades existentes e colocadas pela sociedade. Agrava-se esse quadro pela marcante presença do Estado no setor produtivo, pela geração de déficits nas empresas públicas ou paraestatais, o que levaria ao comprometimento do equilíbrio fiscal (AZEVEDO; ANDRADE, 1997, p. 55,56) e sem retorno para novos investimentos colocados como necessários para o país. O Estado teria que ser repensado, uma vez que seu papel de responsável e concentrador de oferecimento e prestação de serviços, aos poucos, vai perdendo força.

No contexto mundial, a partir da década de 80, do século passado, é defendida a tese de que há áreas em que o Mercado atua melhor e que o Estado deveria repassar a ele essas incumbências. Seria a saída do Estado da esfera econômica com o aumento de sua participação na esfera social o que resultaria em investimentos mais rentáveis para a população.

Atualmente, embora variando em função das características locais, há uma tendência à diminuição da participação direta do Estado como produtor direto de bens e serviços e o aumento das atividades referentes ao incentivo e orientação dos investimentos do setor privado em áreas consideradas pelo Setor Público como estratégicas ou prioritárias, bem como o incremento das atividades de regulação e de parcerias com diferentes atores da sociedade civil (AZEVEDO; ANDRADE, 1997, p. 58).

Bresser Pereira (1999, p. 67-116), na década de 90, ao descrever a crise do Estado social-burocrático e do desafio representado pela globalização, vê a sociedade civil como desejosa de redefinir o papel do Estado e do mercado. Vai mais além ao considerar que é a sociedade civil, como a parte organizada da sociedade, que está promovendo as reformas institucionais do Estado e do mercado.

A sociedade civil é constituída por cidadãos individualmente, por empresas e por organizações do terceiro setor, ponderados pelo poder que derivam de seu capital, de sua capacidade de representação e de seu conhecimento técnico e organizacional. Entidades representativas de interesses, organizações públicas não-estatais de serviço, como as escolas, hospitais e entidades de assistência

social e organizações públicas não-estatais de controle social, como as organizações não-governamentais (ONGs); os movimentos sociais e as associações de base (grassroots⁶) são entidades do terceiro setor, mas não esgotam a sociedade civil (BRESSER PERERA, 1999, p. 102,103).

Bresser Pereira considera que dois fatores interferem no processo de democratização da sociedade civil. O primeiro dependeria da distribuição de renda à população que é extremamente desigual em nosso país e segundo, de sua capacidade de organização e de conhecimento dos cidadãos. Ambos seriam condições para a reforma institucional do Estado, o que garantiria os direitos de cidadania.

É dentro, portanto, da sociedade civil que estão todas as organizações que não pertencem ao Primeiro Setor (Estado) e ao Segundo Setor (Mercado). Franco (1999, p. 283) reconhece “que as fronteiras entre os três setores não são rígidas e que existem intercessões – zonas comuns – entre essas ‘esferas’, que não podem sempre ser univocadamente definidas ou divisadas com muita precisão”.

O Estado exerce sua função reguladora, tanto em relação ao Mercado como nas organizações do Terceiro Setor. Quanto ao Terceiro Setor, e na possibilidade de juntos realizarem um maior atendimento nas áreas sociais, o Estado define e regula quais seriam as organizações sociais que estariam em condições de pertencer a este setor e usufruir os benefícios que seriam propostos.

O modelo de Estado centralizador e concentrador teria que ser substituído por um novo, seguido de uma reforma fiscal ou tributária ou de uma reforma global, que estabelecesse formas de financiamento público, cuja receita fiscal por certo racionalizaria o uso dos recursos para financiá-lo com a utilização de sobras para investimentos em projetos estratégicos, de médio e longo prazo, desde que somassem a eles recursos advindos da própria sociedade.

Franco (1999, p. 282) indica:

Isso significa gestar um novo modelo de Estado, descentralizado e não concentrador mais próximo do cidadão e das comunidades, com capilaridade suficiente não para se apossar, mas para incentivar e canalizar os milhões de pequenos recursos de natureza difusa, caráter voluntário e destinação dispersa que não são bem aproveitados como insumos ao desenvolvimento em virtude do atual desenho do Estado.

⁶ Grassroots= com origem no povo, conforme tradução do Novo Dicionário FOLHA Webster's, INGLÊS/PORTUGUÊS e PORTUGUÊS/INGLÊS, p. 135.

Ao prefaciar o livro: *Terceiro Setor*, de Simone de Castro Tavares Coelho⁷, Soares (2000, p. 13) impressiona-se com a “magnitude e diversidade dos recursos (não só econômicos) que irrigam o Terceiro Setor” e que para o analista

significa que, mesmo dispondo de um “Terceiro Setor” já antigo e forte, a sociedade brasileira o tem ampliado e lhe tem transferido crescentes responsabilidades, seja pela ausência do Estado – em seu sentido mais negativo, injusto e socialmente irresponsável –, seja pela assunção espontânea e crescente de iniciativas por parte da sociedade civil. Nesse novo contexto, mudam também as relações entre os três termos polares: o mercado, o Estado e o “Terceiro Setor”.

Acrescenta, ainda, em sua análise que

Menos centralizador e intervencionista, o Estado regulamenta e ampara o mercado, cabendo ao debate ético-político a definição do grau em que se desloca, o Estado, em uma ou outra direção. Mais criativamente comprometido com o êxito do “Terceiro Setor”, entendido como eficiência redistributiva e eficácia agregadora, o Estado tende a respeitar mais amplamente a autonomia das iniciativas societárias de inspiração solidarista, dispondo-se a substituir, gradualmente, a tutela pela **parceria** (2000. p. 13. **Grifo nosso**).

Nessa dimensão, os recursos oriundos do trabalho voluntário e da atuação social das empresas poderiam somar ao atendimento dos programas sociais do Estado. O Estado procuraria saídas legais e, mesmo a título de incentivos, visaria estabelecer relações mais profundas com determinadas organizações do Terceiro Setor com fins públicos e com elas o vínculo de colaboração e parcerias necessárias ao atendimento dos programas considerados de relevância social. Podem ser citados dois atos administrativos instituídos pela União que qualificam pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, ora como Organizações Sociais e com elas firmam um contrato de gestão, ou como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e com elas firmando um Termo de Parceria.

O primeiro dos atos, instituído pela LEI N.º 9.637, de 15/05/1998⁸, qualifica como organizações sociais *pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção*

⁷ COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor**: um estudo comparado entre o Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

⁸ LEI N.º 9.637, de 15/05/1998 Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. **(ANEXO A)**.

e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, que sejam de interesse social e utilidade pública e atendam aos seguintes requisitos:

A- Comprovação em seu estatuto, registrado no órgão competente, relativos a: a) natureza social; b) finalidade não lucrativa; c) um conselho de administração, como órgão de deliberação superior, com representantes do Poder Público e de membros da comunidade e uma diretoria como órgão de direção, estabelecendo a sua composição e atribuições; d) publicação de relatórios financeiros e de execução do contrato de gestão; e) se for uma associação civil, formas de aceitação de novos sócios; f) proibição de distribuição de bens ou parte do patrimônio a qualquer de seus associados; e, g) previsão de transferência, para outra organização congênera, do patrimônio, legados ou doações, em caso de extinção ou desqualificação;

B- haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social. A entidade qualificada como organização social poderá estabelecer com o Poder Público um contrato de gestão, norteado pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, com vistas à formação de parceria entre elas, para fomento e execução de atividades relativas às áreas de sua natureza de atendimento. Este contrato deverá discriminar as atribuições, responsabilidades e obrigações de cada uma das partes. Caso o contrato de gestão não seja cumprido pela empresa, ela será desqualificada como organização social.

O outro ato, instituído pela Lei Nº 9.790 de 23/03/1999⁹, disporia sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). São estabelecidas, no texto legal, as cláusulas que devem conter o Termo de Parceria, entre essas organizações e o Poder Público. Essa legislação constitui-se em novo marco legal sobre Parcerias (NOLETO, 2004, p. 37), qualifica quais são as organizações sem fins lucrativos, as finalidades que elas devem atender e as que não são passíveis de qualificação.

O Termo de Parceria referido anteriormente é o instrumento destinado à formação de vínculo de cooperação entre as OSCIPs e o Poder Público visando atender a determinadas finalidades, discriminando direitos, responsabilidades e obrigações. São definidas no Termo de Parceria quais serão as cláusulas consideradas essenciais e que deverão ser cumpridas por

⁹ LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. (Vide ANEXO B).

cada uma das partes. Era comum a existência de Parcerias entre o Poder Público e outras organizações, mas foi através dessa legislação que teve início um marco legal para efetivação de Termo de Parcerias com as OSCIPs.

As OSCIPs, anteriores a essa legislação, tiveram de reformular seus estatutos e sua estrutura organizacional para se adaptar aos novos preceitos e benefícios legais. Essa reestruturação possibilita, através do Termo de Parceria, como enfatiza Noletto (2004, p. 38), “maior agilidade gerencial aos projetos e gera condições para a realização do controle dos resultados, com garantias para que os recursos estatais sejam utilizados para fins públicos”.

As velhas fórmulas de financiamento das políticas sociais, especialmente as de promoção da assistência social, deverão ser substituídas com a utilização desse instrumento. No entanto, verificam-se práticas comuns, em determinadas organizações, cujo funcionamento está relacionado com a figura patronal de seus fundadores ou grupos a que pertencem. A geração de recursos para elas se manterem em funcionamento é proveniente, muitas vezes, da relação de amizade e envolvimento dessas pessoas. Há a cooptação de inúmeros voluntários que são utilizados nas atividades que eles gostam de fazer: costuras, bordados, pinturas em telas, confecção de doces e salgados que são vendidos em promoções, feiras ou pedidos a fregueses catalogados. Somam-se a essas atividades almoços ou jantares beneficentes que se tornaram tradicionais em certas comunidades.

Nogueira (2005, p. 51) reforça que o trabalho desenvolvido por essas organizações está intimamente ligado à idéia de descentralização em que o Estado incentiva a criação de “associações e indivíduos mais cooperativos que conflituosos, ou seja, que colaboram, empreendem e realizam”. Acrescenta que a “filantropia do terceiro setor e da ‘empresarialidade’ surgirá modernizada, vestida com o manto da solidariedade”.

A reforma gerencial de Estado, promovida pelo Ministro Bresser Pereira no Governo de Fernando Henrique Cardoso, precisava ser operacionalizada, para dotar de maior eficiência e de governança o aparelho estatal. Essa era uma reforma, que segundo Montañó (2003, p. 44-48), deveria adotar a “*publicização*”, definida como a transformação dos serviços públicos não-exclusivos do Estado em propriedades pública não-estatal e qualificar os seus executores como “organizações sociais” ou “organizações da sociedade civil de interesse público”. As organizações sociais, segundo ele (2003, p. 47) “se converteriam no tipo de instituição central para o desempenho das atividades sociais e científicas”. Porém enfatiza sua crítica ao considerar que a

parceria entre o Estado e as ‘organizações sociais’ (instituída mediante a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999), mais do que um estímulo estatal para a ação cidadã, representa desresponsabilização do Estado da resposta à ‘questão social’ e sua transferência para o setor privado (privatização), seja para fins privados (visando lucro), seja para fins públicos (2003, p. 47).

O autor (2003, p. 47) vai um pouco mais longe com a sua análise, ao estabelecer a contradição entre a verdadeira motivação que ele credita ao Governo, qual seja: “aumentar a esfera pública, melhorar o atendimento à população, desenvolver a democracia e a cidadania mediante a ampliação da participação e do controle social” e a que ele estabelece como a verdadeira motivação desta (contra-)Reforma,

no que refere à ‘*publicização*’ é, por um lado, a diminuição dos custos desta atividade social [...]; por outro lado, o retiro dessas atividades do âmbito democrático-estatal e da regência o direito público, e sua transferência para o âmbito e direito privados (independentemente de os fins serem privados ou públicos), e seu controle seguindo os critérios gerenciais das empresas, e não uma lógica de prestação de serviços e assistência conforme um nível de solidariedade e responsabilidade sociais (MONTAÑO, 2003, p. 47,48).

O Terceiro Setor está em expansivo crescimento e seu alcance afeta a maioria das pessoas. “As instituições do terceiro setor são essenciais à qualidade de vida, à cidadania e, na verdade, trazem consigo os valores e a tradição da sociedade como um todo” (DRUCKER, 2001, p. 15). Surgirão organizações que se ancorarão em outras maiores, possivelmente advindas de outro setor, mas existirão as pequenas, que nasceram mais pelo idealismo de pessoas com problemas em comum. Essas organizações se tornam mais importantes conforme as necessidades aumentam.

Considerando que o século XXI é um período de mudanças agudas, Drucker (2001, p. 15). afirma que

A sociedade está reorganizando sua visão de mundo, seus valores básicos, sua estrutura social e política, suas artes, suas principais instituições. As organizações do terceiro setor serão ainda mais importantes nas próximas décadas, conforme as necessidades aumentam.

Acrescenta, Drucker (2001, p. 15), que as organizações do terceiro setor crescerão primeiramente na ajuda aos pobres, carentes, inválidos, às vítimas de violência ou de calamidades, mas crescerão mais rapidamente em serviços que visam “*transformar a comunidade e transformar as pessoas*”. A instituição escolar que mantiver vínculos com estas últimas por certo colherão melhores resultados tanto na ação educativa como no processo de

exercer influências positivas nos alunos, em seus familiares ou responsáveis e atingirá beneficentemente todo o seu entorno. Ampliará a sua cultura organizacional ao incorporar conhecimentos, ações sobre cidadania e solidariedade.

Há, ainda, quanto às organizações consideradas do Terceiro Setor, objetivos sociais similares e que, por esta razão, obedecem e estão “integradas por políticas econômicas mundiais, regras, leis, instituições, pelo comércio e por fenômenos sociais de influência mútua” (MOTA; VASCONCELOS, 2004, p. 170). Em razão das similaridades, várias organizações se agregarão a outras maiores das quais receberão orientações e colaboração sem, contudo, perder o seu caráter individual. Outras, ainda, comporão entre si, para troca de informações, prestação de serviços e outras atividades. São chamadas de organizações em rede.

As organizações em rede, descritas como organizações sem fronteiras, cuja estrutura, conforme Mota e Vasconcelos (2004, p. 383), “é formada por um conjunto de diferentes organizações cujas atividades são coordenadas por contratos, acordos e relações interpessoais, e não pela criação de estruturas hierárquicas formais e rígidas”. Acrescentam que “uma estrutura em rede visa economizar custos, facilitar a coordenação e aumentar a flexibilidade das organizações interligadas na rede, em tese por ser mais orgânica, essa estrutura é mais adequada aos ambientes incertos e complexos predominantes atualmente”. O conceito acima pode ser aplicado tanto às organizações integrantes do setor constituído pelo mercado como pelo terceiro setor.

Temos assistido ultimamente, ao aparecimento de várias organizações em rede quando a questão está ligada ao terceiro setor. Destaca-se a Rede Social do Senac que possui serviços de orientação em várias regiões brasileiras, especialmente no Estado de São Paulo, que ajudam as organizações sociais a melhor se organizarem, especialmente em questões sobre gestão.

O Serviço Nacional do Comércio (SENAC) conceitua a Rede Social¹⁰ como:

Sistema capaz de reunir e organizar pessoas e instituições de forma igualitária e democrática, a fim de construir novos compromissos em torno de interesses comuns e de fortalecer os atores sociais na defesa de suas causas, na implementação de seus projetos e na promoção de suas comunidades. (SENAC, São Paulo, 2005).

¹⁰ Disponível em: <<http://www.sp.senac.br/redesocial>>. Acesso em: 23 set. 2005, 11:26:23.

O SENAC São Paulo, utilizando de sua estrutura organizacional, desenvolve o Programa Rede Social e congrega 18 Redes Locais e Redes Temáticas. Estabeleceu uma metodologia para formação e articulação de Redes Sociais constituída pelos seguintes passos: **Passo 1** - Reunião/Espaço comum (presencial ou virtual): - Formação dos elos entre os componentes; **Passo 2** - Identificação/Conhecimento mútuo: - Estabelecimento de diagnósticos; **Passo 3** - Proposição/Estabelecimento das visões de mundo: - Propostas; **Passo 4** - Composição/Estabelecimento de parcerias: - Definição da missão; **Passo 5** - Novo Compromisso/Definição do projeto ou ação: - Formação do compromisso conjunto; - Estabelecimento de objetivos e metas: - Ação/Realização do planejamento, - Avaliação dos resultados.

A Rede Social do SENAC teria por finalidades: promover o inter-relacionamento entre as organizações sociais partícipes; propiciar a integração e compartilhar a troca de experiências, informações e conhecimentos para ajudá-las nas tomadas de decisão mais rápidas; possibilitar a diminuição do custo das ações e otimização de recursos; criar um banco de dados comuns; dar empoderamento às organizações pela potencialização de suas ações; diminuir a hierarquia existente entre elas e exercitar a democracia participativa; realizar ações em conjunto. A rede possibilitaria, ainda, a mobilização e disseminação da solidariedade, bem como otimização dos recursos e potencialização dos resultados. O ganho maior para as organizações que compusessem uma rede social seria maior eficiência e eficácia em sua gestão. A maioria delas não possui conhecimentos e qualificação específicos no processo de gestão. Para o funcionamento da rede social é preponderante a existência do Fórum Permanente do Terceiro Setor.

O papel do Fórum Permanente do 3º Setor tem sido preponderante para a organização das redes sociais vinculadas ao SENAC. Através dele, tem sido provocados ardorosos debates sobre os problemas que normalmente afligem as organizações no sentido de encontrar soluções para boa parte deles.

O SENAC divulga e disponibiliza o site www.sp.senac.br/redesocial, para fornecer o suporte aos interessados em obter informações sobre o terceiro setor e oferece cursos de pequena duração ou de especialização sobre tais assuntos. Um deles, o Programa de Formatos Brasil, mantido pelo Senac São Paulo¹¹, visa a **Formação de Atores Sociais** que atuam como líderes em associações comunitárias, ONGs, instituições sem fins lucrativos e outras congêneres.

¹¹ Disponível em: <<http://www.sp.senac.br/redesocial>>. Acesso em: 23 set. 2005, 11:26:23.

A proposta do Formatos Brasil é capacitar lideranças comunitárias, facilitar o acesso ao conhecimento em gestão do Terceiro Setor, fortalecer as organizações de base comunitária de todo o país e contribuir para o desenvolvimento local integrado e sustentável. O programa reforça, na prática, um dos propósitos do Senac São Paulo: atingir o maior número possível de pessoas e organizações, especialmente aquelas que não têm acesso aos programas de formação oferecidos pelas universidades.

O programa propõe ainda a criação de fóruns que articulem as organizações em Redes Sociais, capaz de diagnosticar, formular planos de desenvolvimento local e articular os recursos necessários para a implementação dos projetos. (SENAC: São Paulo. 2005).

Esse programa é resultado de uma parceria da Rede Nacional SENAC com o Consulado Geral dos Estados Unidos em São Paulo e da The Johns Hopkins University através de seu Centro para Estudos da Sociedade Civil.

No município de Votuporanga, sob a iniciativa do SENAC local, a rede social está dando os primeiros passos, ao reunir-se com as organizações do terceiro setor que prestam serviços mais ligados à promoção social, conscientizando-as da importância de trabalho melhor integrado. No dia 27 de janeiro de 2005, participaram treze (13) organizações sociais para conhecer o funcionamento da rede social em Votuporanga. Uma das preocupações do Senac local é garantir a sustentabilidade de cada uma das organizações que constituirão a rede social de Votuporanga. Sustentabilidade seria a capacidade que cada uma delas, ou em seu conjunto, teria de captar recursos financeiros, materiais e humanos, de forma suficiente e contínua, sabendo utilizá-los com competência de forma que garantisse o atendimento de seus objetivos.

Visando criar condições de sustentabilidade às instituições sociais no município, foi criado o Fundo das Instituições Sociais Associadas de Votuporanga (FISAV) e que foi reconhecido de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal N.º 3.490 de 21/03/2002.

O FISAV, conforme Quadro 3, é constituído por treze organizações sem fins lucrativos. Todas elas são reconhecidas como de utilidade pública pelo Poder Público Municipal. A maioria dessas organizações presta mais serviços relacionados à recuperação de dependência química. Outras atuam na assistência às famílias ou no atendimento às crianças e aos adolescentes.

A sustentabilidade dessas organizações é em parte advinda das promoções do FISAV, mas cada uma delas possui fontes de financiamento do poder público federal ou estadual. Para algumas delas, do Município, de doações de particulares ou contribuições sociais de empresas privadas ou de eventos promocionais próprios.

Quadro 5 – Relação das Entidades Assistenciais vinculadas ao FISAV.

Nº	ENTIDADES ASSISTENCIAIS
01	Associação Antialcoólica de Votuporanga
02	Associação Amor Exigente de Votuporanga
03	Associação de Ass. ao Deficiente Físico e Auditivo
04	Associação Fraternal da União de Pais e Amigos de Crianças Especiais “Recanto da Tia Marlene”
05	Casa Abrigo Irmãs de Emaús
06	Centro de Apoio Social Mundo Unido – Casmu
07	Clube de Mães da Paróquia Santa Luzia
08	Comunidade de Recuperação Nova Vida – Crenavida
09	Centro Social de Votuporanga – Guarda Mirim
10	Comunidade “São Francisco de Assis”
11	Lar Assistencial Espírita “Recanto da Mãe”
12	Sociedade Espírita Beneficente “Abrigo de Luz”
13	Sociedade Espírita Beneficente “Fonte Viva”

Fonte: Dados fornecidos pelo FISAV em 2004.

Uma das atividades principais do FISAV é a de promover eventos que gerem fundos financeiros para as suas associadas, como a exposição de animais e produtos agropecuários e da indústria local, normalmente na semana do aniversário do Município, que ocorre no dia 8 de agosto. Esse evento, como é um acontecimento tradicional, não só no município, como nos demais da região, é bem aceito e freqüentado pelo público que não é só local, mas também regional.

Conta o FISAV com as parcerias do Poder Público Municipal, de inúmeras instituições do Comércio e da Indústria da cidade e a participação da comunidade para realização de um dos maiores eventos realizados no município. Essa atividade teria a finalidade de arrecadar recursos financeiros que seriam utilizados para o financiamento dos gastos gerados para cumprimento de suas finalidades. Como há interesse do poder público municipal na gestão da Diretoria do FISAV, uma vez que um dos seus eventos faz parte dos eventos municipais e que em administrações municipais anteriores havia sempre a sua colaboração, há uma preocupação com quem fará parte de sua diretoria, devendo ser pessoas de credibilidade, de bom nível cultural e empreendedoras; e que dediquem parte de seu tempo em atividades que beneficiem as organizações sociais.

Dois são os problemas que preocupam as organizações do terceiro setor e as escolas. O primeiro diz respeito à sua gestão e o segundo ligado ao primeiro é a sua

sustentabilidade. Tanto as organizações sociais como as escolas precisam de recursos financeiros para poderem atender com mais eficácia os objetivos e suas metas estabelecidos. Ambas precisam dos recursos públicos, embora numa ordem inversa, uma vez que as escolas sendo públicas dependem do seu mantenedor e a maioria dos recursos será por ele repassada indiretamente. As despesas com a folha de pagamento dos funcionários, gastos com a manutenção da escola (energia elétrica, água, telefone), reformas e outros gastos são pagos com os recursos alocados pelos órgãos próprios do Governo do Estado. A tarefa da escola é o preenchimento mensal de informações em planilhas informatizadas pelos órgãos encarregados de pagamento ou apresentação de comprovantes de despesas. Outras fontes de arrecadação poderão contribuir com os recursos públicos; são as relacionadas a campanhas financeiras das Associações de Pais e Mestres, cantinas escolares ou aluguéis de espaços da escola, como as de cantinas mantidas por particulares e dos muros da escola para fins de propagandas de empresas comerciais ou industriais; ou, ainda, indiretamente, através das colaborações advindas de campanhas e parcerias de colaboração que a escola mantém. Estas são as grandes diferenças, quando bem direcionadas pela gestão da escola. Por outro lado, as organizações sociais precisam dos recursos públicos para a sua sobrevivência. Estes advêm de subvenções federais, estaduais e municipais, normalmente intermediadas pelo Fundo Social de Solidariedade. A sua sustentabilidade é mais bem alcançada quando no planejamento de suas ações há uma diversidade de atividades programadas para obtenção de recursos de fontes particulares. É um trabalho que envolve uma legião de voluntários na prestação de serviços relacionados à feira de bordados, almoços beneficentes, bazar da pechincha, festa do milho verde, venda de hortaliças e legumes produzidos pelos programas recuperativos de algumas instituições, venda de produtos de limpeza e arrecadações advindas das contribuições de sócios ou contribuições espontâneas. Nas organizações sociais que mantêm atividades escolares, especialmente as relacionadas à manutenção de creches e pré-escolas, são mantidas parcerias com o Poder Público Municipal, em que este fornece o corpo docente, alguns funcionários, merenda escolar; despesas estas que são contabilizadas como despesas públicas.

Até agora se falou sobre as organizações, o papel e objetivos desempenhados por elas contribuindo para o aprimoramento da sociedade. Os problemas sociais são volumosos e acabam por atingir as nossas instituições, especialmente a família e seus componentes. Chegam às escolas e comprometem o seu funcionamento, pois, muitas vezes, os seus profissionais utilizam mais o tempo, que deveriam dedicar ao objeto principal da ação educativa, para resolverem problemas que muitas vezes foram gerados no convívio familiar, nos locais de trabalho, nas relações que ocorrem no seio da comunidade.

Com o que a escola pode contar e o que disponibilizar para melhor realizar seus papéis educativos? Sabe-se que entre os problemas existentes estão os ligados à formação profissional, falta de informações e diagnósticos sobre quem são seus clientes, seus familiares, nível cultural familiar e acima de tudo, como os componentes do entorno da escola podem ajudá-la em suas tarefas. A escola precisa conhecer mais sobre o potencial da sociedade, quem são as pessoas ou organizações com que poderia compor parcerias educativas ou, ainda, individualmente quem poderia ser voluntário nos projetos desenvolvidos.

Uma constatação, numa das escolas pesquisadas, é que a maioria das famílias não está engajada nos objetivos das organizações sociais o que leva a crer que o nível de organização individual de cada uma delas é baixíssimo e que influenciará muitas vezes negativamente em sua participação nas escolas de seus filhos.

Constata-se que mesmo os alunos não possuem uma agenda dedicada à prática de esportes, que é uma das atividades estimuladoras do desenvolvimento social em crianças e adolescentes, uma vez que 74% dos pesquisados¹² não freqüentam nenhum local ou clubes esportivos. Sabe-se que os demais alunos freqüentam os clubes da cidade e apenas pouco menos de 2% comparecem ao Centro Social Urbano (CSU), local público, mantido pela Prefeitura Municipal, possuindo um Ginásio de Esportes, piscina e outras modalidades esportivas. O CSU atenderia à clientela de alguns bairros periféricos da cidade, sendo mais comum os agendamentos para atividades esportivas ligadas a clubes, especificamente ao do Ginásio de Esportes.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) define uma democracia participativa e descentralizadora para o Estado Brasileiro. Ainda, nos preceitos constitucionais, o Art. 205 (constante da Seção I, do Capítulo III do Título VIII) além de instituir que a educação será *promovida e incentivada com a colaboração da sociedade*¹³, para atender às finalidades educacionais, estabelece que ensino deve ser ministrado obedecendo alguns princípios, entre os quais, o de ***gestão democrática do ensino público, na forma da lei***¹⁴. Neste contexto, a gestão do ensino é vista como um todo com uma interdependência entre as partes, ao pressupor a colaboração com a sociedade.

Não há como ignorar a importância dos fatores externos na gestão da escola, mesmo que as diretrizes sejam ainda definidas num contexto organizacional e que elas

¹² Ver em ANEXO A -Tabela Matricial, Item I.9.

¹³ Consta do Art. 205 da CF/88 (constante da Seção I, do Capítulo III do Título VIII).

¹⁴ Inciso VI, do Art. 206 da CF/88.

venham através da direção centralizadora que continua forte nas estruturas dos sistemas ou redes de ensino.

Neste cenário, e especialmente através do direcionamento constante na LDBEN/1996, surge a chamada gestão democrática, conceitualmente definida como a participação dos diferentes setores da comunidade nas decisões da política educacional em nível de sistema, ou da própria unidade escolar.

Paralelamente à preocupação com a gestão democrática das escolas públicas brasileiras, há de se considerar a importância da sociedade civil, influenciando o processo educativo promovido nos ambientes escolares e o impacto dessa influência na produção do conhecimento escolar. Reside aí, talvez, um dos mais sérios problemas a ser gerido pela escola. Sabe-se que, muitas vezes, há nítida diferenciação do trabalho educativo promovido pelos docentes numa mesma escola, ou numa mesma série, ou mesmo componente curricular. Há, em muitas escolas, uma lacuna entre a fase de elaboração de suas propostas educacionais, que são registradas nos planos educacionais e aprovadas pelos Conselhos de Escola, e posteriormente encaminhadas para os órgãos representativos da Secretaria da Educação do Estado para homologação, e a de sua execução.

Paro, ao analisar os condicionantes internos presentes no interior de uma instituição escolar, considerou os seguintes aspectos:

1) a estrutura organizacional da escola em seu caráter legal; 2) a real distribuição hierárquica dos que atuam no interior da unidade escolar; 3) os mecanismos de ação coletiva aí presentes; 4) as relações interpessoais; 5) o atendimento aos pais e membros da comunidade; 6) o processo ensino-aprendizagem propriamente dito. (1996, p. 69).

Estes condicionantes, quando analisados atentamente, numa estrutura organizacional ou estrutura formal da escola, estão presentes nos regulamentos existentes na legislação de ensino que orienta as diretrizes a serem cumpridas no contexto escolar e outras oriundas do próprio sistema de ensino. No entanto, não basta conhecer os textos legais, como dizia Lourenço Filho (1976, p 95-99), mas que "haja adequada preparação dos que tenham de responder pelos encargos" da gestão escolar e ter "uma visão clara de todo o processo educativo, seus elementos e recursos, objetivos imediatos e mediatos: enfim, preparação especializada quanto ao sentido social e técnico de trabalho das escolas", tendo em vista que, na maioria das vezes, a escola tem que lidar com os problemas diários que são trazidos pelos profissionais da educação, por funcionários e constantemente provocados pelas relações interpessoais do corpo discente, muitas das quais não apresentando soluções imediatas e

desejadas nos regulamentos e normas de convivência existentes nos textos legais e regulamentadores advindos dos órgãos educacionais. A escola teria que exercer o princípio da autonomia.

A real distribuição hierárquica ou distribuição do poder e da autoridade dos que atuam no interior da escola nem sempre expressam a estrutura formal determinada pelos atos legais, "mas há algo na escola que se aproxima muito do modelo ideal prescrito pelo Regimento: a forma hierarquizada de se distribuir a autoridade" (PARO, 1966, p. 77). Assumindo a autoridade máxima estaria a direção, seguida dos níveis intermediários (compostos pelo Núcleo Técnico-Pedagógico, representado pelo professor-coordenador, Núcleo Administrativo, constituído pelo pessoal que trabalha na secretaria da escola, Núcleo Operacional, constituída por zeladores, vigilantes, inspetores de alunos, serventes, faxineiros e merendeiras, e o Corpo Docente, formado pelos professores que atuam na escola) e no nível mais baixo estariam os alunos. O exercício do poder e da autoridade no interior da escola estabelecidos através de normas escritas e exaustivas, de forma weberiana, nem sempre são exercidos sem conflitos entre os diversos níveis e funções que cada uma das partes realiza.

Os mecanismos de ação coletiva existentes no interior da escola estão institucionalizados pelo conjunto de normas que constitui parte da estrutura administrativa (regimentos, portarias, instruções) de uma rede escolar ou estabelecida por ocasião da autorização de funcionamento de escolas, quando estas forem mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Entre as existentes, estariam a Associação de Pais e Mestres – APM., o Conselho de Escola, o Grêmio Estudantil e os Conselhos de Classe ou Série, cada um deles exercendo suas atividades através de normas constantes em seus regimentos, estatutos ou disposições por elas instituídas no exercício do poder a elas outorgadas.

As relações interpessoais constituem um importante condicionante interno da participação na escola. É possível, através delas, "detectar conflitos, delinear grupos de interesses, identificar aspirações e expectativas que norteiam as ações dos diversos autores" (PARO, 1966, p. 163). Elas estão presentes principalmente no relacionamento que realizam entre si ou com os diversos segmentos existentes na escola, especificamente a direção, corpo docente, funcionários, pais e alunos. Este condicionante, se devidamente observado e trabalhado, refletirá no processo de gestão da escola.

O atendimento de pais e membros da comunidade pela escola

pode revelar, em certa medida, a natureza das relações da escola com seu ambiente social, bem como indicar em que medida as pessoas e instituições presentes na unidade escolar facilitam ou entram a participação em suas atividades nas decisões que aí têm lugar (PARO, 1966, p. 181).

Em suma: neste capítulo foi definido que a escola é uma instituição que se reveste de todas as características de organização social. As organizações são unidades sociais intencionalmente construídas e reconstruídas em torno de objetivos específicos que, no caso da escola, é o processo de escolarização. Para realizar seus objetivos, como toda organização, caracteriza-se por divisões de trabalho, poder e responsabilidades de comunicação. Existe uma mobilidade dos recursos humanos e dos seus objetivos no seu interior, uma vez que ela precisa estar em contato permanente com seu ambiente, dele retirando as suas energias e oferecendo o produto de sua ação educativa.

As organizações atuam nos planos formal e informal e classificam-se, na maioria das vezes, de acordo com as suas finalidades, e que poderiam surgir segundo o tamanho; outras, no critério de aceitação pelo grupo; e para áreas institucionais grandes (econômica, política, religiosa, educacional). No caso da escola, ela possui finalidades que são estabelecidas por outras organizações, pois ela faz parte de um sistema mais amplo e, ao mesmo tempo, possui objetivos próprios ao se inserir e atender os objetivos de seu ambiente próximo.

Como parte da sociedade, as organizações sofrem as mutações decorrentes das redefinições do papel do Estado e do Mercado. Em decorrência disso, é valorizado o papel a ser exercido pelas Organizações do Terceiro Setor. Essas organizações estão em pleno crescimento e são essenciais à qualidade de vida, à cidadania. Elas mantêm interações entre si e com as organizações do Estado e do Mercado. Uma das formas de participação, colaboração ou cooperação entre elas são parcerias que serão objeto de discussão no próximo capítulo.

2 AS PARCERIAS E AS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

2.1 Conceituação

Parceria é conceituada no Dicionário Aurélio (1999, p. 1.269) como reunião de indivíduos para um fim de interesse comum; ou sociedade ou companhia; contrato mediante o qual se cede a outrem uma propriedade rústica a fim de ser cultivada, repartindo-se os frutos na proporção que estipularem (parceria agrícola); empresa em que associam os condôminos de um mesmo navio para explorá-lo (parceria marítima); contrato pelo qual se entregam animais para pastorear, tratar e criar, a troco de uma conta de lucros (parceria pecuária).

O conceito de parceria é atualmente utilizado desde o simples compromisso informal, assumido entre as partes, até as formas mais complexas encontradas nos regulamentos instituídos pelas organizações mais complexas a exemplo das formuladas pelo Poder Público. Noletto (2004, p. 11) tem a concepção de que parceria, como uma arte de ações mais pontuais, “significa uma associação em que a soma das partes representa mais que o somatório individual de seus membros; pois, por meio da parceria, há o fortalecimento mútuo para atingir um determinado fim”.

O Instituto Brasileiro do Terceiro Setor (IBTS) conceitua o termo parceria, segundo o Prof. Mário Aquino Alves, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, como

Uma relação de mão-dupla: os parceiros partilham seus recursos de modo a trocar benefícios mútuos e chegar a objetivos comuns; tem como objetivo integrar a organização com a comunidade, conseguir recursos e dar visibilidade à sua organização (2005, IBTS).

A parceria normalmente é construída em torno de objetivos comuns entre as partes, em que os parceiros definem o que fazer em conjunto e estabelecem quais os recursos a serem disponibilizados. São estabelecidas as metas que deverão ser cumpridas na direção do atendimento do estado futuro pretendido. É comum ao se realizar as parcerias, sejam elas um contrato de gestão, termo de parceria ou convênio, entre outras, estabelecer cláusulas que identificam e informam quais são os parceiros, quais os objetivos pretendidos, apontam os recursos financeiros, materiais ou humanos a serem utilizados, estabelecem o tempo de duração das parcerias, relacionam os recursos financeiros que, muitas vezes, terão que ser demonstrados perante tribunais de contas.

As parcerias podem surgir pela fragilidade de pessoas ou organizações, incapazes de, sozinhas, executarem atividades ou tarefas inerentes aos seus objetivos; ou, ainda, porque, com a união de suas forças, elas poderão melhor atender seus objetivos, oferecendo um produto de maior eficácia.

Entre os tipos de parcerias são encontrados: a) parcerias individuais; b) parcerias institucionais; c) parcerias do poder público.

2.2 Parcerias individuais

Entre as *parcerias individuais* encontram-se as realizadas por pessoas com interesses comuns, como as realizadas na agricultura e na pecuária, como as citadas na conceituação do Dicionário Aurélio; utilizadas através da reunião de pessoas em regime de mutirões visando à construção de casas populares, representadas mais pelo compromisso voluntário de parentes, amigos ou a troca de dias na construção comum de casas para o uso próprio. Neste caso, haveria um compromisso formal entre o possível dono de uma casa e uma companhia de construção ou do poder público.

Antonio Candido (2003, p.136), em *Os parceiros do Rio Bonito*, ao realizar um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida, no período de 1947 a 1954, define que “parceria é uma sociedade, pela qual alguém fornece a terra, ficando com direito sobre parte dos produtos obtidos pelo outro”. Em sua descrição sobre o caipira paulista, o autor reconstrói historicamente a sociedade caipira onde descreve as suas relações básicas, incluindo nelas os meios elementares de sua subsistência. É justamente esta relação que vai caracterizar uma das formas de parceria. Acrescenta, ainda, as modalidades de parcerias existentes em Bofete/SP, município pesquisado, antigo Rio Bonito que emprestou nome ao título de sua pesquisa, relacionadas a seguir:

- 1) correm por conta do parceiro todas as operações necessárias: roçada, aceiro, queimada, aração, plantio, limpeza, colheita; feita esta, o proprietário recebe 20% do produto, no próprio local;
- 2) mesmas condições de trabalho; mas a quota do proprietário é de 25%;
- 3) mesmas condições; quota de 30%;
- 4) o proprietário fornece terra arada e semente; cabe ao parceiro roçar, queimar, plantar, limpar, colher e dar a quota de 33%;
- 5) o proprietário fornece terra roçada, queimada, arada e semente; cabe ao parceiro plantio, limpa, colheita, dividindo-se o produto em duas partes iguais (50%) (CANDIDO, 2003, p. 136).

A quinta modalidade neste contexto é conhecida como meação em razão da colheita ser dividida ao meio, ou em duas metades, e o parceiro é chamado de meeiro; já nas demais modalidades são denominadas de aforantes. Há, também, o arrendamento com um percentual em dinheiro por alqueire ou, ainda, na maioria das vezes escolhe o pagamento em espécie.

A modalidade ideal para o interesse do proprietário, descrita por Candido (2003, p. 236), era a meação ou parceria a 50%, que em razão de certa folga financeira, permitia-lhe arcar com as despesas de preparo da terra e o fornecimento das sementes. As modalidades enumeradas de 1 a 3, segundo Candido (2003, p. 236) eram “as preferidas pelo trabalhador, devido não só à margem mais compensadora, como à maior liberdade que significam”. Acrescenta, ainda, que:

Na meação, o fazendeiro é um sócio que inverteu capital apreciável, e, portanto intervem na empresa comum a fim de garantir-lhe o êxito. Nas outras formas, todavia, dispuseram apenas da terra, cabendo ao parceiro a quota maior de capital, sob a forma de instrumentos, sementes e benefício. Se nos pusermos no ângulo patronal, concluiremos que a meação é a modalidade mais proveitosa ao rendimento agrícola e à exploração racional da terra; do ângulo do trabalhador, as outras modalidades são as que lhe asseguram equilíbrio mais satisfatório na vida econômica e mais plena integração social (Ibid., p. 236,237).

Prevendo uma possível mobilidade do homem do campo para a cidade o estudo, Candido (2003, p. 238) dizia que

a parceria representa um ponto de precária estabilidade no processo de mudança ora em andamento, colocando o caipira entre a posição de proprietário, ou posseiro, e a de salarido agrícola; e aparecendo, muitas vezes, como única solução possível para a sua permanência no campo. É uma forma de proletarização rural (se possível usar tal frase sem contradição nos termos) que retarda ou evita não apenas as suas formas extremas (salarido), mas ainda a proletarização urbana imposta pelo êxodo.

Candido (Ibid., p. 235), ao retratar a situação da parceria agrícola existente no período estudado expõe que:

A parceria, no Brasil, representa as mais das vezes situação de compromisso entre o grande ou médio proprietário que não tem meios de explorar diretamente as suas terras e o trabalhador rural que não deseja tornar-se assalariado. Para ambos, é nitidamente uma situação de transição; daí ocorrer de preferência nas zonas chamadas velhas, e estabelecer-se nas fases de menor prosperidade ou decadência agrícola. Ela não permite ao fazendeiro a

agricultura moderna e em larga escala; nem permite ao trabalhador a prosperidade mínima, que se traduz em estabilidade por meio da aquisição de terras. Por isso, tantas vezes, denota a coexistência do proprietário financeiramente insuficiente e do proprietário, obrigado a lavrar chão alheio. Em nenhum lugar, mais do que em zonas velhas como a que percorri e estudei, verifica-se, a seu respeito, a justeza do conceito de Drouyn de Lhuys: é a "associação, sobre um solo pobre, do trabalho lento e do caipira tímido".

Relata, ainda, que

os parceiros estudados não podem dar conta das tarefas sem auxílio vicinal, que continua, assim, elemento integrante de sua sociabilidade e economia. Verificou-se, no entanto, acentuada substituição das formas desinteressadas pelas que envolvem retribuição, computada rigorosamente – fazendo com que as instituições tradicionais do *termo* e do *mutirão* cedam lugar às diversas modalidades de troca de serviço, individual e coletivo (2003, p. 242).

O estudo mostra, ainda, que as velhas práticas concentradas nos velhos grupos vicinais vão dando lugar a novas formas de interação e experiência social.

No Estado de São Paulo, com uma taxa de urbanização¹⁵ de 93,41%, podem ser encontradas, ainda, algumas dessas modalidades de parcerias: na agricultura, sob a forma de arrendamento; ou, na pecuária, através do arrendamento ou “da divisão dos lucros na criação ou engorda de bovinos”; nas pequenas indústrias de confecção de roupas, calçados que são repassadas para trabalhadores individuais ou terceirizados para grupos menores.

As *parcerias institucionais* são comuns como práticas utilizadas pelas empresas dos diversos setores existentes no mercado. Muitas delas utilizam-se desde a simples prestação de serviços até às mais complexas atividades da economia. Inclui-se, nessas atividades, o processo de terceirização, como forma de cooperação, prestação de serviços, diminuição da complexidade e diversidade de serviços operacionais existentes na organização e diminuição de custos gerados por manter atividades onerosas, quando podem existir as desenvolvidas por outras empresas com custo menores. Deixar-se-á de fazer abordagens a esse respeito.

¹⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Taxa de Urbanização segundo Censo Demográfico de 2000.

2.3 As parcerias do Poder Público

As *parcerias do poder público* são comumente utilizadas pelos entes federativos, para realização de seus objetivos e desenvolvimento de suas metas de trabalho. As parcerias geralmente são formalizadas através de Termo de Convênio no qual as partes assumem compromissos em torno do desenvolvimento de um determinado objetivo, considerado relevante à população. Cada unidade federativa, além de manter parcerias internas entre os seus diversos órgãos, estabelece formas de cooperação com outros entes. Assim ocorre entre a União e Estados, Distrito Federal e Municípios; ou entre os Estados com outros Estados ou com seus Municípios; ou, ainda, entre os diversos municípios.

No campo educacional, as parcerias são encontradas e oficializadas através de instrumentos próprios. Encontramos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) a obrigação constitucional de que Estados e Municípios definam "formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização de ensino obrigatório"¹⁶. Poder-se-á incluir, como espaço de parcerias, as formas de colaboração que a sociedade vai oferecer às instituições escolares, como aparece descrito no Art. 205¹⁷ da CF/88, para desenvolver as finalidades da educação.

Motta (1997, p. 168) ao comentar sobre este dispositivo constitucional afirma que

A colaboração da sociedade também se faz necessária, principalmente para suprir as deficiências do Estado na promoção e incentivo da educação. É aqui que a ação da livre iniciativa ganha importância, não só por garantir maior número de vagas, mas, principalmente, pelas alternativas que oferece às famílias para poderem escolher, livremente, a escola que preferem, seja pelas suas tradições religiosas e culturais, seja pelo desejo de melhor qualidade do que a oferecida pelo poder público.

A colaboração da sociedade, para atingir as três finalidades maiores da educação (pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho) não ficaria restrita à ação da livre iniciativa na oferta de vagas

¹⁶ § 4º do Art. 211, com a nova redação dada pela EC Nº. 14 de 12, publicada no *Diário Oficial da União*, de 13 de setembro de 1996.

¹⁷ Título VIII, Capítulo III, Seção I, Art. 205 da CF/88.

concedidas às famílias, mas ao que ela pode proporcionar para, de forma eqüitativa, melhorar a ação das escolas públicas no processo educacional e no atendimento da maioria da população.

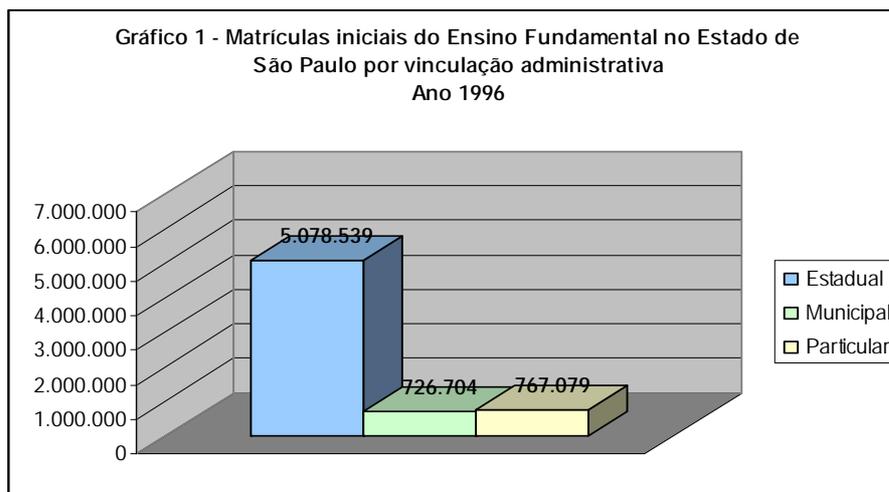
O Art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da CF/88, com nova redação recebida pela Emenda Constitucional Nº. 14, de 12 de Setembro de 1996 (EC Nº. 14/96), estabelece que, nos dez primeiros anos da promulgação desta Emenda (período de 1998 a 2007), os percentuais dos recursos previstos constitucionalmente aos Estados, o Distrito Federal e Municípios devem destinar-se à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério. Determina que a distribuição de responsabilidades e recursos entre os Estados e seus Municípios é assegurada através da criação, em cada Estado e no Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

A LDBEN/96, ancorando-se na CF/88, estabelece em seu Título IV que trata sobre a Organização da Educação Nacional, que os Estados terão entre as incumbências, a de

definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público. (Artigo 10, Inciso II da Lei Nº. 9.394, de 20/12/1996).

Antes mesmo da aprovação da EC Nº. 14/96 e da instituição da LDB/96, diante de estudos e de discussões sobre o papel do Estado sobre a educação e o envolvimento cooperativo entre os entes federativos, o Governo do Estado de São Paulo antecipa um amplo programa de parcerias com seus municípios através do Decreto Nº. 40.673, de 16 de Fevereiro de 1996, instituindo o *Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município para atendimento ao ensino fundamental*.

No ano de 1996, por ocasião da publicação do Decreto acima, o Estado de São Paulo possuía 625 Municípios e uma população escolar do ensino fundamental de 6.572.322 alunos, dos quais 5.078.539 pertencentes à rede estadual, 726.704 da rede municipal e 767.079 da rede particular.



Fonte: Centro de Informações Educacionais – SEE/SP.

Em 1997, a publicação da EC Nº. 14/96¹⁸, ao dar nova redação ao § 2º do Art. 211 da CF/88 e, considerando, ainda, as disposições da Lei Federal nº. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que regulamenta o FUNDEF, aumenta a responsabilidade dos Municípios que devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

A Secretaria de Estado da Educação (SEE) de São Paulo cria uma política de incentivos visando à transferência de escolas estaduais para a gestão municipal. Para ajudar os Municípios na organização da documentação, agilização e orientação dos processos do Programa de Parceria, a Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAF) publica a coleção: *Descentralização e Reformas no Ensino Fundamental: unindo forças para construir com sucesso, uma escola de cara nova para São Paulo*, constituída de três volumes, cada um deles com o seguinte conteúdo: v. 1 - Aspectos financeiros: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério; v. 2 - Instrumentos de gestão municipal: propostas para a organização da rede de Ensino Fundamental dos municípios; e, v. 3 - Instrumentos jurídicos e administrativos: transferência de patrimônio e recursos humanos aos municípios. Denominaremos de *Coleção SEE/FUNDAP*.

A presente coleção, publicada com muita oportunidade pela Secretaria da Educação, tem exatamente o objetivo de esclarecer dúvidas e incertezas, colaborando para o prosseguimento do Programa de Parceria Educacional, de forma a resgatar a tradição de qualidade da Escola Pública e valorizar a

¹⁸ Emenda Constitucional n. 14, 12 Set. 1996. Modifica os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial*, Brasília, 1996.

cidadania de alunos, professores e demais funcionários. (MÁRIO COVAS - Governador de São Paulo, 1997).

A coleção, através de orientações e modelos, constituiu-se em instrumento de grande utilidade no processo de descentralização política, quando os Municípios assumiram a transferência das escolas estaduais para a gestão municipal, como ajudou as novas instituições de ensino a desempenhar as suas incumbências administrativas e educacionais.

Consta, no volume 3 da coleção, que, através da celebração do convênio entre o Governo do Estado, por meio da Secretaria da Educação e os respectivos municípios, pretender-se-ia atingir os seguintes objetivos:

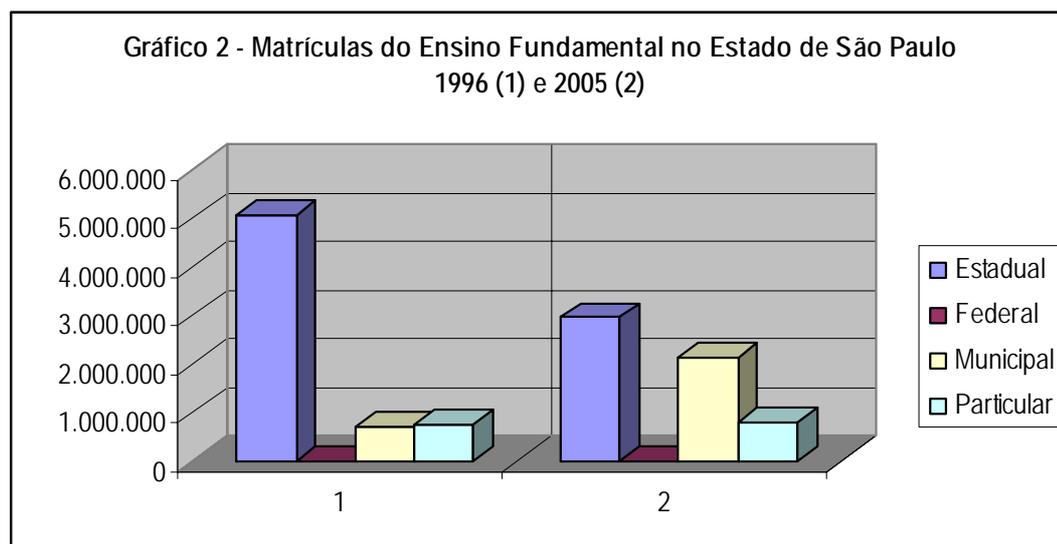
- **parceria técnico-administrativa entre Estado e Município, para assunção integral ou parcial dos serviços concernentes ao Ensino Fundamental;**
- instituição de um sistema de cooperação com o Município, envolvendo recursos humanos, materiais e financeiros, para que este assumira, de forma integrada e racional, as responsabilidades pelo ensino Fundamental;
- fortalecimento da autonomia do Município na busca de uma escola pública de qualidade para todos;
- garantia de assistência técnica, pedagógica, administrativa e gerencial ao Município, para que este desenvolvesse o Ensino Fundamental em conformidade com as diretrizes constitucionais;
- capacitação da Rede Municipal de Ensino, visando à manutenção de qualidade de ensino para todas as escolas;
- capacitação do Município para planejamento, gestão e avaliação do seu próprio sistema de ensino;
- criação de mecanismos de compensação que superem as desigualdades financeiras, administrativas e técnicas dos Municípios na implementação dos programas educacionais;
- instituição de uma sistemática de avaliação dos sistemas de ensino, visando a seu aprimoramento.

(Coleção SEE/FUNDAP, Volume 3, p. 36,37. **Grifo nosso**).

É previsto neste Programa que o processo de implantação seja gradativo, conforme adesão dos municípios, para assunção total ou parcial do ensino fundamental da rede pública estadual e da gestão municipal. A Secretaria de Estado da Educação estaria autorizada a celebrar convênios com os municípios visando o cumprimento deste Programa.

Esse Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município no Estado de São Paulo constituiu-se, pela volumosa transferência de competências atribuídas aos municípios, no maior programa de descentralização política efetuada pelo Estado de São Paulo. Desse processo de descentralização os municípios receberam uma quantidade significativa de alunos do ensino fundamental, especificamente das quatro primeiras séries. A

escolha por esse tipo de aluno provavelmente decorreu em parte pelas mudanças ocorridas na política educacional em 1998, com a organização do ensino fundamental em regime de progressão continuada por meio de dois ciclos e por serem as séries iniciais de menor complexidade de gestão que as terminais.



Fontes: ⁽¹⁾ Ano de 1996 – Centro de Informações Educacionais- CIE – Secretaria de Estado da Educação, Governo do Estado de São Paulo; ⁽²⁾ Ano de 2005 – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – Resultados preliminares do Censo Escolar 2005.

Comparando as matrículas de alunos do ensino fundamental regular de 1996, obtidas junto ao CIE, com as matrículas preliminares do Censo Escolar de 2005 do Estado de São Paulo, do INEP, e que juntas se apresentam no Gráfico 2, chamam atenção os seguintes dados significativos, em relação aos anos observados:

- 1996 foi quando se iniciou o processo de municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo, com a transferência de alunos da rede estadual, que possuía 77,3% do total de matrículas, para os municípios que contavam com 11,0% (considerando que o município de São Paulo sozinho possuía 9% do total) e as escolas particulares com 11,7%.

- Ao longo da década de 1996-2005 houve um decréscimo de quase 700 mil alunos no ensino fundamental do Estado de São Paulo, decorrentes da diminuição da população em idade escolar e da racionalização de matrículas a cargo da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP). A diminuição ocorreu na rede estadual.

- Houve um crescimento na matrícula municipal de um pouco mais de 1.400.000 alunos com a transferência de escolas estaduais para a gestão dos municípios e um pequeno crescimento nas matrículas das escolas particulares.

- Quanto às parcerias firmadas entre o Estado e os Municípios através da celebração do Termo de Convênio, cujo modelo padrão encontra-se em anexo ao Decreto N°. N°. 43.072, de 04/05/1998, e que visava assegurar a continuidade da implantação do Programa de Ação de Parceria Educacional Estado—Município para atendimento do ensino fundamental, não houve cumprimento pleno da cláusula segunda, que trata dos objetivos do convênio. Os itens *IV - Garantir assistência técnica, pedagógica, administrativa e gerencial aos Municípios, para que estes desenvolvam o ensino fundamental em conformidade com as diretrizes constitucionais; e, V - Colaborar com a capacitação das redes municipais de ensino*, não são cumpridos, em parte porque muitos dos Municípios, como é o caso dos jurisdicionados à Diretoria de Ensino de Votuporanga, que receberam por transferência a maioria das escolas estaduais de 1ª a 4ª série, não queriam a interferência administrativa e pedagógica, na gestão de suas escolas, ou, ainda, porque, ao respeitar a autonomia municipal, os órgãos estaduais locais preocupam-se mais com as escolas das séries terminais do ensino fundamental ou ensino médio.

- Ainda quanto à gestão das escolas municipais, observa-se o crescimento de contratação de empresas especializadas em serviços educacionais para dar suporte pedagógico ao corpo docente e professores coordenadores no desenvolvimento dos programas curriculares, através de material didático apostilado. Muitos dos municípios acreditam que financeiramente torna-se mais econômico do que eles prepararem e manterem pessoal especializado sobre estes assuntos. Além desse tipo de prestação de serviços crescem, os convênios com universidades, centros universitários ou instituições de educação superior que através de cursos, seminários, palestras contribuem para a formação continuada dos profissionais de educação, vinculados aos municípios, sejam eles efetivos de suas redes ou afastados no período dos convênios.

Comparando os dados constantes na **Tabela 2**, referentes às matrículas dos alunos do ensino fundamental e médio no Município de Votuporanga, podem ser constatadas as seguintes informações: As matrículas no ensino fundamental mantidas pelo Poder Público Estadual em 1998 diminuíram de 9.260 para 4.470 alunos em 2005. Essa diferença significativa foi provocada porque, em 2003, o Município assumiu, em sua sede, a gestão de todas as escolas estaduais de 1ª à 4ª série, além daquelas por ele criadas. A única escola de séries iniciais que continuou na rede estadual foi a do Distrito de Simonsem, que também

possuía classes de 5ª à 8ª série. A rede municipal que em 1998, quando se inicia o processo de municipalização do ensino fundamental, contava com 807 alunos de séries iniciais, cresceu expansivamente para 4.125 em 2005, conforme dados do INEP e constantes da Tabela 2. A partir de 2003, as matrículas, com pequena tendência de baixa, se estabilizaram.

Tabela 2 – Matrículas iniciais do Ensino Fundamental no Município de Votuporanga.

Mantenedoras	Matrículas do Ensino Fundamental							
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Estadual	9.260	8.524	8.337	7.979	6.610	4.634	4.494	4.470
Municipal	807	1.149	1.107	1.155	2.467	4.102	4.141	4.125
Particular	-	1.546	1.696	1.700	1.609	1.519	1.468	1.411
Total	10.067	11.219	11.140	10.834	10.686	10.255	10.103	10.006

Fonte: INEP/MEC-2005

Retroagindo ao período anterior ao do Governo Mario Covas (1996/2001) no Estado de São Paulo, depara-se, a partir de 1983, com o início de uma tênue mudança, que tem a ver com movimentos de redemocratização do país, maior participação da população na vida pública e econômica, o que culmina com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988.

Borges (2002, p. 3), ao analisar a política educacional desenvolvida pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo no período de 15 de março de 1983 a 31 de dezembro de 1994, através de algumas categorias de análise, entre as quais Política e Gestão: Descentralização e Participação, apresenta as principais medidas e realizações da Secretaria da Educação, entre as quais, várias parcerias, assumidas pelos três governadores de Estado que estiveram à frente do Poder Executivo no período. Destacam-se entre elas:

a) Início do processo de municipalização da pré-escola através da edição do Decreto Nº. 21.810, de 26/12/83, no Governo de André Franco Montoro (15/03/1983 a 15/03/1986), na gestão do Secretário da Educação, Paulo de Tarso Santos (15/03/83 a 28/05/84). Apesar de tímido, pois os convênios, inicialmente, foram assinados por somente 22 (vinte e dois) municípios, esse processo gerou a responsabilidade exclusiva dos Municípios na criação de novas classes da pré-escola. Era o início, no Estado de São Paulo, do processo de municipalização da pré-escola. À medida que os municípios iam assumindo a gestão de classes de pré-escolas, as classes estaduais correspondentes eram desativadas pela Secretaria

da Educação. Conforme consta em Informativo – SE¹⁹, houve a “Celebração de convênios visando implementar o processo de municipalização da Pré-escola” e indicando “que aproximadamente 2.244 salas de Pré-escola, sob a direção do Estado passarão à responsabilidade dos Municípios mediante repasse de recursos”.

Essa parceria apresentou, como consequência positiva, a consciência de participação que os municípios deveriam ter no atendimento à educação infantil. Embora tênue, nos primeiros anos do Governo Montoro, esse atendimento foi ampliando gradativamente; quando, no final do período estudado por Borges (2002), a Secretaria do Estado de São Paulo praticamente não atendia esse nível de ensino, já que era uma responsabilidade constitucional dos municípios.

Tabela 3 - Matrícula inicial por dependência administrativa - Educação Infantil - Período 1978-97 e taxa de participação

ANO	ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR		TOTAL	
	Matrículas	%	Matrículas	%	Matrículas	%	Matrículas	%
1978	36.960	13,1	142.756	50,4	103.281	36,5	282.997	100,0
1979	38.987	10,2	222.705	58,3	120.083	31,5	381.775	100,0
1980	39.077	10,0	220.486	56,5	130.839	33,5	390.402	100,0
1981	42.893	9,6	264.486	59,4	138.247	31,0	446.051	100,0
1982	66.213	13,4	288.378	58,3	140.359	28,3	494.950	100,0
1983	77.662	14,2	320.864	58,6	149.365	27,2	547.891	100,0
1984	80.568	13,9	348.396	60,1	150.711	26,0	579.675	100,0
1985	82.801	13,0	391.996	61,5	162.973	25,5	637.770	100,0
1986	84.773	12,2	431.186	62,1	178.685	25,7	694.644	100,0
1987	90.351	12,3	448.030	60,8	197.958	26,9	736.349	100,0
1988	84.649	11,2	492.970	64,9	181.410	23,9	759.029	100,0
1989	79.690	10,4	513.904	66,7	176.300	22,9	769.894	100,0
1990	71.000	9,0	542.287	69,1	172.044	21,9	785.331	100,0
1991	65.705	8,1	582.242	72,0	160.622	19,9	808.569	100,0
1992	46.847	5,5	654.960	77,6	142.470	16,9	844.277	100,0
1993	35.767	4,1	692.528	79,8	139.449	16,1	867.744	100,0
1994	1.346	0,2	734.107	84,1	137.364	15,7	872.817	100,0
1995	989	0,1	829.312	82,1	161.793	17,8	911.586	100,0
1996	488	0,1	950.744	85,1	144.672	14,8	974.472	100,0
1997	-	.	957.656	84,5	174.336	15,5	1.125.080	100,0

Fonte: Governo do Estado de São Paulo - Secretaria de Estado da Educação. Centro de Informações Educacionais Sistema de Informações Educacionais. Série Histórica. 1998, p. 10.

¹⁹ Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Educação. Gabinete do Secretário. Informativo – SE. Principais medidas e realizações da Secretaria da Educação – 1983. Governo Democrático de São Paulo.

A taxa de participação dos municípios saltou de 58,6%, em 1983, para 84,1% em 1994 (diferença de 25,5%, em relação ao período inicial), conforme pode ser constatado nos dados da Tabela 3. O que se observa para aumento das matrículas pelos municípios, no período citado acima, é que houve uma queda de matrículas de 14,2 para 0,2% (diferença de 14%) em relação às classes mantidas pelo Estado e de 27,2 para 15,7% (diferença de 12,0%) das matrículas de escolas particulares, o que leva a concluir que a maior participação dos municípios decorreu da descentralização de atendimento da educação infantil do Estado para os Municípios e de uma queda das matrículas das escolas particulares, em decorrência do empobrecimento da classe média da população, que alimenta em boa parte essa dependência administrativa.

b) Transferência às Prefeituras Municipais do Serviço da merenda escolar pela Lei 4.021, de 11/05/1984, no Governo Montoro. Essa lei determinava que o serviço de merenda escolar fosse executado e administrado pelas Prefeituras Municipais, havendo de maneira sutil um direcionamento para que os produtos fossem adquiridos no local, ou regionalmente, no sentido de estimular o aquecimento da economia do município. Posteriormente, através de decretos regulamentadores, o Governo Montoro procura dinamizar o atendimento da merenda escolar e um envolvimento maior entre os Municípios.

c) Convênios da Secretaria da Educação, concedendo auxílio às Prefeituras Municipais, para atender despesas com transporte de alunos (Resolução SE 75, de 23/03/1983).

d) Convênios permitidos através da Lei 3.730, de 13/05/1983, entre a Secretaria de Educação e as respectivas Prefeituras Municipais ou, em caráter excepcional, pelas Associações de Pais e Mestres das Escolas, que autorizavam a cessão das dependências das unidades escolares estaduais às comunidades escolares, para encontros de caráter cultural, práticas recreativas e desportivas. Era uma medida que visava a participação comunitária na utilização dos espaços da escola.

e) Objetivando a regulamentação do atendimento da demanda escolar, a Resolução SE 275, de 26/10/1983, na gestão de Paulo Renato Costa Souza (29/05/84 a 19/04/86), cria a figura dos Responsáveis pela Educação no Município (REM). Com essa medida, democratiza e amplia a participação comunitária ao incorporar, “além dos diretores de Escola, os professores, os funcionários, os representantes das respectivas prefeituras municipais, das associações de bairro, dos clubes de serviço e outros, de forma a garantir a elaboração de uma proposta de atendimento que fosse do conhecimento das respectivas comunidades escolares se tivesse sua participação” (BORGES, 2002, p. 66).

f) Criação de Centros de Educação Supletiva, em regime de parcerias, entre a Secretaria da Educação e a Penitenciária do Estado, visando escolarizar, em nível de ensino de 1º e 2º graus, os presidiários e funcionários dos estabelecimentos carcerários e com a Prefeitura Municipal de Osasco, para o ensino de jovens e adultos de ensino fundamental.

g) Visando a descentralização das construções escolares no Estado, através da Lei 4.717, de 26/09/1985, ficava o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios entre o Estado e as Prefeituras Municipais, para proceder as reformas necessárias ou edificar novas unidades escolares. Borges (2002, p. 85) acentua em sua análise o dever dos parceiros, nas atividades que objetivavam a descentralização:

Conforme já se pode contatar, as atividades descentralizadas, especialmente a merenda escolar, o atendimento à clientela pré-escolar e as construções escolares, demandaram contrapartidas financeiras por parte dos municípios, ou seja, o Governo estadual repassava parte dos recursos e as incumbências referentes ao atendimento. No entanto, em todos os casos os municípios deveriam complementar os recursos financeiros e ainda ficarem responsabilizados pelo atendimento correspondente.

h) A Lei Complementar 444, de 27/12/1985, reestrutura e reorganiza o Magistério Público de 1º e 2º Graus da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, com a denominação de Estatuto do Magistério. Esta lei revoga a Lei Complementar nº 201, de 9 de novembro de 1978, que instituía o segundo Estatuto de Magistério²⁰ no Estado de São Paulo. Esse dispositivo legal introduz o papel de Conselho de Escola, que já era disciplinado nos antigos Regimentos das Escolas Estaduais²¹, como órgão consultivo, e que era composto, em sua maioria, por representantes de funções próprias das escolas, um representante da Associação de Pais e Mestres (APM) e dois representantes discentes. Esse órgão fora criado com as atribuições de assessorar a direção da escola em suas decisões, opinar sobre as instituições auxiliares da escola, promover a integração escola-família-comunidade, assistência social e oferecer material aos alunos, além de apreciar certos relatórios de desempenho da escola. O Conselho de Escola passa, com o Estatuto do Magistério de 1985²², a ser um órgão deliberativo. Ele deverá ser presidido pelo Diretor da Escola e terá um colegiado de no mínimo 20 (vinte) e máximo de 40 (quarenta) componentes, fixados de acordo com o tamanho da escola. Na composição de seus integrantes, o Conselho de Escola

²⁰ O primeiro fora instituído pela Lei Complementar Nº. 114 de 13/11/1974 (Revogada pela L.C. Nº. 201/78)

²¹ O Regimento Comum do Ensino de 1º Grau foi aprovado pelo Decreto Nº 10.623, de 26/10/77 e o Regimento Comum do Ensino de 2º Grau foi aprovado pelo Decreto Nº 11.625, de 23 de maio de 1978.

²² Artigo 95 da Lei Complementar N 444, de 27/12/1985 que dispõe sobre o Estatuto do Magistério.

contará com representantes de vários segmentos, os da escola (docentes, especialistas de educação e funcionários) por um lado e os de pais e alunos, do outro, estabelecendo a proporcionalidade entre eles, de modo a gerar um equilíbrio no exercício de suas atribuições. Entre o rol de atribuições pertinentes ao Conselho de Escola, encontram-se as ações de deliberar sobre programas especiais, visando à integração escola-família-comunidade, além das outras constantes no § 5º do citado artigo.

i) É instituído, na gestão do Secretário da Educação José Aristodemo Pinotti (16/05/86 a 15/03/87), o Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC)²³, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de ensino e propiciar oportunidades educacionais iguais a todas as crianças do Estado, através da extensão do período de permanência da criança na escola e enriquecimento curricular. Esse programa envolveria as Secretarias da Educação, Promoção Social, Saúde, Relações do Trabalho, Cultura, Esportes e Turismo. O Secretário da Educação, com prévio conhecimento da Secretaria da Promoção Social e Secretarias de Estado envolvidas na sua execução, estava autorizado a celebrar convênios, conforme modelos em anexo aos atos legais, com os municípios interessados, podendo ser estendidos a entidades públicas ou privadas e entidades assistenciais sem fins lucrativos.

O PROFIC foi utilizado pelas Prefeituras Municipais, algumas instituindo classes de pré-escolas, e de entidades assistenciais, interessadas na utilização de dinheiro público em suas ações humanitárias.

j) No Governo de Orestes Quércia (15/03/1987 a 15/03/1991) e na gestão do Secretário da Educação Chopin Tavares de Lima (15/03/87 a 03/08/89), é criado o *Programa de Municipalização e Descentralização do Pessoal de Apoio Administrativo das Escolas da Rede Pública Estadual* (PROMDEPAR)²⁴. Esse programa visava preencher as necessidades de pessoal das escolas públicas estaduais, através de convênios da Secretaria da Educação, responsável pelo repasse dos recursos financeiros, com Prefeituras Municipais e Associações de Pais e Mestres, responsáveis pelo contrato com o pessoal.

k) Posteriormente, o Governador Quércia institui pelo Decreto Nº. 30.175, de 13/09/1989, na gestão do Secretário Wagner Gonçalves Rossi, o Programa de Municipalização do Ensino Oficial no Estado de São Paulo com o *objetivo de contribuir para*

²³ Decreto Nº 25.469, de 07/07/1986, alterado pelo Decreto Nº 25.753, de 28/08/1986.

²⁴ Decreto Nº 27.265, de 05/08/1987.

a expansão e melhoria do ensino e propiciar a todas as crianças condições reais de acesso à escola, assim como nela garantir sua permanência e progressão. Para atingi-lo, era celebrado um convênio entre o Estado e as prefeituras interessadas. A área de atuação do convênio eram construções escolares, reformas e ampliações, manutenção de prédios escolares, merenda, material de apoio, apoio a eventos escolares, transporte escolar, integração do currículo à realidade da escola e assistência ao aluno. A partir da assinatura do convênio, os municípios deveriam tomar as providências para criar, constituir e instalar uma Comissão de Educação dos Municípios, cuja atribuição compreenderia *a identificação dos problemas, o estabelecimento de prioridades e as formas de implementação das propostas de solução para os problemas gerados pelas demandas da sociedade local.* Esse programa transferia para os municípios signatários do convênio a gestão pedagógica.

Esse decreto vem acompanhado de uma **exposição de motivos** em que se destaca que há, *na educação, desde longa data, uma distância relativamente grande entre o que se propõe como ideal, necessário, e aquilo que, efetivamente, tem sido realizado para atender às necessidades e anseios de nossa sociedade.* Denunciava, ainda, que as camadas menos favorecidas eram as que não usufruíam dos benefícios gerados pela educação e que sofriam os efeitos das distorções geradas, através das *altas taxas de reprovação e de evasão no sistema de ensino, elevados e persistentes índices de analfabetismo.* Para reverter essa situação, acrescentava, na exposição de motivos, que a proposta de municipalização de ensino preconizada deveria ser através de uma abordagem globalizante e participativa na área da educação, e que *“só o esforço cooperativo e solidário do governo e comunidade podem levar à superação dos graves problemas que afligem a escola pública”.* Este esforço cooperativo, constante ainda na exposição de motivos, teria o Município como local privilegiado para se concretizar,

pois é nele que as pessoas têm a sua realidade existencial, sentem os problemas e podem tomar medidas rápidas, que independem dos longos caminhos inerentes ao gigantismo da estrutura burocrática, como atualmente se verifica na Secretaria da Educação [...]. (Exposição de Motivos do Decreto Nº. 30.175, de 13/09/1989).

O programa procuraria, numa perspectiva de municipalização,

revitalizar o papel da escola como centro cultural da comunidade, na condição de núcleo de irradiação de conhecimentos e de reflexão sobre a realidade, assim como um bem público colocado a serviço da comunidade. (Exposição de Motivos do Decreto Nº. 30.175, de 13/09/1989).

Esse Programa de municipalização, para Borges (2002, p. 162,163), teve dificuldades de caminhar, não só pela pressão exercida pelo magistério público estadual, junto aos vereadores, para não aprovarem a Lei Municipal que levava o Município a aderir ao programa, como pelas garantias desiguais oferecidas às prefeituras municipais pelo Governo do Estado, relativas às questões econômico-financeiras.

j) No Governo de Luiz Fleury Filho (15/03/1991 a 31/12/1994) foi instituído pelo Decreto N.º 36.546, de 15/03/93, na gestão do Secretário Fernando Gomes de Moraes (15/03/91 a 03/09/93), o *Programa de Ação Cooperativa Estado-Município para Construções Escolares* (PAC), com o objetivo de contribuir para a expansão e melhoria do ensino e propiciar a todas as crianças condições reais de acesso à escola, assim como nela garantir sua permanência e progressão. Para o estabelecimento do PAC, o texto legal declara, entre seus considerandos, “que ação integrada Estado-Município poderá racionalizar a aplicação dos seus recursos na escola pública, em razão da maior agilidade na identificação dos problemas, proposição de soluções e tomada de decisão em nível local”. Lança mão do Convênio, de modelo padrão, a ser firmado entre a Secretaria da Educação do Estado, Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), órgão responsável pela orientação técnica das construções e os Municípios interessados. O mérito deste Convênio estaria no fato das construções escolares agendadas serem executadas pela ação conjunta do Estado e Município. Apesar de não haver a intervenção posterior, os pedidos de celebração de Convênio deveriam acompanhar, na documentação apresentada, a relação nominal dos responsáveis pela Educação no Município, bem como parecer justificando a solicitação.

Parcerias educativas, realizadas entre o Estado e seus Municípios, tiveram continuidade nos Governos de Mário Covas e Geraldo Alckmin Filho (2001/sd). Algumas delas não atingiram os objetivos pretendidos, por falta de conhecimento, por desconfiança ou falta de competências técnicas entre os seus parceiros. Muitas dessas parcerias não atingiram, por falta de envolvimento, o alvo principal que seriam as instituições escolares. As escolas, mesmo quando incentivadas e legalmente autorizadas a participar de ações cooperativas com organizações sociais, deixam de fazê-lo.

A Secretaria da Educação, em 2004, gestão de Gabriel Chalita, levando em conta os dispositivos legais que estruturam e garantem o funcionamento das Associações de Pais e Mestres - (APM), e considerando *a importância da participação da sociedade civil no processo de recuperação e melhoria da qualidade do ensino público paulista; e, a necessidade de descentralizar e desconcentrar ações de forma a propiciar a autonomia de*

gestão em nível local, atribui competências a essas instituições auxiliares da escola para desenvolver ação conjunta com a comunidade - entidades representativas da sociedade civil, Indústrias, Empresas, Comércio e outras - com o objetivo de proporcionar a melhoria da qualidade do ensino. Trata-se de uma Parceria que a escola poderá realizar e que constará de um projeto e protocolo de intenções, preenchido conforme modelo em anexo à Resolução SE Nº 24/2005²⁵ e que deverá ser aprovada pelo Conselho de Escola. A abrangência da Parceria, estabelecida no citado ato administrativo, será de

ações de conservação e manutenção do prédio escolar, equipamentos, mobiliário e materiais educacionais, atividades culturais e de lazer, atividades de assistência ao escolar nas áreas sócio-econômica e de saúde, programa de capacitação para equipe escolar e reforço escolar aos alunos. (Artigo 2º - Caput)

A parceria seria um instrumento legal de que disporia a escola através das ações da APM que desenvolveriam e possibilitariam fortalecer a autonomia de gestão em nível escolar. Constante da Cláusula Segunda, poderiam ser abrangidas as seguintes áreas de atuação:

- I. provimento de recursos na:
 - a) programação de atividades didático-pedagógicas que envolvam melhoria do ensino;
 - b) programação de atividades de assistência ao escolar nas áreas sócio-econômica e de saúde;
 - c) programação de atividades culturais e de lazer que envolvam participação de pais, equipe escolar, aluno e comunidade;
- II. fornecimento de mobiliário, equipamento, livros para o acervo da biblioteca, materiais em geral e demais recursos físicos;
- III. conservação e manutenção do prédio, das instalações e do equipamento da escola.

Constata-se que, pelas entrevistas realizadas com cinco diretores de Escolas Estaduais do Município, os estabelecimentos de ensino não estão utilizando essa forma de parceria, talvez por desconhecimento do alcance desse ato administrativo. A utilização de parcerias seria útil às escolas, quaisquer que fossem as áreas de atuação, pois significaria o envolvimento de suas APMs e dos Conselhos de Escolas em uma gestão mais participativa. Entretanto, todas as escolas, inclusive as abrangidas pelos diretores acima citados, estão recebendo recursos para pagamento do educador-profissional do Programa Escola da Família.

²⁵ Resolução SE 24, de 5-4-2005, que Dispõe sobre Escola em Parceria (em ANEXO D).

Esse Programa Escola da Família foi elaborado no Governo de Geraldo Alckmin Filho, gestão do Secretário da Educação Gabriel Chalita, através da Secretaria da Educação e Fundação para o Desenvolvimento da Educação (órgão executor da política da Secretaria Estadual da Educação) em parceria com o Instituto Ayrton Senna e a UNESCO; e, para a sua realização, deveria contar com outros parceiros importantes, as Instituições Privadas de Educação Superior.

A implementação do Programa Escola da Família nas escolas ocorre a partir do 2º semestre de 2003, tendo por objetivo *fazer das escolas, nos finais de semana, o espaço privilegiado de convivência familiar e comunitária, oferecendo, principalmente aos jovens, oportunidades de lazer e canais de auto-expressão* (GERALDO ALCKMIN – Governador do Estado de São Paulo, 2003). Ao estabelecer o regulamento norteador do Programa, Gabriel Chalita, Secretário da Educação, explica aos colaboradores e parceiros que:

Para melhor cumprirmos nossa missão, devemos ter a humildade e inteligência de saber que não podemos alcançar essa meta sozinhos. Parcerias com a sociedade civil e a iniciativa privada são a maneira mais eficiente e democrática para que um programa de tal amplitude seja colocado em prática. (Secretário da Educação. 2003, p. 7).

O convênio do Governo do Estado de São Paulo/Secretaria da Educação com as Instituições Privadas de Educação Superior beneficiará cerca de 25.000 estudantes, egressos da rede estadual de ensino paulista, pela concessão de Bolsas de Estudos. Através desse convênio, a Secretaria da Educação custeará 50% do valor da mensalidade, desde que o valor não ultrapasse R\$ 267,00. A outra metade ficaria a cargo da Instituição conveniada, que se beneficiaria por não ter o aluno, em certas situações, inadimplentes. O universitário prestaria serviços aos finais de semana, além de envolver-se, mais cedo, com o trabalho educativo e conhecer a realidade das comunidades, suas necessidades e formas de como colaborar na solução de seus problemas.

O progresso do programa aparece logo cedo se a escola possuir lideranças atuantes que consigam envolver a comunidade, os alunos, pais e voluntários. Mas será um fracasso se a equipe constituída por educador profissional, educador universitário e educador voluntário não se engajar nos objetivos do Programa. Essa equipe tem que sair dos muros da escola e buscar a colaboração externa. A variedade das atividades desenvolvidas traz um público diversificado e mais presente nos finais de semana. O educador profissional, contratado pela APM da escola, exercerá o papel de fomentador das atividades desenvolvidas, acompanhando, controlando e incentivando a vinda de novos parceiros e voluntários.

Havia, entre os professores da escola, em outubro de 2003, por ocasião da realização da pesquisa, certa apatia em relação ao Programa. Eles não divulgavam entre os alunos a sua existência como é comprovado durante a realização da pesquisa escolar. O mesmo ocorria, em 2005, em uma outra escola estadual, cujo diretor não esboçou nenhum interesse ao programa, considerando que a escola dele participava.

O que leva muitos profissionais da educação a serem apáticos a um Programa que tem por finalidade tornar a relação dos alunos e de seus pais ou responsáveis mais dinâmica, participativa, colaboradora e solidária? Talvez, a falta de divulgação e discussão do Projeto antes de ser implantado. Envolver os docentes na escolha do Educador Profissional, que poderia ser um integrante do corpo docente, que gozasse de prestígio entre os pares e possuísse um menor número de aulas. Entre as recomendações constantes no *Manual de orientação para as Diretorias de Ensino e Unidades Escolares* divulgadas pela Secretaria da Educação por ocasião da instalação do Programa era que o Educador-Profissional teria que ter um perfil básico: “formação superior em qualquer área do conhecimento ligado à educação, preferencialmente da área de Educação Física – mas não obrigatoriamente, e, se possível, pertencer à própria comunidade escolar” (SE, 2003, p. 6). Não é de conhecimento se houve consulta junto aos docentes, mas o Educador-Profissional não pertencia ao quadro de docentes da escola e foi contratado com uma remuneração de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, com verba repassada à APM pela Secretaria da Educação.

No cenário mundial, outra sugestão de realização de parceria está contida na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aprovada através da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na cidade Jomtiem, Tailândia, no período de 5 a 9 de março de 1990. Persiste, apesar do esforço das nações, uma população numerosa sem acesso ao ensino primário ou que não conseguem terminar a educação básica; continuam as diferenças econômicas entre os países e suas populações e essas diferenças ainda são os determinantes da miséria, doenças e continuidade de uma parcela da população com taxas de analfabetismo. O objetivo desta declaração mundial, em razão de “uma maior cooperação entre as nações”, “das valiosas realizações científicas e culturais”, “do volume de informações disponível no mundo – grande parte importante para sobrevivência e bem estar das pessoas”, de “nossa capacidade em comunicar”, é estabelecer um pacto educativo, para que nenhuma pessoa no contexto global continue analfabeta.

Entendendo que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao

mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional (Preâmbulo da Declaração, 1990),

e considerando que os poderes constituídos nem sempre dispõem dos recursos necessários para uma empreitada de grande vulto, recomenda aos países signatários desta Declaração, ao elaborar seus Planos Nacionais de Educação, definindo a política educacional a ser implantada de forma cooperativa entre os entes federativos, que firmem alianças e mobilizem recursos com os vários segmentos da sociedade. Esta mobilização tem que ser incentivada, regulamentada e valorizada.

Na definição do plano de ação e na criação de um contexto de políticas de apoio à promoção da educação básica, seria necessário pensar em aproveitar ao máximo as oportunidades de ampliar a colaboração existente e incorporar **novos parceiros** como, por exemplo, a família e as organizações não-governamentais e associações de voluntários, sindicatos de professores, outros grupos profissionais, empregadores, meios de comunicação, partidos políticos, cooperativas, universidades, instituições de pesquisa e organismos religiosos, bem como autoridades educacionais e demais serviços e órgãos governamentais (trabalho, agricultura, saúde, informação, comércio, indústria, defesa etc.). Os recursos humanos e organizativos representados por estes colaboradores nacionais deverão ser eficazmente mobilizados para desempenhar seu papel na execução do plano de ação. A **parceria** deve ser estimulada aos níveis comunitário, local, estadual, regional e nacional, já que pode contribuir para harmonizar atividades, utilizar os recursos com maior eficácia e mobilizar recursos financeiros e humanos adicionais, quando necessário (Item 28 da Declaração).

Nas escolas, deve ser mobilizada a participação dos alunos nas atividades educativas e comunitárias somadas aos recursos da família. O desempenho exercido pelos docentes e demais profissionais da educação reforçam as parcerias nas escolas, além de contar com *Associações comunitárias, cooperativas, instituições religiosas e outras organizações não-governamentais (que) também desempenham papéis importantes no apoio e provisão de educação básica* (item 35 da Declaração).

Com os mesmos objetivos estabelecidos na Declaração Mundial de Educação para Todos, mas com o foco na educação especial, a Declaração de Salamanca, realizada na Espanha, de 7 a 10 de junho de 1994, deu um passo importante visando à educação inclusiva. Essa foi tratada pela LDBEN/96 como uma das modalidades da educação escolar, merecendo um capítulo próprio. Para a realização de uma educação inclusiva, além da cooperação das Organizações do 3º Setor e outras instituições da sociedade civil, “O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades

especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo²⁶”.

Novamente, nesta declaração como na anterior, reafirmam que na escola *a educação de crianças com necessidades educacionais especiais é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais* (item 57 da Declaração de Salamanca) e que os “pais constituem parceiros privilegiados no que concerne às necessidades especiais de suas crianças [...] (Ibid., item 58)”. A presença da família na escola é considerada importante para a transmissão de particularidades que somente ela vai ter como colaboradora de crianças com necessidades especiais.

Neste capítulo, conceituaram-se os vários tipos de parcerias, as *individuais*, que se encontram entre as realizadas por pessoas que possuem interesses comuns, *as parcerias do poder público*, utilizadas por dois ou mais órgãos públicos das mesmas unidades federativas ou entre os entes federativos para realização de seus objetivos e desenvolvimento de suas metas de trabalho. Essas parcerias formalizaram-se através dos convênios e, ao mesmo tempo, foram instrumentos de ação política, resultando em descentralização e participação. Descentralização de atribuições e competências quando o Estado, através de convênios, inicia um processo de municipalização da pré-escola, como afirma Borges (2002, p. 63). Essa ação é ampliada posteriormente em 1996, com o início do processo de Municipalização no Governo de Mario Covas, considerado o maior processo de transferência, quando o Estado de São Paulo, através da Secretaria da Educação, firma convênios com a maioria dos 645 municípios paulistas.

Outra parceria, mais recente, é a do Programa da Escola da Família, com a celebração de convênios entre a Secretaria Estadual da Educação/UNESCO e Instituições Privadas de Ensino Superior. Esse convênio tem seus efeitos na escola, nos finais de semana, quando ela é aberta para ser o *espaço privilegiado de convivência familiar e comunitária* (Regulamento da Escola da Família, 2003).

Há as parcerias realizadas pelas escolas, fruto da ação de seus profissionais, dos pais e da comunidade, que almejam ampliar a ação da escola, eliminar a desigualdade cultural existente e promover a equidade entre eles. A cooperação e a solidariedade, originadas das organizações sociais, como das ONGs, agem com propulsores da ação educativa.

²⁶ Parágrafo único do Art. 60 da LDBEN/96

No próximo capítulo, será descrito o trabalho de várias organizações comunitárias que prestam serviços comunitários e colaboram com a educação básica da população.

3 ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

Votuporanga, município pertencente ao Estado de São Paulo, possui uma população estimada de 82.526²⁷ habitantes. A sociedade votuporanguesa viu florescer, ao longo do desenvolvimento do município, organizações da sociedade civil com objetivos culturais, religiosos, filantrópicos, entre outros. Muitas delas nasceram influenciadas por outras organizações mais sólidas, ou por movimentos formalizados pelos ideais defendidos por grupos ou pessoas; e, na maioria dos casos, através da prestação de serviços, inicialmente mais filantrópicos e humanitários de assistência social. Sem descaracterizar sua vocação inicial, algumas delas estão atualmente exercendo caráter educativo, através de parcerias com o município.

Grupos de pessoas, ligados à Igreja Católica e ao Espiritismo, foram os pioneiros na cidade iniciando um trabalho educativo; embora, no início de suas atividades estivessem mais relacionados às questões ligadas ao assistencialismo, instalando creches e pré-escolas para cuidar de crianças menores de sete anos, cujos pais, por motivo de trabalho, não tinham com quem deixá-las. Embora assistencial, essas creches antecipavam uma função educativa e foram instaladas precedendo às creches municipais. Algumas delas, através de trabalho, fruto de idealismo, solidariedade, cooperação e envolvimento da comunidade, construíram instalações bem edificadas, conseguindo um patrimônio significativo.

O município de Votuporanga conta com 35 entidades assistenciais²⁸, que prestam assistência às diversas áreas entre as quais há aquelas de atendimento a dependentes químicos, a portadores do vírus HIV, doentes de AIDS e família; há entidades preocupadas com o atendimento às pessoas e às famílias; outras, ligadas ao atendimento a deficientes físicos e auditivos; há os grupos que prestam assistência às crianças, adolescentes e, ainda, as entidades que cuidam dos idosos, conforme consta do Quadro 6. Essas entidades vinculam-se à Secretaria de Promoção Social do Município de Votuporanga para desta receber subvenções pela prestação de serviços sociais realizados. Serão estudadas cinco entidades, das quais somente uma não trabalha com crianças de educação infantil, as demais possuem creches e pré-escolas em convênios com a Secretaria Municipal de Educação.

²⁷ Conforme dados do IBGE da população estimada de Votuporanga, em 30 de novembro de 2005.

²⁸ Conforme informações fornecidas pela Secretaria de Promoção Social de Votuporanga, em 2005.

Quadro 6- Relação de ENTIDADES ASSISTENCIAIS do Município de Votuporanga em 2005

Nº	ENTIDADES ASSISTENCIAIS	ÁREA DE ATENDIMENTO
01	Associação Amor Exigente de Votuporanga	Dependentes químicos.
02	Associação Anti-Alcoólica de Votuporanga	Dependentes químicos.
03	Associação Beneficente Caminho de Damasco	Crianças e adolescentes.
04	Associação Beneficente Evangélica	Pessoas e às famílias.
05	Associação Beneficente Irmã Elvira	Crianças de creches.
06	Associação Beneficente Irmão Mariano Dias	Pessoas e às famílias.
07	Associação Beneficente Nosso Lar	Pessoas e às famílias.
08	Associação Beneficente Paulo de Tarso	Pessoas e às famílias.
09	Associação Dorcas de Promoção Humana – ADPH	Pessoas e às famílias.
10	Associação de Assist. ao Deficiente Físico e Auditivo Votuporanga	Deficiente físico e auditivo.
11	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – Apae	Deficientes.
12	Aprevo – Associação de Pacientes Renais de Votuporanga	Abrigos.
13	Associação Fraternal da União de Pais e Amigos de Crianças Especiais Recanto Tia Marlene	Deficientes.
14	Casa Abrigo Irmãos Emaús	Não consta.
15	Casa Recanto de Paz	Pessoas e às famílias.
16	Casmu - Centro de Apoio Social Mundo Unido	Apoio sócio educativo e profissionalizante.
17	Centro de Folclore e Cultura	Conservar o folclore.
18	Centro Social de Votuporanga	Apoio sócio educativo.
19	Clube de Mães da Paróquia Santa Luzia	Pessoas e às famílias.
20	Clube de Mães da Paróquia São Bento	Pessoas e às famílias (gestantes).
21	Comunidade de Recuperação Nova Vida	Dependentes químicos.
22	Comunidade São Francisco de Assis	Portadores do vírus HIV, doentes de AIDS e família.
23	Entidade Beneficente Abrigo de Luz	Crianças e adolescentes.
24	Escola Artesanal e Casa da Criança de Votuporanga	Apoio sócio educativo à criança e adolescente.
25	Grupo Maria de Nazaré	Pessoas e às famílias.
26	Lar Beneficente Celina	Crianças de creches.
27	Lar do Velhinho de Votuporanga	Idoso.
28	Lar Assistencial Recanto da Mãe	Não consta.
29	Lar São Vicente de Paulo de Votuporanga	Idoso.
30	Lar Frei Arnaldo	Criança, adolescente e à família.
31	Portal da Luz	Criança, adolescente e à família.
32	Santa Casa de Misericórdia de Votuporanga	Saúde.
33	Seicho-No-Ie do Brasil	Pessoas e às famílias.
34	Sociedade Beneficente Fonte Viva	Crianças de Creche.
35	Sociedade Espírita Beneficente Dr. Adolfo Bezerra de Menezes	Pessoas e às famílias.

Fonte: Secretaria de Promoção Social de Votuporanga, ano: 2005.

Destacar-se-ão algumas dessas associações, começando pelo Centro Social de Votuporanga, tendo sua origem nos movimentos ligados à Igreja Católica e que se encontra, atualmente, instalado na Rua Tibagi, 3071, Vila Nova, próximo da região central da cidade. No Prefácio do Livro de Registro da História do Centro Social, denominado CENTRO SOCIAL DE VOTUPORANGA – APÓGRAFO DOS SEUS 30 ANOS, que relata fatos

importantes sobre a história da instituição, no período de 1962 a 1992, encontra-se um dos objetivos que iria determinar a sua criação:

Com o objetivo de ajudar o próximo, suscitou na comunidade local, o espírito de solidariedade para que houvesse uma mobilização em prol da cidadania dos menos favorecidos, ou seja, queria que todos tivessem acesso às informações trabalhistas e previdenciárias, bem como, que pudessem merecer o lazer, o auxílio econômico-financeiro que necessitassem; assim surgiu, mediante ideologia alemã: **o Círculo Operário**, que desencadeará ações de interesse popular, sendo posteriormente por sugestão do Frei Cirilo anexado o *Centro Social do Conselho Paroquial de Votuporanga*, o então, Centro Social de Votuporanga.

Consta, ainda, que o principal mentor da criação do Círculo Operário de Trabalhadores Cristãos de Votuporanga, em 1962, foi frei Benjamin Maria de Piracicaba, então pároco da Igreja Matriz de Votuporanga. Segundo consta do relatório desses 30 anos, o Círculo Operário que seria criado em Votuporanga seguiria o modelo do existente na Alemanha e que era uma espécie de organização com objetivos de dar assistência aos trabalhadores de classe baixa, ligados à Igreja Católica. Sob o comando, portanto, do pároco da Igreja Nossa Senhora Aparecida é fundado o *Círculo Operário dos Trabalhadores Cristãos de Votuporanga*. É importante realçar o envolvimento marcante de senhoras católicas que assumiram a administração do Círculo Operário e, por vários anos, se revezaram nas diretorias formalmente constituídas. Posteriormente, sob suas orientações, é dado início à construção de uma sede própria.

Com a colaboração da Prefeitura Municipal de Votuporanga (gestão do Prefeito Dalvo Guedes – 01/01/1964 a 31/01/1969), é iniciada a construção do Clube Recreativo Operário de Votuporanga, que, segundo consta do relatório, boa parte dele era constituída de material de demolição da Prefeitura. Mais tarde, com o apoio da Congregação Mariana, foi feita a fusão do Círculo Operário com o Clube Recreativo Operário de Votuporanga, agora com a denominação de *Círculo de Trabalhadores Cristãos*.

Para a construção da sede, houve a colaboração de alguns cidadãos com contribuições significativas, destacando-se a do Sr. Durvalino Comar.

Em 1969, frei Cirilo Maria de Piracicaba, pároco que substituiria o anterior, e considerado entre os católicos um grande idealista, em reunião realizada com a comunidade católica, propôs a transformação do Círculo dos Trabalhadores Cristãos, que estava inativo há algum tempo, em Centro Social. Na oportunidade, a participação das senhoras católicas foi marcante e determinante para a criação do Centro Social de Votuporanga.

O Centro Social de Votuporanga substituiu o antigo Círculo Operário dos Trabalhadores Cristãos, criado em 1962, agora com função mais de promoção social. Foram criados Cursos de Corte e Costura e Alfabetização de Adultos, houve a Fundação do Clube de Mães, campanhas de remédios e de distribuição de cobertores, roupas para as famílias do Bairro São João, considerado um dos bairros mais carentes da cidade naquela época, constituído por uma população de poucos recursos e de inúmeras favelas.

O Centro Social de Votuporanga, conforme consta em seu Livro de Atas nº. 1, apresenta como data de fundação o dia 28 de novembro de 1969, tendo como Presidente a Sr^a. Sonia de Lourdes Sarentta Barbosa Lima. Oficialmente fora registrado sob nº. 15 no Cartório de Registro de Imóveis e Registro de Pessoas Jurídicas, no dia 11 de junho de 1970, com cadastro Nº. 72.961.519, de 12 de junho de 1970. Oficialmente nascia uma nova organização social, como pessoa jurídica, porém preservava-se como uma organização de característica familiar e patrimonialista, que, apesar de perder o vínculo religioso, continuava com forte influência da comunidade católica em suas ações e nas eleições das diretorias posteriores. Apesar de mudanças nas ações gestonárias, da associação continua, nos dias atuais, forte a influência de sua tradição, quando encontramos, no atual Estatuto Social do Centro Social de Votuporanga (2003), entre a primeira das categorias de associados a dos *fundadores* assim definido:

I- São associados fundadores os que estiveram presentes nas duas primeiras reuniões denominadas “Assistencial e Promocional da Paróquia Nossa Senhora de Aparecida” e na reunião de posse da Diretoria, cujos nomes encontram-se apostos nas folhas 6 e 7 do livro de atas da Entidade; (Art. 6º, alínea “a”)

Destacava-se, entre as funções exercidas por ela, a distribuição de cestas alimentares para as famílias carentes, de cobertores e realização de Bazar de Pechincha.

Em 3 de março de 1975 é criada, na sede do Centro Social de Votuporanga, a Casa da Menina que tinha por objetivo *orientação e promoção de meninas carentes na faixa etária de 7 a 14 anos*.

Diante da atuação da instituição, em 11 de setembro de 1975, o Centro Social de Votuporanga, em reunião com representantes da Secretaria de Estado da Promoção Social, fora escolhido para a implantação do Programa Integrado de Promoção Social – PIPS, com o objetivo de “integração do menor e sua família na sociedade, melhorando o nível de vida dessas crianças e de suas famílias”. O Diário Oficial do Estado de 27/11/1975, p. 30, publica o contrato do Centro Social de Votuporanga com a Secretaria de Promoção Social do Estado

de São Paulo para o desenvolvimento do Programa de Serviços Sociais em Geral, com vigência de 26 meses. Totalizariam, naquela oportunidade, no final do cumprimento do contrato, o valor de CR\$ 1.408.800,00. Dá-se entrada de recursos públicos na instituição.

É, ainda, a partir de 1975 que outras organizações sociais de Votuporanga, prestadoras de serviços, passam a colaborar com o Centro Social. Naquele ano, de acordo com o registro pesquisado, houve início da participação do Rotary Clube, para que exercesse a função de: relacionamento com o empresariado local, para colocação dos menores no mercado de trabalho; promovesse o relacionamento com o Juizado de Menores e oferecesse assessoria jurídica, relacionada com o trabalho do menor; promover a orientação de monitores no que tange ao esporte, artes etc.; e propiciando reuniões de conagração e de orientações para os pais dos menores assistidos.

Examinando o *Apógrafo dos 30 anos*, percebe-se um pequeno redirecionamento dos objetivos do Centro Social, acrescentando-se a preocupação com a educação dos menores; pois, ao ingressar no mercado de trabalho, eles seriam obrigados a continuar seus estudos ou voltar a estudar se estivessem fora da escola. Havia, também, a conversação com os futuros empregadores dos assistidos sobre as condições de trabalho.

A Associação foi declarada duplamente de Utilidade Pública; inicialmente, pelo Estado de São Paulo através Lei 804 de 5 de dezembro de 1975 e, no ano seguinte, pela União.

Aos 15 de setembro de 1976, em Assembléia Geral do Centro Social de Votuporanga, é proposta a instalação da *Guarda Mirim de Votuporanga*. Com a sua criação passa ter a colaboração da Prefeitura do Município de Votuporanga e de Clubes prestadores de Serviços como o Lions Clube, Rotary Clube, além de outras instituições. São novos parceiros que aumentaram o seu poder de atuação.

De acordo com o relato de um dos Presidentes, com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente houve “necessidade de uma mudança estrutural na Guarda Mirim”. Em 1999, ela passa a ser o Departamento de Apoio, Formação e Integração na Comunidade (DAFIC) cujo objetivo é o de *oferecer formação profissional e inserção do adolescente no mercado de trabalho na perspectiva de fortalecer o desenvolvimento físico, psíquico, moral, social, com ênfase na educação para o trabalho*.

O Centro Social de Votuporanga, de acordo com o Art. 2º do Estatuto Social, que está em vigor desde 4 de dezembro de 2003, tem por finalidade primordial:

- I- A assistência à família, à infância e à adolescência em situação de vulnerabilidade, podendo, para tanto, ser auxiliado por voluntários, nos termos da Lei Nº 9.608/98;
- II- Desenvolver uma prática educativa assistencial, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- III- Promover a integração do adolescente no mercado de trabalho.

O Centro Social de Votuporanga também se constitui como Agente de Integração, ao preparar e intermediar os serviços dos adolescentes no mercado de trabalho, constituindo uma das principais fontes de recursos ao lado das contribuições de seus associados. Como Associação Civil de direito privado, filantrópica, possui, ainda, como fontes de recursos *as rendas, auxílios, doações, legados, subvenções e convênios de Órgãos Públicos ou Privados, nacionais ou estrangeiros.*

Como Agente de Integração, o Centro Social de Votuporanga, com base no Art. 6º e parágrafos da Deliberação CEE Nº. 31/2003 que dispõe sobre a realização de estágio supervisionado para alunos do ensino médio, do curso normal e da educação profissional de nível técnico, responsabiliza-se pelas incumbências a seguir:

- 1- identificar oportunidades de estágios, normalmente a ele solicitados pelas empresas ou organizações privadas, constantes do mercado de trabalho ou, mesmo, de organizações públicas;
- 2- cadastrar e preparar os estudantes por campos específicos de estágio;
- 3- ministrar cursos, ao longo do período em que ocorre o estágio profissional, de acordo com as atividades ocupacionais atribuídas aos estudantes;
- 4- elaborar o contrato de trabalho que é assinado na Associação por seus funcionários e pelo adolescente e seu responsável;
- 5- adotar providências relativas ao seguro obrigatório contra acidentes e que são pagos pelo Centro Social;
- 6- fornecer uniforme escolar, alimentação e, em alguns casos, até medicamentos.

Além do DAFIC, outros dois programas ou projetos são realizados pelo Centro Social: o Departamento de Apoio Sócio Educativo (DASE), que atende crianças de ambos os sexos na faixa etária de 7 a 12 anos. O seu objetivo é trabalhar a família e dar apoio escolar. As crianças, no projeto, são atendidas em períodos diversos ao de seu horário escolar: das 07:30 às 11:00 h ou das 13:00 às 17:00 h. O material é doado pela própria entidade. O programa tem capacidade para atender até 160 pessoas entre crianças e adolescentes que estudam no ensino fundamental, das quais 80 de 1ª à 4ª série e 80 das séries terminais.

Segundo suas orientadoras, há uma preocupação maior em prepará-los para serem cidadãos, com senso de responsabilidade e solidariedade; muitas vezes, há o acompanhamento das tarefas escolares. Os adolescentes das séries finais são iniciados nas responsabilidades voltadas para o trabalho e para integração ao Programa do DAFIC.

As crianças e adolescentes, atendidos nesse programa, são oriundos, em sua maioria, de famílias de baixa renda, normalmente moradoras em bairros periféricos e carentes de recursos. Como boa parte de seus familiares trabalha durante o dia, encontram no Centro Social o abrigo e local para receber orientações de cidadania, preparação para o trabalho, ocupação com atividades orientadas que os retirem da rua, que, por certo, seria o destino de alguns. Obedecem a um regulamento estabelecido e o seu descumprimento, em caso de incidência contínua ou gravidade da ocorrência, pode levá-los ao desligamento do Programa.

Há sempre uma fila de espera. Em caso de vagas remanescentes, liberadas por adolescentes que atingem a idade limite do Programa, elas são incluídas para atender novos pedidos.

A frequência às escolas do ensino fundamental é mais bem controlada. Usam dois uniformes durante o dia, o do Centro Social quando estão em atividades de seu Programa e o da escola em que cada um estuda no turno escolar. Quando a criança é matriculada nas séries iniciais do ensino fundamental em escolas municipais; recebe delas, também, o uniforme e o material escolar como parte de programas educacionais.

Tabela 4- Relação de Escolas de Ensino Fundamental cujos alunos freqüentam o Programa DASE do Centro Social de Votuporanga.

Nº.	Estabelecimentos de Ensino	Nº. de Alunos por escola	
		Período da Manhã	Período da tarde
01	CEM “Deputado Narciso Pieroni”	24	21
02	CEM “Profª. Maria Izabel Martins de Oliveira”	02	04
03	CEM “Faustino Pedroso”	01	-
04	CEM “Profª. Anita Lievana Camargo”	01	02
05	CEM “Profª. Irmã Pansani Marin”	-	03
06	CEM “Prof. Geyner Rodrigues”	-	01
07	CEM “Profª. Neyde Tonanni Martins”	-	01
08	EE “Sebastião Almeida Oliveira”.	01	-
09	EE “Profª. Uzenir Coelho Zeitune”	01	-
10	EE “Prof. Cícero Barbosa Lima Junior”	02	-
11	EE “Dr. José Manoel Lobo”	01	02
12	EE “Profª. Maria Nívea C. Pinto Freitas”	01	-
13	EE “Profª. Esmeralda Sanches da Rocha”	01	-
	Total	35	34

Fonte: dados fornecidos em 01/08/2005, pelos professores do DASE.

Na Tabela 4, acima, encontra-se a relação de escolas onde as crianças, de até 12 anos, atendidas pelo programa estudam. Dessa relação há sete escolas municipais, denominadas Centros de Educação Municipal (CEM), que atendem alunos de 1ª à 4ª série do ensino fundamental e seis Escolas Estaduais (EE) que atendem as séries terminais do ensino fundamental e ensino médio.

De acordo com os dados fornecidos pelas duas orientadoras, o programa está atendendo atualmente 143 (cento e quarenta e três) pessoas, sessenta e nove crianças e setenta e quatro adolescentes. Conforme a Tabela 4, são atendidas 35 (trinta e cinco) crianças no turno da Manhã e 34 (trinta e quatro) no período da tarde. A maioria delas está matriculada na CEM “Deputado Narciso Pieroni” que é a escola mais próxima do Centro Social. Foram relacionados 9 (nove) alunos que estudam na 5ª ou 6ª série. Quando as crianças atingem os doze anos são remanejadas para o grupo dos adolescentes.

Tabela 5 - Relação das Escolas de Ensino Fundamental e Médio cujos alunos/adolescentes freqüentam o Programa DASE do Centro Social de Votuporanga.

Nº.	Estabelecimentos de Ensino	Nº. de Alunos por escola	
		Período da Manhã	Período da tarde
01	EE “Dr. José Manoel Lobo”	23	17
02	EE “Sebastião Almeida Oliveira	02	05
03	EE “Profª Esmeralda Sanches da Rocha”	01	07
04	EE “Prof. Cícero Barbosa Lima Junior”	04	02
05	EE “ Profª. Uzenir Coelho Zeitune”	03	-
06	EE “Profª. Enny Thereza Longo Fracaro	01	02
07	EE “Profª. Sarah Arnoldi Barbosa”	01	-
08	EE Profª. Maria Nívea	-	01
09	Colégio Adventista	-	01
10	CEM ‘Deputado Narciso Pieroni”	02	-
11	CEM “Faustino Pedroso”	02	-
	Total	39	35

Fonte: dados fornecidos em 01/08/2005, pelos professores do DASE.

Na Tabela 5, encontra-se a relação de escolas cujos alunos que estão na faixa etária dos adolescentes, maiores de 12 e com menos de 18 anos, de acordo com idades estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), são atendidos pelo Programa. A maioria estuda nas séries terminais do ensino fundamental. Há, nessa relação, dois alunos do ensino médio e quatro que estudam em classes de séries iniciais. Provavelmente, eles estejam entre os alunos que já foram retidos ou evadidos, em algumas dessas séries, ou que entraram tardiamente na escola, pois é comum concluir essas séries, em média, aos 10 ou 11 anos. A

maioria constante do quadro estuda na EE “Dr. José Manoel Lobo” que, também, fica próxima do Centro Social. Consta, ainda, da relação atendimento a um aluno de uma escola particular (Colégio Adventista).

O outro programa é o Departamento de Apoio à Família (DAFA). Tem por objetivo *atender às famílias das crianças e dos adolescentes que são assistidos pela entidade, e em especial, a algumas famílias necessitadas, mesmo que não tenham filhos na instituição.*

A instituição, por meio do DAFIC, considerando as informações e dados levantados de 2003 até o presente momento (21/07/05), havia atendido 1.151 adolescentes, dos quais 473 somente em 2005, na faixa etária de 14 a 18 anos incompletos. Dois projetos são desenvolvidos: a) Adolescente aprendiz, destinados à Área Azul e Empresas e b) Capacitação Continuada.

No Projeto Adolescente Aprendiz, o adolescente postulante deverá, para ser admitido, inscrever-se, ser selecionado para cursos de Educação Profissional e possuir o perfil profissional da empresa que lhe dará o emprego.

Conforme reportagem do Jornal **Diário de Votuporanga**, de 24 de fevereiro de 2005, o DAFIC “registrou uma procura recorde em sua última campanha de adesão – motivo que resultou no encerramento antecipado das inscrições, na manhã de ontem”. Como as inscrições eram realizadas às quartas-feiras, no horário das 7h30 às 10h30, naquela terça-feira que antecedia à inscrição, no período noturno, formava-se uma grande aglomeração de jovens, a maioria constituída por garotas. Nas duas quartas-feiras, houve 330 inscrições entre jovens de 15 a 18 anos incompletos.

Aos jovens, admitidos no Projeto Adolescente Aprendiz, são oferecidos cursos em cinco áreas: Comércio, Prestação de Serviços, Indústrias, Agente de Vendas, Varejo e Gêneros Alimentícios. Cada um deles terá a duração de 400 horas ao longo de 2 anos. Antes de seu Ingresso, são oferecidos dois módulos comuns: Desenvolvimento Humano Integral e Educação Profissional e, após a admissão, mais dois comuns: Motivação e Qualidade Total e Informática. Os demais módulos de cada um dos cursos são desenvolvidos posteriormente.

O DAFIC do Centro Social possui arquivo com os prontuários dos adolescentes que estão sob sua responsabilidade e daqueles que já passaram pela instituição. Nos prontuários estão arquivados: o contrato de prestação de serviços que irá realizar o jovem, declaração de matrícula escolar, frequência escolar, seguro de emprego, atestado de Saúde Ocupacional, avaliação da empresa da atuação profissional e certificado de conclusão de curso profissional. Da documentação examinada aleatoriamente, constatou-se que, normalmente, há um maior interesse do adolescente no emprego do que em relação à sua vida

escolar. Há aqueles que estão no limite das faltas e de aproveitamento regular. No entanto, há elogios do empregador quanto à atuação como estagiário da empresa. De acordo com os responsáveis pelo DAFIC muitos desses adolescentes ao completar os 18 anos, que é a data limite para seu desligamento, ganham efetividade na empresa em que vinham atuando.

Em favor dos objetivos do programa do DAFIC, são os benefícios que deles resultam. Dos adolescentes treinados pelo programa, boa parte acaba trabalhando nas empresas ou indústrias que estagiaram ou muitos deles conseguindo empregos que lhes dão segurança. Enquadram-se nesta categoria alguns dos funcionários com função permanente que trabalham no Centro Social, inclusive, alguns deles em função de chefia.

Entre os parceiros do Centro Social de Votuporanga destacam-se: o Centro Universitário de Votuporanga ao realizar regularmente cursos de capacitação a 150 adolescentes, que se renovam anualmente de acordo com a população atendida e os seus objetivos; as doações advindas das empresas ligadas às indústrias, ao comércio e prestadoras de serviços; há os convênios com os poderes públicos federal, estadual e municipal com destinação de recursos que ajudam a garantir a sua sustentabilidade financeira.

Outro parceiro considerado importante é o Corpo de Bombeiros de Votuporanga, corporação da Polícia Militar Estadual, que mantém o Projeto SOS Bombeiros, cujo principal objetivo é trabalhar crianças e adolescentes, em situação de risco ou cujas famílias apresentam dificuldades de convivência. Os participantes do Projeto estudam durante o dia numa das escolas públicas da cidade e no outro período são trabalhados nas atividades desenvolvidas, como horta, noções de cidadania, recuperação de conteúdos desenvolvidos nas escolas. Brevemente, este Projeto contará com outra parceria, a do Centro Universitário de Votuporanga, que complementar a formação cidadã dos adolescentes, em atividades de auto-estima, noções de informática, entre as desenvolvidas.

Outra instituição do município que vem trabalhando para a educação de crianças e adolescentes é a **Associação Beneficente “Irmão Mariano Dias”**, cuja denominação é uma homenagem póstuma ao Dr. Raymundo Mariano Dias, médico que dedicou sua vida à pesquisa para minorar o sofrimento de doentes. Foi fundada em 27 de setembro de 1985 por um grupo de pessoas ligado ao Espiritismo.

A Associação está localizada na periferia da cidade, na Rua Miguel Andreo, 2316, Jardim das Palmeiras I, local constituído por moradores de baixa renda. Ela serve, também, moradores de bairros circunvizinhos; entre os quais, os Bairros Estação e Jardim das Palmeiras II. Sua origem, inicialmente, foi a de atender às necessidades familiares, especificamente de Assistência Social. À medida que o atendimento era formalizado através

da distribuição de cestas de alimentação, roupas, remédios, foi-se percebendo que muito mais importante era cuidar de crianças em suas necessidades alimentares e educacionais, contribuindo para a formação da cidadania. O imóvel em que se localiza a Instituição vem passando por reformas e ampliações sucessivas para atender os seus objetivos (Vide Fotos 1 e 2, em APÊNDICE C). Suas dependências são modestas, salas de aula pequenas e com pequeno espaço para as práticas recreativas.

Conforme o seu Programa de Atividades, a Associação tem por finalidade,

promover a assistência moral e material à crianças, jovens e adultos carentes, em regime de externato, compreendendo: educação, lazer, alimentação, assistência médica e odontológica, profissionalização e trabalho, na medida de suas disponibilidades²⁹.

Boa parte das crianças e adolescentes atendidos são filhos de presidiários, aidéticos, alcoólatras, analfabetos ou de pais que abandonaram o lar. Segundo as informações dadas, os pais, em sua maioria, são ausentes na educação dos filhos.

Possui um pessoal contratado para os serviços ligados à cozinha, limpeza em geral, pajem, auxiliar de escritório; mas há um pessoal que trabalha voluntariamente, entre os quais estão a coordenadora geral, a coordenadora pedagógica e uma voluntária para serviços gerais. Há três professores que atuam na educação infantil e que são cedidos pela Prefeitura Municipal e cujas despesas com este pessoal constam do próprio orçamento municipal e não está agregado às contribuições que a instituição recebe do órgão municipal.

A instituição mantém atividades culturais ligadas à música, artes e pintura, desenvolvidas com a colaboração de voluntários. Eles que se disponibilizam nas aulas de música instrumental para órgão e violão; nas aulas de artes e pintura, para confecção de guardanapos, que, posteriormente, são vendidos para angariar recursos financeiros; e costura e consertos de roupas para atender às necessidades das crianças e das famílias necessitadas.

As crianças e os adolescentes que são atendidos pela instituição, quando de 1^a à 4^a Séries, estudam no CEM “Prof^a. Neyde Tonnani Marão” e, de 5^a à 8^a séries, na EE “Prof^a. Esmeralda Sanches da Rocha”, duas escolas pertencentes às redes municipal e estadual.

Conforme registro da Tabela 6, está matriculada para receber atendimento a seguinte clientela:

²⁹ Art. 2º do Estatuto da Associação Beneficente “Irmão Mariano Dias”.

Tabela 6 – Nº de Crianças e Adolescentes atendidos na Associação Beneficente “Irmão Mariano Dias”.

Tipo de clientela	Idade	Nº. de atendimentos
Maternal	0 a 3 anos	22
Pré-escola	4 a 6 anos	76
Crianças e adolescentes	7 a 14 anos	65
Total	0 a 14 anos	163

Fonte: Associação Beneficente “Irmão Mariano Dias”. Ano 2005.

Para atender o funcionamento da instituição há três professoras de Pré-escola e uma funcionária de serviços gerais, cedidas pelo Município; há, ainda, seis funcionárias (duas monitoras, uma pajem, duas cozinheiras, uma auxiliar de escritório) e cerca de 50 voluntários, entre eles uma coordenadora pedagógica e uma gerente geral da instituição.

A Comunidade de Recuperação Nova Vida (CRENAVIDA), outra organização do terceiro setor, foi constituída em 13 de maio de 1987 pela Cúria Diocesana da Igreja Católica Apostólica Romana, Paróquia Santa Luzia de Votuporanga/SP. Sua sede foi instalada na zona rural do município e tem como via de acesso a Estrada Municipal que liga Votuporanga a Sebastianópolis do Sul.

A instituição foi criada a partir da preocupação religiosa da Paróquia Santa Luzia. Ela atendia pessoas cujos vícios provocados pelo álcool ou por outros tipos de drogas vinham provocando problemas sociais gravíssimos, como: desestruturação familiar, agressões físicas, dificuldades financeiras, entre outras. O aconselhamento espiritual era insuficiente para determinados casos. Era necessário uma terapia ou tratamento mais apropriado para ajudar essas pessoas na reintegração social. Não havia, no município ou nas proximidades regionais, um local adequado para cuidar desses casos. Um grupo de católicos, liderados pelo Padre Sílvio Roberto dos Santos, acreditava que haveria a possibilidade de se criar, no município, uma instituição, com sede em local rural, para ajudar esse pessoal, distante da área urbana e com uma terapia voltada para o trabalho construtivo.

Com a colaboração do Bispado de São José do Rio Preto, foi destinada uma área rural que serviria aos propósitos do grupo.

A CRENAVIDA é uma entidade civil sem fins lucrativos e tem como finalidade:

- I - o tratamento e reinserção social de pessoas com dependências psíquicas resultantes de alcoolismo ou vício provocado pelo uso de qualquer tipo de droga, em regime de internato;
- II - A manutenção e a promoção de serviços de prevenção do uso de qualquer tipo de droga. (Art. 2º de seu Estatuto Social)

É instituição vinculada ao FISAV e que possui como fontes de recursos, para a sua manutenção, as doações das famílias de pessoas que estão em tratamento, contribuições dos associados, promoções realizadas, colaborações espontâneas, em dinheiro ou espécie, de particulares e subvenções do Poder Público que, segundo os seus funcionários, somente estão recebendo verbas do Município de Votuporanga. As hortas, mantidas pela instituição, além de produzir verduras e legumes para a alimentação dos internos, seus excedentes têm sido comercializados nas feiras livres da cidade.

Quem visita o site www.mariadenazare.com.br encontra registrado os fatos que ocorrem no Grupo Espírita Maria do Nazaré, fundado em 24 de agosto de 1982, instalado no Bairro Pozzobom, município de Votuporanga, cujo propósito inicial seria o de “divulgar o Espiritismo e desenvolver tarefas assistenciais, visando o bem-estar das famílias carentes da comunidade e o aprendizado espírita com base nos preceitos de Allan Kardec”³⁰.

Trata-se de um grupo que, ao lado da fé religiosa, desde a sua instalação há vinte e quatro anos, sensibiliza-se diante da miséria vivida por moradores e das necessidades das famílias do bairro, cujos integrantes, trabalhando, na região central da cidade, não tinham com quem deixar os filhos menores. O Grupo resolve então criar, em 25 de janeiro de 1984, o Lar Beneficente Celina caracterizada como uma associação civil, sem fins lucrativos, que tem nos dias atuais, conforme seu estatuto, a finalidade de

promover a assistência moral e material, gratuitamente, a crianças e adultos carentes, em regime de externato, compreendendo: educação, lazer, alimentação, assistência médica e odontológica, profissionalização e trabalho na medida de suas disponibilidades (Art. 2º do Estatuto).

Em 1984, por ocasião da instalação da creche do Lar Beneficente Celina, era uma associação pequena, com objetivo assistencialista, ocupando uma quadra no bairro Pozzobom, sendo, hoje, uma das instituições do terceiro setor mais bem equipada da cidade, fruto do trabalho desenvolvido pela liderança de Divaldo Matos de Oliveira que, juntamente com seus companheiros e voluntários, construiu instalações adequadas para atender (vide Fotos 3, 4, 5 e 6 constantes do APÊNDICE C) atender a população dos bairros Pozzobom, Cohab, Propovo, este último habitado por uma população carente.

Ao lado do trabalho assistencial, o Lar Beneficente Celina exerce uma intensa atividade educativa ao atender cerca de 200 crianças de jardim e de pré-escola e de 100 crianças em atividades de reforço escolar. A elas são oferecidas duas refeições, sendo no

³⁰ Conforme consta disponível em: <<http://www.mariadenazare.com.br>>. Acesso em 20 fev. 2006.

período da manhã (café e almoço) e no período da tarde (lanche e jantar). Além dessas atividades educativas, a instituição presta outros serviços, que se destacam: aos sábados, atendimento à população dos bairros com produtos farmacêuticos (veja foto 6, p. 214); corte de cabelo; brinquedoteca; cursos de bordados, artesanato, pintura e almoço para cerca de 300 pessoas, entre adultos e crianças. Às segundas, quartas e sextas feiras, atendimento às gestantes e cursos de orientação, cursos profissionalizantes e oferecimento de sopa, arroz doce ou lanches.

A escola, além das subvenções que recebe da Prefeitura Municipal e dos docentes municipais, que se encontram prestando serviços nas classes de educação infantil, faz parceria com o Projeto Guri. Este projeto é destinado à formação de Orquestra e Coral com cerca de 200 crianças que recebem a orientação de pessoal da Prefeitura.

Há também o Projeto, com a colaboração da Prefeitura Municipal, junto ao núcleo da 3ª Idade. Uma parceria importante, garantindo parte de suas despesas, como a Eletro, por exemplo, que lhe isentou do pagamento das despesas com iluminação.

O Grupo Espírita Nazaré possui Grupos de extensão de sua atuação nos Municípios de Álvares Florence e Parisi, além de atividades nos bairros do Pró Povo, Jardim Santa Felícia e outro grupo instalado no Bairro rural da Vila Carvalho.

Outra associação, criada sob a influência da Igreja Católica, é a **Escola Artesanal e Casa da Criança de Votuporanga**, fundada aos 18 de abril de 1971, por um grupo de senhoras católicas sob a coordenação da Irmã religiosa Maria do Carmo. Este grupo, em reunião realizada na residência do Dr. Walter Eleutério Rodrigues, sob a presidência de Osvaldo Grandizioli, receberia do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paula o Parque Infantil Antonio Frederico Ozanan, com a incumbência de transformá-lo em Escola Artesanal e Casa da Criança. É bom lembrar que a Sociedade São Vicente de Paula, também, mantinha o Lar São Vicente de Paula, destinado a abrigar idosos.

Consta da primeira ata da instituição que a Diretoria seria constituída pelos seguintes integrantes: Presidente, Diva Blundi Frederico; 1º Vice-Presidente, Eneide da Costa Rodrigues; 2º Vice-Presidente, Neyde Tonanni Marão; Secretária, Aparecida Dutra Sayeg; 2ª Secretária, Célia Pinheiro Lopes; Tesoureira, Sônia Lourdes Saretta Barbosa Lima; Assistente Social, Irmã Reginalda e Coordenação Geral da Irmã Maria do Carmo (cujo nome cívil era Alice Saramelli).

Para cuidar do artesanato, em reuniões seguintes, fora convidado o Tenente Atilano Guatemozim Pedroso, militar ligado às orientações de crianças e jovens, que ensinaria às crianças como confeccionar miniaturas de diversas modalidades.

Para dar sustentabilidade aos projetos iniciais, planejados pela associação, era necessária a obtenção de recursos. Numa das primeiras reuniões da nova instituição, é sugerida, planejada e organizada a 1ª Festa do Quentão, a qual foi realizada aos 20 de junho de 1971.

Para a construção de suas novas instalações fora solicitada ao Prefeito da época, Sr. Hernani de Matos Nabuco uma área de cinco alqueires do espólio do Dr. Germano Robachi, situada entre o cemitério municipal e as nascentes do Rio Marinheirinho, no prolongamento da Avenida da Saudade.

Atualmente, segundo informações, a instituição possui uma área de dois alqueires, da doada daquela época.

A associação atende, atualmente, 120 crianças e adolescentes, na faixa etária de 4 a 14 anos. Desse total, há 72 crianças entre 4 e 6 anos sendo atendidas em 4 classes de pré-escola. Os alunos de 7 a 14 anos estudam meio período na Casa da Criança e meio período em suas respectivas escolas (EE “Profª. Esmeralda Sanches da Rocha”, EE “Dr. José Manoel Lobo”, EE “Profª. Uzenir Coelho Zeitune”, CEM “Profª. Neyde Tonanni Marão”, CEM “Profª. Clary Brandão Bertoncini” e CEM “Deputado Narciso Pieroni”).

Além do artesanato de miniaturas (vide Foto 7, no APÊNDICE C), há a confecção de tapetes em sacos de estopa, guardanapos, com pinturas e outras atividades. Há a confecção de roupas para as crianças e consertos de roupas doadas que, posteriormente, são vendidas em bazar da pechincha.

Há quatro professoras municipais, que atuam na educação infantil, mantidas pela Prefeitura Municipal que, também, é responsável pela merenda escolar.

Esta relação de associações, evidenciadas nesta pesquisa, não ficaria completa sem aquela que foi a pioneira entre as associações beneficentes instaladas no Município. Trata-se da Associação Beneficente “Irmã Elvira”, instalada na Rua Mato Grosso Nº 3766, na região central da cidade e que fora constituída no dia 03 de Setembro de 1954.

Ao lermos a Ata de Fundação da Sociedade Beneficente “Irmã Elvira” datada de 3 de setembro de 1954, encontra-se:

Aos dias 3 de Setembro de 1954 à rua Itacolomi Nº 538 na cidade de Votuporanga Estado de Paulo, em reunião de um grupo de senhoras Cardecistas ficou resolvida a fundação de uma Sociedade Beneficente composta por senhoras, de orientação Cardecista com a finalidade de todos os meios ao seu alcance prestar auxílio aos necessitados sem distinção de raça, nacionalidade, religião, idade ou sexo; o que ficou concretizado por

esta ata de fundação. Depois de vários debates ficou resolvido dar o nome de “Sociedade Beneficente Irmã Elvira” a esta instituição.

A primeira comissão encarregada de elaborar o Estatuto da Sociedade era constituída pelas senhoras Linda Sestini Grisi, Dinorah Freire Schiavon e Olga Faria Basilio Schamall. Esta última, de acordo com os registros na história do município, foi a primeira professora da cidade, que chegou ao início de sua fundação, no ano de 1937.

Foram incorporados como membros natos do Conselho Supremo da Sociedade, os integrantes do Conselho Supremo do Centro Espírita Emmanuel, em cuja sede, localizada na rua Mato Grosso nº 760, a Sociedade Beneficente passa a funcionar.

Constava no primeiro Estatuto que “A Sociedade tem por fim exclusivo prestar assistência aos necessitados, sem distinção de raça, nacionalidade, sexo, idade ou religião, no mais amplo espírito evangélico cristão de caridade”. Ela ainda poderia dar assistência moral, material e educacional a outras instituições assistenciais.

A Sociedade Beneficente, através das atribuições de seu Conselho Supremo, poderia criar departamentos assistenciais por proposta da Diretora, como sejam ambulatórios médicos, escolas profissionais, escolas de alfabetização e outros.

Na primeira reunião de 1956 é decidido “que se formaria um estabelecimento com a finalidade de recolher crianças de zero a sete anos em regime de semi-internato para facilitar o trabalho dos pais menos afortunados” e que este estabelecimento teria o nome de “Lar Irmã Mariana”. Na oportunidade, o prédio foi construído em terreno adquirido no ano anterior e contou com a colaboração de várias pessoas da comunidade.

A instituição mantinha, naquela época, uma escola de corte e costura, que ajudava na confecção de enxovais que eram distribuídos às famílias de gestantes.

O Lar Irmã Mariana passa a receber crianças no dia 17 de abril de 1958, quando passa dar atendimento em sua creche. As campanhas nos anos subseqüentes, junto à comunidade, foram importantes para oferecer condições melhores às crianças atendidas. Registra-se a participação de promoções efetuadas pelo Rotary Club local e do extinto Ginásio Cruzeiro do Sul e a colaboração através verbas destinadas, em 1959, pelo Ministério de Justiça e deputados estaduais.

Em 1960, a classe de pré-primário mantida pela Sociedade Beneficente passa a ser mantida pelo Governo Estadual e anos mais tarde, com a desativação das classes estaduais de pré-escolas por ele mantidas, passa a ser responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Consta no Art. 2º de seu Estatuto Social, aprovado em 2005, que

A Associação tem por fim exclusivo prestar assistência moral e material aos necessitados, promovendo proteção à família, à infância, à maternidade, à adolescência, à velhice, em regime de externato e/ou semi externato, compreendendo: educação, lazer, alimentação, assistência médica e odontológica, profissionalização e trabalho, na medida de suas possibilidades.

Como nas demais associações, a “Irmã Elvira” possui duas categorias de associados: a dos fundadores, rerepresentados por aqueles que assinaram a Ata de fundação da instituição, e a dos contribuintes, representados pelos admitidos por indicações de outro associado para contribuir e colaborar voluntariamente nos serviços assistenciais por ela desenvolvidos.

Para atender às suas finalidades, ela pode contar com as seguintes fontes de recursos: contribuições dos associados e colaboradores; subvenções financeiras do Poder Público e convênios; doações, legados e aluguéis; juros e rendimentos de aplicações financeiras; e, venda de produtos e serviços realizados pela instituição, tais como artesanatos, utensílios, móveis, bens oriundos de restauração ou reciclagem, e quaisquer outras atividades que proporcionem recursos.

A escola mantém três classes de educação infantil (vide Fotos 11 e 12 no APÊNDICE C) mantidas pela Prefeitura Municipal, da qual recebe outras subvenções para atendimento de suas finalidades.

A maioria das associações ou entidades que cuidam de crianças, especialmente aquelas em idade de atendimento em creches e pré-escolas, são conveniadas com a Prefeitura do Município, que oferece docentes de educação infantil e prestadores de serviços gerais ou de outros servidores municipais. Por outro lado, as instituições oferecem o prédio e o espaço físico necessário ao desenvolvimento infantil. Muitas delas, contam com um quadro permanente de trabalhadores que são pagos pelas instituições e um quadro de voluntários que prestam os mais diversos tipos de serviço.

4 A PESQUISA NA ESCOLA

Para colher informações sobre o funcionamento de uma das escolas estaduais de ensino fundamental e médio do município de Votuporanga/SP foi realizada uma pesquisa junto aos alunos que estudam no ensino fundamental. Trata-se da EE “Dr. José Manoel Lobo”, criada pela Lei Nº. 75 de 23/02/1948, e com o início das aulas em 23 de maio do mesmo ano, para funcionar como Ginásio Estadual.

A escola ocupa toda uma quadra da região central da cidade; a sua entrada principal e social, voltada para a face leste, está localizada na Rua Amazonas, considerada a principal da cidade, distando duas quadras do início da área nobre do comércio, agências bancárias e unidades prestadoras de serviços, como dentistas, médicos, escritórios e outros profissionais liberais. A entrada dos alunos, na face oeste da quadra, está voltada para a Rua São Paulo, considerada tão nobre quanto anterior e é frontal ao Votuporanga Clube, um dos principais clubes recreativos. O seu entorno, como pode ser mostrado na Figura 1³¹, é recheado ainda com uma das Delegacias de Polícia, a Delegacia Regional Agrícola, Santa Casa de Misericórdia, estabelecimentos bancários e comerciais, padarias, igrejas ou instituições religiosas de diversos credos, supermercado, sindicatos do comércio, bancário e do magistério, revendas de veículos, uma praça pública, postos de combustíveis, cooperativa, uma escola municipal, Centro Social, de escritórios e clínicas de profissionais liberais, além de prédios comerciais e residenciais e residências. Provavelmente por se tratar de uma região central, muitas das famílias de maior poder aquisitivo que moram nas proximidades da escola acabam por não matricular seus filhos nesta escola pública.

Foi o primeiro estabelecimento de ensino médio da cidade. Instalada, inicialmente, no prédio onde funcionava o 1º Grupo Escolar de Votuporanga³², local onde hoje é o Paço Municipal, a escola transferiu-se, posteriormente, para um prédio próprio, construído pela Prefeitura Municipal e que era localizado na Rua Pernambuco, funcionando neste local até 1963, quando mais uma vez é transferida para novas acomodações, agora em prédio estadual. Por vários anos na história da educação do município ela foi a única escola pública que atendia o nível ginásial. As fotos 13 a 18 registram a seqüência da instalação do Ginásio Estadual de Votuporanga, em 1948, aos dias atuais, na Rua Amazonas.

³¹ Vide Figura 10 – Entorno da EE “Dr. José Manoel Lobo” – Votuporanga/SP.

³² Vide Fotos 13 a 18 –Seqüência dos locais onde a EE “Dr. José Manoel Lobo” funcionou de 1948 a 2006.

Foto 13 – Ginásio Estadual de Votuporanga - 1948



Prédio do 1º Grupo Escolar de Votuporanga e local que funcionou, provisoriamente, o Ginásio Estadual de Votuporanga (atual EE "Dr. José Manoel Lobo").

Fonte: Casa da Cultura de Votuporanga- 2006

Foto 14 – Prefeitura do Município de Votuporanga



Prédio onde funcionou o antigo Grupo Escolar "Profª. Uzenir Coelho Zeitone". Hoje, restaurado, é sede da Prefeitura do Município de Votuporanga.

Fonte: Foto tirada pelo Pesquisador – abril de 2006.

Foto 15 – EE "Dr. José Manoel Lobo" - de 1951.



Prédio Municipal onde funcionou a EE "Dr. José Manoel Lobo" – período de 1951 a 1963. Atualmente conserva somente a fachada da frente..

Fonte: Cedida pelo Jornal: DIÁRIO DE VOTUPORANGA.

Foto 16 – Centro Universitário de Votuporanga - 2006



Local de funcionamento da EE "Dr. José Manoel Lobo" e que atualmente, conserva parte da antiga estrutura e que abriga o Centro Universitário de Votuporanga.

Fonte: Foto tirada pelo Pesquisador – Abril de 2006.

Foto 17 - EE "Dr. José Manoel Lobo" (1963)



Local onde a EE "Dr. José Manoel Lobo" – de 1963 até os dias atuais. Foto da década de 1960.

Fonte: Cedida pelo Jornal: DIÁRIO DE VOTUPORANGA.

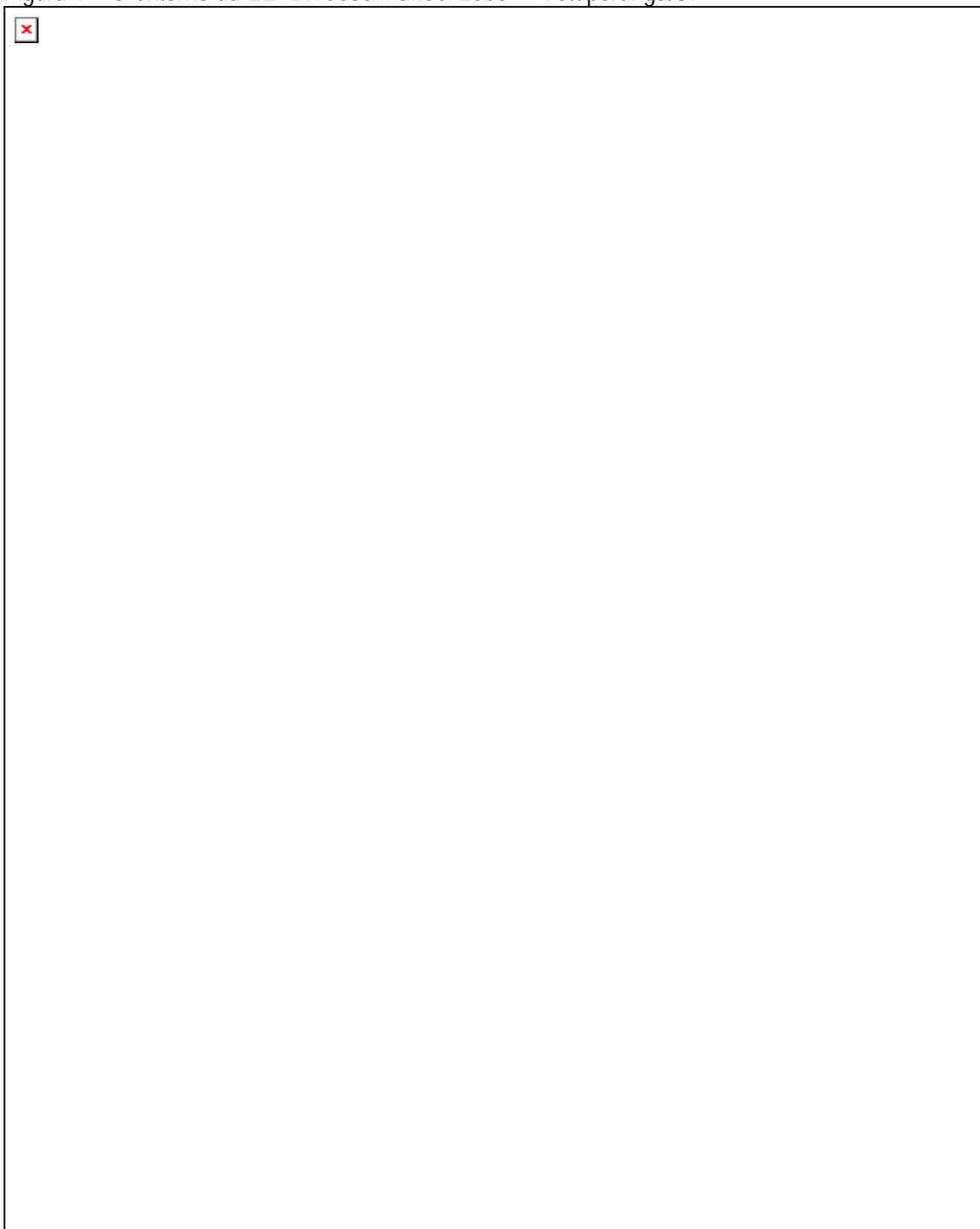
Foto 18 - EE "Dr. José Manoel Lobo" (2006)



Local onde a EE "Dr. José Manoel Lobo" – de 1963 até os dias atuais.

Fonte: Foto tirada pelo Pesquisador – Abril de 2006.

Figura 1 – O entorno da EE “Dr. José Manoel Lobo” – Votuporanga/SP



Fonte: Planta do Município de Votuporanga

Ao Ginásio Estadual de Votuporanga é acrescido, pela Lei Nº. 2.591 de 14/01/1954, a Escola Normal e, ainda, no mesmo ano, em 30 de maio, o estabelecimento de ensino recebe o nome de seu Patrono, com a denominação de Escola Normal e Ginásio Estadual “Dr. José Manoel Lobo”. Essa combinação de Escola Normal e Ginásio Estadual –

ENGE – era a fórmula educativa mais reivindicada pelos municípios, pois associava o ginásio, que era motivo de “status” para a cidade à Escola Normal, formadora de professores primários.

O Curso Colegial foi autorizado em 1957, quando a escola recebe o nome de Colégio Estadual e Escola Normal; e, no final da década de 60, do século passado, por ocasião da expansão do ensino médio, ainda na vigência da Lei Nº. 4.024 de 20 de dezembro de 1961, foi acrescentada à escola mais três extensões, em prédios de outras unidades escolares e que funcionariam com o ensino ginásial. Mais tarde, em 1969, em decorrência do crescimento urbano do município, e com a necessidade da criação de novas unidades educacionais, essas extensões foram transformadas em ginásios estaduais com administração própria.

Viveu a pompa, a partir de 1963 até 1976, de ser uma das escolas com título de Instituto de Educação, razão pela qual é conhecida até os dias atuais como I.E. Os institutos de educação eram estabelecimentos de ensino que ofereciam os cursos do então ensino médio, ginásial e colegial secundário e escola normal, este com os cursos pós-normal: de pré-escola, de aperfeiçoamento e de formação de administradores escolares. Como oferecia o curso normal funcionava o Curso Primário Anexo, com dependências e estrutura física para atender alunos do ensino primário e pré-primário e que ofereciam o suporte pedagógico para as aulas de prática de ensino e estágio supervisionado.

Nessa unidade escolar, foi criado pelo Decreto Nº. 47.572/67, um dos 60 Ginásios Pluricurriculares que, comparados aos cinco Ginásios Vocacionais criados, pela Lei Nº. 6.052, de 3 de fevereiro de 1961, foram consideradas escolas experimentais. A intenção do Governo do Estado era transformar todos os ginásios estaduais em ginásio pluricurricular, que era conceituado como sendo

a escola que se propõe a selecionar, organizar e propiciar experiências educacionais que levem o aluno a enfrentar os problemas de ajustamento pessoal e grupal específicos da adolescência e do mundo em que vive, criando, assim, condições para a integração de conteúdos formais de conhecimento e a formação de atitudes compatíveis com as exigências da nossa cultura (SOUZA, 1970, p.73).

Ao lado das disciplinas obrigatórias do currículo fixado seriam acrescentadas práticas educativas a serem desenvolvidas como instrumento vocacional dos educandos.

Os professores das áreas vocacionais de Artes Industriais, Técnicas Comerciais e Educação para o Lar foram treinados, gradativamente, no Centro de Treinamento de Professores de Ginásios Pluricurriculares (CTPGIP), em São Paulo.

Com a implantação dos Ginásios Pluricurriculares, já havia a preocupação de transformá-los em escolas de oito séries, que se tornariam realidade com a implantação do Projeto Grupo Escolar-Ginásio em 1968.

Em decorrência da implantação das diretrizes da Lei Federal Nº. 5.692 de 11 de agosto de 1971, que fixava as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e que reformulava a Lei Nº 4.024/61, no ensino primário e médio, em 1976, a Secretaria de Educação promove uma mudança ampla na organização das escolas primárias e médias da época, passando esses estabelecimentos a funcionar como escolas de ensino de 1º Grau, quando possuísem classes de 1ª à 8ª séries; escolas de 2º Grau, quando funcionavam com classes de 1ª à 3ª ou 4ª séries; ou Escolas de 1º e 2º Graus, quando possuísem classes de ambos os graus. A partir de 1976, todas as escolas primárias e de ensino médio localizadas no Estado de São Paulo tiveram de adequar-se à nova denominação, inclusive as mantidas pelo Governo do Estado, cujas siglas eram: EEPG, EESG e EEPSG. A escola pesquisada deixa de ser Instituto de Educação, para funcionar como EEPSG “Dr. José Manoel Lobo”.

Com a implantação da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus nas escolas estaduais em 1976, houve um período crítico para as escolas estaduais, em que os grupos escolares e os ginásios transformaram-se na mesma categoria de estabelecimento de ensino, ou seja, em escola de 1º Grau – EEPG; e os colégios, em EESG. Em razão da setorização imposta, os alunos passaram a estudar na escola mais próxima de sua residência, provocando mudanças no quadro docente e na composição dos alunos. Na oportunidade, a EEPSG “Dr. José Manoel Lobo” passou a dar atendimento aos alunos da região central da cidade, criando muitas desavenças entre os pais que queriam que os filhos estudassem na escola e julgavam-na com o melhor quadro de professores. Durante vários anos, por ocasião das matrículas iniciais à primeira série do ensino fundamental era comum a formação de filas de pais, que pernoitando nas portas da escola, pois queriam que os seus filhos fossem ali matriculados.

A EEPSG “Dr. José Manoel Lobo” foi uma das 306 escolas de todo Estado a fazer parte, em 1992, do Projeto Educacional Escola Padrão, instituído pelo Decreto Nº. 34.035, de 22/10/91, no Governo de Luiz Antonio Fleury Filho e na gestão do Secretário da Educação Fernando Gomes de Moraes.

Borges (2002, p. 206), ao analisar a gestão de Fernando de Moraes, como era conhecido o Secretário da Educação, sob as categorias de análise descentralização e participação, descreve como foram escolhidas as primeiras escolas do Projeto Escolas Padrão:

Essas primeiras escolas foram escolhidas pela equipe central da Secretaria, baseando-se em dados dos órgãos centrais e informações coletadas segundo os diretores regionais e delegados de ensino quanto à situação funcional do pessoal das referidas unidades, e tendo como critério maior a distribuição entre escolas *centrais de grandes cidades, periféricas de grandes cidades, unidades situadas em pequenos municípios das diversas regiões* do Estado. Quanto aos prédios, que fossem próprios do Estado, e quanto ao pessoal envolvido, que os componentes da direção fossem efetivos ou que não estivessem na eminência de sair da escola.

Ao longo da história da escola, ela ficara sob a direção de profissionais não efetivos, inclusive, nas primeiras décadas, quando um dos funcionários, que ocupava o cargo era secretário de escola e exercera por longos anos a direção do estabelecimento, enquanto o que era efetivo da escola exercia funções mais elevadas na Secretaria da Educação. No período que antecedeu à primeira escolha das 306 escolas para iniciar o Projeto Educacional “Escola-Padrão” promovido pela Secretaria da Educação, o estabelecimento de ensino possuía na direção um profissional com cargo efetivo e que exercia uma forte liderança junto ao seu quadro de pessoal e dos pais de seus alunos. A escola, pelas ações executadas, viveu momentos de prestígio junto aos seus alunos, dos pais e da comunidade em geral. Para ser “Escola-Padrão”, o estabelecimento deveria possuir uma direção a ser exercida por titular efetivo de cargo de Diretor de escola, além de outros critérios elencados pelo Decreto que instituiu o referido projeto. Entre os 306 estabelecimentos, esta escola da cidade foi uma das escolhidas.

A Escola-Padrão Paulista fora criada para oferecer a seus alunos um ensino de melhor qualidade e deveria:

1. ter significativamente ampliada sua autonomia administrativa e pedagógica;
2. oferecer a seus docentes, administradores e funcionários mecanismos permanentes de capacitação e aperfeiçoamento, condições de trabalho e remuneração compatíveis com a importância social e sua profissão e,
3. estar instalada em uma rede física que assegure a dignidade mínima requerida por seu papel. (SEE. Plano Diretor das Escolas-Padrão. Guia para elaboração. 1995).

A estrutura funcional da “Escola-Padrão”, conforme estabelecia os incisos do Artigo 2º do Decreto Nº 34.035, de 22/10/91, deveria contar com os seguintes núcleos de atividades:

- I- Direção;
- II- Corpo Docente;
- III- Apoio Técnico-Administrativo e Pedagógico;
- IV- Apoio Administrativo;
- V- Instituições Auxiliares; e
- VI- Corpo Discente.

Quanto ao Apoio Técnico-Administrativo e Pedagógico deveria ser integrado por:

1. Assistente de Administração Escolar; e
2. Assistente Técnico Pedagógico, Professor Coordenador, Professor Assistente, Coordenador Pedagógico e Orientador Educacional³³.

O Assistente de Administração Escolar exerceria, no ano de 1993, a função de Diretor Tesoureiro da Caixa de Custeio Escolar, criado pela Lei Complementar Nº. 708, de 08/01/1993, que autorizava o Governo do Estado a instituir Caixas de Custeio Escolar, junto aos estabelecimentos estaduais classificados como Escolas-Padrão. O pessoal destinado a dar suporte operacional às ações da Escola-Padrão, atualmente, não existe mais na organização técnico-administrativa das escolas estaduais, com exceção do professor coordenador que pertence ao Núcleo Técnico-Pedagógico. Os assistentes de administração escolar remanescentes exercem cargos ou funções considerados em extinção.

A Caixa de Custeio Escolar, caracterizada como entidade auxiliar da escola, tinha por objeto a gestão dos recursos financeiros, quando exercida em consonância com os objetivos educativos da escola. Exerceu importante papel juntamente com as demais funções de natureza pedagógica, já elencadas.

Os estabelecimentos de ensino viveram momentos de uma relativa autonomia na composição de seu quadro de docentes não efetivos. O processo seletivo de pessoal, admitido em caráter temporário, era de responsabilidade das escolas, com abertura de inscrições e análise do currículo dos inscritos. Esse processo possibilitou a admissão de muitos professores de simpatia do pessoal da escola, especialmente dos diretores. Quando feito criteriosamente, houve um ganho de qualidade nas escolas, que era uma das finalidades da “Escola-Padrão”: “I- recuperar o padrão de qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas”³⁴.

³³ § 3º, do Artigo 2º, do Decreto nº 34.035/91.

³⁴ Inciso I, do Artigo 1º, do Decreto nº 34.035/91.

Esse modelo de organização para as escolas da rede estadual muda, a partir de 1995, no Governo de Mario Covas, com nova política educacional para o Estado de São Paulo.

Com a implantação da LDBEN de 1996, as escolas da rede estadual passam a ser denominadas, simplesmente, Escolas Estaduais, não importando a complexidade de níveis e modalidades oferecidos e recebendo nova orientação para a organização de suas classes. A maioria das escolas volta a dar atendimento nos moldes dos antigos grupos escolares e ginásios para o novo ensino fundamental. Com a reorganização, a rede estadual passa a ter, no ensino fundamental, escolas com classes de 1ª à 4ª séries e escolas de 5ª à 8ª séries. Com a mudança ocorrida em 1998, a EE “Dr. José Manoel Lobo” passa a atender alunos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio.

A escola conviveu com a política educacional do Estado ao longo dos anos e se levar em conta as demais unidades estaduais, existentes na cidade, continua sendo o maior estabelecimento de ensino, não só do município, como de toda Diretoria de Ensino, em número de alunos.

Por ocasião da pesquisa, em setembro de 2003, o estabelecimento contava com 706 alunos do ensino fundamental e 1022 do ensino médio, totalizando 1.728 alunos (conforme pode ser observado na tabela 7), não contabilizados os alunos inscritos no Centro de Estudos de Línguas.

Tabela 7 - Matrículas dos alunos da ESCOLA PESQUISADA - Setembro/2003

Nível de Ensino	Nº. de Classes	Matrícula Inicial	Transferências Recebidas ⁽³⁾	Transferências Expedidas ⁽⁴⁾	Evasão	Matrícula Total
Ensino Fundamental	19	707	48	49	-	706
Ensino Médio	27	1049	121	115	33	1022
Total	46	1756	169	164	33	1728

Fonte: Dados colhidos na Escola – 2003

Observa-se, na Tabela 7, que, por ocasião da pesquisa, o ensino fundamental permaneceu praticamente com o mesmo número de alunos, uma vez que dos 707 alunos de matrícula inicial permanecia em setembro com 706. Houve 48 matrículas por transferências e se transferiram 49 para outras escolas, o que daria uma taxa de mobilidade de 13,7%, conforme fórmula a seguir:

$$\frac{(\text{Transferências Recebidas} + \text{Transferências Expedidas}) \times 100}{\text{Matrícula Inicial}} = \text{ou} \frac{48 + 49 = 97 \times 100}{707} = 13,7\%$$

Fórmula da Taxa de Mobilidade do Ensino Fundamental.

Aplicando-se a mesma fórmula em relação ao ensino médio, com os dados constantes da Tabela 7, ter-se-á o seguinte resultado: $121 + 115 + 33 = 269 \times 100 : 1049 = 38,9\%$. A taxa de mobilidade do ensino médio apresenta-se maior por várias razões: Os alunos solicitam transferência de escolas, ou mudança de períodos na mesma escola, quando ingressam no mercado de trabalho, quando maiores de 18 anos, ou conseguem vagas no DAFIC, um programa do Centro Social de Votuporanga. Outra razão é o número alto de evasão que ocorre no ensino médio e que não acontece com os alunos do ensino fundamental. A legislação, tanto a LDBEN/96, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)³⁵, prevê a obrigatoriedade ao ensino fundamental, não fazendo menção ao ensino médio, como o estabelecido no Art. 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:
 I - maus-tratos envolvendo seus alunos;
 II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
 III - elevados níveis de repetência. (ECA, 1990).

A organização técnico-administrativa da escola era composta por profissionais distribuídos nos seguintes núcleos: a) Núcleo de Direção; b) Núcleo Técnico-Pedagógico; c) Núcleo Administrativo; d) Núcleo Operacional; e, e) Corpo Docente. Totalizariam, conforme Tabela 8, 142 profissionais, dos quais, 124 eram profissionais da educação, especialistas e docentes e 18 de cargos e funções do Quadro de Apoio Escolar. Destacava-se, entre os numerados, a existência de um Assistente de Administração Escolar, remanescente da antiga “Escola Padrão”, de três docentes que atuam na educação especial e de 20 docentes adidos, em decorrência do processo de municipalização de uma das escolas estaduais, cujos cargos ficaram vinculados à unidade escolar. Esses professores, por força do Convênio SEE/Prefeitura do Município de Votuporanga, continuavam prestando serviços à mesma escola, agora sob gestão municipal.

³⁵ LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências.

Tabela 8 – Quadro de Profissionais da Escola por núcleos de atividades.

Núcleos	Cargos Existentes	Nº. de Funcionários/ Servidores
A- Direção	Diretor de Escola	01
	Vice-Diretor	02
B- Núcleo Técnico Pedagógico	Professor Coordenador Diurno	01
	Professor Coordenador Noturno	01
	Professor Coordenador do CEL	01
C- Núcleo Administrativo	Secretário de Escola	01
	Agente Administrativo	01
	Agentes de Administração Escolar	07
	Assistente de Administração Escolar	01
	Oficial Administrativo	01
D- Núcleo Operacional	Agentes de serviços Escolares	07
E- Corpo Docente	Professores Efetivos com Sede de Controle	38
	Professores efetivos de Outras Escolas	11
	Professores adidos (de Escolas Estaduais)	20
	Professores de Educação Especial	03
	Professores Admitidos em Caráter Temporário	46
Total de Profissionais da Escola		142

Fonte: Escola Estadual “Dr. José Manoel Lobo” de Votuporanga, em 2003.

A pesquisa com os alunos foi realizada no dia 19/10/2003. Participaram, como população-alvo, os alunos do ensino fundamental que, naquele ano, estudavam somente no período da tarde. Com o auxílio de dez alunas do Curso de Pedagogia, foram aplicados 630 questionários aos alunos de 18 classes. Deixaram de ser aplicados questionários aos alunos de uma das classes de 6ª Série que, naquele momento, estava na quadra coberta, em aulas de educação física. Desses questionários, foram selecionados seis de cada uma das 18 classes, para fins de amostragem, através de uma escolha aleatória, totalizando 108 amostras, representando 17,1% dos questionários aplicados.

Serão acrescentadas outras informações a esta pesquisa, provenientes de dados obtidos através das entrevistas, realizadas, em 2005, com cinco diretores de escolas de 5ª à 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio pertencentes à rede estadual paulista, dos quais, quatro são efetivos e um deles exercendo, em caráter de substituição a direção de uma escola por motivo de afastamento de sua titular por licença-saúde. Todos possuem mais de vinte anos de experiência no magistério estadual nesses níveis de ensino.

Tabela 9 - Matrícula Inicial da Educação Básica – Ano 2005 -

Dependência Administrativa	Educação Infantil		Ensino Fundamental (Regular)					Ensino Médio	Educação Especial		EJA (Supletivo Presencial)	
	Creche	Pré-Escola	Educação Especial Incluídos	Total	1ª a 4ª séries	5ª a 8ª séries	Total		Fundamental	Fundamental	Fundamental	
Estadual	0	0	19	4.470	78	4.392	3.468	30	28	545	0	
Municipal	554	2.074	63	4.125	4.125	0	0	0	0	178	178	
Privada	80	396	4	1.411	642	769	593	139	30	21	0	
Total	634	2.470	86	10.006	4.845	5.161	4.061	169	58	744	178	

Fonte: INEP

As escolas estaduais, municipais e particulares do Município de Votuporanga, de acordo com levantamento de dados junto à Diretoria de Ensino de Votuporanga, através de consulta ao cadastro de alunos da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP), constantes da Tabela 1 (APÊNDICE D), contavam, em 17/11/2005, com um total de 9.956 alunos do ensino fundamental, sem contabilizar alunos do Ensino Supletivo e de Educação Especial e 3.376 alunos do ensino médio regular. Ao comparar a matrícula inicial, Tabela 9, com dados do INEP e os da Tabela 10 (dados condensados da Tabela 1), observa-se que a matrícula do Ensino Fundamental mostra um pequeno crescimento. Não será feita a análise dos alunos do ensino médio, mas os dados demonstram que houve diminuição dos alunos nesse nível, em razão de terem sido somadas, nas escolas estaduais, as matrículas da modalidade do Ensino Supletivo que sofre variações a cada semestre letivo.

Tabela 10 – Matrícula dos alunos da Educação Básica do Município de Votuporanga.

Mantenedora	Ensino Fundamental/Séries								Total	Ensino Médio /Séries			Total
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª		1ª	2ª	3ª	
Estadual	18	19	18	18	1.066	1.104	1.101	1.073	4.417	1.132	1.070	1.021	3.223
Municipal	902	1.087	1.068	1.104	-	-	-	-	4.161	-	-	-	-
Particular	157	153	155	177	182	184	192	178	1.378	191	177	185	553
Soma	1.077	1.259	1.241	1.299	1.248	1.288	1.293	1.251	9.956	1.323	1.247	1.206	3.776

Fonte: PRODESP – Dados obtidos em 17/11/2005 na Diretoria de Ensino de Votuporanga

4.1 Análise da Pesquisa

Na pesquisa foram utilizados dois instrumentos para a coleta de dados: o questionário e a entrevista. Os questionários³⁶ aplicados nos alunos do ensino fundamental da EE “Dr. José Manoel Lobo” no ano de 2003, mencionados anteriormente, e as entrevistas realizadas, em 2005, em cinco diretores de escolas estaduais, localizadas no município, pelo próprio pesquisador.

Para Nogueira (1968, p. 120),

o questionário é uma série de perguntas organizadas com o objetivo de levantar dados para uma pesquisa, cujas respostas são fornecidas pelo informante ou pesquisado sem a assistência direta ou orientação do investigador. É, geralmente, enviado ao informante ou pesquisado, pelo correio ou por portador, sendo do mesmo modo devolvido ao investigador.

Trivinos (1995, p. 137) quando faz abordagem *sobre técnicas e métodos na pesquisa* esclarece que “Sem dúvida alguma, o **questionário fechado**, de emprego usual no trabalho positivista, também o podemos utilizar na pesquisa qualitativa”.

Os dados constantes na amostra da população investigada, confirmam que o fluxo das matrículas dos alunos na escola está regularizado em relação à faixa etária normal de escolarização (conforme Tabela Matricial dos Questionários com alunos - item I.4).

Os alunos, em sua maioria (74,1%), moram com os pais; encontrando os que moram só com a mãe (9,3%) ou com a mãe e o padrasto (4,6%); e o restante (12,0%) distribuídos entre outros parentes ou não respondido.

Tabela 11 - Grau de parentesco das pessoas com quem os alunos moram

Grau de parentesco com quem os alunos moram	Total	%
Pai e mãe	80	74,1
Só com a mãe	10	09,2
Padrasto e mãe	05	04,6
O avô/avó	03	02,8
Avô/avó/mãe	03	02,8
Só com o pai	02	01,9

³⁶ Na aplicação dos questionários foi solicitada a colaboração de universitárias, previamente, orientadas sobre a utilização desta técnica, por se tratar de um número grande de questionários a serem aplicados.

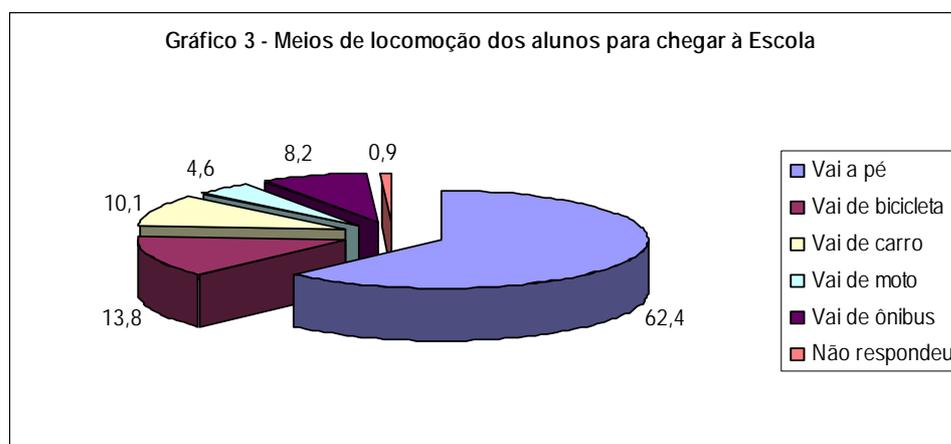
A maioria (20,4% dos que moram próximo da escola, mais 27,8% daqueles que distam de 500 a 800m. e 14,8% dos que estão a 1.000 metros da escola somam 63,0%) dos alunos residentes a uma distância de até 1.000 metros da escola, havendo, no entanto, informações indicando que há alunos que moram de 2.000 a 3.000 metros da escola (Tabela Matricial dos Questionários com alunos - item 1-6).

Tabela 12 - Distância das moradias dos alunos em relação à escola

Distância das moradias dos alunos	Total	%
500 a 800 m. da escola.	30	27,8
Muito próximo da escola.	22	20,4
1000 metros da escola.	16	14,8
1500 a 2000 m. da escola.	16	14,8
2000 a 3000 m. da escola.	09	08,3
Na zona rural.	08	07,4
Mais de 3000 m.da escola.	04	03,7
Não Respondeu	03	02,8

Fonte: Item 1.6. da Tabela Matricial - ano 2003.

Os dados constantes na Tabela 12 nos remete aos dados constantes do Item 1.7, da Tabela Matricial, mostrado pelo Gráfico 3, que nos indica como os alunos vão à escola. Através deles, pela distância entre a escola e as suas residências, sabe-se que a maioria vai a pé (62,4%), mas são encontrados, também, alunos que utilizam bicicleta, carro, moto e ônibus para chegar à escola, dependendo dos bairros onde moram. A utilização dos ônibus indica que há alunos que moram na zona rural ou em bairros distantes.



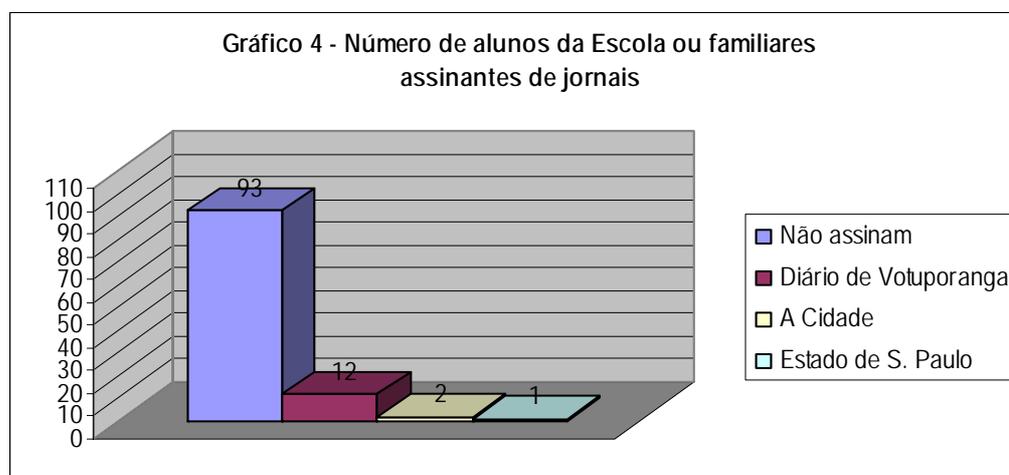
Fonte: Item 1.7. da Tabela Matricial - ano 2003.

Quanto aos bairros onde moram, a questão respondida no Item 1.4 da Tabela Matricial mostrou 26 locais. Entre os bairros indicados, foram encontrados alguns que são os

mesmos, mas com denominações diferentes, como ocorre com Patrimônio Velho e Centro; Vila Nova e Patrimônio Novo, os quais foram reagrupados. Esses dados mostram, ainda em relação aos bairros, que muitos alunos deixam de estudar em escolas próximas de suas casas para estudar na escola localizada na área central da cidade. Detectaram-se alunos que moram no Bairro da Estação (7), Jardim das Palmeiras I/Matarazzo (3), Parque Guarani (9), os quais poderiam estudar na EE “Profª. Esmeralda Sanches da Rocha”, localizada no Bairro da Estação. Há um aluno da amostra que mora no Jardim Santa Felícia e que poderia estudar na EE “Sebastião Almeida Oliveira”, no Bairro Jardim Alvorada, cujo prédio é de construção recente e agora melhor localizado. Há outro aluno morador do Bairro do Café, que poderia estudar numa escola mais próxima, a EE “Profª. Sarah Arnoldi Barbosa”. Quando foi aplicado o questionário, no ano de 2003, não havia sido pesquisado as associações que mantinham programas educativos com crianças e adolescentes, como é o caso do Centro Social, para ver se havia alguma relação entre essas instituições e o local de estudo e moradia dos alunos, inclusive para facilitar as famílias que trazem os filhos para as escolas mais próximas de seus locais de trabalho.

Quanto aos bairros em que residem, eles são bem atendidos em iluminação, água encanada, esgoto e asfalto; mas há certa deficiência de locais públicos para a instalação de modalidades esportivas.

Em algumas das visitas à escola, constataram-se dificuldades, por parte de seus funcionários, em localizar as famílias ou responsáveis pelos alunos, em caso de doenças ou problemas que, normalmente, ocorrem num estabelecimento de ensino.



Fonte: Item 1.8. da Tabela Matricial - ano 2003.

Um dos dados mais significativos do questionário está relacionado à assinatura de jornais. Os resultados apontam que 93 alunos, que correspondem à maioria dos alunos (86,1%) da amostra coletada e respectivas famílias não assinam jornais. O restante são leitores do Diário de Votuporanga, com apenas 11,1% da amostra; e, 1,8% lêem o Jornal A Cidade e cerca de 1% lêem o jornal Estado de São Paulo. Sabe-se que os principais jornais, inclusive os dois editados na cidade de Votuporanga, disponibilizam sites a seus leitores. Entretanto, a pesquisa mostrou (no item 2.3, constante da Tabela Matricial, sobre o que você possui em sua casa) que somente 17,6% dos alunos possuem computador. Poderiam ser feitas consultas em computadores da escola, disponibilizados para esse tipo de uso, mas a conclusão é de que os alunos acabam não lendo jornais.

A formação cultural das pessoas é desenvolvida durante toda vida através do contato com a família, os grupos de vizinhos, as instituições escolares, movimentos sociais, no trabalho, nos meios de comunicação e outras agências formadoras que contribuem para esta somatória. Mas é no período em que elas freqüentam as escolas que essa formação é intensificada, quando se ampliam os conhecimentos, as crenças e os costumes, a moral e a arte, além das capacidades, hábitos e códigos formalizados pelos vários grupos surgidos em sua vivência humana e como membro da sociedade. É na escola que as crianças e adolescentes fortalecem a formação adquirida fora dela. A ausência da leitura de jornais nesse período, e que poderia ser explorada pelas escolas, pode deixar lacunas culturais na formação dos educandos. Os jornais, especialmente os locais, sintetizam a vida diária das comunidades, divulgam conhecimentos e exercem influências na formação das pessoas.

A parceria da escola, com pelo menos, um dos jornais locais seria de expressivo valor educativo. Se, de um lado, a escola estaria cumprindo um dos objetivos essenciais do ensino fundamental ao propiciar “*o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo (grifo nosso)*”³⁷; por outro, os jornais estariam incentivando e contribuindo com o processo educativo, ampliando o cabedal de conhecimentos dos alunos. Haveria um tríplice ganho com essa contribuição: a) a escola ganharia através dos jornais, pois poderia divulgar suas propostas educacionais e trabalhos realizados pelos alunos, adquirindo maior credibilidade junto aos pais e comunidade; b) os alunos ganhariam na divulgação de suas atividades estudantis, sua participação comunitária e nas ações dos grêmios estudantis; e, c) os jornais contribuiriam para a formação cultural dos estudantes, criando neles o hábito e o gosto pela leitura,

³⁷ Inciso I do Art. 32 da LDBEN/96.

propiciando condições para tê-los como futuros assinantes e colaboradores da organização da sociedade como coadjuvantes de responsabilidade social.

Sabe-se que a população não compra jornais, levando em conta o seu baixo poder aquisitivo; mas, ao oferecer jornais à escola, enquanto perdurar o período da parceria, contribuiria para criar e estimular o hábito de leitura. Essa parceria poderia se concretizar com a colaboração de outros parceiros como, por exemplo, patrocinadores de anúncios que ofereceriam certa quantidade de jornais às escolas com divulgação de produtos a mais pessoas.

Quando o assunto é sobre livros ou biblioteca os dados, não são muito animadores, pois 38,0% dos alunos da amostra não consultam os livros da biblioteca e somente 42,6% deles o fazem de vez em quando. Nas mesmas condições, há pequena melhora quando são perguntados se os colegas da classe consultam os livros da biblioteca, pois eles acham que os colegas são mais leitores do que eles, se considerados individualmente. Esses resultados podem estar relacionados com trabalho e metodologia do professor, já que de 64,8% dos docentes, somente alguns indicam livros e 13,0% não indicam nenhum. A não indicação de livros seria porque eles custam caro e os alunos reclamam não terem dinheiro para comprá-los. Diante do número grande de alunos da escola, provavelmente não haveria volumes suficientes para atender a demanda de leitura ou não teria pessoal qualificado para trabalhar na biblioteca. Há um registro ou catalogação dos livros existentes na escola. Sabe-se que era de praxe colocar uma docente readaptada para cuidar da biblioteca, que possui um acervo riquíssimo e se constitui em um dos ambientes educativos importantes da escola.

Quando os alunos foram perguntados se estavam satisfeitos em estudar no período da tarde, somente 18,5% estavam contentes com o período; a maioria respondeu que preferia estudar no período da manhã (63,9%), outros gostariam de estudar à noite (10,2%) e outros, ainda, não se importavam, se de manhã ou noite, mas preferiam um outro período (APÊNDICE A - Tabela Matricial – Número dos Questionários com alunos - item 1.10).

Uma cópia da tabela matricial, contendo o resultado da pesquisa, foi entregue à diretora da escola logo no início do ano seguinte ao da pesquisa realizada no ano de 2003. A escola havia feito algumas alterações na organização das classes e já contemplava alunos do ensino fundamental nos dois períodos. Neste ano de 2005, a escola conta com 360 alunos do ensino fundamental matriculados no período da manhã, distribuídos em nove classes, com a média de 40 alunos por classe. No período da tarde estão matriculados 314 alunos em 11 classes o que dá uma média de 28,5 alunos. Nota-se que o período da manhã é o preferido dos

alunos. As famílias, que possuem maior poder de pressão e acompanham mais perto o trabalho educativo de seus filhos, querem que eles estudem no período da manhã.

O período da tarde é reservado para alunos cujas famílias estão satisfeitas com qualquer período, que normalmente não freqüentam as reuniões programadas pela escola e não brigam ou disputam as vagas do período da manhã. Neste período, ocorrem os principais problemas disciplinares e boa parte dos professores efetivos prefere outros períodos para trabalhar.

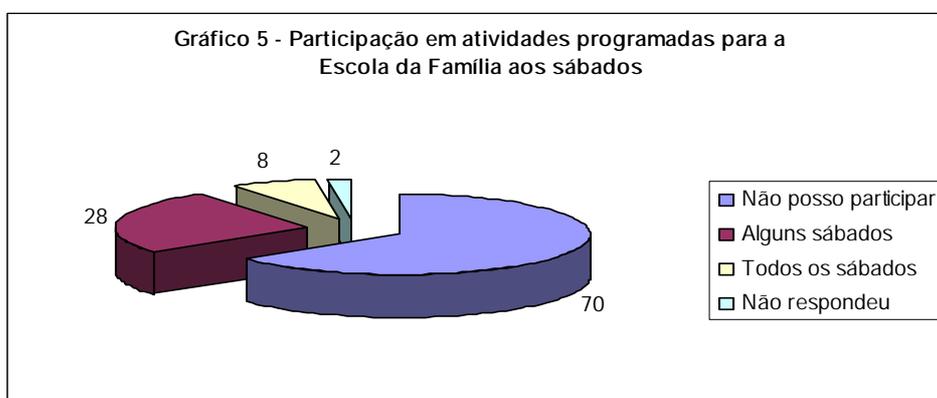
Como o número de alunos por classe é menor no período da tarde, seria uma oportunidade para a escola contar novamente com as parcerias educativas, conseguindo vagas, a título de colaboração, em escolas de informática existentes no entorno da escola; solicitando a colaboração de estabelecimentos de educação superior através de estágios direcionados para resolver as dificuldades dessa clientela; realização de exames laboratoriais de fezes e sangue, para constatação de verminoses e outros tipos de doenças; melhora do cardápio para suprir carências alimentares. A escola organizaria atividades de leitura, de reforço à aprendizagem, de práticas esportivas, que poderiam ser realizadas através de trabalho voluntário, constituindo-se num parceiro anônimo, mas compromissado; ou pela implantação do Projeto “Segundo Tempo”, conforme divulgação do Jornal DIÁRIO DE VOTUPORANGA³⁸ através de parceria da Prefeitura do Município de Votuporanga com o Ministério de Esportes. Esse projeto será implantado, se aprovado, em 2006 e atenderá 5,4 mil crianças e será desenvolvido nas escolas das redes estadual, municipal e conjuntos poli esportivos do município. O objetivo desse projeto é retirar a criança da rua e suprir seu tempo ocioso com atividades relacionadas aos esportes, reforço escolar e alimentar, melhorar a saúde, a auto-estima e deixá-las longe das drogas e da violência. Algumas dessas medidas poderiam mudar o lado negativo do período da tarde, tornando-o mais dinâmico, criando condições de oferecer maior equidade entre os alunos dos dois períodos, para que eles possam aprender de forma igualitária.

A vida social dos alunos é restrita e eles não freqüentam, em sua maioria, os clubes existentes na cidade e as práticas de esportes são limitadas. Ser sócio de qualquer clube exige que as famílias tenham uma boa renda mensal, uma vez que os dois principais clubes cobram de mensalidade quinze por cento do valor do salário mínimo do trabalhador. Os esportes que dizem praticar (futebol de salão, vôlei) são aqueles oferecidos nas aulas de educação física como parte da formação escolar, embora haja aqueles que dizem não praticá-los. O terreno da

³⁸ Redação. Segundo Tempo atenderá 5,4 mil alunos - **DIÁRIO DE VOTUPORANGA** - Votuporanga, 05 de Março de 2005, A – Cotidiano. Esporte/Educação. p. 8

escola que não possui área construída está sendo improvisado como área de esportes, como é pátio localizado ao lado da parte do prédio onde funcionava, no passado, o Curso Primário Anexo, estando atualmente sendo utilizado como duas quadras de vôlei e basquete, em tamanhos menores que as de medidas oficiais (Fotos 9 e 10³⁹ – no APÊNDICE C), para as aulas de Educação Física ou as turmas de Atividades Curriculares Desportivas. Apesar de ocupar uma quadra, a área reservada para as modalidades esportivas da escola é insuficiente diante da demanda curricular. Nas proximidades da escola, existe o Votuporanga Clube e uma quadra pequena do Centro Social, mas suas dependências não são cedidas durante o dia, diante da demanda de suas próprias finalidades.

A quadra coberta existente é a mais antiga da cidade. É utilizada para a prática de Educação Física, especialmente nas aulas de vôlei e basquete. Funciona, também, como local de apresentações dos alunos em datas comemorativas, uma vez que o estabelecimento de ensino não possui anfiteatro, como nas antigas escolas destinadas ao Instituto de Educação. Aos sábados e domingos, a quadra coberta, juntamente com outras áreas descobertas do pátio, é utilizada pelo Programa da Escola da Família.



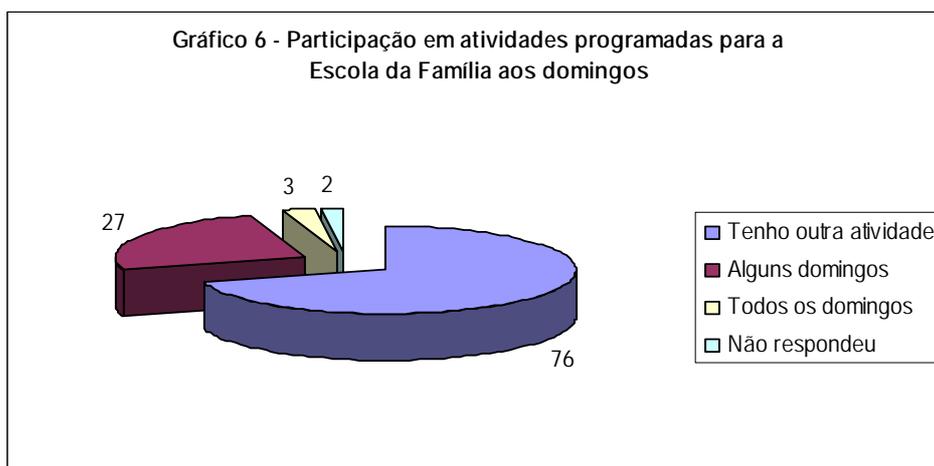
Fonte: Item 5.2. Tabela Matricial dos Questionários com alunos - ANEXO A.

Durante o período pesquisado, em 2003/2004, a prática de esportes, especialmente o futebol de salão, era a mais comum entre os frequentadores desse Programa, provocando revezamento constante das equipes formadas, com regras ditadas de acordo com a frequência dos alunos.

A participação, aos sábados e domingos, no Programa Escola da Família, indicada pela amostra, mostra que é baixa a presença dos alunos na escola, uma vez que 70 dos 108

³⁹ Foto 9 [vista interna] e 10 [vista do lado da rua].

deles responderam que não podem participar aos sábados, conforme pode ser visto no Gráfico 6 abaixo. Há aqueles que podem comparecer de vez em quando, em alguns sábados, representando 28 alunos (26% da amostra), enquanto que os que comparecem sempre aos sábados representam somente 8 alunos (cerca de 7% da amostra).



Fonte: Item 5.3. Tabela Matricial dos Questionários com alunos- ANEXO A.

Aos domingos, como pode ser observado pelo Gráfico 6, aumentava o número dos que não podiam comparecer, diminuindo os frequentadores daqueles que podiam comparecer todos os domingos.

Quando a questão é direcionada para a participação de seus familiares no Programa Escola da Família, a resposta obtida é pior, uma vez que os pais ou responsáveis (81,5%) não participam dessas atividades e que somente 17,6% deles participam de algumas das atividades programadas (APÊNDICE A – Tabela Matricial – Item 5.4.).

Tabela 13 – Participação dos familiares nas atividades programadas para a Escola da Família

Participação dos familiares	Total	%
Não participa	88	81,5
Algumas vezes	19	17,6
Várias vezes	01	00,9

Fonte: Item 5.4. da Tabela Matricial - ano 2003.

O processo ensino-aprendizagem é o objetivo principal da escola. Entretanto, os alunos, considerando os resultados sobre a classe, reconhecem que dão um pouco de trabalho para aprender e que, individualmente, aprendem mais que a classe, coletivamente. Reconhecem, ainda, que estudam muito pouco (Item 3.1. a 3.4. da Tabela Matricial -

APÊNDICE A). Quanto à aprendizagem, 72,2% deles consideram que há colegas que atrapalham as aulas por indisciplina (Tabela 14) e que somados a 75,0% (Tabela 15) de alguns alunos que atrapalham, por serem atrasados, geram problemas disciplinares na classe e na escola.

Tabela 14 – Número de alunos que atrapalham as aulas por indisciplina.

Alunos que atrapalham as aulas	Total	%
A maioria	29	26,9
Alguns	78	72,2
Nenhum	01	00,9
Total	108	100,0

Fonte: Item 3.5 da Tabela Matricial – APÊNDICE A.

Uma das incumbências⁴⁰ dos estabelecimentos de ensino é elaborar e executar sua proposta pedagógica. Normalmente, conforme Neves (1998, p. 27-35), as escolas devem, na fase de elaboração, ao fazer o diagnóstico da situação, levantar os indicadores pedagógicos, analisando o rendimento dos alunos, assim como as taxas de evasão, de repetência, de nível de utilização da biblioteca. Esses indicadores ajudam a escola a definir seus objetivos e metas e escolher as estratégias, identificando o que pode ser melhorado, “apontando o que pode ser feito internamente, [...] o que pode ser resolvido com parcerias firmadas com a comunidade ou entorno da escola”, especialmente as questões relacionadas à violência e aos problemas disciplinares, que comprometem o desenvolvimento do trabalho docente em sala de aula. Muitas dessas ações já são realizadas na escola pelo corpo docente através do horário de trabalho pedagógico (HTPC) e treinamentos propiciados pela Secretaria de Educação paulista. Entretanto esses indicadores não são apresentados em seus planos escolares e como tratar as diferenças culturais existentes entre os alunos.

Tabela 15 – Nº de alunos que atrapalham as aulas, por serem atrasados.

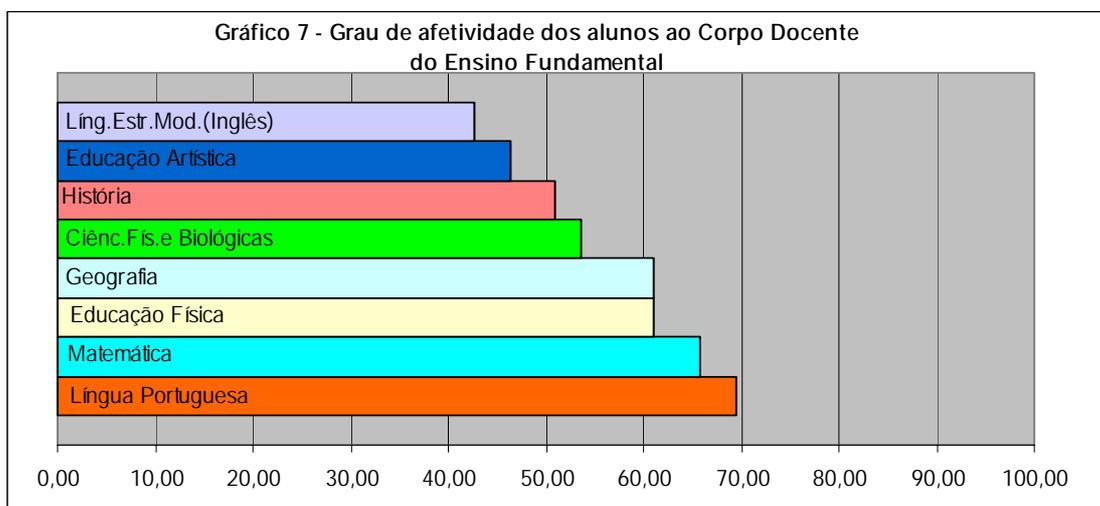
Alunos que atrapalham as aulas	Total	%
A maioria	07	06,5
Alguns	81	75,0
Nenhum	20	18,5
Total	108	100,0

Fonte: Item 3.6 da Tabela Matricial – APÊNDICE A.

⁴⁰ Inciso I do Artigo 12 da LDBEN/96.

Os alunos não têm o hábito de estudar (Item 3.17. – da Tabela Matricial em APÊNDICE A), pois, aproximadamente um terço (36,1%) estuda somente nos períodos de provas, aumentando esse percentual considerado individualmente em relação aos alunos de 7ª e 8ª séries.

Não foi questionado aos alunos sobre como ocorre o processo de ensino-aprendizagem na escola, mas a afetividade que eles nutrem em relação a seus professores, e que considerando as respostas obtidas entre eles, é maior entre aqueles que ministram disciplinas que eles julgam de maior importância como pode ser observado no Gráfico 7. Lauro de Oliveira Lima (1966, p. 24-27) denominava as disciplinas Português, Matemática, Ciências, História e Geografia, incluídas na organização curricular da antiga escola média, como obrigatórias e que atualmente fazem parte de sua base nacional comum, de primos ricos do currículo, numa época em que reinava o intelectualismo e o verbalismo na escola, enquanto que a “área dos primos pobres: artes e habilidades” era, de certa forma, tolerada pelas demais áreas, desde que não atrapalhassem as suas reivindicações, especialmente, na feitura de horário escolar.



(*) Para a obtenção dos percentuais de cada docente dividiram-se os dados absolutos por 108 (número total dos alunos da amostra).

Fonte: Dados da Tabela Matricial – (Seção 4 – retirados dos Itens de 2.1 a 2.8) em APÊNDICE A.

O resultado do grau de afetividade foi obtido somando os aspectos positivos de gostar e gostar muito de cada um dos professores, levando-se em conta que ele se refere ao grupo de docentes que atua no mesmo componente curricular, nas várias classes que compõem o ensino fundamental. A relação de gostar de alguém, por parte dos alunos, no caso específico dos docentes, estaria ligada ao valor que atribuem aos profissionais que ministram conteúdos que são mais utilizados em sua vida diária, em concursos ou que lhes são mais

solicitados, como os de Língua Portuguesa (69,4% dos alunos), de Matemática (65,7%) e Geografia (61,1%), conforme pode ser visto pelo Gráfico 7. Entre os bem avaliados afetivamente, equiparando-se aos docentes de Geografia, estariam os professores de Educação Física, provavelmente pela característica da disciplina que leva os alunos a mais emotividade nas atividades físicas, ligadas aos esportes e descontração que oferece.

A afetividade em relação à direção, composta pelo diretor de escola, pelo vice-diretor que atua no período diurno e vice-diretor do noturno é baixa em relação ao corpo docente, uma vez que, os dois primeiros, tiveram 37,0% e 30,6% de aprovação. Não há o que considerar em relação ao vice-diretor do noturno, por se tratar de alunos do período da tarde, tendo em vista que a maioria dos alunos não o conhecia. Essa baixa afetividade é motivada por algumas razões: 1) é a direção que ouve os principais problemas disciplinares e funciona como agente punidor em certos casos; 2) é a direção que se comunica com pais ou responsáveis dos alunos sobre certas irregularidades, comportamentos e freqüência; que entra em contato com o Conselho Tutelar, Polícia Militar e Poder Judiciário em casos mais graves que ocorrem entre os alunos; 3) no caso da escola, há mudanças constantes no exercício do cargo ou função de diretor de escola.

Outro fator a considerar nas relações interpessoais entre alunos e pessoal da escola, especificamente a direção e o corpo docente, é a mobilidade que há na escola, através de substituições constantes. Revendo uma citação sobre as organizações, Etzioni

define as organizações como “unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídas e reconstruídas, a fim de atingir objetivos específicos”, onde elas caracterizam-se por divisões de trabalho, poder e responsabilidades de comunicação; pela presença de um ou mais centros de poder e que **a substituição de seu pessoal não haveria interferência na realização** e controle de seus objetivos (1989, p.3 e 7. **Grifo nosso**).

As mudanças ocorridas no exercício da função de diretor de escola, em várias oportunidades, ora pelo afastamento do titular do cargo, ora por motivo de licenças para tratamento de saúde, provocam o desconhecimento dos alunos sobre quem exerce o poder na escola e quem é o diretor. As substituições docentes, que são comuns em qualquer escola, principalmente nesta que é constituída por um corpo docente numeroso, interferem no processo educativo, pelo desconhecimento seqüencial de conteúdos, dificuldades curriculares e sobre o que tem sido feito para ajudá-los a superá-las.

Celestino (1993, 57-64) levanta uma questão sobre a administração da escola pública, envolta nas discussões relacionadas ao poder do diretor de escola e da gestão

democrática, obscurecendo, para ele, a percepção de questão ainda mais significativa: “a relação necessária entre a administração da escola e o ensino que se realiza em seu interior e para a qual a administração deve concorrer, se efetivamente se preocupa com sua legitimação”. Para ele, a natureza do trabalho docente deveria ser o determinante de sua administração, mas o que vem ocorrendo, principalmente na rede escolar pública paulista, a questão da direção de escolas tem sido tratada como uma questão técnica e não como uma questão política. Em sua análise, atribui que o aparelho do Estado, ao dar a oportunidade aos candidatos, pela realização de concursos públicos para o acesso à função ou cargo de diretor de escola,

acredita na existência de um saber técnico especializado, cuja posse e domínio se constituem em requisitos prévios para o exercício da direção de escola. Acredita ainda que esse saber esteja disponível seja transmitido nas agências de formação de diretores de escola e acredita, finalmente, que seja possível avaliar a extensão de seu domínio através de provas especialmente voltadas a essa finalidade (1993, p. 59).

Entretanto, em sua análise, Celestino enfatiza que o exercício da direção de uma escola e, muitas vezes, necessário, no atual modelo de gestão das escolas imposto pelo modelo burocrático nas escolas estaduais paulistas, respeitar as determinações operativas das decisões centrais, mas aproximar-se mais de seus professores. O distanciamento da escola e a sua cúpula e a proximidade do ensino é “que dão ao diretor de escola a perspectiva de redirecionar o sentido habitual de seu trabalho, fazendo com que ele volte às suas raízes originais” (p. 83). Acrescenta que ao desarticular-se parcialmente dos órgãos centrais e

Articulando-se com seu corpo docente, pode o diretor proporcionar condições para que se elabore o projeto pedagógico de sua escola, aquele projeto que vai dar a marca de seu trabalho pedagógico e identificar o sentido de seu compromisso educacional. Para isso, no entanto, o diretor precisará não apenas de espaço institucional, mas, também, e principalmente, de uma clara compreensão de seu papel de dirigente.

Acrescenta, valendo-se de Gramsci, que o diretor de escola deve reunir, em sua área de atuação, a condição de especialista e sua condição política ou seja na condução da direção da escola é, ao mesmo tempo, partícipe e condutor do processo de escolarização. Ele deve estar “comprometido com o trabalho pedagógico de sua escola [...] consciente da necessidade de recuperar a função social e a identidade própria da escola (p. 84)” e que irá revitalizar e organizará o ensino que desenvolve em seu interior.

Outro problema que vai interferir na escola são as brigas, mesmo que sejam de vez em quando. Parece que as brigas nas salas de aula são mais constantes que as realizadas no pátio ou na saída da escola. Os professores não sabem conviver com esses problemas que poderiam ser resolvidos com o comparecimento dos pais à escola. As presenças de representantes do Conselho Tutelar ou da Polícia Militar têm sido constantes na escola.

O Conselho Tutelar de Votuporanga elaborou um levantamento⁴¹ com 776 atendimentos, em 2003, às mais diferentes áreas, os quais são tratados de maneira muito vaga, uma vez que não são registrados os locais onde ocorreram, com que público e a data do atendimento. Embora não estejam relacionadas diretamente às escolas, destacam-se: 161 casos de orientação familiar, 72 pedidos de vagas em creches municipais; 52 casos de encaminhamento ao Cartório de Registro Civil; 48 casos de negligência (sem especificar de quem); 38 casos de maus tratos; 32 casos de rebeldia (sem especificação dos motivos); 28 casos de desvio de comportamento; 26 pedidos de vagas no DAFIC; 10 casos de orientação escolar; 9 casos de recuperação escolar; 6 casos de solicitação de vagas em escolas; e 5 casos de crianças fora da escola. No ano seguinte, 2004, a estatística apresentada reforça os casos de 2003, mas são divulgadas as escolas que apresentam maior número de chamadas. Trata-se da escola objeto desta pesquisa. No ano de 2005, apesar de não ser apresentada estatística de ocorrências ou atendimentos no ano, os dois conselheiros foram unânimes em repetir o nome da escola acrescentando que é no período da tarde que ocorrem os pedidos da escola.

A Polícia Militar mantém programas educativos de prevenção às drogas nas escolas, especialmente aos alunos de séries finais do Ensino Fundamental. Há o serviço de Ronda Escolar que tem ajudado na prevenção à violência nas entradas e saídas dos períodos escolares.

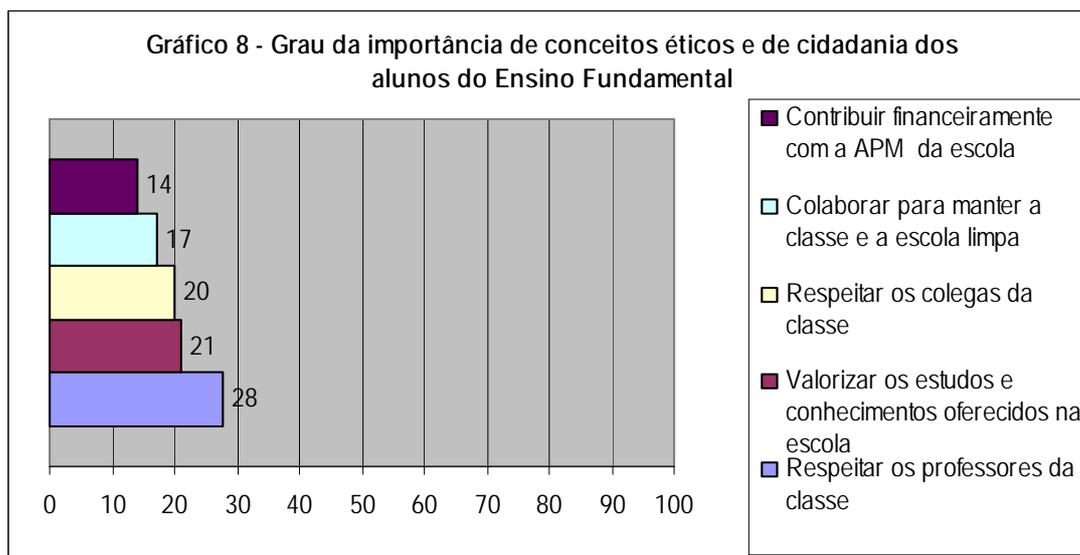
O uso correto dos sanitários, jogarem o lixo em lugar apropriado, tanto no pátio quanto na sala de aula, são objeto de campanhas educativas que devem ser respeitadas e organizadas pelos alunos, através da assistência dos Grêmios Estudantis. Tudo faz parte de um processo de comunicação que deve existir em qualquer organização, principalmente na Escola.

Apesar da pergunta estar direcionada aos Parceiros da Inclusão Escolar, Pichi (2002, p. 26) diz que eles são:

⁴¹ Levantamento fornecido pelo Conselho Tutelar de Votuporanga, em dezembro de 2005.

Pais, professores, alunos, profissionais que integram as equipes de apoio interno e externo à escola, autoridades próximas e distantes do aluno, serviços da comunidade, secretarias de estado e outros ... TODOS!

Na pesquisa realizada na escola, de um rol de cinco conceitos, ligados a valores éticos e da cidadania, os que os alunos consideraram importantes constam do Gráfico 8.



Fonte: APÊNDICE A -Tabela Matricial dos Questionários com alunos.

Os valores mais importantes para os alunos são, respectivamente, *respeitar os professores da classe* e *valorizar estudos e conhecimentos oferecidos na escola*. Como foi descrito sobre a afetividade dos alunos, o respeito aos professores e os conhecimentos por eles oferecidos estão presentes e exercem influência na formação dos alunos. Se analisada, individualmente, por série, na 8ª, série terminal do ensino fundamental, cai o respeito aos professores da classe, apesar de continuar sendo o item mais valorizado, aproximando-se do respeito aos colegas da classe. Pela maior proximidade que os professores têm com seus alunos, Cândido (1966, p.107-128) chama esta relação de sustentação dos agrupamentos, existentes numa escola, de liderança, na qual ele distingue dois tipos, a exercida pelo educador e a exercida pelo educando. A liderança do educador é normalmente institucional; fundando-se, principalmente, na idade, força e posição e elementos fundamentais da autoridade de educador.

Embora variável, conforme tempo e lugar, a autoridade devida a ele implica sempre considerável ascendência sobre o educando, e é tanto mais eficiente quanto mais ela for reconhecida nos grupos de origem do aluno - família, classe etc. (CANDIDO, 1966, p. 121).

A liderança do educando, conforme Cândido (1966, p. 122) “se baseia principalmente no prestígio, que é, não elemento, mas condição de seu exercício, e que vem, eventualmente, juntar-se à autoridade conferida, conforme as escolas, pela idade ou o sexo”. Na medida em que aumenta as idades dos alunos, desponta uma maior integração grupal, valorizando a dinâmica da vida social da escola e, por consequência, os seus colegas.

Na última posição, constante do Gráfico 8, está a contribuição financeira para a APM da escola. A contribuição financeira, solicitada como pagamento de taxa da APM ou qualquer que seja a alegação, não é bem aceita em nenhuma escola pública, pois os pais acham que é obrigação do Poder Público suprir as necessidades dos estabelecimentos de ensino. No ano de 2000, numa das escolas estaduais de 1ª à 4ª série de Ensino Fundamental, hoje municipalizada, o diretor de escola, ao fazer a campanha visando arrecadar fundos, encaminhava um bilhete aos pais com os dizeres: “posso colaborar por mês com R\$ 5,00; posso colaborar com R\$ 2,00; posso colaborar com R\$ 1,00; ou não posso colaborar”; e o pai ou responsável deveria optar por uma das alternativas. Segundo ele, a opção R\$ 1,00 era a principal escolhida, mas era comum os pais dizerem não poder colaborar com nada; ou, em alguns bilhetes, acrescentarem “não vou colaborar”.

Dificuldade como a anterior foi a relatada informalmente por um dos membros da Diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Votuporanga. Segundo ele, reuniram-se com diretores de escola, para que estes fizessem campanha junto aos alunos e seus pais, para conscientizá-los a dar colaboração à Instituição através de uma contribuição mensal a ser arrecadada na conta de água da Superintendência de Água e Esgoto de Votuporanga (SAEV). Disse que os diretores se prontificaram em colaborar na Campanha, mas ficaram desanimados, alguns dias depois, ante a negativa de colaboração.

Quanto à presença de familiares à escola, Paro (2000, p. 108) relata as estratégias utilizadas pela direção de uma escola por ele pesquisada, que recebe os pais calorosamente e que sempre lhes servem alguma coisa durante as reuniões do Conselho de Escola. Uma das estratégias para atrair os pais seria: “Uma estratégia é assim: eles já sabem, em toda reunião de conselho a gente faz um chá, um cafezinho, eu compro um pãozinho, alguma coisa. Eles falam ‘ah, a gente não perde essas reuniões’ [...]”. Este, entretanto, é um público selecionado e mais fácil de ser trabalhado.

É comum, em algumas das escolas do município ou da Diretoria de Ensino, usar estratégia parecida. Entre os pais que comparecem às reuniões ou acontecimentos importantes, sorteiam-se presentes, cestas básicas e que, segundo os diretores, a presença dos

familiares tem sido significativa. Preocupados com as dificuldades para a prática da participação dos pais na gestão escolar, no âmbito de uma cultura autoritária, Gutierrez e Catani (1998, p. 59-75), consideram que as estratégias utilizadas para atrair os pais para as reuniões de pais e mestres ou, mesmo, as de Conselho de Escola, “não constituem formas políticas de participação, mas apenas manipulações autoritárias onde se procura recalcar a alienação ou obter trabalho não remunerado.” A presença dos pais na escola não tem a finalidade de simplesmente cumprir uma norma instituída e de provar que há no estabelecimento uma gestão participativa. O comparecimento dos pais ao estabelecimento de ensino tem objetivos mais amplos, pois propicia o acesso a informações sobre o funcionamento da escola, melhoram as relações interpessoais, importantes na triangulação professores, pais e alunos, ampliando o exercício do diálogo entre as partes. Permite, ainda, mesmo diante da diversidade cultural existente entre as famílias, ter consciência de sua participação nas decisões da escola e/ou saber reivindicar sua participação nessas decisões.

Os familiares comparecem à escola quando convidados para reuniões se o assunto for sobre aproveitamento escolar. Seria temerário, para a escola, tratar de assuntos ligados à questão financeira. Haveria um esvaziamento da sala ou quando convidados, posteriormente, para outras reuniões não compareceriam.

Lourenço Filho aponta:

Dois recursos práticos para reforçamento desse espírito de cooperação entre a família e a escola podem ser apontados: a visita de pais ou mães, em dias e em grupos determinados, aos trabalhos normais da escola; e a realização, sem qualquer aspecto maior de solenidade, a pequenas exposições de trabalhos dos alunos [...] Quando bem se organizem as visitas dos pais, isso em nada prejudicará o trabalho escolar, mas pelo contrário, a ele comunicará maior sentido de realidade (1976, p.145).

A pesquisa mostrou que os problemas disciplinares afetam a gestão na escola, uma vez que seu tempo é absorvido na solução de problemas secundários, em detrimento de sua principal função que é o processo ensino-aprendizagem.

Mostra, ainda, quanto à gestão escolar, diante da complexidade das atividades desenvolvidas na escola, que para o exercício das funções inerentes à direção da escola é exigido competência profissional, visão do processo educativo e relacionamento comunitário. Administrar uma escola para Lourenço Filho (1976, p. 34) é uma ação que

passa então a ser compreendida como a de congregar pessoas, distribuir-lhes tarefas e regular-lhes as atividades, a fim de que o conjunto bem possa produzir, ou servir aos propósitos gerais que todo o conjunto deva ter em

vista. [...] Havendo trabalho conjunto e, sobretudo, continuado, não poderá ele manter-se organizado sem uma distribuição de *níveis de autoridade* e de *esferas de responsabilidade*.

Diante da limitação do que é administrar, Dias (2000, p. 268,269) sugere o uso do conceito gestão para descrever com mais abrangência a administração e suas alternativas. Para ele gestão “consiste na condução dos destinos de um empreendimento, levando-o a alcançar seus objetivos”.

CONCLUSÃO

O estudo sobre gestão escolar e parcerias em educação no Município de Votuporanga oferece a oportunidade para se chegar a algumas conclusões e aproximá-las de outras que melhor deveriam ser aprofundadas. Entre elas podem ser destacadas as que seguem:

1- A definição que é dada à palavra educação, tanto a utilizada por Émile Durkheim (1973, p. 41) em que corresponde a “ação exercida pelas gerações mais antigas sobre os que ainda não estão prontos para a vida social”, quanto à abrangência dos processos formativos constantes na LDBEN/96 (Art. 1º - caput), que ampliam as áreas de ação dos processos por ela provocados; a educação estará presente em todos os processos formativos das instituições ou organizações que compõem a sociedade. Em decorrência, esses processos adquirem uma multiplicidade de formas diferentes em relação aos grupos sociais e instituições em que atuam, caracterizadas pela própria diversidade e complexidade deles decorrentes.

A educação passa a ser uma atividade social especializada, estando presente, desde às ações mais simples da sociedade, proporcionadas pela família, pelo grupo de parentesco e outras que ocorrem nas rotinas diárias da vida das pessoas, às relacionadas aos grupos especializados e escolas. Dependendo da maneira como o processo educativo é dado, a educação assume formas diferentes. Entre estas se encontram a *educação formal* que se caracteriza como o tipo organizado, cuja educação é dada sequencialmente e proporcionada pelas escolas; a *educação informal*, como foi abordada no início deste trabalho, que abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo; a *educação não-formal* que embora possuindo uma estrutura e uma organização diverge da educação formal quanto à fixação de tempos, locais e flexibilidade dos conteúdos. A educação está presente na vida das pessoas, através de todas as ações desenvolvidas em sociedade. Cada uma delas exerce uma função importante e que não pode ser ignorada, especialmente pelas escolas, quando algumas completam as ações de outras.

A educação, de acordo a definição de Durkheim, ao preparar a criança para um determinado meio na sociedade, tem como meta prepará-la para participar de um determinado grupo na hierarquia social e que provoca, na maioria das vezes, as desigualdades sociais que se aprofundam constantemente. Por outro lado, a educação, weberiana, prepara a criança para a vida comunitária, ao transmitir suas tradições sociais comuns, e isto é feito através da

linguagem, da moral, dos costumes e da religião que cada sociedade possui. Daí a importância do papel exercido pelas instituições, que compõem a sociedade, na formação humana. Há, entre elas, uma que exerce uma função social especializada: é a escola. A escola, ao lado de suas funções específicas, deve conhecer os objetivos das demais instituições, aproveitar o potencial que há em cada uma e, com elas, realizar parcerias produtivas.

2- A escola, como instituição, foi definida como um grupo social que exerce uma função social. Ela é, diante de uma pluralidade de respostas, conforme Canário (2005, passim), uma invenção histórica, possuindo objetivos que surgem e se renovam diante das mudanças da sociedade, e podendo ser estudada e definida como uma forma, uma organização e uma instituição e, ainda, analisada no processo de mutação sofrida, ao longo do exercício de suas atividades, numa perspectiva diacrônica (quanto à sua evolução no tempo) que a identifica nos períodos: escola das certezas, escola das promessas e escola das incertezas.

Ao pesquisar a EE “Dr. José Manoel Lobo” de Votuporanga/SP, vista no parecer de Canário, trata-se de uma escola que possui como forma de conceber a aprendizagem (dimensão pedagógica) centrada numa organização curricular que, baseada nos métodos de transmissão do conhecimento, confere-lhe, quase que exclusivamente, o monopólio da ação educativa, sem que haja o enriquecimento das modalidades educativas não escolares, realizadas por organizações sociais que poderiam completar o saber não explorado por ela. Trata-se de uma organização escolar dos espaços, agrupamentos dos alunos e das modalidades de relação com o saber ao longo de sua existência, com a finalidade de transmissão dos conteúdos culturais. É, ainda, uma instituição que desempenha o papel de integração social, unificação cultural, lingüística e política da comunidade.

Numa dimensão diacrônica, aparecem, ao longo de sua história, os três períodos teóricos descritos por Canário. No primeiro, o das *escolas das certezas*, há uma nitidez de que, com a sua implantação em 1948, como primeiro ginásio estadual, representou no município o prestígio político dos representantes do poder local e a oportunidade da cidade ser incluída entre as poucas localidades possuidoras de ensino médio, justamente no período Pós-Segunda Guerra Mundial, quando a criação de escolas estava associada a uma nova ordem política e nova ordem social.

Este período, que iniciava com a instalação do estabelecimento, era marcado por uma escola seletiva, determinada pela existência dos famosos exames de admissão e que se estenderam até 1966, quando da criação do ginásio pluricurricular, ao antigo Instituto de Educação (que consignava ao estabelecimento o grau mais alto na hierarquia das escolas estaduais paulistas). A partir daí, com o afrouxamento dos exames de admissão ou seu

desaparecimento total, surge o período das *escolas das promessas*, que vislumbrava para a população um período marcado pelas promessas de desenvolvimento, de mobilidade social e por igualdade.

Este período da escola num *tempo de promessas* fundamentava-se na teoria do capital humano, considerando que as despesas com educação trariam retorno do ponto de vista individual e coletivo. O período foi marcado pela explosão escolar, com o aumento significativo das matrículas nas escolas. Este crescimento era reconhecido como fator econômico de grande importância. Como era a única escola pública da cidade a manter os cursos ginásial e colegial no município, a partir de 1966, começa a ampliar suas matrículas, e para atender a demanda, são instaladas várias extensões com funcionamento em prédios ocupados pelas escolas primárias da época. Essas extensões resultaram na criação de novos ginásios para o município.

Apesar do crescimento das matrículas, ocorrido nos anos subseqüentes, a escola manteve, por certo tempo, aura de uma escola da certeza, que perdurou até 1992, com a instituição do Projeto Educacional Escola-Padrão.

Em decorrência do declínio do Estado Nacional, as mutações nos campos da política e economia, provocam transformações no campo da educação, fragilizando os sistemas educativos. Esse período, cujo auge é notório na última década do Século XX, corresponde à escola de incertezas. É um período marcado pela dupla perda de coerência, a externa, uma escola que não atende mais aos anseios da sociedade, e interna, por não ser compatível com a diversidade dos públicos que a freqüentam.

A escola passa a contar com uma clientela, não mais seletiva, como nos períodos anteriores, mas, mais democrática e diversificada. Este público, diante da desvalorização dos diplomas e, de certa forma, da exclusão dos piores, somados aos fatores de formação do magistério e do processo avaliatório, apresenta problemas sérios, que interferem na gestão escolar.

3- Outro foco de análise caracterizou-se pela visão e estudo das organizações sociais. Entre elas, que atuam num cenário de constantes mutações e que precisam realizar seus objetivos, razão de ser de sua existência, está a escola. Os objetivos pretendidos pelas organizações oferecem as orientações para situações futuras e definem as linhas gerais que elas devem seguir. Peter e Blau, ao analisarem as tipologias das organizações formais, baseados no critério de quem é o beneficiado e Etzioni, ao oferecer três tipos de metas organizacionais, ofereceram contribuições para compreender o funcionamento das organizações.

Essas organizações, situadas no contexto mais amplo da sociedade, podem pertencer a três setores: Estado, Mercado e Terceiro Setor. Qualquer que seja o setor a que pertençam, elas podem manter uma relação harmoniosa entre si. Para que elas possam funcionar, com um caráter formal e legal, o Estado tem função reguladora nos outros dois setores.

Em razão “da reorganização da sociedade civil na reivindicação de seus direitos, principalmente durante as últimas décadas, recolocou a cidadania na agenda política, questionando uma cultura política autoritária e excludente (FERNANDES, 1999, p. 207)” e sob influências de políticas internacionais, contestam o excessivo centralismo dos Estados. O Estado brasileiro promove mudanças significativas após a promulgação da CF/88. Redefine, especialmente, as políticas sociais, de modelo centralizador, para um processo de descentralização, visando delegação de competências, não só aos entes federativos (Estados, Distrito Federal e Municípios), mas também solicitando a participação dos diversos setores da sociedade.

A política pública conhecida por Welfare State, definida como governo pelo bem-estar dos cidadãos, que é centralizadora, foi substituída por uma nova visão política, que prevê a participação da sociedade civil. O Estado desobriga-se da função de principal prestador de serviços e incentiva a participação das organizações que não são nem públicas, nem privadas e que devem ter a eficiência e eficácia das organizações integrantes do mercado, mas que se obrigam a exercer uma função que era competência pública. Florescem e se multiplicam as Organizações Não-Governamentais ou as chamadas Organizações do Terceiro Setor.

4- As organizações do terceiro setor serão mais importantes no século XXI, e crescerão como instituições prestadoras da prática da caridade (programas sociais), avançando mais que as anteriores, na prestação de serviços, que, no dizer de Drucker (2001, p.15), “visam transformar a comunidade e transformar as pessoas”.

O conhecimento dos objetivos dessas organizações na sociedade pode beneficiar as escolas cujos diretores possuam uma visão clara do processo administrativo, conheçam os recursos humanos disponíveis da escola e mantenham um diálogo permanente com elas de forma a usufruir os recursos por ela disponibilizados.

Para regulamentar a atuação das Organizações do Terceiro Setor, qualificando-as como organizações sociais ou como organizações da sociedade civil de interesse público, dependendo a natureza de seus objetivos, o Estado publica duas leis, formalizando o caráter estrutural dessas organizações e racionalizando suas ações. Esses textos legais favorecem a

reorganização dessas estruturas dando um caráter mais racional, despojando, em certos casos, da estrutura patriarcal, como são muitas delas, e favorecendo o estabelecimento das parcerias.

5- Foram estudadas, das existentes no Município de Votuporanga, algumas organizações sociais, especialmente as que exercem funções educativas. A maioria delas possui, como origem de suas atividades, um vínculo religioso e tem o objetivo de ser instituição beneficente. Todas elas dependem de repasses de recursos municipais e quando mantêm atividades educativas, funcionam com corpo docente vinculado ao Poder Público Municipal. Das 35 instituições cadastradas no Fundo Social de Solidariedade de Votuporanga, treze (13) vinculam-se ao Fundo das Instituições Sociais Associadas de Votuporanga, instituição criada com a finalidade principal de dar a elas a sustentabilidade, para melhor gerir seus objetivos. Elas sobrevivem, além do apoio do FISAV, das campanhas financeiras.

6- A escola possui a função social de formar o cidadão num país de desigualdades econômicas, sociais e culturais. Sozinha, ela não é capaz de atingir a finalidade de desenvolver plenamente seus alunos, nem prepará-los para a cidadania e qualificá-los para exercer com competência a vida dedicada ao trabalho. É importante que, além do envolvimento de todos os profissionais da escola, através do exercício consciente de suas funções e de mãos dadas, a equipe compromissada com a educação pública conte com parceiros que vislumbrem contribuir com uma sociedade mais justa, solidária e participativa.

7- A parceria é um recurso que pode ser utilizado pelas escolas. A escola que conhece bem seu pessoal, os alunos e seus pais que consegue compartilhar responsabilidades com parceiros, tem mais probabilidade de atingir seus objetivos.

Foram apresentadas diversas formas de parcerias. Inicialmente, aquelas entre duas ou mais pessoas, visando ao cultivo da terra, cujo documento era o compromisso oral, hoje normatizadas e documentadas pela ação dos sindicatos e pelo avanço das relações do homem e o trabalho. Foram descritas as parcerias, realizadas pelos órgãos públicos, utilizando-se de convênios, valendo-se de normas juridicamente perfeitas, que foram e continuam sendo utilizadas para realização de certas incumbências, atendendo ao princípio de participação e descentralização de competências entre os entes federativos. Entre elas está o processo de municipalização do ensino fundamental entre o Governo do Estado de São Paulo e seus municípios. Há também as parcerias, que começam a ganhar dimensão, firmadas entre os poderes públicos e as organizações do terceiro setor, destinadas à execução de políticas sociais, especialmente as de Promoção Social, que também se utilizam de convênios, seguindo rigorosamente os trâmites legais.

8- A escola pesquisada constitui-se, entre as unidades escolares jurisdicionadas pela Diretoria Regional de Ensino de Votuporanga, a mais complexa de todas. Ela possui classes com alunos de ensino fundamental e médio. Recebeu, em decorrência do processo de municipalização do ensino fundamental, classes de educação especial, duas destinadas a atender um público com deficiência visual e uma para os deficientes auditivos e, ainda, os professores efetivos que atuavam nas ex-escolas estaduais, agora na condição de professores adidos. É, ainda, sede do Centro de Estudos de Línguas, que conta com cerca de 400 alunos matriculados. Possui um corpo docente constituído por professores efetivos na própria escola, mas de outros que, nela, completam suas jornadas de trabalho docente. Ao lado do pessoal efetivo, a escola possui professores admitidos temporariamente.

A maioria de seus alunos morava, a cerca de 500 a 800 metros de distância, em bairros que, apesar da proximidade com a região central, possuem moradores, em sua maioria, de baixa renda e se constituem em região com muitos conflitos sociais.

Pelo levantamento fornecido pelo questionário realizado junto aos alunos os bairros são, em sua maioria, bem iluminados, asfaltados, com saneamento básico, mas com poucas áreas destinadas ao esporte e lazer da população, vindo provocar o baixo interesse pela prática de esportes entre os alunos da escola.

O prédio da escola oferece poucas áreas destinadas às aulas de educação física ou turmas de treinamento, o que leva a várias improvisações nos locais que deveriam ser destinados ao pátio. Essa falta de disponibilidade de áreas destinadas à prática de esportes também ocorre, na maioria dos estabelecimentos, tanto estaduais, como nos municipais. Talvez seja essa uma das razões do excesso de agressividade entre os alunos, na escola e fora dela. Os programas existentes na cidade, com práticas de esportes, têm trazido resultados benéficos entre as crianças e adolescentes.

Quanto à questão da agressividade, ao visitar uma das escolas estaduais, relata o seu diretor, durante a entrevista que, numa das brigas de adolescentes, o pai foi chamado para comparecer à escola. Na diretoria, com a presença do jovem e de seu pai, o diretor solicitou a opinião do pai sobre o assunto e o que ele iria fazer. Numa reação desrespeitosa, o jovem mandou o pai calar a boca e que ele não achava coisa nenhuma. A falta de autoridade paterna sobre os filhos tem sido comum. Há famílias que solicitam a colaboração da escola, para ajudar a resolver os problemas dos filhos, pois elas não conseguem fazê-lo.

A escola, como organização, possui vários núcleos de atividades, já descritos anteriormente e, para cada um, existem pessoas que ocupam as mais variadas funções. A pesquisa mostrou que a maioria dos alunos desconhece quem são os funcionários ou

servidores da escola e quais as atividades que exercem. Tudo indica que houve um esquecimento de apresentá-los aos alunos, ou, provavelmente, não são usados crachás de identificação, de uso obrigatório nas repartições públicas paulistas. As relações de cordialidade, respeito e cooperação devem existir na escola.

Os alunos e suas famílias freqüentavam muito pouco a escola nos programas destinados à Escola da Família. O mesmo ocorre em outras escolas visitadas pelo pesquisador. Entretanto, quando as atividades são bem programadas, e que atendam o interesse específico de certo público, há sempre pessoas interessadas nelas. A freqüência é boa quando são realizados cursos, oferecidos à comunidade e aos alunos, como cursos de Espanhol e de Inglês, de violão, manicuro, corte de cabelo, bordados, artesanato, dança, crochê e informática; ou de reforço escolar, alfabetização de adultos e catecismo, este em parceria com a Igreja Católica. O sucesso é grande quando funciona o curso de padaria artesanal, com os ingredientes fornecidos, em algumas delas, por supermercados próximos às escolas.

No Programa Escola da Família, quem são os colaboradores ou parceiros nessas empreitadas?

Levando em conta as respostas de seus diretores, há escolas que conseguem atrair parceiros e voluntários. Entre estes estão Empresas, Indústrias, Polícia Militar, Supermercados, Jornais e Rádios locais, Associação Votuporanguense de Artistas Plásticos (AVAP), Centro Universitário de Votuporanga, considerado o maior parceiro de todas as organizações sociais, através do Estágio de alunos dos cursos ligados às áreas de saúde, direito e licenciaturas. As escolas devem explorar a responsabilidade ou compromisso social que as organizações têm com a sociedade. Apesar das dificuldades em trazer os pais a suas reuniões, conseguem fazer deles seus colaboradores ou parceiros em muitas das atividades a que a escola se propõe. Fazer um levantamento de empresas comerciais, indústrias, clubes, profissionais liberais, escolas, não só de seu entorno, mas de possíveis colaboradores, pode surtir o efeito esperado, não só financeiramente, mas também em prestação de serviços, palestras, orientações e outros tipos de colaboração. O que ficou claro nas entrevistas com os diretores de escola é que, quando ela tem iniciativa junto à sua comunidade, isso se reverte em benefícios para a própria escola e seus usuários.

Valendo-se de Canário (2005, p. 88) apresentando três planos distintos que deveriam ser utilizados para transformar a escola atual, destaca-se aquele que vai ao encontro dos objetivos desta pesquisa:

- *Pensar a escola a partir do não escolar.* A experiência mostra que a escola é muito dificilmente modificável a partir da sua própria lógica. A maior parte das aprendizagens significativas realizam-se fora da escola, de modo informal, e será fecundo que a escola possa ser contaminada por essas práticas educativas que, hoje, nos aparecem como portadoras de futuro.

9- Finalmente, são extraídas conclusões a partir dos dados e resultados do estudo. Sabe-se que as instituições escolares possuem uma autonomia limitada; pois, além de fazer parte de uma organização maior, como é o caso das escolas públicas, obedecem a normas comuns instituídas pela União e as decorrentes do seu sistema de ensino. Não é ela quem nomeia ou paga os profissionais da escola ou se utiliza de recursos próprios para a manutenção e conservação do prédio. No entanto é a escola que controla a movimentação de alunos, docentes e funcionários; que diagnostica seus recursos humanos; analisa os indicadores pedagógicos; descobre o potencial da comunidade e de todo seu entorno; enfim, é ela quem constrói a sua proposta pedagógica, num processo de construção democrática.

A escola conta com brechas para atuar e ampliar sua autonomia nas atividades que lhes são atribuídas. Compete a todos os seus profissionais encontrar o caminho de forma participativa, compondo com as organizações, integrantes da sociedade, parcerias educativas, de modo a cumprir a função social que tem a desempenhar.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Myrtes. **O papel do diretor na administração escolar**. São Paulo: Difel, Educ., 1976.
- ALONSO, Myrtes. A gestão/administração educacional no contexto da atualidade. In: VIEIRA, Alexandre Thomaz; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; ALONSO, Myrtes (Org.). **Gestão educacional e tecnologia**. São Paulo: Avercamp, 2003. p. 23-38.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmaz de. A pesquisa no cotidiano escolar. In: FAZENDA, Ivani (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 35-45. (Biblioteca da Educação, Série 1, Escola; v. 11)
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2002.
- BARBIERI, Iris. **Entropia e Neguentropia como medidas de organizações de sistema escolares de natureza cibernético-dialética**. Araraquara, 2000. 3 Volumes. Tese (Livre Docente) - Departamento de Ciências da Educação da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP, Campus de Araraquara/SP.
- BERQUÓ, Elza Salvatori; SOUZA, José Maria Pacheco de; GOTLIEB, Sabina Lea Davidson. **Bioestatística**. 2. ed. Revista. São Paulo: EPU, 1981.
- BLAU, Peter M.; SCOTT, W. Richard. **Organizações Formais: uma abordagem comparativa**. São Paulo: Atlas, 1970.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BORGES, Zacarias Pereira. **Política e educação: análise de uma perspectiva partidária**. Campinas, SP: Graf. FE; Hortograph, 2002.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 45 reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2005. (Coleção primeiros passos; 20)
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília: MEC, 1993. Versão atualizada.
- BRASIL. Lei Nº 8.069. 13 jul. 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- BRASIL. Emenda Constitucional N. 14, 12 Set. 1996. Modifica os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial**, Brasília, 1996.
- BRASIL. Lei n. 9.394, 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial**, Brasília, n. 248, p.27833, 1996. Seção 1.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**. Volume 60 – 2000.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; WILHEIM, Jorge e SOLA, Lourdes (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora Unesp: Brasília: ENAP, 1999. 453 p. (Prismas).

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora Unesp: Brasília: ENAP, 1999. 453 p. (Prismas). p. 67-116.

CANÁRIO, Rui. **O que é a escola?** Um “olhar” sociológico. Porto - Portugal: Porto Editora, 2005. Coleção Ciências da Educação Século XXI.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 10. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.

CÂNDIDO, Antônio. A estrutura da escola. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; PEREIRA, Luiz (Org.). **Educação e sociedade**: leituras de sociologia da educação. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1966.

CASASSUS, Juan. **Tarefas da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995. (Coleção educação contemporânea).

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. 2. ed. – 4^ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004. – (Coleção primeiros passos).

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**; o novo papel dos recursos humanos. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999. 21^a Reimpressão.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.

CHINOY, Ely. **Sociedade: uma introdução à sociologia**. Trad. de Otavio Mendes Cajado. 4. ed. São Paulo, Cultrix: Brasília, INL, 1975.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro setor**: um estudo comparado entre o Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

CURY, Antonio. **Organização e métodos**: uma visão holística. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, Pedro. **Sociologia**: uma introdução crítica. 2. ed. 3^a tiragem. São Paulo: Atlas, 1989.

DIAS, José Augusto. Sistema Escolar Brasileiro. In MENESES, João Gualberto de Carvalho et al. **Estrutura e funcionamento da educação básica**: leituras. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000. Cap.5. p. 123/36.

DIAS, José Augusto. Gestão de Escola. In MENESES, João Gualberto de Carvalho et al. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica**: leituras. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000, 268-82.

DELLA TORRE, Maria Benedicta L. **O homem e a sociedade**: uma introdução à sociologia. 15. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1989.

DRUCKER, Peter F. **Terceiro setor: exercícios de auto-avaliação**. The Peter F. Drucker Foundation; tradução Cynthia Azevedo. São Paulo: Futura, 2001.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Tradução do Prof. Lourenço Filho. 9. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1973.

ETZIONI, Amitai. **Organizações Complexas**: um estudo das organizações em face dos problemas sociais. Tradução de João Antonio de Castro Medeiros. São Paulo: Atlas, 1973.

ETZIONI, Amitai. **Análise comparativa de organizações complexas**: sobre o poder, o engajamento e seus correlatos. Tradução de José Antonio Parente Cavalcante e Caetana Myriam Parente Cavalcante. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

ETZIONI, Amitai. **Organizações Modernas**. Tradução de Miriam L. Moreira Leite. 8. ed. São Paulo: Pioneira, 1989. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Sociologia).

FERNANDES, Angela Viana Machado. **Entre o texto e contexto**: Análise comparativa das leis de diretrizes e bases da educação da Espanha (1990) e do Brasil (1996). Araraquara/SP: Cultura Acadêmica Editora. 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FRANCO, Augusto de. A reforma do Estado e o Terceiro Setor. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: ENAP, 1999. 453 p. (Prismas). p. 273-89.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da educação. São Paulo: Cortez, 1990. (Coleção Magistério – 2º Grau. Série formação do professor).

GUTIERREZ, Gustavo Luis; CATANI, Afrânio Mendes. Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998. p. 59-75.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.

HOUAISS, Antônio; CARDIN, Ismael. Novo Dicionário FOLHA Webster's Inglês-Português e Português/Inglês. Empresa Folha da Manhã: 1996, p. 135.

HUDSON, Mike. **Administrando Organizações do Terceiro Setor**: o desafio de administrar sem receita. Tradução: James F. Sunderland Cook; Revisão técnica: Luiz Carlos Merege. São Paulo: MAKRON Books, 1999.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Normas de apresentação tabular**. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE. 1993.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS Anísio Teixeira. Ministério da Educação. Brasília. **Apresenta dados sobre o Censo Escolar da Educação Básica**. Disponível em <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 25 nov. 2005.

KATZ, Daniel; KAHN, Robert L. **Psicologia social das organizações**. Tradução de Auriphebo Simões. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1978.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva: 1.970.

LAKATOS; MUSGRAVE (Org.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix, 1979.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEBRUN, Gerard. **O que é poder**. 14. ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção primeiro passos; 24)

LENHARD, Rudolf. **Fundamentos da Supervisão Escolar**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1974.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, José Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização** São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Docência em Formação/coordenação Antonio Joaquim Severino, Selma Garrido Pimenta).

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Escola no futuro**. São Paulo: Edições Encontro, 1966

LOURENÇO FILHO, Manuel Berström. **Organização e Administração Escolar: Curso Básico**. 7. ed. rev. e ampl. pela Prof.ª Leda Maria Silva Lourenço. São Paulo: Melhoramentos. Brasília, INL. 1976.

MANNHEIM, Karl; STEWART, W.A.C. **Introdução à sociologia da educação**. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Editora Cultrix Ltda., 1969.

MARQUEZ, Rui Cesar. **Alianças estratégicas**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003. (Coleção administração & sociedade).

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOTTA, Fernando C. Prestes; BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Introdução à Organização Burocrática**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella Francisca Freitas Gouveia de. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Pioneira, Thomson Learning, 2004.

MOTTA, Elias de Oliveira. **Direito Educacional e educação no século XXI**: comentários à nova Lei de Diretrizes da Educação Nacional. Prefácio de Darcy Ribeiro. Brasília: Unesco, 1997.

NEVES, Carmen Moreira de Castro. O projeto pedagógico da escola na Lei de Diretrizes e Bases. In BRITO, Eurides Brito da (Org.). **A educação básica pós-LDB**. São Paulo: Pioneira, 1998.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa Social**: introdução às suas técnicas. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1968.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch. **Parcerias e alianças estratégicas**: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Global, 2004. (Coleção gestão e sustentabilidade).

ONU. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA [on-line] Disponível em:
<http://www.educacaoonline.pro.br/doc_decl_salamanca.asp>. Acesso em 16 dez. 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1996.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade de ensino**: a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2000.

PICCHI, Magali Bussab. **Parceiros da inclusão escolar**. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. **Descentralização e Reformas no Ensino Fundamental**: unindo forças para construir, com sucesso, uma escola de cara nova para São Paulo. Secretaria de Estado da Educação, FUNDAP. São Paulo: SE, 1997. 3 v.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Centro de Informações Educacionais. **Sistema de Informações Educacionais**. Série Histórica. 1998.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. **Manual de orientação para as Diretorias de Ensino e Unidades Escolares**. São Paulo. 2003.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. **Regulamento do Programa Escola da Família**. São Paulo. 2003.

SAVIANI, Demerval. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados. 2000.

SERGIOVANI, Thomas J.; STARRATT, Robert J. **Novos padrões de supervisão escolar**. Tradução de Loyde A. Faustini. São Paulo: EPU e Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.

SILVA, Jair Militão da. **A autonomia da escola pública**: a re-humanização da escola. 7. ed. Campinas, SP: Papirus. (Coleção Práxis).

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von; PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro.(Org.). **Educação não-formal**. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 2001.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **O ginásio único pluricurricular em São Paulo**: temas de educação fundamental e de ensino renovado. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1970.

SOUZA, Cláudio Benedito Gomide de. Planejamento, avaliação e controle: conceitos e operações fundamentais para a gestão participativa. In: BRIS, Mario Martin; GARCIA, Leonor Margaleff (Org.). **La calidad educativa en un mundo globalizado**: intercambio de experiencias y perspectivas. Madrid: Universidad de Alcalá, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em questão. São Paulo: 1. ed. 4ª tiragem. Atlas, 1995.

VIEIRA, Sonia. **Introdução à Bioestatística**. 3. ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

VIEIRA, Sonia. **Elementos de Estatística**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VOTUPORANGA. Redação. Segundo Tempo atenderá 5,4 mil alunos: Definições sobre o funcionamento do programa em Votuporanga foram discutidas, quarta-feira, com o Ministro do Esporte. **DIÁRIO DE VOTUPORANGA**. Votuporanga, 05 de Março de 2005, Cotidiano. Esporte/Educação. p.8.

WEBER, Max. Os três aspectos da autoridade legítima. In: ETZIONI, Amitai. **Organizações Complexas**: um estudo das organizações em face dos problemas sociais. Tradução de João Antonio de Castro Medeiros. São Paulo: Atlas, 1973. p. 17/26.

ZNANIECKI, Florian. A escola como grupo instituído. In FORACCHI, Marialice Mencarini; PEREIRA, Luiz (Org.). **Educação e sociedade**: leituras de sociologia da educação. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1966.

APÊNDICES

Apêndice	Assunto	Página
APÊNDICE A	TABELA MATRICIAL - Resultados da Coleta de Dados – Aplicação de Questionários com alunos do Ensino Fundamental. .	144
APÊNDICE B	ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM ALUNOS.	168
APÊNDICE C	FOTOGRAFIAS e FIGURAS.	176
APÊNDICE D	Tabela 1 – Matrículas dos alunos do ensino fundamental e médio das Escolas no Município de Votuporanga, em 17/11/2005.	183

APÊNDICE A

TABELA I TABELA MATRICIAL – RESULTADOS DA COLETA DE DADOS COM OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANO 2003

1.1 Nome dos Alunos

1.2 Séries do Ensino Fundamental - Amostras

Séries	Quantidade	%
5ª =	30	27,8
6ª =	24	22,2
7ª =	30	27,8
8ª =	24	22,2
Total =	108	100,0

1.3 Período estudado: Tarde

1.4 Anos que estuda nesta escola:

Anos de escolaridade	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
-de 1 ano	17	56,7	00	00,0	03	10,0	02	08,3	22	20,4
1 ano	12	40,0	01	04,7	02	06,7	02	08,4	17	15,7
2 anos	01	03,3	22	91,7	00	00,0	02	08,3	25	23,2
3 anos	00	00,0	01	04,6	25	83,3	08	33,3	34	31,5
4 anos	00	00,0	00	00,0	00	00,0	09	37,5	09	08,3
Não respondeu	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	04,2	01	00,9

1.5 Você mora com:

Parente com quem mora	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
Pai e mãe	20	66,7	20	83,3	22	73,4	18	75,0	80	74,1
Só com o pai	02	06,7	00	00,0	00	00,0	00	00,0	02	01,9
Só com a mãe	05	16,7	03	12,5	01	03,3	01	04,2	10	09,2
Padrasto e mãe	01	03,3	01	04,2	01	03,3	02	08,3	05	04,6
Irmão(ã)	01	03,3	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	00,9
O avô/avó	01	03,3	00	00,0	02	06,7	00	00,0	03	02,8
Outra pessoa	00	00,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	01	00,9
Avô/avó/mãe	00	00,0	00	00,0	03	10,0	00	00,0	03	02,8
Não respondeu	00	00,0	00	00,0	00	00,0	02	08,3	02	01,9
Com o tio/tia	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	04,2	01	00,9

1.6 Você mora (proximidade):

Distância da residência	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Muito próximo da escola.	05	16,7	06	25,0	05	16,7	06	25,0	22	20,4
500 a 800 m. da escola.	09	30,0	06	25,0	08	26,7	07	29,1	30	27,8
1.000 metros da escola.	04	13,4	03	12,5	06	20,0	03	12,5	16	14,8
1.500 a 2.000 m. da escola.	06	20,0	05	20,8	02	06,7	03	12,5	16	14,8
2.000 a 3.000 m. da escola.	01	03,3	01	04,2	04	13,3	03	12,5	09	08,3
Mais de 3.000 m.da escola.	01	03,3	01	04,2	02	06,6	00	00,0	04	03,7
Na zona rural.	04	13,3	02	08,3	01	03,3	01	04,2	08	07,4
Não respondeu	00	00,0	00	00,0	02	06,7	01	04,2	03	02,8

1.7 Você vai à escola (meio de locomoção):

Meios de locomoção	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^{a*}	%	8 ^a	%	Total	%
A pé.	20	66,7	11	45,9	18	58,1	19	79,2	68	62,4
De bicicleta.	04	13,3	06	25,0	04	12,9	01	04,2	15	13,8
De carro.	02	06,7	02	08,3	05	16,1	02	08,3	11	10,1
De moto.	01	03,3	02	08,3	01	03,2	01	04,1	05	04,6
De ônibus.	03	10,0	03	12,5	02	06,5	01	04,2	09	08,2
Não respondeu	00	00,0	00	00,0	01	03,2	00	00,0	01	00,9
Total	30	100,0	24	100,0	31	100,0	24	100,0	109	100,0

7^aB*mais um

1.8 Você ou sua família assina jornal?

Jornais que assinam	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Não assina	28	93,3	22	91,6	22	73,4	21	87,5	93	86,1
Diário de Votuporanga	02	06,7	01	04,2	07	23,3	02	08,3	12	11,1
A Cidade	00	00,0	01	04,2	01	03,3	00	00,0	02	01,9
Estado de S. Paulo	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	04,2	01	00,9
Total	30	100,0	24	100,0	30	100,0	24	100,0	108	100,0

1.9 Você frequenta algum clube da cidade

Clubes que frequentam	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Nenhum	25	83,3	22	91,6	17	56,7	17	68,0	81	74,3
Votuporanga Clube	02	06,7	01	04,2	04	13,3	02	08,0	09	08,3
Assary Clube de Campo	02	06,7	01	04,2	07	23,4	05	20,0	15	13,8
Clube Facchini	00	00,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	01	00,9
Clube Ciafer	00	00,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	01	00,9
CentroSocial Urbano	01	03,3	00	00,0	00	00,0	01	04,0	02	01,8
Total	30	100,0	24	100,0	30	100,0	25	100,0	109	100,0

1.10 Você está satisfeito em estudar à tarde?

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Estou	07	23,3	06	25,0	03	10,0	04	16,7	20	18,5
Prefiro outro período	02	06,7	01	04,2	01	03,3	02	08,3	06	05,5
Gostaria estudar de manhã	19	63,3	15	62,5	21	70,0	14	58,3	69	63,9
Gostaria à noite	02	06,7	02	08,3	04	13,4	03	12,5	11	10,2
Não respondeu	00	00,0	00	00,0	01	03,3	01	04,2	02	01,9
Total	30	100,0	24	100,0	30	100,0	24	100,0	108	100,0

1.11 Você pratica esporte?

Esportes praticados	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Nenhum	07	23,3	09	37,5	07	23,3	11	45,8	34	31,4
Futebol de campo	11	36,7	04	16,6	03	10,0	05	20,8	23	21,3
Futebol de salão	11	36,7	06	25,0	04	13,3	02	08,3	23	21,3
Vôlei	08	26,7	04	16,7	12	40,0	04	16,6	28	25,9
Basquete	02	06,7	01	04,2	00	00,0	01	04,1	04	03,7
Judô	02	06,6	01	04,1	01	03,3	01	04,1	05	04,6
Tênis	01	03,3	01	04,2	01	03,3	01	04,1	04	03,7
Natação	03	10,0	02	08,3	04	13,3	00	00,0	09	08,3
Ballet	00	00,0	01	04,2	00	00,0	00	00,0	01	00,9
Handebol	00	00,0	01	04,2	03	10,0	00	00,0	04	03,7
Dança	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	04,1	01	00,9

1.12 Enumere de 1 ao 5, de acordo com a importância para você dos conceitos abaixo:

Importância de conceitos	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Respeitar os professores da classe.	97	30,4	85	27,3	105	27,9	78	24,7	365	27,6
Valorizar estudos oferecidos na escola.	66	20,7	69	22,2	80	21,3	63	19,9	278	21,0
Respeitar os colegas da classe.	59	18,5	58	18,7	76	20,2	72	22,8	265	20,1
Colaborar manter a classe limpas.	64	20,1	49	15,7	64	17,0	52	16,5	229	17,3
Contribuir com APM da escola.	33	10,3	50	16,1	51	13,6	51	16,1	185	14,0
Total	319	100,0	311	100,0	376	100,0	316	100,0	1322	100,0

2 SOBRE A RESIDÊNCIA E O BAIRRO.

2.1 Gosta da casa onde mora?

Gostar da casa onde mora	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
Sim	25	83,4	17	70,8	20	66,7	17	70,8	79	73,2
Um pouco	03	10,0	04	16,7	06	20,0	04	16,7	17	15,7
Não	01	03,3	01	04,2	03	10,0	02	08,3	07	06,5
Não respondeu	01	03,3	02	08,3	01	03,3	01	04,2	05	04,6
Total	30	100,0	24	100,0	30	100,0	24	100,0	108	100,0

2.2 A casa onde mora é :

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
Própria	17	56,7	13	54,2	16	53,3	16	66,6	62	57,4
De aluguel	07	23,3	06	25,0	09	30,0	06	25,0	28	25,9
Não sei	03	10,0	03	12,5	03	10,0	01	04,2	10	09,3
Não respondeu	03	10,0	02	08,3	02	06,7	01	04,2	08	07,4
Total	30	100,0	24	100,0	30	100,0	24	100,0	108	100,0

2.3 O que você possui em sua casa:

Bens que possui	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
Automóvel	18	60,0	13	54,2	21	70,0	13	54,2	65	60,1
+ de uma TV	06	36,6	14	58,3	16	53,3	16	66,6	52	48,1
Telefone	07	23,3	03	12,5	24	80,0	17	70,8	51	47,2
Videogame	08	26,6	12	50,0	16	53,3	14	58,3	50	46,2
Videocassete	09	30,0	07	29,1	16	53,3	12	50,0	44	40,7
Micro system	12	40,0	05	20,8	15	50,0	11	45,8	43	39,8
Biblioteca	11	36,6	08	33,3	10	33,3	08	33,3	37	34,2
Celular	10	33,3	06	25,0	12	40,0	08	33,3	36	33,3
Microonda	09	30,0	07	29,1	10	33,3	06	25,0	32	29,6
Freezer	10	33,3	02	08,3	09	30,0	10	41,6	31	28,7
+ de uma geladeira	06	20,0	05	20,8	07	23,3	04	16,6	22	20,3
TV a cabo .	07	23,3	04	16,6	05	16,6	04	16,6	20	18,5
Microcomputador	05	16,6	03	12,5	07	23,3	04	16,6	19	17,5
Piscina	04	13,3	01	04,1	04	13,3	02	08,3	11	10,1
Ar-condicionado	01	03,3	02	08,3	01	03,3	02	08,3	06	05,5
Não respondeu	01	03,3	02	08,3	01	03,3	00	00,0	04	03,7
DVD	02	06,6	01	04,1	00	00,0	00	00,0	03	02,7

Os dados acima devem ser examinados separadamente em cada categoria (esporte). Assim, 5ª e 7ª séries devem ser analisados em um universo de 30 cada um; enquanto as 6ª e 8ª séries, no universo de 24. Já no total, a somatória de 108.

2.4 Como chama o bairro que você mora

Nome dos bairros	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
Vila São João	07	23,3	06	25,0	04	13,3	04	16,7	21	19,4
Não sabe/Não respondeu	05	16,7	02	08,3	02	06,7	07	29,1	16	14,8
Vila Nova/Patrimônio Novo	03	10,0	03	12,5	02	06,7	04	16,7	12	11,1
Parque Guarani	01	03,3	03	12,5	04	00,0	01	04,2	09	08,3
Estação	02	06,7	03	12,5	02	06,7	00	00,0	07	06,5
Patrimônio Velho/Centro	00	00,0	02	08,3	03	10,0	01	04,1	06	05,5
Vila Marin	01	03,3	01	04,2	02	06,7	00	00,0	04	03,7
Rural /Vila Carvalho	03	10,0	01	04,2	00	00,0	00	00,0	04	03,7
Jardim Bela Vista	01	03,3	00	00,0	01	03,3	01	04,1	03	02,8
Campo Limpo	00	00,0	00	00,0	03	10,0	00	00,0	03	02,8
Palmeiras I / Matarazzo (1)	01	03,3	01	04,2	00	00,0	01	04,2	03	02,8
Estela Parque	01	03,4	00	00,0	00	00,0	01	04,2	02	01,9
Jardim Umuarama	01	03,4	01	04,2	00	00,0	00	00,0	02	01,9
Vila Muniz	01	03,3	00	00,0	01	03,3	00	00,0	02	01,9
Bairro Santa Luzia	00	00,0	00	00,0	02	00,0	00	00,0	02	01,9
Jardim Marin	00	00,0	00	00,0	01	03,4	01	04,2	02	01,9
Santos Dumont	01	03,4	00	00,0	00	00,0	01	04,2	02	01,9
Parque Residencial Friosi	00	00,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	01	00,9
Jardim Planalto	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	04,1	01	00,9
Santa Felícia	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	04,2	01	00,9
Vale do Sol	01	03,3	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	00,9
Jardim Progresso	01	03,3	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	00,9
Eldorado	00	00,0	01	04,1	00	00,0	00	00,0	01	00,9
Bairro do Café	00	00,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	01	00,9
Comerciário	00	00,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	01	00,9
Total	30	100,0	24	100,0	30	100,0	24	100,0	108	100,0

2.5 No bairro em que você mora há:

Melhoramentos do bairro	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Boa iluminação	26	86,7	21	87,5	26	86,6	17	70,8	90	83,3
Água encanada	21	70,0	20	83,3	26	86,6	21	87,5	88	81,4
Esgoto	22	73,3	15	62,5	27	90,0	22	91,6	86	79,6
Asfalto	22	73,3	17	70,8	27	90,0	19	79,1	85	78,7
Jardim ou praça pública	14	46,6	12	50,0	19	63,3	07	29,1	52	48,1
Ginásio de Esportes Coberto	11	36,6	06	25,0	09	30,0	07	29,1	33	30,5
Quadra de Esportes	11	36,6	07	29,1	08	26,6	04	16,6	30	27,7
Iluminação def. (escura)	00	00,0	02	08,3	03	10,0	02	08,3	07	06,4
Outros	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	04,1	01	00,9
Campo/grama	01	03,3	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	00,9
Parquinho	00	00,0	00	00,0	01	04,1	00	00,0	01	00,9
Pista de caminhada	00	00,0	00	00,0	01	04,1	00	00,0	01	00,9
Não respondeu	00	00,0	00	00,0	01	04,1	00	00,0	01	00,9

Os dados acima devem ser examinados separadamente em cada categoria (esporte). Assim, 5^a e 7^a séries devem ser analisados em um universo de 30 cada um; enquanto as 6^a e 8^a séries, no universo de 24. Já no total, a somatório de 108.

2.6 Campanhas para preservação do bairro onde mora:

2.6 Na sua casa há:

Melhoramentos	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Luz elétrica	29	96,6	24	100,0	28	93,3	21	87,5	102	94,4
Esgoto	24	80,0	17	70,8	26	86,6	21	87,5	88	81,4
Água encanada	22	73,3	20	83,3	25	83,3	20	83,3	87	80,5
Asfalto	22	73,3	15	62,5	23	76,6	17	70,8	77	71,2
Não Respondeu	01	03,3	00	00,0	01	03,3	00	00,0	02	01,8

Os dados acima devem ser examinados separadamente em cada categoria (esporte). Assim, 5^a e 7^a séries devem ser analisados em um universo de 30 cada um; enquanto as 6^a e 8^a séries, no universo de 24. Já no total, a somatória de 108.

2.7.1 Há Campanhas da limpeza das ruas?

Campanhas educativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Sim	08	26,7	05	20,8	05	16,7	05	20,8	23	21,3
Às vezes	13	43,3	13	54,2	18	60,0	09	37,5	53	49,1
Não	09	30,0	05	20,8	07	23,3	08	33,4	29	26,8
Não respondeu	00	00,0	01	04,2	00	00,0	02	08,3	03	02,8

2.7.2 Há campanhas de arborização?

Campanhas de arborização	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Sim	06	20,0	06	25,0	08	26,7	02	08,3	22	20,4
Às vezes	12	40,0	08	33,3	08	26,7	04	16,7	32	29,6
Não	10	33,3	09	37,5	13	43,3	15	62,5	47	43,5
Não respondeu	02	06,7	01	04,2	01	03,3	03	12,5	07	06,5

2.7.3 Há preservação dos locais públicos?

Preservação de locais públicos	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Sim	15	50,0	09	37,5	11	36,7	02	08,3	37	34,3
Às vezes	09	30,0	10	41,7	07	23,3	09	37,5	35	32,4
Não	03	10,0	04	16,7	12	40,0	11	45,9	30	27,8
Não respondeu	03	10,0	01	04,1	00	00,0	02	08,3	06	05,5

3 SOBRE A SUA CLASSE

3.1 Você dá trabalho para aprender as lições?

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Sim	03	10,0	00	00,0	03	10,0	02	08,3	08	07,4
Um pouco	07	23,3	12	50,0	16	43,3	11	45,8	46	42,6
Não	19	63,4	12	50,0	11	36,7	10	41,7	52	48,1
Não respondeu	01	03,3	00	00,0	00	00,0	01	04,2	02	01,9

3.2 A classe dá trabalho para aprender lições?

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
A maioria	06	20,0	05	20,8	10	33,3	07	29,2	28	25,9
Alguns	23	76,7	18	75,0	20	66,7	17	70,8	78	72,2
Não	01	03,3	01	04,2	00	00,0	00	00,0	02	01,9

3.3 Você se julga estudioso(a)?

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Sim	17	56,7	11	45,8	11	36,7	06	25,0	45	41,7
Um pouco	10	33,3	11	45,8	16	53,3	12	50,0	49	45,4
Não	02	06,7	02	08,4	03	10,0	05	20,8	12	11,1
Não respondeu	01	03,3	00	00,0	00	00,0	01	04,2	02	01,8

3.4 A sua classe, de modo geral, é estudiosa?

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Sim	06	20,0	07	29,2	05	16,7	07	29,2	25	23,2
Um pouco	19	63,3	17	70,8	20	66,6	15	62,5	71	65,7
Não	03	10,0	00	00,0	05	16,7	02	08,3	10	09,3
Não respondeu	02	06,7	00	00,0	00	00,0	00	00,0	02	01,8

3.5 Há colegas que atrapalham as aulas, por indisciplina?

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
A maioria	07	23,3	04	16,7	13	43,3	05	20,8	29	26,9
Alguns	22	73,4	20	83,3	17	56,7	19	79,2	78	72,2
Nenhum	01	03,3	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	00,9

3.6 Há colegas atrapalham as aulas, por serem atrasados?

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
A maioria	03	10,0	00	00,0	04	13,3	00	00,0	07	06,5
Alguns	25	83,3	18	75,0	20	66,7	18	75,0	81	75,0
Nenhum	02	06,7	06	25,0	06	20,0	06	25,0	20	18,5

3.7 Você e seus colegas respeitam os professores?

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
A maioria	18	60,0	10	41,6	11	36,7	15	62,5	54	50,0
Alguns	11	36,7	12	50,0	17	56,7	09	37,5	49	45,4
Nenhum	00	00,0	01	04,2	02	06,6	00	00,0	03	02,8
Não respondeu	01	03,3	01	04,2	00	00,0	00	00,0	02	01,8

3.8 Você acha que os professores são bons para você?

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
A maioria	18	60,0	18	75,0	15	50,0	12	50,0	63	58,3
Alguns	11	36,7	05	20,8	14	46,7	11	45,8	41	38,0
Nenhum	01	03,3	00	00,0	01	03,3	01	04,2	03	02,8
Não respondeu	00	00,0	01	04,2	00	00,0	00	00,0	01	00,9

3.9 Eles ensinam bem as coisas que você precisa aprender?

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
A maioria	26	86,7	17	70,8	16	53,3	13	54,2	72	66,7
Alguns	04	13,3	05	20,8	13	43,4	11	45,8	33	30,6
Nenhum	00	00,0	01	04,2	01	03,3	00	00,0	02	01,8
Não respondeu	00	00,0	01	04,2	00	00,0	00	00,0	01	00,9

3.10 Você é assíduo(a)?

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Sim	10	33,3	08	33,3	13	43,3	06	25,0	37	34,3
Um pouco	14	46,7	09	37,5	12	40,0	09	37,5	44	40,7
Não	05	16,7	06	25,0	05	16,7	08	33,3	24	22,2
Não respondeu	01	03,3	01	04,2	00	00,0	01	04,2	03	02,8

3.11 Você ou seus colegas brigam ou discutem um com o outro dentro da classe?

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Sim	05	16,7	05	20,8	05	16,7	05	20,8	20	18,5
De vez em quando	16	53,3	13	54,2	18	60,0	14	58,2	61	56,5
Não	08	26,7	06	25,0	07	23,3	04	16,7	25	23,2
Não respondeu	01	03,3	00	00,0	00	00,0	01	03,3	02	01,8

3.12 Você ou seus colegas brigam ou discutem um com o outro no pátio ou na saída?

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Sim	04	13,3	05	20,8	02	06,7	03	12,5	14	13,0
De vez em quando	19	63,4	08	33,3	12	40,0	11	45,8	50	46,3
Não	07	23,3	11	45,9	16	53,3	10	41,7	44	40,7

3.13 Você consulta livros da biblioteca?

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Sim	09	30,0	02	08,3	05	16,6	04	16,7	20	18,5
de vez em quando	14	46,7	15	50,0	08	26,7	09	37,5	46	42,6
Não	06	20,0	07	29,2	17	56,7	11	45,8	41	38,0
Não respondeu	01	03,3	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	00,9

3.14 A classe consulta livros da biblioteca?

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Sim	06	20,0	06	25,0	04	13,3	09	37,5	25	23,2
De vez em quando	18	60,0	12	50,0	20	66,7	13	54,2	63	58,3
Não	06	20,0	06	25,0	06	20,0	02	08,3	20	18,5

3.15 Seus professores indicam livros para serem consultados ou lidos?

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
A maioria	07	23,3	08	33,3	03	10,0	06	25,0	24	22,2
Alguns deles	17	56,7	15	50,0	20	66,7	18	75,0	70	64,8
Nenhum indica	06	20,0	01	04,2	07	23,3	00	00,0	14	13,0

3.16 Você e seus colegas praticam esportes na escola?

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
A maioria	17	56,7	13	54,2	13	43,3	13	54,2	56	51,9
Alguns de nós	13	43,3	11	45,8	15	50,0	11	45,8	50	46,3
Nenhum	00	00,0	00	00,0	02	06,7	00	00,0	02	01,8

3.17 Diariamente você estuda os conteúdos dados em sala de aula?

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Todos os dias	11	36,7	09	37,5	06	20,0	04	16,7	30	27,8
Só atenção às aulas	08	26,7	03	12,5	02	06,6	03	12,5	16	14,8
Não estudo	05	16,6	00	00,0	00	00,0	00	00,0	05	04,6
Só nas provas	00	00,0	08	33,3	20	66,7	11	45,8	39	36,1
Não preciso estudar	00	00,0	00	00,0	00	00,0	00	00,0	00	00,0
De vez em quando	06	20,0	04	16,7	02	06,7	06	25,0	18	16,7

4 SOBRE A ESCOLA: O que mais gosta na escola e vê no pessoal da Escola?

4.1. Assinale no parêntesis, de 1 a 5, como você vê o pessoal abaixo, que trabalha na escola.

4.1.1 Diretor de escola

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Não conheço	05	16,7	01	04,2	02	06,7	05	20,8	13	12,0
2 = Não gosto	04	13,3	04	16,7	06	20,0	07	29,2	21	19,5
3 = Pouco gosto	06	20,0	08	33,3	09	30,0	09	37,5	32	29,6
4 = Gosto dele(a)	08	26,7	08	33,3	07	23,3	03	12,5	26	24,1
5 = Gosto muito	06	20,0	03	12,5	05	16,7	00	00,0	14	13,0
Não respondeu	01	03,3	00	00,0	01	03,3	00	00,0	02	01,8

4.1.2.1 Vice-diretor de escola

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Não conheço	12	40,0	07	29,2	04	13,3	06	25,0	29	26,8
2 = Não gosto	02	06,7	03	12,5	05	16,7	06	25,0	16	14,8
3 = Pouco gosto	03	10,0	08	33,3	07	23,3	05	20,8	23	21,3
4 = Gosto dele(a)	08	26,7	01	04,2	10	33,4	03	12,5	22	20,4
5 = Gosto muito	02	06,6	05	20,8	03	10,0	01	04,2	11	10,2
Não respondeu	03	10,0	00	00,0	01	03,3	03	12,5	07	06,5

4.1.2.2 Vice-Diretor Noturno

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Não conheço	15	50,0	16	66,7	22	73,3	13	54,7	66	61,1
2 = Não gosto	02	06,7	01	04,1	02	06,7	03	12,5	08	07,4
3 = Pouco gosto	04	13,3	03	12,5	03	10,0	04	16,7	14	13,0
4 = Gosto dele(a)	05	16,7	00	00,0	00	00,0	00	00,0	05	04,6
5 = Gosto muito	01	03,3	04	16,7	02	06,6	00	00,0	07	06,5
Não respondeu	03	10,0	00	00,0	01	03,3	04	16,7	08	07,4

4.1.3.1 Professora-Coordenadora do diurno

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Não conheço	15	50,0	06	25,0	07	23,3	08	33,3	36	33,3
2 = Não gosto	00	00,0	01	04,2	02	06,7	02	08,3	05	04,6
3 = Pouco gosto	03	10,0	02	08,3	04	13,3	03	12,5	12	11,1
4 = Gosto dele(a)	08	26,7	06	25,0	08	26,7	07	29,2	29	26,9
5 = Gosto muito	01	03,3	08	33,3	08	26,7	01	04,2	18	16,7
Não respondeu	03	10,0	01	04,2	01	03,3	03	12,5	08	07,4

4.1.3.2 Professor Coordenador do Noturno

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
1 = Não conheço	17	56,7	19	79,1	25	83,3	16	66,7	77	71,3
2 = Não gosto	02	06,6	01	04,2	00	00,0	04	16,7	07	06,5
3 = Pouco gosto	02	06,7	01	04,2	00	00,0	02	08,3	05	04,6
4 = Gosto dele(a)	04	13,3	02	08,3	00	00,0	01	04,1	07	06,5
5 = Gosto muito	02	06,7	01	04,2	02	06,7	00	00,0	05	04,6
Não respondeu	03	10,0	00	00,0	03	10,0	01	04,2	07	06,5

4.2.1 Professor de Língua Portuguesa

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
1 = Não conheço	00	00,0	00	00,0	01	03,3	01	04,2	02	01,9
2 = Não gosto	00	00,0	04	16,7	02	06,7	00	00,0	06	05,6
3 = Pouco gosto	06	20,0	03	12,5	09	30,0	02	08,3	20	18,5
4 = Gosto dele(a)	07	23,3	07	29,2	10	33,3	08	33,3	32	29,6
5 = Gosto muito	15	50,0	10	41,6	06	20,0	12	50,0	43	39,8
Não respondeu	02	06,7	00	00,0	02	06,7	01	04,2	05	04,6

4.2.2 Professor de Matemática

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
1 = Não conheço	00	00,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	01	00,9
2 = Não gosto	04	13,3	04	16,7	05	16,7	01	04,2	14	13,0
3 = Pouco gosto	03	10,0	03	12,5	03	10,0	07	29,2	16	14,8
4 = Gosto dele(a)	09	30,0	06	25,0	06	20,0	08	33,3	29	26,9
5 = Gosto muito	12	40,0	11	45,8	14	46,7	05	20,8	42	38,9
Não respondeu	02	06,7	00	00,0	01	03,3	03	12,5	06	05,5

4.2.3 Professor de Ciências Físicas e Biológicas

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
1 = Não conheço	00	00,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	01	00,9
2 = Não gosto	05	16,7	03	12,5	04	13,3	04	16,7	16	14,8
3 = Pouco gosto	05	16,7	07	29,2	07	23,4	04	16,7	23	21,3
4 = Gosto dele(a)	06	20,0	07	29,2	10	33,3	04	16,6	27	25,0
5 = Gosto muito	11	36,6	06	25,0	06	20,0	08	33,3	31	28,7
Não respondeu	03	10,0	01	04,1	02	06,7	04	16,7	10	09,3

4.2.4 Professor de História

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
1 = Não conheço	00	00,0	00	00,0	01	03,3	01	04,2	02	01,8
2 = Não gosto	02	06,7	03	12,5	06	20,0	09	37,5	20	18,5
3 = Pouco gosto	04	13,3	06	25,0	09	30,0	04	16,7	23	21,3
4 = Gosto dele(a)	09	30,0	11	29,2	06	20,0	03	12,5	29	26,9
5 = Gosto muito	12	40,0	04	16,7	07	23,4	03	12,5	26	24,1
Não respondeu	03	10,0	00	00,0	01	03,3	04	16,6	08	07,4

4.2.5 Professor de Geografia

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
1 = Não conheço	00	00,0	00	00,0	01	03,3	01	04,2	02	01,9
2 = Não gosto	03	10,0	02	08,3	01	03,3	03	12,5	09	08,3
3 = Pouco gosto	09	30,0	08	33,3	02	06,7	06	25,0	25	23,1
4 = Gosto dele(a)	05	16,7	07	29,2	07	23,4	05	20,8	24	22,2
5 = Gosto muito	10	33,3	07	29,2	18	60,0	07	29,2	42	38,9
Não respondeu	03	10,0	00	00,0	01	03,3	02	08,3	06	05,6

4.2.6 Professor de Educação Artística

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
1 = Não conheço	00	00,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	01	00,9
2 = Não gosto	03	10,0	06	25,0	08	26,7	05	20,8	22	20,4
3 = Pouco gosto	10	33,3	05	20,8	05	16,7	07	29,2	27	25,0
4 = Gosto dele(a)	06	20,0	07	29,2	06	20,0	03	12,5	22	20,4
5 = Gosto muito	07	23,4	06	25,0	09	30,0	06	25,0	28	25,9
Não respondeu	04	13,3	00	00,0	01	03,3	03	12,5	08	07,4

4.2.7 Professor de Educação Física

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
1 = Não conheço	00	00,0	01	04,2	01	03,3	00	00,0	02	01,8
2 = Não gosto	01	03,3	02	08,3	06	20,0	00	00,0	09	08,3
3 = Pouco gosto	06	20,0	08	33,3	04	13,4	06	25,0	24	22,2
4 = Gosto dele(a)	06	20,0	04	16,7	06	20,0	02	08,3	18	16,7
5 = Gosto muito	14	46,7	09	37,5	12	40,0	13	56,2	48	44,5
Não respondeu	03	10,0	00	00,0	01	03,3	03	12,5	07	06,5

4.2.8 Professor de Língua Estrangeira Moderna (Inglês)

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Não conheço	00	00,0	02	08,3	01	03,3	01	04,2	04	03,7
2 = Não gosto	04	13,3	07	29,2	08	26,7	08	33,3	27	25,0
3 = Pouco gosto	08	26,7	08	33,3	04	13,3	04	16,7	24	22,2
4 = Gosto dele(a)	04	13,3	04	16,7	10	33,3	03	12,5	21	19,5
5 = Gosto muito	11	36,7	03	12,5	06	20,0	05	20,3	25	23,1
Não respondeu	03	10,0	00	00,0	01	03,3	03	12,5	07	06,5

4.3 Merendeiras

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Não conheço	10	33,3	08	33,3	13	43,3	11	45,8	42	38,9
2 = Não gosto	02	06,7	00	00,0	02	06,7	01	04,2	05	04,6
3 = Pouco gosto	08	26,7	06	25,0	04	13,3	05	20,8	23	21,3
4 = Gosto dele(a)	03	10,0	04	16,7	06	20,0	01	04,2	14	13,0
5 = Gosto muito	05	16,7	05	20,8	03	10,0	05	20,8	18	16,7
Não Respondeu	02	06,7	01	04,2	02	06,7	01	04,2	06	05,5

4.4 Inspectores escolares

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Não conheço	12	40,0	02	08,3	03	10,0	03	12,5	20	18,6
2 = Não gosto	02	06,7	06	25,0	08	26,7	09	37,5	25	23,1
3 = Pouco gosto	08	26,6	06	25,0	06	20,0	08	33,3	28	25,9
4 = Gosto dele(a)	03	10,0	08	33,4	09	30,0	03	12,5	23	21,3
5 = Gosto muito	03	10,0	02	08,3	03	10,0	00	00,0	08	07,4
Não respondeu	02	06,7	00	00,0	01	03,3	01	04,2	04	03,7

4.5 Merenda servida aos alunos

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Não conheço	06	20,0	05	20,8	06	20,0	11	45,8	28	25,9
2 = Não gosto	06	20,0	06	25,0	10	33,4	08	33,4	30	27,8
3 = Pouco gosto	05	16,7	03	12,5	06	20,0	02	08,3	16	14,8
4 = Gosto dele(a)	03	10,0	04	16,7	04	13,3	00	00,0	11	10,2
5 = Gosto muito	07	23,3	06	25,0	04	13,3	01	04,2	18	16,7
Não respondeu	03	10,0	00	00,0	00	00,0	02	08,3	05	04,6

4.6 Pessoal da Secretaria

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Não conheço	07	23,3	04	16,7	05	16,6	13	54,2	29	26,9
2 = Não gosto	04	13,3	02	08,3	05	16,7	03	12,5	14	13,0
3 = Pouco gosto	05	16,7	07	29,2	05	16,7	03	12,5	20	18,5
4 = Gosto dele(a)	08	26,7	06	25,0	09	30,0	02	08,3	25	23,2
5 = Gosto muito	04	13,3	03	12,5	04	13,3	01	04,2	12	11,0
Não respondeu	02	06,7	02	08,3	02	06,7	02	08,3	08	07,4

4.7 Pessoal da Portaria

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Não conheço	05	16,7	02	08,3	09	30,0	09	37,5	25	23,1
2 = Não gosto	05	16,7	04	16,7	05	16,7	05	20,8	19	17,6
3 = Pouco gosto	04	13,3	08	33,4	05	16,7	02	08,3	19	17,6
4 = Gosto dele(a)	07	23,3	05	20,8	06	20,0	04	16,7	22	20,4
5 = Gosto muito	07	23,3	04	16,7	04	13,3	01	04,2	16	14,8
Não respondeu	02	06,7	01	04,1	01	03,3	03	12,5	07	06,5

4.8 Pessoal da Limpeza

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Não conheço	08	26,6	05	20,8	05	16,7	05	20,8	23	21,3
2 = Não gosto	02	06,7	02	08,4	02	06,7	04	16,7	10	09,3
3 = Pouco gosto	06	20,0	03	12,5	05	16,7	05	20,8	19	17,6
4 = Gosto dele(a)	06	20,0	05	20,8	11	36,6	03	12,5	25	23,1
5 = Gosto muito	06	20,0	09	37,5	06	20,0	05	20,8	26	24,1
Não respondeu	02	06,7	00	00,0	01	03,3	02	08,4	05	04,6

Assinale nos parêntesis dos itens abaixo, de 1 a 5, pelo seu uso o que a escola oferece.

4.9 Livros da Biblioteca

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Precisa melhorar	09	30,0	05	20,8	09	30,0	11	45,8	34	31,5
2 = Ruim	00	00,0	00	00,0	03	10,0	00	00,0	03	02,8
3 = Regular	05	16,7	06	25,0	05	16,7	04	16,7	20	18,5
4 = Bom	07	23,3	10	41,7	11	36,6	08	33,3	36	33,3
5 = Ótimo	05	16,7	03	12,5	00	00,0	00	00,0	08	07,4
Não respondeu	04	13,3	00	00,0	02	06,7	01	04,2	07	06,5

4.10 Sala de aula

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Precisa melhorar	11	36,7	08	33,4	13	43,3	13	54,2	45	41,7
2 = Ruim	04	13,3	02	08,3	03	10,0	02	08,3	11	10,2
3 = Regular	06	20,0	06	25,0	09	30,0	04	16,7	25	23,1
4 = Bom	03	10,0	06	25,0	01	03,3	03	12,5	13	12,0
5 = Ótimo	02	06,7	02	08,3	02	06,7	01	04,2	07	06,5
Não respondeu	04	13,3	00	00,0	02	06,7	01	04,1	07	06,5

4.11 Banheiros

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Precisam melhorar	07	23,3	11	45,9	08	26,6	07	29,2	33	30,6
2 = Ruim	12	40,0	05	20,8	15	50,0	05	20,8	37	34,2
3 = Regular	05	16,7	05	20,8	05	16,7	04	16,7	19	17,6
4 = Bom	03	10,0	01	04,2	00	00,0	07	29,2	11	10,2
5 = Ótimo	00	00,0	02	08,3	02	06,7	00	00,0	04	03,7
Não respondeu	03	10,0	00	00,0	00	00,0	01	04,1	04	03,7

4.12 Pátio

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Precisa melhorar	04	13,3	02	08,3	11	36,7	12	50,0	29	26,9
2 = Ruim	01	03,3	02	08,3	03	10,0	01	04,2	07	06,5
3 = Regular	10	33,4	06	25,0	08	26,7	06	25,0	30	27,8
4 = Bom	09	30,0	10	41,7	06	20,0	03	12,5	28	25,9
5 = Ótimo	03	10,0	04	16,7	01	03,3	01	04,2	09	08,3
Não respondeu	03	10,0	00	00,0	01	03,3	01	04,1	05	04,6

4.13 Quadra coberta

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Precisa melhorar	00	00,0	00	00,0	06	20,0	04	16,7	10	09,3
2 = Ruim	00	00,0	01	04,2	00	00,0	01	04,1	02	01,8
3 = Regular	02	06,7	05	20,8	10	33,3	07	29,2	24	22,2
4 = Bom	08	26,6	07	29,2	07	23,3	09	37,5	31	28,7
5 = Ótimo	17	56,7	11	45,8	02	06,7	03	12,5	33	30,6
Não respondeu	03	10,0	00	00,0	05	16,7	00	00,0	08	07,4

4.14 Espaços para esportes

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Precisa melhorar	03	10,0	01	04,2	06	20,0	06	25,0	16	14,8
2 = Ruim	01	03,3	02	08,3	02	06,7	01	04,1	06	05,6
3 = Regular	11	36,6	03	12,5	10	33,3	07	29,2	31	28,7
4 = Bom	08	26,7	10	41,7	07	23,3	07	29,2	32	29,6
5 = Ótimo	05	16,7	08	33,3	02	06,7	02	08,3	17	15,7
Não respondeu	02	06,7	00	00,0	03	10,0	01	04,2	06	05,6

4.15 Sala de Informática

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Precisa melhorar	02	06,7	01	04,2	09	30,0	03	12,5	15	13,9
2 = Ruim	02	06,7	08	33,3	06	20,0	07	29,2	23	21,2
3 = Regular	03	10,0	05	20,8	04	13,3	03	12,5	15	13,9
4 = Bom	05	16,7	03	12,5	05	16,7	06	25,0	19	17,6
5 = Ótimo	08	26,7	06	25,0	01	03,3	03	12,5	18	16,7
Não conhece	06	20,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	07	06,5
Não respondeu	04	13,3	01	04,2	04	13,4	02	08,3	11	10,2

4.16. Laboratório de Ciências

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Precisa melhorar	05	16,7	03	12,5	07	23,4	08	33,3	23	21,3
2 = Ruim	04	13,3	07	29,2	01	03,3	06	25,0	18	16,7
3 = Regular	02	06,7	04	16,7	08	26,7	04	16,7	18	16,7
4 = Bom	06	20,0	06	25,0	10	33,3	03	12,5	25	23,1
5 = Ótimo	04	13,3	01	04,2	01	03,3	02	08,3	08	07,4
Não conhece	06	20,0	01	04,1	00	00,0	00	00,0	07	06,5
Não respondeu	03	10,0	02	08,3	03	10,0	01	04,2	09	08,3

4.17 Cozinha

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Precisa melhorar	05	16,7	04	16,7	08	26,7	04	16,7	21	19,4
2 = Ruim	03	10,0	01	04,2	02	06,7	02	08,3	08	07,4
3 = Regular	07	23,3	08	33,3	07	23,3	06	25,0	28	25,9
4 = Bom	06	20,0	06	25,0	09	30,0	11	45,8	32	29,7
5 = Ótimo	06	20,0	05	20,8	03	10,0	00	00,0	14	13,0
Não conhece	01	03,3	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	00,9
Não Respondeu	02	06,7	00	00,0	01	03,3	01	04,2	04	03,7

4.18 Merenda oferecida

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Precisa melhorar	09	30,0	01	04,2	07	23,3	09	37,5	26	24,1
2 = Ruim	04	13,3	05	20,8	07	23,3	04	16,7	20	18,5
3 = Regular	06	20,0	06	25,0	07	23,4	04	16,7	23	21,0
4 = Bom	05	16,7	08	33,3	03	10,0	07	29,1	23	21,0
5 = Ótimo	04	13,3	04	16,7	03	10,0	00	00,0	11	10,2
Não respondeu	02	06,7	00	00,0	03	10,0	00	00,0	05	04,6

Avalie sua participação na escola

4.19 Jogar na quadra

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Não sei	02	06,7	02	08,3	02	06,7	04	16,7	10	09,3
2 = Ruim	00	00,0	00	00,0	02	06,7	02	08,3	04	03,7
3 = Regular	05	16,7	03	12,5	08	26,6	02	08,3	18	16,7
4 = Boa	10	33,3	07	29,2	10	33,3	09	37,5	36	33,3
5 = Ótima	11	36,6	12	50,0	06	20,0	06	25,0	35	32,4
Não respondeu	02	06,7	00	00,0	02	06,7	01	04,2	05	04,6

4.20 Relacionamento com os colegas

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Não sei	01	03,3	01	04,2	01	03,3	00	00,0	03	02,8
2 = Ruim	01	03,3	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	00,9
3 = Regular	06	20,0	05	20,8	07	23,4	00	00,0	18	16,6
4 = Boa	09	30,0	05	20,8	09	30,0	18	75,0	41	38,0
5 = Ótima	10	33,3	13	54,2	12	40,0	06	25,0	41	38,0
Não respondeu	03	10,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	04	03,7

4.21 Colaborar com os colegas

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
1 = Não sei	02	06,7	02	08,3	01	03,3	00	00,0	05	04,6
2 = Ruim	02	06,7	00	00,0	01	03,3	00	00,0	03	02,8
3 = Regular	08	26,6	03	12,5	05	16,7	07	29,2	23	21,0
4 = Boa	07	23,3	09	37,5	10	33,3	16	66,7	42	38,9
5 = Ótima	09	30,0	09	37,5	08	26,7	01	04,1	27	25,0
Não respondeu	02	06,7	01	04,2	05	16,7	00	00,0	08	07,4

4.22 Relacionamento com os professores.

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
1 = Não sei	00	00,0	02	08,3	02	06,7	00	00,0	04	03,7
2 = Ruim	02	06,7	00	00,0	01	03,3	00	00,0	03	02,8
3 = Regular	02	06,7	05	20,8	07	23,3	07	29,2	21	19,4
4 = Boa	05	16,7	07	29,2	06	20,0	08	33,3	26	24,1
5 = Ótima	17	56,6	10	41,7	11	36,7	08	33,3	46	42,6
Não respondeu	04	13,3	00	00,0	03	10,0	01	04,2	08	07,4

4.23 de colaborar com os professores.

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
1 = Não sei	02	06,7	01	04,2	02	06,7	00	00,0	05	04,6
2 = Ruim	01	03,3	00	00,0	01	03,3	00	00,0	02	01,9
3 = Regular	03	10,0	05	20,8	06	20,0	09	37,5	23	21,3
4 = Boa	11	36,7	04	16,7	11	36,6	12	50,0	38	35,2
5 = Ótima	09	30,0	13	54,2	08	26,7	02	08,3	32	29,6
Não respondeu	04	13,3	01	04,1	02	06,7	01	04,2	08	07,4

4.24 de colaborar com a escola.

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
1 = Não sei	00	00,0	01	04,1	02	06,7	00	00,0	03	02,8
2 = Ruim	02	06,7	01	04,2	04	13,3	05	20,8	12	11,0
3 = Regular	09	30,0	04	16,7	07	23,3	07	29,2	27	25,0
4 = Boa	10	33,3	08	33,3	09	30,0	07	29,2	34	31,5
5 = Ótima	07	23,3	10	41,7	06	20,0	03	12,5	26	24,1
Não respondeu	02	06,7	00	00,0	02	06,7	02	08,3	06	05,6

4.25. de assistir aulas.

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
1 = Não sei	00	00,0	00	00,0	02	06,7	01	04,2	03	02,8
2 = Ruim	04	13,3	00	00,0	00	00,0	00	00,0	04	03,7
3 = Regular	03	10,0	05	20,8	02	06,7	02	08,3	12	11,1
4 = Boa	05	16,7	08	33,3	11	36,6	12	50,0	36	33,3
5 = Ótima	16	53,3	10	41,7	12	40,0	08	33,3	46	42,6
Não respondeu	02	06,7	01	04,2	03	10,0	01	04,2	07	06,5

4.26 de colaborar com a limpeza da classe.

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
1 = Não sei	00	00,0	01	04,1	03	10,0	00	00,0	04	03,7
2 = Ruim	03	10,0	04	16,7	03	10,0	05	20,8	15	13,9
3 = Regular	04	13,3	01	04,2	02	06,7	06	25,0	13	12,0
4 = Boa	12	40,0	06	25,0	12	40,0	10	41,7	40	37,0
5 = Ótima	09	30,0	12	50,0	08	26,6	01	04,2	30	27,8
Não respondeu	02	06,7	00	00,0	02	06,7	02	08,3	06	05,5

4.27 de colaborar com a limpeza da escola.

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
1 = Não sei	00	00,0	00	00,0	02	06,7	01	04,2	03	02,8
2 = Ruim	02	06,7	03	12,5	02	06,7	05	20,8	12	11,1
3 = Regular	06	20,0	04	16,7	05	16,6	07	29,2	22	20,4
4 = Boa	08	26,7	09	37,5	15	50,0	08	33,3	40	37,0
5 = Ótima	11	36,6	08	33,3	03	10,0	01	04,2	23	21,3
Não respondeu	03	10,0	00	00,0	03	10,0	02	08,3	08	07,4

4.28 de preservação dos banheiros

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
1 = Não sei	01	03,3	01	04,1	04	13,3	01	04,1	07	06,5
2 = Ruim	03	10,0	04	16,7	02	06,7	07	29,2	16	14,8
3 = Regular	08	26,7	04	16,7	06	20,0	05	20,8	23	21,3
4 = Boa	07	23,3	05	20,8	07	23,3	07	29,2	26	24,1
5 = Ótima	09	30,0	10	41,7	10	33,3	04	16,7	33	30,5
Não respondeu	02	06,7	00	00,0	01	03,3	00	00,0	03	02,8

5 Sobre o Programa da Escola da Família:

5.1 Através de quem, você tomou conhecimento sobre o Programa da Escola da Família que está sendo realizado aos sábados e domingos no estabelecimento do ensino?

Alternativas	5ª	%	6ª*	%	7ª**	%	8ª	%	Total	%
da direção	14	46,6	06	24,0	07	21,9	06	25,0	33	29,8
dos funcionários	02	06,7	10	40,0	05	15,6	01	04,2	18	16,2
dos professores	02	06,7	05	20,0	05	15,6	04	16,7	16	14,4
dos colegas	02	06,7	02	08,0	05	15,6	09	37,5	18	16,2
Não informado.	01	03,3	01	04,0	02	06,3	00	00,0	04	03,6
Não sei	08	26,7	01	04,0	08	25,0	02	08,3	19	17,1
Não respondeu	01	03,3	00	00,0	00	00,0	02	08,3	03	02,7
Total	30	100,0	25	100,0	32	100,0	24	100,0	111	100,0

(*) um a mais (**) dois a mais

5.2 Você tem participado aos sábados das atividades programadas para a Escola da Família?

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
Todos os sábados	02	06,7	05	20,8	01	03,3	00	00,0	08	07,4
Alguns sábados	09	30,0	03	12,5	09	30,0	07	29,2	28	25,9
Não posso participar	18	60,0	16	66,7	20	66,7	16	56,7	70	64,8
Não respondeu	01	03,3	00	00,0	00	00,0	01	04,1	02	01,9

5.3 Você tem participado aos domingos das atividades programadas para a Escola da Família?

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
Todos domingos	01	03,3	02	08,3	00	00,0	00	00,0	03	02,8
Alguns domingos	09	30,0	06	25,0	07	23,3	05	20,3	27	25,0
Tenho outra atividade	20	66,7	16	66,7	23	76,7	17	29,2	76	70,4
Não respondeu	00	00,0	00	00,0	00	00,0	02	08,3	02	01,8

5.4 Seus familiares tem participado das atividades programadas para a Escola da Família?

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
Várias vezes	01	03,3	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	00,9
Algumas vezes	07	23,3	03	12,5	07	23,3	02	08,3	19	17,6
Não participa	22	73,4	21	87,5	23	76,7	22	91,7	88	81,5

5.5 Você gostaria de participar de atividade do Programa da Escola da Família relacionadas abaixo?

Alternativas (*)	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
De nenhuma	09	30,0	09	37,5	12	40,0	11	45,8	41	37,9
Palestras	00	00,0	01	04,2	05	16,7	02	08,3	08	07,4
Oficina	02	06,7	01	04,2	02	06,7	01	04,1	06	05,5
Curso	07	23,3	05	20,8	11	36,7	05	20,3	28	25,9
Concurso	04	13,3	04	16,7	04	13,3	01	04,1	13	12,0
Campeonato	13	43,4	06	25,0	04	13,3	05	20,3	28	25,9
Festival	02	06,7	01	04,1	03	10,0	00	00,0	06	05,5
Feira Cultural	04	13,3	01	04,1	05	16,7	02	08,3	12	11,0
Feira Científica	03	10,0	03	12,5	05	16,7	01	04,1	12	11,0
Não respondeu	01	03,3	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	00,9
	45		31		51		28		155	

(*)Cada alternativa deverá ser considerada isoladamente.

5.6 Escreva o nome pessoas que você conhece e que poderia(m) colaborar com o Programa: Escola da Família.

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
Funcionários da escola	01	03,3	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	00,9
Não respondeu	10	33,4	06	25,0	14	46,7	14	58,3	44	40,8
Colegas	01	03,3	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	00,9
Não sabe	02	06,7	04	16,7	03	10,0	04	16,7	13	12,0
Não conhece	04	13,3	09	37,5	03	10,0	00	00,0	16	14,8
Alguns nomes	09	30,0	05	20,8	10	33,3	04	16,7	28	26,0
Famíliares	03	10,0	00	00,0	00	00,0	00	00,0	03	02,8
Policial	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	04,2	01	00,9
Ninguém	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	04,1	01	00,9

6 SOBRE A ESCOLA E A FAMÍLIA

6.1 Pessoas de sua família visitam a escola?

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
Sim	08	26,7	05	20,8	09	30,0	03	12,5	25	23,1
De vez em quando	15	50,0	10	41,7	16	53,3	12	50,0	53	49,1
Não	07	23,3	09	37,50	05	16,7	09	37,5	30	27,8

6.2 Elas são convidadas?

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
Sim	11	36,7	07	29,2	07	23,3	08	33,3	33	30,6
De vez em quando	08	26,6	09	37,5	16	53,4	07	29,2	40	37,0
Não	11	36,7	08	33,3	07	23,3	08	33,3	34	31,5
Não respondeu	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	04,2	01	00,9

6.3 Elas vão quando são convidadas?

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
Sim	15	50,0	13	54,2	18	60,0	13	54,1	59	54,6
De vez quando	08	26,7	10	41,7	09	30,0	07	29,2	34	31,5
Não	06	20,0	01	04,1	02	06,7	04	16,7	13	12,0
Não respondeu	01	03,3	00	00,0	01	03,3	00	00,0	02	01,9

6.4 Quem comparece quando a escola faz o convite?

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
Pai e/ou mãe	21	70,0	22	91,7	28	93,4	22	91,7	93	86,1
Irmão (ou irmã)	03	10,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	04	03,7
Padrasto e/ou madrasta	01	03,3	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	00,9
Ou outro parente	01	03,3	00	00,0	00	00,0	01	04,2	02	01,9
E/ou outra pessoa	04	13,3	02	08,3	00	00,0	00	00,0	06	05,5
Outra pessoa tio/tia	00	00,0	00	00,0	01	03,3	01	04,1	02	01,9

65 O que alegam quando ninguém vai à escola?

Alternativas	5 ^a *	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Falta de tempo	13	41,9	14	58,3	12	40,0	06	25,0	45	41,3
Precisam trabalhar	06	19,5	04	16,7	10	33,4	09	37,5	29	26,6
Não gostam de ir	05	16,1	03	12,5	04	13,4	03	12,5	15	13,8
Não precisam ir	02	06,5	01	04,2	01	03,3	01	04,2	05	04,6
Não são bem recebidos	00	00,0	00	00,0	01	03,3	01	04,2	02	01,8
Não foram avisados	01	03,2	00	00,0	00	00,0	02	08,3	03	02,8
Não entendem / falam na escola.	00	00,0	01	04,2	00	00,0	00	00,0	01	00,9
Não entende o que a diretora fala	01	03,2	01	04,1	01	03,3	00	00,0	03	02,8
Não respondeu	02	06,4	00	00,0	01	03,3	00	00,0	03	02,7
Sempre comparece (Vão sempre)	01	03,2	00	00,0	00	00,0	02	08,3	03	02,7
	31	100,0	24	100,0	30	100,0	24	100,0	109	100,0

(*) um a mais na 5^a C

6.6 Seus pais ou responsáveis acham estar comparecendo à escola?

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Sim, integra a família e a escola	17	56,7	13	54,2	16	53,3	07	29,2	53	49,1
De vez em quando	09	30,0	09	37,5	13	43,3	13	54,1	44	40,7
Não	04	13,3	02	08,3	01	03,4	04	16,7	11	10,2

6.7 Seus familiares participam de reuniões da Escola da Família?

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Sim	14	46,7	06	25,0	16	53,4	11	45,8	47	43,5
Mais ou menos	11	36,7	08	33,3	07	23,3	04	16,7	30	27,8
Não	05	16,6	10	41,7	06	20,0	09	37,5	30	27,8
Não respondeu	00	00,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	01	00,9

6.8 Seus familiares gostam de sua escola?

Alternativas	5 ^a	%	6 ^a	%	7 ^a	%	8 ^a	%	Total	%
Sim	20	66,7	13	54,2	13	43,3	03	12,5	49	45,4
Mais ou menos	08	26,7	08	33,3	11	36,7	18	75,0	45	41,6
Não	01	03,3	02	08,3	05	16,7	03	12,5	11	10,2
Não respondeu	01	03,3	01	04,2	01	03,3	00	00,0	03	02,8

QUANTO ÀS INSTITUIÇÕES QUE A FAMÍLIA PERTENCE OU COLABORA:

7.2 Qual(is) Sindicato(s) os familiares pertencem?

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
Não vincula a Sindicato	03	10,0	02	08,3	16	53,4	03	12,5	24	22,2
Não sei	27	90,0	21	87,5	09	30,0	19	79,1	76	70,4
MRI	00	00,0	01	04,2	00	00,0	00	00,0	01	00,9
Sindicato do Comércio	00	00,0	00	00,0	01	03,4	01	04,2	02	01,9
Sindicato dos Trabalhadores	00	00,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	01	00,9
Sind. Pol.ícia Civil	00	00,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	01	00,9
Não respondeu	00	00,0	00	00,0	01	03,3	01	04,2	02	01,9
Sindicato (Não identificou)	00	00,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	01	00,9
Total	30	100,0	24	100,0	30	100,0	24	100,0	108	100,0

7.1 Qual(is) Igreja(s) que sua família frequenta(m)?

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
Igreja São Bento	05	16,7	00	00,0	06	20,0	05	20,8	16	14,8
Igreja Matriz	02	06,6	00	00,0	01	03,3	01	04,2	04	03,7
Igreja S.Benedito	03	10,0	01	04,2	02	06,7	02	08,3	08	07,4
Igreja São João Batista	00	00,0	01	04,1	00	00,0	01	04,2	02	01,9
Igreja Santa Luzia	00	00,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	01	00,9
Igreja Católica	08	26,7	07	29,2	03	10,0	06	25,0	24	22,2
Igreja Bom Jesus	00	00,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	01	00,9
Não respondeu	02	06,6	01	04,2	03	10,0	03	12,5	09	08,3
Não sabe	05	16,7	00	00,0	00	00,0	02	08,3	07	06,5
Não frequenta	01	03,3	03	12,5	03	10,0	00	00,0	07	06,5
Igreja Cristã	02	06,6	00	00,0	01	03,3	00	00,0	03	02,8
Centro Espírita	00	00,0	02	08,3	00	00,0	00	00,0	02	01,9
Igreja Mundial	00	00,0	01	04,1	00	00,0	01	04,2	02	01,9
Testemunha de Jeová	00	00,0	01	04,2	00	00,0	00	00,0	01	00,9
Congregação Cristã	00	00,0	02	08,3	02	06,7	01	04,2	05	04,6
Igreja Jesus Cristo	00	00,0	01	04,1	00	00,0	00	00,0	01	00,9
Igreja Quadrangular	00	00,0	01	04,2	00	00,0	00	00,0	01	00,9
Igreja Evangélica	00	00,0	03	12,5	02	06,7	02	08,3	07	06,5
Av.Bíblico	01	03,3	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	00,9
Igreja Batista	01	03,3	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	00,9
Igreja Adventista	00	00,0	00	00,0	02	06,7	00	00,0	02	01,9
Igreja Unida	00	00,0	00	00,0	02	06,7	00	00,0	02	01,9
Igreja Presbiteriana	00	00,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	01	00,9

7.2 Qual(is) Igreja(s) que sua família frequenta(m)? (Quadro Síntese)

Alternativas	Total	%
Igreja Católica	56	51,8
Não respondeu	09	08,3
Não sabe/Não frequenta	14	13,0
Outras Igrejas/ou religiões	29	26,9
total	108	100,0

7.3 Quais Associações que faz parte ou colabora?

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
Nenhuma	05	16,7	03	12,5	09	30,0	04	16,7	21	19,4
Não sei	25	83,3	20	83,3	18	60,0	18	75,0	81	75,0
A.B.Evangélica	00	00,0	01	04,2	00	00,0	00	00,0	01	00,9
Igreja Bom Jesus	00	00,0	00	00,0	01	03,4	00	00,0	01	00,9
Associação Anti-Alcoólica	00	00,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	01	00,9
Associação Bairro Parque Guarani	00	00,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	01	00,9
Associação Comercial	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	04,1	01	00,9
Não respondeu	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	04,2	01	00,9
Total	30	100,0	28	100,0	30	100,0	24	100,0	108	100,0

7.4 Instituições que as famílias colaboram:

Alternativas	5ª	%	6ª	%	7ª	%	8ª	%	Total	%
Não colabora	08	26,7	05	20,8	09	30,0	03	12,5	25	23,1
Não sabe	20	66,7	19	79,2	19	63,4	20	83,3	78	72,2
Igreja	01	03,3	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	01,0
Santa Casa	01	03,3	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	01,0
Criança Esperança	00	00,0	00	00,0	01	03,3	00	00,0	01	00,9
Associação B.Parque Guarani	00	00,0	00	00,0	01	03,3	00	04,2	01	00,9
Igreja São Benedito	00	00,0	00	00,0	00	00,0	01	00,0	01	00,9
Total	30	100,0	24	100,0	30	100,0	24	100,0	108	100,0

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO

1 – IDENTIFICAÇÃO

(dia ___/___/2003)

1.1 Nome do(a) aluno(a): _____

Série : Ensino Fundamental - Assinale a série que você estuda.

5ª ()A ()B ()C ()D ()E 7ª ()A ()B ()C ()D ()E

6ª ()A ()B ()C ()D ()E 8ª ()A ()B ()C ()D ---

3 Período: 3.1 Manhã () 3.2 Tarde (X) 3.3 Noturno ()

1.4 Faz quantos anos que estuda nesta escola:

() -de 1 ano () 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos () 5 anos () 6 anos () 7 anos () + de 7

1.5 Você mora com:

() pai e mãe () só com o pai () padrasto e mãe () com o avô/avó () com o tio/tia

() pai e madrasta () só com a mãe () com irmão(ã) () com outra pessoa. Quem? _____

1.6 Você mora:

() muito próximo da escola. () cerca de 2000 a 3000 metros da escola.

() cerca de 500 a 800 metros da escola. () mais de 3000 da escola.

() cerca de 1000 metros da escola. () na zona rural.

() cerca de 1500 a 2000 metros da escola. () em outra cidade.

1.7 Você vai à escola:

() a pé. () de moto. () Kombi escolar ou similar

() de bicicleta. () de ônibus. () a cavalo.

() de carro. () de outra forma. Qual? _____

1.8 Você ou sua família assina jornal?

() Não assina () Diário da Região () Estado de S. Paulo

() Diário de Votuporanga () Folha de Rio Preto () Diário de S. Paulo

() A Cidade () Folha de S.Paulo () outro. Qual? _____

1.9 Você frequenta algum clube da cidade?

() Nenhum () Clube dos 40

() Votuporanga Clube () Outro. Qual? _____

() Assary Clube de Campo () Academia. Qual? _____

1.10 Você está satisfeito em estudar no período da tarde?

() Estou () Gostaria de estudar de manhã

() Preferiria outro período () Gostaria de estudar à noite

1.11 Você pratica algum tipo de esporte?

- () Nenhum () Judô
 () Futebol de campo () Tênis
 () Futebol de salão () Natação
 () Vôlei () Biribol
 () Basquete () Outros. Qual (is)? _____

1.12 Classifique de 1 a 5, o que você poderia contribuir com a escola?

	1	2	3	4	5
Respeitar os professores da classe.	()	()	()	()	()
Respeitar e colaborar com os colegas da classe.	()	()	()	()	()
Contribuir financeiramente com a APM da escola.	()	()	()	()	()
Colaborar para manter a classe e escola limpas.	()	()	()	()	()
Valorizar os estudos e conhecimentos oferecidos na escola.	()	()	()	()	()

2 SOBRE A RESIDÊNCIA E O BAIRRO.

2.1 Gosta da casa onde mora? () sim () um pouco () não

2.2 A casa onde mora é: () própria () de aluguel () não sei

2.3. Assinale o que você possui em sua casa:

- () automóvel () microonda () telefone () ar-condicionado
 () biblioteca () + de uma TV () celular () videocassete
 () micro system () TV a cabo () piscina () microcomputador
 () videogame () freezer () DVD () + de uma geladeira

2.4 Como chama o bairro que você mora? Resposta: _____

2.5 Gosta do bairro onde mora? () sim, gosto () um pouco () não gosto.

2.5 No bairro em que você mora há:

- () Esgoto () Boa iluminação () Jardim ou praça pública
 () Asfalto () Iluminação deficitária (escura) () Quadra de Esportes
 () Água encanada () Ginásio de Esportes Coberto () Outros: _____

2.6 Campanhas para preservação do bairro onde mora:

2. 6.1 Há Campanhas no bairro de Conservação da limpeza das ruas?

- () sim () às vezes () não

2.6.2 Há campanhas de Conservação e aumento de arborização?

sim às vezes não

2.6.3 Há Preservação dos prédios públicos?

sim às vezes não

2.6.4 Há Conservação e preservação da iluminação pública?

sim às vezes não

2.6.5 Há Preservação das praças ou locais públicos?

sim às vezes não

3 SOBRE A SUA CLASSE

3.1 Você dá trabalho aos professores para aprender as lições?

sim um pouco não

3.2 A classe dá trabalho para aprender as lições?

a maioria alguns não

3.3 Você se julga estudioso(a)?

sim um pouco não

3.4 A sua classe, de modo geral, é estudiosa?

sim um pouco não

3.5 Há colegas que atrapalham as aulas, por indisciplina?

a maioria alguns nenhum

3.6 Há colegas que atrapalham as aulas, por serem atrasados?

a maioria alguns nenhum

3.7 Você e seus colegas respeitam os professores?

a maioria alguns nenhum

3.8 Você acha que os professores são bons para você?

a maioria alguns nenhum

3.9 Eles ensinam bem as coisas que você precisa aprender?

a maioria alguns nenhum

3.10 Você é assíduo(a) – não falta às aulas?

sim um pouco não

3.11 Você ou seus colegas brigam ou discutem um com o outro dentro da classe?

sim de vez em quando não

3.12 Você ou seus colegas brigam ou discutem um com o outro no pátio ou na saída?

() sim () de vez em quando () não

3.13 Você consulta livros da biblioteca?

() sim () de vez em quando () não

3.14 A sua classe consulta livros da biblioteca?

() sim () de vez em quando () não

3.15 Seus professores indicam livros para serem consultados ou lidos?

() a maioria () alguns deles () nenhum indica

3.16 Você e seus colegas praticam esporte na escola?

() a maioria () alguns de nós () nenhum

3.17 Diariamente você estuda os conteúdos dados em sala de aula?

() todos os dias () só presto atenção às aulas () não estudo

() só nas provas () não preciso estudar () de vez em quando

4 SOBRE A ESCOLA

4.1 O que mais gosta na escola?

4.1 Assinale no parêntesis, de 1 a 5, como você vê o pessoal abaixo, que trabalha na escola.

1 = Não conheço 2= não gosto 3= pouco gosto 4=gosto dele(a) 5= gosto muito

Diretor	()	()	()	()	()
Vice-Diretor	()	()	()	()	()
Vice-Diretor Noturno	()	()	()	()	()
Prof ^a .Coordenadora	()	()	()	()	()
Prof.Coordenador -Noturno	()	()	()	()	()

1 = Não conheço 2= não gosto 3= pouco gosto 4=gosto dele(a) 5= gosto muito

Prof. de Língua Portug.uesa	()	()	()	()	()
Prof. de Matemática	()	()	()	()	()
Prof. de Ciênc..Fís. Biológicas	()	()	()	()	()
Prof. de História	()	()	()	()	()
Prof. de Geografia	()	()	()	()	()
Prof. de Educ.ação Artística	()	()	()	()	()
Prof. de Educação Física	()	()	()	()	()
Prof. de Inglês	()	()	()	()	()

	1 = Não conheço	2= não gosto	3= pouco gosto	4=gosto dele(a)	5= gosto muito
Merendeiras	()	()	()	()	()
Inspetores Escolares	()	()	()	()	()
Merenda	()	()	()	()	()
Pessoal da Secretaria	()	()	()	()	()
Pessoal da Portaria	()	()	()	()	()
Pessoal da Limpeza	()	()	()	()	()

Assinale nos parêntesis dos itens abaixo, de 1 a 5, pelo seu uso o que a escola oferece.

	1 = Precisa melhorar	2 = Ruim	3 = Regular	4 = Bom	5 = Ótimo
Livros da Biblioteca	()	()	()	()	()
Sala de aula	()	()	()	()	()
Banheiros	()	()	()	()	()
Pátio	()	()	()	()	()
Quadra coberta	()	()	()	()	()
Espaços para esportes	()	()	()	()	()
Sala de informática	()	()	()	()	()
Laboratório de Ciências	()	()	()	()	()
Cozinha	()	()	()	()	()
Merenda oferecida	()	()	()	()	()

Avalie sua participação na escola

	1 = Não sei	2 = Ruim	3 = Regular	4 = Boa	5 = Ótima
de jogar na quadra	()	()	()	()	()
seu relacionamento com os colegas	()	()	()	()	()
de colaborar com colegas	()	()	()	()	()
seu relacionamento com os professores	()	()	()	()	()
de colaborar com os professores	()	()	()	()	()
de colaborar com a escola	()	()	()	()	()
de assistir aulas	()	()	()	()	()
de colaborar com a limpeza da classe	()	()	()	()	()
de colaborar com a limpeza da escola	()	()	()	()	()
de preservação dos banheiros	()	()	()	()	()

6.5 O que alegam quando ninguém vai à escola?

- falta de tempo precisam trabalhar não gostam de ir
 não precisam ir não são bem recebidos não foram avisados
 não entendem o que os professores falam na escola. não entende o que a diretora fala

6.6 Seus pais ou responsáveis acham necessário estar sempre comparecendo à escola?

- Sim, pois integra a família e a escola de vez em quando Não

6.7 Seus familiares sempre participam de reuniões ou atividades envolvendo a Escola da família?

- sim mais ou menos Não

6.8 Seus familiares gostam de sua escola?

- sim mais ou menos Não

7 QUANTO ÀS INSTITUIÇÕES QUE A FAMÍLIA PERTENCE OU COLABORA:

7.1 Qual(is) Igreja(s) que sua família freqüenta(m)? _____

7.2 Qual(is) Sindicato(s) você e seus familiares pertencem?

Minha família não está vinculada a nenhum Sindicato.

Não sei

7.3 Quais Associações que sua família faz parte ou colabora?

Nenhuma

Não sei

7.4 Instituições que a família colabora:

- Não colabora ou não pode colaborar.
- APAE
- Associação de Assistência ao Deficiente Físico e Auditivo " A.A.D.F.A."
- Associação Amor Exigente Votuporanga – AME
- Associação Antialcoólica de Votuporanga
- Associação de Assistência ao Deficiente Físico e Auditivo de Votuporanga
- Caminho de Damasco
- Casa Abrigo
- Centro de Cultura e Meio Ambiente Deco D`Antonio
- Centro de Apoio Social
- Centro Social de Votuporanga
- Clube de Mães da Paróquia Santa Luzia
- Comunidade Nova Vida
- Comunidade São Francisco de Assis
- Entidade Beneficente Prom.Cursos Art.Pint Crochê e Outras Atividades
- Fundo das Instituições Sociais Associadas de Votuporanga – Fisav.
- Instituto Assistencial Herança Feliz
- Lar Assistencial Espírita Recanto da Mãe
- Lar Espírita do Velhinho de Votuporanga
- Lar São Vicente de Paulo de Votuporanga
- Recanto da Tia Marlene
- Santa Casa de Misericórdia de Votuporanga
- Sociedade Espírita Beneficente Fonte Viva
- Outras?

Quais?

Obrigado pela sua colaboração.

APÊNDICE C

LISTA DE ILUSTRAÇÕES - FOTOGRAFIAS

Foto 1 -	Atividades com crianças em Educação Artística na Associação Beneficente “Irmão Mariano Dias”.....	177
Foto 2 -	Atividades com crianças da Pré-escola na Associação Beneficente “Irmão Mariano Dias”.....	177
Foto 3 -	Campo de Futebol do Lar Beneficente Celina.	178
Foto 4 -	Sala de aula de alunos da pré-escola do Lar Beneficente Celina	178
Foto 5 -	Piscina Infantil para as crianças do jardim e da pré-escola.	179
Foto 6 -	Local de instalação da Farmácia do Lar Beneficente Celina.	179
Foto 7 -	Brinquedos e utilidades confeccionados na Escola Artesanal e Casa da Criança – 2006.	180
Foto 8 -	Pátio da Escola (Quadra de Esportes) e local onde se encontra instalado o Centro de Estudos de Línguas	180
Foto 9 -	Pátio da EE “Dr. José M. Lobo” - Local do antigo Curso Primário – aproveitado como 2 Quadras de Esportes	181
Foto 10-	Muro da Escola – Parte externa do local onde está o pátio da Escola visto pela Foto 9	181
Foto 11-	Sociedade Beneficente Irmã Elvira - Votuporanga – 1ª Turma da Creche	182
Foto 12-	Sociedade Beneficente Irmã Elvira - Votuporanga –Turma da Pré-escola.	182
Foto 13	Ginásio Estadual de Votuporanga – 1948	102
Foto 14	Prefeitura do Município de Votuporanga – 2006	102
Foto 15	EE “Dr. José Manoel Lobo” – 1951	102
Foto 16	Centro Universitário de Votuporanga – 2006	102
Foto 17	EE “Dr. José Manoel Lobo” – 1963	102
Foto 18	EE “Dr. José Manoel Lobo” – 2006	102

Foto 1 – Atividades com crianças em Educação Artística.



Fonte: Arquivo da Associação Beneficente “Irmão Mariano Dias”.

Foto 2- Atividades com crianças do Pré-escola.



Fonte: Arquivo da Associação Beneficente “Irmão Mariano Dias”.

Foto 3- Campo de Futebol da Escola do LAR BENEFICENTE CELINA



Fonte: disponível em: <[http:// www.mariadenazare.com.br](http://www.mariadenazare.com.br)>. Acesso em 20 fev. 2006.

Foto 4 – Sala de aula do Pré-escola do LAR BENEFICENTE CELINA



Fonte: disponível em: <[http:// www.mariadenazare.com.br](http://www.mariadenazare.com.br)>. Acesso em 20 fev. 2006.

Foto 5 – Piscina Infantil para as crianças do jardim e da pré-escola do LAR BENEFICENTE CELINA



Fonte: disponível em: <<http://www.mariadenazare.com.br>>. Acesso em 20 fev. 2006.

Foto 6 – Local de instalação da Farmácia do LAR BENEFICENTE CELINA



Fonte: disponível em: <<http://www.mariadenazare.com.br>>. Acesso em 20 fev. 2006.

Foto 7– Brinquedos e utilidades confeccionados na Escola Artesanal e Casa da Criança - 2006



Fonte: Foto tirada em 16/03/2006 na Escola Artesanal e Casa da Criança.

Foto 8 - Pátio da Escola (Quadra de Esportes) e local onde se encontra instalado o Centro de Estudos de Línguas



Obs.: Do lado esquerdo da foto, local onde se encontra instalado o Centro de Estudos de Línguas- CEL. Do lado direito do CEL encontra-se um dos pátios do estabelecimento, que tem sido utilizado para as aulas práticas de Educação Física.

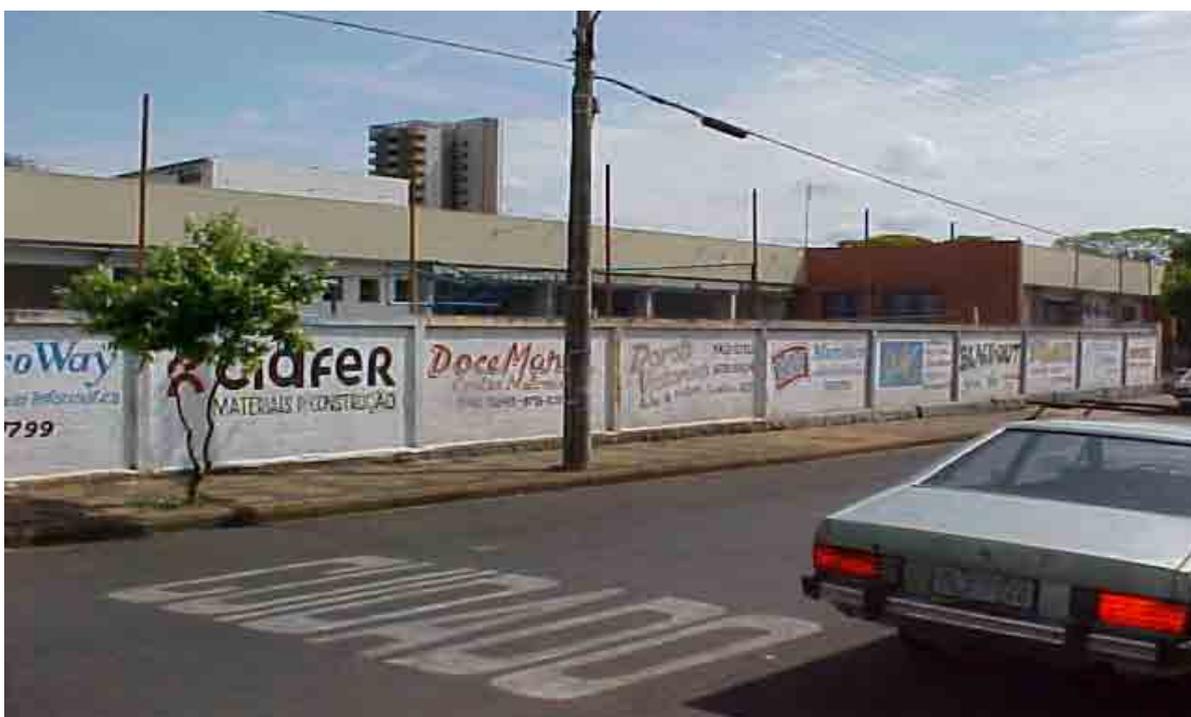
Fonte: Foto tirada pelo Pesquisador - Setembro de 2003.

Foto 9- Pátio da EE "Dr. José M. Lobo" - Local do antigo Curso Primário – Hoje aproveitado como 2 Quadras de Esportes



Fonte: Foto tirada pelo Pesquisador – Setembro de 2003.

Foto 10- Muros da EE "Dr. José M. Lobo" com propagandas de empresas comerciais . Parte Interna está o Pátio – em local do antigo Curso Primário – Visto externamente. Hoje aproveitado como 2 Quadras de Esportes.



Fonte: Foto tirada pelo Pesquisador – Setembro de 2003.

Foto 11– Sociedade Beneficente Irmã Elvira- Votuporanga – 1ª Turma de Atendimento da Creche - 1959



A foto retrata a 1ª turma da Creche em 1959. Encontram-se com as crianças os fundadores da Instituição e funcionários. Fonte: Foto fornecida pela Sociedade Beneficente Irmã Elvira em 2006 (através de foto recuperada).

Foto 12 – Sociedade Beneficente Irmã Elvira- Votuporanga –Turma da Pré-escola



Fonte: Foto fornecida pela Sociedade Beneficente Irmã Elvira em 2006 (através de foto recuperada).

APÊNDICE D

Tabela 1 – Matrículas dos alunos do ensino fundamental e médio no Município de Votuporanga, em 17/11/2005.

Nº	Estabelecimentos de Ensino	Séries do Ensino Fundamental										Total	Séries do Ensino Médio			Total
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	1ª	2ª		3ª			
A	EE Prof. Cícero Barbosa Lima Junior	-	-	-	-	94	109	120	163	486	97	117	61	275		
B	EE Profª Uzenir Coelho Zeítune	-	-	-	-	185	187	181	184	737	232	222	193	647		
C	EE Prof. Orosimbo Furtado Filho	18	19	18	18	22	22	20	17	154	-	-	-	-		
D	EE Profª Juraci Lima Lupo"	-	-	-	-	110	123	114	104	451	72	66	-	138		
E	EE Sebastião Almeida Oliveira	-	-	-	-	111	105	109	77	402	81	76	59	216		
F	EE Profª Maria Nívea C. Pinto	-	-	-	-	49	63	67	52	231	56	65	39	160		
G	EE Profª Esmeralda Sanches da Rocha	-	-	-	-	97	100	80	69	346	99	76	67	242		
H	EE Dr. José Manoel Lobo	-	-	-	-	151	176	165	182	674	220	170	231	621		
I	EE Profª Enny Tereza Longo Fracaro	-	-	-	-	144	141	164	152	601	196	165	223	584		
J	EE Profª Sarah Arnoldi Barbosa	-	-	-	-	103	78	81	73	335	79	113	148	340		
	Soma das Escolas Estaduais	18	19	18	18	1.066	1.104	1.101	1.073	4.417	1.132	1.070	1.021	3.223		
K	CEM Anita Lievana Camargo	71	78	58	62	-	-	-	-	269	-	-	-	-		
L	CEM Deputado Narciso Pieroni	139	158	141	140	-	-	-	-	578	-	-	-	-		
M	CEM Prof. Benedito Israel Duarte	100	150	131	127	-	-	-	-	508	-	-	-	-		
N	CEM Profª Clary Brandão Bertoncini	55	57	75	70	-	-	-	-	257	-	-	-	-		
O	CEM Prof. Faustino Pedroso	93	121	149	137	-	-	-	-	500	-	-	-	-		
P	CEM Prof. Geyner Rodrigues	35	44	42	56	-	-	-	-	177	-	-	-	-		
Q	CEM Profª Irmã Pansani Marin	68	89	90	103	-	-	-	-	350	-	-	-	-		
R	CEM Profª Maria Izabel M. Oliveira	66	74	80	89	-	-	-	-	309	-	-	-	-		
S	CEM Profª Maria Martins Lourenço	136	156	134	161	-	-	-	-	587	-	-	-	-		
T	CEM Profª Neyde Tonanni Marão	74	100	109	105	-	-	-	-	388	-	-	-	-		
U	CEM Prof. Valdir Gonçalves de Lima	65	60	59	54	-	-	-	-	238	-	-	-	-		
	Soma das Escolas Municipais	902	1.087	1.068	1.104	-	-	-	-	4.161	-	-	-	-		
V	Centro Educacional Piconzé	26	09	26	19	27	28	23	41	199	31	23	32	86		
X	Colégio Adventista de Votuporanga	30	28	32	43	35	56	58	38	320	32	32	22	86		
Y	Colégio Celtas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	40	48	130		
W	Escola Dinâmica de Votuporanga	21	24	19	27	40	40	53	52	276	38	37	41	116		
Z1	Escola Votuporangense de Ensino	32	45	32	40	56	60	58	47	370	48	45	42	135		
Z2	Escola de Educação Passo a Passo	48	47	46	48	24	-	-	-	213	-	-	-	-		
	Soma das Escolas Particulares	157	153	155	177	182	184	192	178	1.378	191	177	185	553		
	Soma Total dos Alunos	1.077	1.259	1.241	1.299	1.248	1.288	1.293	1.251	9.956	1.323	1.247	1.206	3.776		

Fonte Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp.

ANEXOS

ANEXO A	LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.	185
ANEXO B	LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.	190
ANEXO C	DECRETO Nº 3.100, DE 30 DE JUNHO DE 1999. Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências	197
ANEXO D	Resolução SE 24, de 5-4-2005. Dispõe sobre Escola em Parceria	203

ANEXO A

LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998.

Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Seção I

Da Qualificação

Art.1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

Art.2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como organização social:

I- comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre: natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;

a) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;

b) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquela composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;

c) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;

d) composição e atribuições da diretoria;

e) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;

f) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;

g) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;

h) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da União, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;

II - haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, do Ministro ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social e do Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado.

Seção II

Do Conselho de Administração

Art.3º O conselho de administração deve estar estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:

I - ser composto por:

a) 20 a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade;

b) 20 a 30% (vinte a trinta por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto;

c) até 10% (dez por cento), no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;

d) 10 a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;

e) até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto;

II - os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho devem ter mandato de quatro anos, admitida uma recondução;

III - os representantes de entidades previstos nas alíneas "a" e "b" do inciso I devem corresponder a mais de 50% (cinquenta por cento) do Conselho;

IV o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos no estatuto;

V- o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do conselho, sem direito a voto;

VI- o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo;

VII- os conselheiros não devem receber remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à organização social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;

VIII - os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem funções executivas.

Art. 4º Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser atribuições privativas do Conselho de Administração, dentre outras:

I - fixar o âmbito de atuação da entidade, para consecução do seu objeto;

II - aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;

III- aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;

IV - designar e dispensar os membros da diretoria;

V- fixar a remuneração dos membros da diretoria;

VI- aprovar e dispor sobre a alteração dos estatutos e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros;

VII - aprovar o regimento interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e respectivas competências;

VIII - aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras,

serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;

IX - aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela diretoria;

X - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.

Seção III

Do Contrato de Gestão

Art.5º Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1º.

Art. 6º O contrato de gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão ou entidade supervisora e a organização social, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social.

Parágrafo único. O contrato de gestão deve ser submetido, após aprovação pelo Conselho de Administração da entidade, ao Ministro de Estado ou autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada.

Art.7º Na elaboração do contrato de gestão, devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e, também, os seguintes preceitos:

I - especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

II - a estipulação dos limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais, no exercício de suas funções.

Parágrafo único. Os Ministros de Estado ou autoridades supervisoras da área de atuação da entidade devem definir as demais cláusulas dos contratos de gestão de que sejam signatários.

Seção IV

Da Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão

Art.8º A execução do contrato de gestão celebrado por organização social será fiscalizada pelo órgão ou entidade supervisora da área de atuação correspondente à atividade fomentada.

§ 1º A entidade qualificada apresentará ao órgão ou entidade do Poder Público supervisora signatária do contrato, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, periodicamente, por comissão de avaliação, indicada pela autoridade supervisora da área correspondente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação.

§ 3º A comissão deve encaminhar à autoridade supervisora relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

Art. 9 Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 10 Sem prejuízo da medida a que se refere o artigo anterior, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria da entidade para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da entidade.

Seção V

Do Fomento às Atividades Sociais

Art. 11 As entidades qualificadas como organizações sociais são declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.

Art. 12 Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º São assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão parcela de recursos para compensar desligamento de servidor cedido, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela organização social.

§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às organizações sociais, dispensada licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.

Art. 13 Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio da União.

Parágrafo único. A permuta de que trata este artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Poder Público.

Art. 14 É facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem.

§ 1º Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social.

§ 2º Não será permitido o pagamento de vantagem pecuniária permanente por organização social a servidor cedido com recursos provenientes do contrato de gestão, ressalvada a hipótese de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção e assessoria.

§ 3º O servidor cedido perceberá as vantagens do cargo a que fizer jus no órgão de origem, quando ocupante de cargo de primeiro ou de segundo escalão na organização social.

Art. 15 São extensíveis, no âmbito da União, os efeitos dos arts. 11 e 12, § 3º, para as entidades qualificadas como organizações sociais pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, quando houver reciprocidade e desde que a legislação local não contrarie os preceitos desta Lei e a legislação específica de âmbito federal.

Seção VI

Da Desqualificação

Art. 16 O Poder Executivo poderá proceder à desqualificação da entidade como organização social, quando constatado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão.

§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da organização social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º A desqualificação importará reversão dos bens permitidos e dos valores entregues à utilização da organização social, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17 A organização social fará publicar, no prazo máximo de noventa dias contado da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Art. 18 A organização social que absorver atividades de entidade federal extinta no âmbito da área de saúde deverá considerar no contrato de gestão, quanto ao atendimento da comunidade, os princípios do Sistema Único de Saúde, expressos no art. 198 da Constituição Federal e no art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Art. 19 As entidades que absorverem atividades de rádio e televisão educativa poderão receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos, vedada a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de seus intervalos.

Art. 20 Será criado, mediante decreto do Poder Executivo, o Programa Nacional de Publicização - PNP, com o objetivo de estabelecer diretrizes e critérios para a qualificação de organizações sociais, a fim de assegurar a absorção de atividades desenvolvidas por entidades ou órgãos públicos da União, que atuem nas atividades referidas no art. 1º, por organizações sociais, qualificadas na forma desta Lei, observadas as seguintes diretrizes:

- I - ênfase no atendimento do cidadão-cliente;
- II - ênfase nos resultados, qualitativos e quantitativos nos prazos pactuados;
- III - controle social das ações de forma transparente.

Art. 21 São extintos o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, integrante da estrutura do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, e a Fundação Roquette Pinto, entidade vinculada à Presidência da República.

§ 1º Competirá ao Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado supervisionar o processo de inventário do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, a cargo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, cabendo-lhe realizá-lo para a Fundação Roquette Pinto.

§ 2º No curso do processo de inventário da Fundação Roquette Pinto e até a assinatura do contrato de gestão, a continuidade das atividades sociais ficará sob a supervisão da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

§ 3º É o Poder Executivo autorizado a qualificar como organizações sociais, nos termos desta Lei, as pessoas jurídicas de direito privado indicadas no Anexo I, bem assim a permitir a absorção de atividades desempenhadas pelas entidades extintas por este artigo.

§ 4º Os processos judiciais em que a Fundação Roquette Pinto seja parte, ativa ou passivamente, serão transferidos para a União, na qualidade de sucessora, sendo representada pela Advocacia-Geral da União.

Art. 22 As extinções e a absorção de atividades e serviços por organizações sociais de que trata esta Lei observarão os seguintes preceitos:

I- os servidores integrantes dos quadros permanentes dos órgãos e das entidades extintos terão garantidos todos os direitos e vantagens decorrentes do respectivo cargo ou emprego e integrarão quadro em extinção nos órgãos ou nas entidades indicados no Anexo II, sendo facultada aos órgãos e entidades supervisoras, ao seu critério exclusivo, a cessão de servidor, irrecusável para este, com ônus para a origem, à organização social que vier a absorver as correspondentes atividades, observados os §§ 1º e 2º do art. 14;

II- a desativação das unidades extintas será realizada mediante inventário de seus bens imóveis e de seu acervo físico, documental e material, bem como dos contratos e convênios, com a adoção de providências dirigidas à manutenção e ao prosseguimento das atividades sociais a cargo dessas unidades, nos termos da legislação aplicável em cada caso;

III- os recursos e as receitas orçamentárias de qualquer natureza, destinados às unidades extintas, serão utilizados no processo de inventário e para a manutenção e o financiamento das atividades sociais até a assinatura do contrato de gestão;

IV- quando necessário, parcela dos recursos orçamentários poderá ser reprogramada, mediante crédito especial a ser enviado ao Congresso Nacional, para o órgão ou entidade supervisora dos contratos de gestão, para o fomento das atividades sociais, assegurada a liberação periódica do respectivo desembolso financeiro para a organização social;

V- encerrados os processos de inventário, os cargos efetivos vagos e os em comissão serão considerados extintos;

VI- a organização social que tiver absorvido as atribuições das unidades extintas poderá adotar os símbolos designativos destes, seguidos da identificação "OS".

§ 1º A absorção pelas organizações sociais das atividades das unidades extintas efetivar-se-á mediante a celebração de contrato de gestão, na forma dos arts. 6º e 7º.

§ 2º Poderá ser adicionada às dotações orçamentárias referidas no inciso IV parcela dos recursos decorrentes da economia de despesa incorrida pela União com os cargos e funções comissionados existentes nas unidades extintas.

Art. 23 É o Poder Executivo autorizado a ceder os bens e os servidores da Fundação Roquette Pinto no Estado do Maranhão ao Governo daquele Estado.

Art. 24 São convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória n º 1.648-7, de 23 de abril de 1998.

Art. 25 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de maio de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan

Paulo Paiva

José Israel Vargas

Luiz Carlos Bresser Pereira

Clovis de Barros Carvalho

ANEXO B

LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO

Art. 1º Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

§ 2º A outorga da qualificação prevista neste artigo é ato vinculado ao cumprimento dos requisitos instituídos por esta Lei.

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

- I - as sociedades comerciais;
- II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
- IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
- V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
- VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;
- VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
- IX - as organizações sociais;
- X - as cooperativas;
- XI - as fundações públicas;

XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;

XIII - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipos de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal.

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

I - promoção da assistência social;

II - promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;

III - promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

IV - promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;

V - promoção da segurança alimentar e nutricional;

VI - defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

VII - promoção do voluntariado;

VIII - promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

IX - experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

X - promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;

XI - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

XII - estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Art. 4º Atendido o disposto no art.3º, exige-se ainda, para qualificarem-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, que as pessoas jurídicas interessadas sejam regidas por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre:

I - a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;

II - a adoção de práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório;

III - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil, e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;

IV - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social da extinta;

V - a previsão de que, na hipótese de a pessoa jurídica perder a qualificação instituída por esta Lei, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra

pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social;

VI - a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação;

VII - as normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo:

a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;

d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Parágrafo único. É permitida a participação de servidores públicos na composição de conselho de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, vedada a percepção de remuneração ou subsídio, a qualquer título.

Art. 5º Cumpridos os requisitos dos arts. 3º e 4º desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação instituída por esta Lei, deverá formular requerimento escrito ao Ministério da Justiça, instruído com cópias autenticadas dos seguintes documentos:

I - estatuto registrado em cartório;

II - ata de eleição de sua atual diretoria;

III - balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;

IV - declaração de isenção do imposto de renda;

V - inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.

Art. 6º Recebido o requerimento previsto no artigo anterior, o Ministério da Justiça decidirá, no prazo de trinta dias, deferindo ou não o pedido.

§ 1º No caso de deferimento, o Ministério da Justiça emitirá, no prazo de quinze dias da decisão, certificado de qualificação da requerente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º Indeferido o pedido, o Ministério da Justiça, no prazo do § 1º, dará ciência da decisão, mediante publicação no Diário Oficial.

§ 3º O pedido de qualificação somente será indeferido quando:

I - a requerente enquadrar-se nas hipóteses previstas no art. 2º desta Lei;

II - a requerente não atender aos requisitos descritos nos arts. 3º e 4º desta Lei;

III - a documentação apresentada estiver incompleta.

Art. 7º Perde-se a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, a pedido ou mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, no qual serão assegurados, ampla defesa e o devido contraditório.

Art. 8º Vedado o anonimato, e desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte

legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação instituída por esta Lei.

CAPÍTULO II

DO TERMO DE PARCERIA

Art. 9º Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º desta Lei.

Art. 10. O Termo de Parceria firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

§ 1º A celebração do Termo de Parceria será precedida de consulta aos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, nos respectivos níveis de governo.

§ 2º São cláusulas essenciais do Termo de Parceria:

I - a do objeto, que conterà a especificação do programa de trabalho proposto pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público;

II - a de estipulação das metas e dos resultados a serem atingidos e os respectivos prazos de execução ou cronograma;

III - a de previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de resultado;

IV - a de previsão de receitas e despesas a serem realizadas em seu cumprimento, estipulando item por item as categorias contábeis usadas pela organização e o detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao Termo de Parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

V - a que estabelece as obrigações da Sociedade Civil de Interesse Público, entre as quais a de apresentar ao Poder Público, ao término de cada exercício, relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado de prestação de contas dos gastos e receitas efetivamente realizados, independente das previsões mencionadas no inciso IV;

VI - a de publicação, na imprensa oficial do Município, do Estado ou da União, conforme o alcance das atividades celebradas entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de extrato do Termo de Parceria e de demonstrativo da sua execução física e financeira, conforme modelo simplificado estabelecido no regulamento desta Lei, contendo os dados principais da documentação obrigatória do inciso V, sob pena de não liberação dos recursos previstos no Termo de Parceria.

Art. 11. A execução do objeto do Termo de Parceria será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo.

§ 1º Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º A comissão encaminhará à autoridade competente relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

§ 3º Os Termos de Parceria destinados ao fomento de atividades nas áreas de que trata esta Lei estarão sujeitos aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

Art. 12. Os responsáveis pela fiscalização do Termo de Parceria, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública pela organização parceira, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas respectivo e ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 13. Sem prejuízo da medida a que se refere o art. 12 desta Lei, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União, para que requeiram ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público, além de outras medidas consubstanciadas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da organização parceira.

Art. 14. A organização parceira fará publicar, no prazo máximo de trinta dias, contado da assinatura do Termo de Parceria, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no inciso I do art. 4º desta Lei.

Art. 15. Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. É vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

Art. 17. O Ministério da Justiça permitirá, mediante requerimento dos interessados, livre acesso público a todas as informações pertinentes às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos os requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até dois anos contados da data de vigência desta Lei.

§ 1º Findo o prazo de dois anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores.

§ 2º Caso não seja feita a opção prevista no parágrafo anterior, a pessoa jurídica perderá automaticamente a qualificação obtida nos termos desta Lei.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de março de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Renan Calheiros

Pedro Mallan

Ailton Barcelos Fernandes

Paulo Renato Souza

Francisco Dornelles

Waldeck Ornélas

José Serra

Paulo Paiva

Clovis de Barros Carvalho

Publicado no D.O.U. de 24.3.1999

ANEXO C**DECRETO Nº 3.100, DE 30 DE JUNHO DE 1999.**

Regulamenta a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º O pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público será dirigido, pela pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que preencha os requisitos dos arts. 1º, 2º, 3º e 4º da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, ao Ministério da Justiça por meio do preenchimento de requerimento escrito e apresentação de cópia autenticada dos seguintes documentos:

I - estatuto registrado em Cartório;

II - ata de eleição de sua atual diretoria;

III - balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício;

IV - declaração de isenção do imposto de renda; e

V - inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes/Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CGC/CNPJ).

Art. 2º O responsável pela outorga da qualificação deverá verificar a adequação dos documentos citados no artigo anterior com o disposto nos arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 9.790, de 1999, devendo observar:

I - se a entidade tem finalidade pertencente à lista do art. 3º daquela Lei;

II - se a entidade está excluída da qualificação de acordo com o art. 2º daquela Lei;

III - se o estatuto obedece aos requisitos do art. 4º daquela Lei;

IV - na ata de eleição da diretoria, se é a autoridade competente que está solicitando a qualificação;

V - se foi apresentado o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício;

VI - se a entidade apresentou a declaração de isenção do imposto de renda à Secretaria da Receita Federal; e

VII - se foi apresentado o CGC/CNPJ.

Art. 3º O Ministério da Justiça, após o recebimento do requerimento, terá o prazo de trinta dias para deferir ou não o pedido de qualificação, ato que será publicado no Diário Oficial da União no prazo máximo de quinze dias da decisão.

§ 1º No caso de deferimento, o Ministério da Justiça emitirá, no prazo de quinze dias da decisão, o certificado da requerente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º Deverão constar da publicação do indeferimento as razões pelas quais foi denegado o pedido.

§ 3º A pessoa jurídica sem fins lucrativos que tiver seu pedido de qualificação indeferido poderá reapresentá-lo a qualquer tempo.

Art. 4º Qualquer cidadão, vedado o anonimato e respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, desde que amparado por evidências de erro ou fraude, é parte legítima

para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Parágrafo único. A perda da qualificação dar-se-á mediante decisão proferida em processo administrativo, instaurado no Ministério da Justiça, de ofício ou a pedido do interessado, ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, nos quais serão assegurados a ampla defesa e o contraditório.

Art. 5º Qualquer alteração da finalidade ou do regime de funcionamento da organização, que implique mudança das condições que instruíram sua qualificação, deverá ser comunicada ao Ministério da Justiça, acompanhada de justificativa, sob pena de cancelamento da qualificação.

Art. 6º Para fins do art. 3º da Lei nº 9.790, de 1999, entende-se:

I - como Assistência Social, o desenvolvimento das atividades previstas no art. 3º da Lei Orgânica da Assistência Social;

II - por promoção gratuita da saúde e educação, a prestação destes serviços realizada pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público mediante financiamento com seus próprios recursos.

§ 1º Não são considerados recursos próprios aqueles gerados pela cobrança de serviços de qualquer pessoa física ou jurídica, ou obtidos em virtude de repasse ou arrecadação compulsória.

§ 2º O condicionamento da prestação de serviço ao recebimento de doação, contrapartida ou equivalente não pode ser considerado como promoção gratuita do serviço.

Art. 7º Entende-se como benefícios ou vantagens pessoais, nos termos do inciso II do art. 4º da Lei nº 9.790, de 1999, os obtidos:

I - pelos dirigentes da entidade e seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais ou afins até o terceiro grau;

II - pelas pessoas jurídicas das quais os mencionados acima sejam controladores ou detenham mais de dez por cento das participações societárias.

Art. 8º Será firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Termo de Parceria destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas no art. 3º da Lei nº 9.790, de 1999.

Parágrafo único. O Órgão estatal firmará o Termo de Parceria mediante modelo padrão próprio, do qual constarão os direitos, as responsabilidades e as obrigações das partes e as cláusulas essenciais descritas no art. 10, § 2º, da Lei nº 9.790, de 1999.

Art. 9º O órgão estatal responsável pela celebração do Termo de Parceria verificará previamente o regular funcionamento da organização.

Art. 10. Para efeitos da consulta mencionada no art. 10, § 1º, da Lei nº 9.790, de 1999, o modelo a que se refere o art. 10 deverá ser preenchido e remetido ao Conselho de Política Pública competente.

§ 1º A manifestação do Conselho de Política Pública será considerada para a tomada de decisão final em relação ao Termo de Parceria.

§ 2º Caso não exista Conselho de Política Pública da área de atuação correspondente, o órgão estatal parceiro fica dispensado de realizar a consulta, não podendo haver substituição por outro Conselho.

§ 3º O Conselho de Política Pública terá o prazo de trinta dias, contado a partir da data de recebimento da consulta, para se manifestar sobre o Termo de Parceria, cabendo ao órgão estatal responsável, em última instância, a decisão final sobre a celebração do respectivo Termo de Parceria.

§ 4º O extrato do Termo de Parceria, conforme modelo constante do Anexo I deste Decreto, deverá ser publicado pelo órgão estatal parceiro no Diário Oficial, no prazo máximo de quinze dias após a sua assinatura.

Art. 11. Para efeito do disposto no art. 4º, inciso VII, alíneas "c" e "d", da Lei nº 9.790, de 1999, entende-se por prestação de contas a comprovação da correta aplicação dos recursos repassados à Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 1º As prestações de contas anuais serão realizadas sobre a totalidade das operações patrimoniais e resultados das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

§ 2º A prestação de contas será instruída com os seguintes documentos:

I - relatório anual de execução de atividades;

II - demonstração de resultados do exercício;

III - balanço patrimonial;

IV - demonstração das origens e aplicações de recursos;

V - demonstração das mutações do patrimônio social;

VI - notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário; e

VII - parecer e relatório de auditoria nos termos do art. 20 deste Decreto, se for o caso.

Art. 12. Para efeito do disposto no § 2º, inciso V, do art. 10 da Lei nº 9.790, de 1999, entende-se por prestação de contas relativa à execução do Termo de Parceria a comprovação, perante o órgão estatal parceiro, da correta aplicação dos recursos públicos recebidos e do adimplemento do objeto do Termo de Parceria, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;

II - demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução;

III - parecer e relatório de auditoria, nos casos previstos no art. 20; e

IV - entrega do extrato da execução física e financeira estabelecido no art. 19.

Art. 13. O Termo de Parceria poderá ser celebrado por período superior ao do exercício fiscal.

§ 1º Caso expire a vigência do Termo de Parceria sem o adimplemento total do seu objeto pelo órgão parceiro ou havendo excedentes financeiros disponíveis com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, o referido Termo poderá ser prorrogado.

§ 2º As despesas previstas no Termo de Parceria e realizadas no período compreendido entre a data original de encerramento e a formalização de nova data de término serão consideradas como legítimas, desde que cobertas pelo respectivo empenho.

Art. 14. A liberação de recursos financeiros necessários à execução do Termo de Parceria far-se-á em conta bancária específica, a ser aberta em banco a ser indicado pelo órgão estatal parceiro.

Art. 15. A liberação de recursos para a implementação do Termo de Parceria obedecerá ao respectivo cronograma, salvo se autorizada sua liberação em parcela única.

Art. 16. É possível a vigência simultânea de um ou mais Termos de Parceria, ainda que com o mesmo órgão estatal, de acordo com a capacidade operacional da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Art. 17. O acompanhamento e a fiscalização por parte do Conselho de Política Pública de que trata o art. 11 da Lei nº 9.790, de 1999, não pode introduzir nem induzir modificação das obrigações estabelecidas pelo Termo de Parceria celebrado.

§ 1º Eventuais recomendações ou sugestões do Conselho sobre o acompanhamento dos Termos de Parceria deverão ser encaminhadas ao órgão estatal parceiro, para adoção de providências que entender cabíveis.

§ 2º O órgão estatal parceiro informará ao Conselho sobre suas atividades de acompanhamento.

Art. 18. O extrato da execução física e financeira, referido no art. 10, § 2º, inciso VI, da Lei nº 9.790, de 1999, deverá ser preenchido pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e publicado na imprensa oficial da área de abrangência do projeto, no prazo máximo de sessenta dias após o término de cada exercício financeiro, de acordo com o modelo constante do Anexo II deste Decreto.

Art. 19. A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público deverá realizar auditoria independente da aplicação dos recursos objeto do Termo de Parceria, de acordo com a alínea "c", inciso VII, do art. 4º da Lei nº 9.790, de 1999, nos casos em que o montante de recursos for maior ou igual a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

§ 1º O disposto no **caput** aplica-se também aos casos onde a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público celebre concomitantemente vários Termos de Parceria com um ou vários órgãos estatais e cuja soma ultrapasse aquele valor.

§ 2º A auditoria independente deverá ser realizada por pessoa física ou jurídica habilitada pelos Conselhos Regionais de Contabilidade.

§ 3º Os dispêndios decorrentes dos serviços de auditoria independente deverão ser incluídas no orçamento do projeto como item de despesa.

§ 4º Na hipótese do § 1º, poderão ser celebrados aditivos para efeito do disposto no parágrafo anterior.

Art. 20. A comissão de avaliação de que trata o art. 11, § 1º, da Lei nº 9.790, de 1999, deverá ser composta por dois membros do respectivo Poder Executivo, um da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e um membro indicado pelo Conselho de Política Pública da área de atuação correspondente, quando houver.

Parágrafo único. Competirá à comissão de avaliação monitorar a execução do Termo de Parceria.

Art. 21. A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público fará publicar na imprensa oficial da União, do Estado ou do Município, no prazo máximo de trinta dias, contado a partir da assinatura do Termo de Parceria, o regulamento próprio a que se refere o art. 14 da Lei nº 9.790, de 1999, remetendo cópia para conhecimento do órgão estatal parceiro.

Art. 22. Para os fins dos arts. 12 e 13 da Lei nº 9.790, de 1999, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público indicará, para cada Termo de Parceria, pelo menos um dirigente, que será responsável pela boa administração dos recursos recebidos.

Parágrafo único. O nome do dirigente ou dos dirigentes indicados será publicado no extrato do Termo de Parceria.

Art. 23. A escolha da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, para a celebração do Termo de Parceria, poderá ser feita por meio de publicação de edital de concursos de projetos pelo órgão estatal parceiro para obtenção de bens e serviços e para a realização de atividades, eventos, consultorias, cooperação técnica e assessoria.

Parágrafo único. Instaurado o processo de seleção por concurso, é vedado ao Poder Público celebrar Termo de Parceria para o mesmo objeto, fora do concurso iniciado.

Art. 24. Para a realização de concurso, o órgão estatal parceiro deverá preparar, com clareza, objetividade e detalhamento, a especificação técnica do bem, do projeto, da obra ou do serviço a ser obtido ou realizado por meio do Termo de Parceria.

Art. 25. Do edital do concurso deverá constar, no mínimo, informações sobre:

I - prazos, condições e forma de apresentação das propostas;

- II - especificações técnicas do objeto do Termo de Parceria;
- III - critérios de seleção e julgamento das propostas;
- IV - datas para apresentação de propostas;
- V - local de apresentação de propostas;
- VI - datas do julgamento e data provável de celebração do Termo de Parceria; e
- VII - valor máximo a ser desembolsado.

Art. 26. A Organização da Sociedade Civil de Interesse Público deverá apresentar seu projeto técnico e o detalhamento dos custos a serem realizados na sua implementação ao órgão estatal parceiro.

Art. 27. Na seleção e no julgamento dos projetos, levar-se-ão em conta:

- I - o mérito intrínseco e adequação ao edital do projeto apresentado;
- II - a capacidade técnica e operacional da candidata;
- III - a adequação entre os meios sugeridos, seus custos, cronogramas e resultados;
- IV - o ajustamento da proposta às especificações técnicas;
- V - a regularidade jurídica e institucional da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público; e
- VI - a análise dos documentos referidos no art. 12, § 2º, deste Decreto.

Art. 28. Obedecidos aos princípios da administração pública, são inaceitáveis como critério de seleção, de desqualificação ou pontuação:

I - o local do domicílio da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público ou a exigência de experiência de trabalho da organização no local de domicílio do órgão parceiro estatal;

II - a obrigatoriedade de consórcio ou associação com entidades sediadas na localidade onde deverá ser celebrado o Termo de Parceria;

III - o volume de contrapartida ou qualquer outro benefício oferecido pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Art. 29. O julgamento será realizado sobre o conjunto das propostas das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, não sendo aceitos como critérios de julgamento os aspectos jurídicos, administrativos, técnicos ou operacionais não estipulados no edital do concurso.

Art. 30. O órgão estatal parceiro designará a comissão julgadora do concurso, que será composta, no mínimo, por um membro do Poder Executivo, um especialista no tema do concurso e um membro do Conselho de Política Pública da área de competência, quando houver.

§ 1º O trabalho dessa comissão não será remunerado.

§ 2º O órgão estatal deverá instruir a comissão julgadora sobre a pontuação pertinente a cada item da proposta ou projeto e zelar para que a identificação da organização proponente seja omitida.

§ 3º A comissão pode solicitar ao órgão estatal parceiro informações adicionais sobre os projetos.

§ 4º A comissão classificará as propostas das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público obedecidos aos critérios estabelecidos neste Decreto e no edital.

Art. 31. Após o julgamento definitivo das propostas, a comissão apresentará, na presença dos concorrentes, os resultados de seu trabalho, indicando os aprovados.

§ 1º O órgão estatal parceiro:

I - não examinará recursos administrativos contra as decisões da comissão julgadora;

II - não poderá anular ou suspender administrativamente o resultado do concurso nem celebrar outros Termos de Parceria, com o mesmo objeto, sem antes finalizar o processo iniciado pelo concurso.

§ 2º Após o anúncio público do resultado do concurso, o órgão estatal parceiro o homologará, sendo imediata a celebração dos Termos de Parceria pela ordem de classificação dos aprovados.

Art. 32. O Ministro de Estado da Justiça baixará portaria no prazo de quinze dias, a partir da publicação deste Decreto, regulamentando os procedimentos para a qualificação.

Art. 33. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de junho de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Affonso Martins de Oliveira

Pedro Parente

Clovis de Barros Carvalho

Publicado no D.O.U. de 1.7.1999

ANEXO D

Resolução SE 24, de 5-4-2005 Dispõe sobre Escola em Parceria

O Secretário da Educação, com fundamento no artigo 131, inciso II, alínea "c", do Decreto 7.510/76 c.c. o artigo 2º do Decreto 12.983/78, com as alterações introduzidas pelo Decreto 48.408/2004 e considerando:

* a importância da participação da sociedade civil no processo de recuperação e melhoria da qualidade do ensino público paulista;

* a necessidade de descentralizar e desconcentrar ações de forma a propiciar a autonomia de gestão em nível local,

Resolve:

Artigo 1º - A unidade escolar, por meio da Associação de Pais e Mestres, poderá desenvolver ação conjunta com a comunidade - entidades representativas da sociedade civil, Indústrias, Empresas, Comércio e outras - com o objetivo de proporcionar a melhoria da qualidade do ensino, em consonância com o artigo 4º, inciso III c.c. o artigo 6º, inciso IV e V do Estatuto Padrão Anexo ao Decreto 12.983/78, com as alterações introduzidas pelo Decreto 48.408/2004.

Artigo 2º - A parceria que constará de projeto e protocolo de intenções, modelo anexo a esta resolução, deverá ser aprovada pelo Conselho de Escola e poderá abranger ações de conservação e manutenção do prédio escolar, equipamentos, mobiliário e materiais educacionais, atividades culturais e de lazer, atividades de assistência ao escolar nas áreas sócio-econômica e de saúde, programa de capacitação para equipe escolar e reforço escolar aos alunos.

Parágrafo único - As ações de conservação e manutenção do prédio escolar referidas no caput deste artigo, quando exigirem a execução de obras ou serviços de engenharia, deverão ser comunicadas, no início, pela Direção da Escola à Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e na conclusão, após 05 (cinco) dias úteis.

Artigo 3º - Compete à Secretaria da Educação:

I - Constituir um grupo inter-órgãos, sob a coordenação das Coordenadorias de Ensino, que atue como articulador das ações do presente Programa, tendo como objetivos:

a) garantir que os projetos estejam condizentes com as diretrizes educacionais da Secretaria da Educação;

b) definir junto à Diretoria de Ensino formas de acompanhamento e avaliação dos projetos;

c) estimular a autonomia de gestão, apoiando mecanismos que promovam projetos de parcerias descentralizadas, a partir da iniciativa das Unidades Escolares;

d) compatibilizar as ações entre os órgãos da SE, tornando-as complementares e integradas.

Artigo 4º - Às entidades representativas da sociedade civil que firmarem parcerias cabe:

a) designar um Coordenador que detenha experiência na área pedagógica para a gestão da parceria;

b) elaborar junto com as Unidades Escolares projetos condizentes com o objetivo do Programa;

c) aplicar recursos financeiros e, eventualmente, humanos para a realização dos projetos propostos;

Artigo 5º - Esta resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogada a Res. SE nº 234/95.

ANEXO
 PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Protocolo de intenções que entre si celebram a A.P.M., instituição auxiliar da EEPG _____ e a _____ para a cooperação técnica/financeira visando à melhoria da qualidade de ensino.

Considerando:

* a natureza e finalidade da Associação de Pais e Mestres e

* a necessidade de descentralizar e desconcentrar ações de forma a fortalecer a autonomia de gestão em nível local.

Aos ____ dias do mês de _____ de _____, a APM, da EEPG _____, doravante denominada APM, neste ato representada pelo Diretor Executivo, e a _____, inscrita no C.G.C. sob nº _____, doravante denominada ENTIDADE, representada pelo Sr. _____, resolvem celebrar o presente Protocolo de Intenções, nos moldes das Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

O presente Protocolo tem por objetivo a conjugação de esforços no sentido de desenvolver um sistema de parceria com vista à melhoria da qualidade de ensino nas escolas públicas do Estado de São Paulo, em conformidade com as disposições contidas no Estatuto Padrão estabelecido pelo Decreto nº 12.983/78, com as modificações introduzidas pelo Decreto nº 48.408/2004, especialmente no que pertine aos artigos 4º, inciso III e 6º, inciso IV e V combinados.

CLÁUSULA SEGUNDA

DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

As áreas de atuação abrangidas por este Protocolo são as seguintes:

I. provimento de recursos na:

a) programação de atividades didático-pedagógicas que envolvam melhoria do ensino;

b) programação de atividades de assistência ao escolar nas áreas sócio-econômica e de saúde;

c) programação de atividades culturais e de lazer que envolvam participação de pais, equipe escolar, aluno e comunidade;

II. fornecimento de mobiliário, equipamento, livros para o acervo da biblioteca, materiais em geral e demais recursos físicos;

III. conservação e manutenção do prédio, das instalações e do equipamento da escola.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA EXECUÇÃO

I. Os projetos ou ações que serão desenvolvidos, em decorrência deste Protocolo, deverão receber aprovação prévia por parte do Conselho da Escola, efetuando-se o devido registro em Ata.

II. As prioridades de desenvolvimento das ações serão definidas em conjunto com a Direção da Escola, a APM e a Entidade.

III. A Entidade, por meio de seu Coordenador, será responsável pela execução dos serviços e aquisição de materiais necessários ao desenvolvimento dos projetos e ações definidos nos termos do inciso I.

IV. Os meios e recursos serão geridos pela Entidade quando da execução de obras, fornecimento de equipamentos e materiais envolvidos nas melhorias físicas e na prestação de serviços.

V. A execução deste Acordo será acompanhada e supervisionada pela Diretoria de Ensino a que estiver jurisdicionada a unidade escolar.

**CLÁUSULA QUARTA
DOS RECURSOS FINANCEIROS**

(Obs. Nesta cláusula, serão especificados a origem e os recursos empregados).

CLÁUSULA QUINTA

O presente protocolo terá duração de 1 (um) ano, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado automaticamente até o limite de igual período, se não houver manifestação em contrário por um dos partícipes.

**CLÁUSULA SEXTA
DA ALTERAÇÃO**

O presente Protocolo poderá ser alterado, mediante termos de aditamento específicos, tendo em vista a conveniência e interesse dos partícipes.

**CLÁUSULA SÉTIMA
OS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos que surgirem na vigência deste acordo serão solucionados por consenso dos partícipes, em termo aditivo.

**CLÁUSULA OITAVA
DA RESCISÃO E DENÚNCIA**

O presente Termo de Parceria poderá ser rescindido durante o prazo de vigência, por mútuo consentimento dos partícipes ou denúncia de qualquer deles, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

E por estarem de acordo, firmam o presente Protocolo de Intenções, em 3 vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, _____ de _____ de 200____.

Diretor Executivo da APM, representante da _____

Testemunhas: